



**UFRJ**

**O FEITO E O EFEITO. AS MEMÓRIAS E AS REPRESENTAÇÕES DA  
PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DO  
SERRO - MG**

**Luiz Fernando Reis**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Orientadora: Dra. Elizabete Rodrigues de Campos  
Martins

Co-Orientadora: Dra. Maria da Conceição Alves  
Guimaraens

Rio de Janeiro

Agosto de 2012

O FEITO E O EFEITO. AS MEMÓRIAS E AS REPRESENTAÇÕES DA  
PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DO  
SERRO - MG

Luiz Fernando Reis

Orientadora: Dra. Elizabete Rodrigues de Campos Martins

Co-Orientadora: Dra. Maria da Conceição Alves Guimaraens

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Aprovada por:

---

Prof. Dra. Elizabete Rodrigues de Campos Martins – PROARQ/UFRJ

---

Prof. Dra. Maria da Conceição Alves Guimaraens – PROARQ/UFRJ

---

Prof. Dr. Guilherme Araújo de Figueiredo – EAU/UFF

---

Prof. Dr. Ítalo Itamar Caixeiro Stephan - DAU/UFV

---

Prof. Dr. Luiz Manoel Gazzaneo – PROARQ/UFRJ

---

Prof. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro – PROARQ/UFRJ

Rio de Janeiro  
Agosto de 2012

Reis, Luiz Fernando.

O feito e o efeito. As memórias e as representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro - MG/ Luiz Fernando Reis. - Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2012.

xxiii, 287f.; il.; 31 cm.

Orientadora: Elizabete Rodrigues de Campos Martins

Tese (doutorado) – UFRJ/ PROARQ/Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2012.

Referências Bibliográficas: f. 257-271.

1. Arquitetura colonial. 2. Preservação do Patrimônio arquitetônico e urbanístico. I. Martins, Elizabete Rodrigues de Campos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

## **Agradecimentos**

À minha esposa Marta, pelo apoio incondicional sem o qual não seria possível chegar ao final deste trabalho.

Aos meus filhos, Fernanda e Gustavo, estímulo permanente para seguir em frente.

Aos meus pais e ao meu irmão José Roberto, meus exemplos de vida.

À Professora Dra. Elizabete Martins, pela oportunidade que me concedeu quando aceitou orientar-me. Suas indicações de leitura, seu aconselhamento e seu constante otimismo, mesmo nos momentos de dificuldades foram fundamentais para elaboração deste trabalho.

À Professora Dra. Ceça Guimaraens, minha co-orientadora, pelas preciosas informações e indicação das fontes que alavancaram esta pesquisa e sua ajuda na correção dos rumos deste trabalho.

Às funcionárias do PROARQ/UFRJ, Maria da Guia e Rita, pelo profissionalismo e carinho no atendimento.

Aos funcionários do NPD/FAU, Cláudio e Roberta.

Aos colegas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV que me apoiaram e me incentivaram nesta jornada.

À Universidade Federal de Viçosa pela bolsa de doutorado concedida.

Aos funcionários do Museu Regional Casa dos Ottoni, pelas informações sobre a cidade do Serro e pela ajuda na pesquisa de campo.

Aos novos e grandes amigos Paulão e Zarinha, pelas informações, pelas fotos cedidas para esta tese e pelas longas e proveitosas conversas.

Aos funcionários do Arquivo Central do IPHAN – Rio de Janeiro, pelas informações e orientações na pesquisa documental.

Aos funcionários da 13<sup>a</sup> Superintendência Regional do IPHAN – Belo Horizonte.

À arquiteta Kelly Diniz, chefe do Escritório do IPHAN no Serro pelas informações prestadas e acesso ao material iconográfico do Escritório, fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Aos serranos que me receberam com carinho para as entrevistas.

Ao saudoso Emmanoel de Moraes Barreto (Chupeta), pela amizade e pelo apoio e solidariedade nas horas difíceis.

**Resumo:**

REIS, Luiz Fernando. O feito e o efeito. As memórias e as representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro – MG.

Orientadora: Prof. Dra. Elizabete Rodrigues de Campos Martins

O presente trabalho realiza o estudo do processo de preservação da Cidade do Serro, em Minas Gerais por meio da análise das práticas empreendidas pelo IPHAN e das memórias e representações construídas pelos moradores.

Para a investigação das práticas de preservação adotadas pelo IPHAN pesquisas foram realizadas utilizando a documentação do Arquivo Central da instituição no Rio de Janeiro e na 13ª Superintendência Regional do IPHAN, em Belo Horizonte. Outra importante fonte de pesquisa a ser ressaltada é o conteúdo dos Boletins SPHAN/Pró-Memória, publicados pela instituição no período de 1979 a 1989.

Para o estudo das memórias e representações foram realizadas entrevistas temáticas com moradores do Serro. além disso, foi feita a análise de fontes documentais e fontes bibliográficas, sendo estas últimas constituídas por obras memoriais de autores serranos.

A pesquisa demonstrou a importância do estudo da relação entre as práticas e a construção das memórias e representações coletivas, como subsídios para a elaboração de políticas de proteção ao patrimônio arquitetônico e urbanístico das cidades históricas em Minas Gerais e no Brasil.

Palavras-chave:

Preservação do Patrimônio arquitetônico e urbanístico; Políticas Públicas; Memória Coletiva; IPHAN; Serro.

Rio de Janeiro

Agosto de 2012

**Abstract:**

REIS, Luiz Fernando. O feito e o efeito. As memórias e as representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro – MG.

Orientadora: Prof. Dra. Elizabete Rodrigues de Campos Martins

The present work conducts the study of the process of preservation of the City of Serro, Minas Gerais through the analysis of the practices undertaken by Brazilian Agency of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) and memories and representations built by the residents.

For the investigation of preservation practices adopted by IPHAN, studies were carried out using the documentation of the Central Archive of the institution in Rio de Janeiro and the 13th Regional Superintendent of IPHAN in Belo Horizonte. Another important source of research it worth mentioning is the contents of the Bulletins SPHAN/Pro-Memória published by the institution during the period from 1979 to 1989.

For the study of memory and representations thematic interviews were conducted with residents of Serro. Moreover, the analysis was made of bibliographical sources and documentary sources, the latter consisting of memorials works of authors from Serro.

The research demonstrated the importance of studying the relationship between the practices and the construction of collective memories and representations, such as subsidies for the development of policies to protect the architectural and urban heritage of historical cities of Minas Gerais and Brazil.

**Keywords:**

Preservation of architectural heritage and urban design; Public Policy Collective Memory; IPHAN; Serro.

Rio de Janeiro

Agosto de 2012

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>xi</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>xii</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>xx</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>xxi</b>
<b>ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>xxii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CONCEITOS E APLICAÇÕES.....</b>	<b>10</b>
1.1 Patrimônio histórico, monumento e monumento histórico.....	10
1.1.1 Definições.....	10
1.1.2 As Cartas Patrimoniais, a Constituições Federais e o Decreto-lei 25/37...	14
1.2 Memória.....	19
1.2.1 Conceitos.....	19
1.2.2 A memória individual e a memória coletiva.....	20
1.2.3 A memória oficial e a memória clandestina.....	22
1.2.4 A importância da memória para a cidade.....	28
1.3 Representações coletivas.....	31
1.4 A história Oral: procedimento metodológico.....	37
<b>CAPÍTULO 2 – CONTEXTOS.....</b>	<b>42</b>
2.1 Da Vila do Príncipe ao Serro: A formação do patrimônio.....	42
2.1.1 Considerações sobre do Ciclo da Mineração e o povoamento das Minas Gerais.....	42
2.1.1.1 A descoberta do ouro e o povoamento de Minas Gerais.....	42
2.1.1.2 A criação da Capitania das Minas Gerais.....	44
2.1.1.3. O povoamento das Minas Gerais – As vilas coloniais.....	51
2.1.2 O Serro: auge, decadência e sobrevivência.....	52
2.1.3 A sobrevivência: o potencial do turismo.....	57
2.2. A forma da cidade.....	60
2.3 A arquitetura do Serro.....	68

2.3.1 A arquitetura civil.....	68
2.3.2 Arquitetura religiosa no Serro: algumas características.....	75
2.3.2.1 Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	78
2.3.2.2 Igreja de Nossa Senhora do Carmo.....	83
2.3.2.3 Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos.....	89
2.3.2.4 Capela de Nossa Senhora do Rosário.....	94
2.3.2.5 Capela de Santa Rita.....	98
<b>CAPÍTULO 3 - O FEITO. AS AÇÕES DO IPHAN NO SERRO.....</b>	<b>105</b>
3.1 A institucionalização da preservação no Brasil e a criação do IPHAN.....	105
3.1.1 Antecedentes (século XVIII a início do século XX).....	105
3.1.2 A criação do IPHAN.....	111
3.2 A trajetória do IPHAN.....	114
3.2.1 O período de 1937 a 1967.....	114
3.2.2 O período de 1967 a 1979.....	124
3.2.2.1 O Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH) .....	130
3.2.2.2 O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).....	134
3.2.3 A SPHAN/FNPM (período de 1979 a 1989).....	137
3.2.4 A atuação a partir da década de 1990.....	140
3.2.4.1 O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC .....	140
3.2.4.2 O Programa Monumenta.....	142
3.3 As ações institucionais do IPHAN no Serro .....	147
3.3.1 O período de 1937 a 1967.....	148
3.3.2 O período de 1967 a 1979 .....	161
3.3.2.1 O Pedido de Revisão do Tombamento.....	161
3.3.2.1.1 O Pedido e os Pareceres do IPHAN.....	161
3.3.2.1.2. Análise dos Pareceres.....	163
3.3.2.2 O Programa de Cidades Históricas.....	167
3.3.2.2.1. Os planos Estaduais – Diretrizes para o Desenvolvimento do Serro..	167
3.4. A SPHAN/FNPM (1979 a 1989) .....	177
3.4.1 O Museu Integrado do Serro.....	178
3.4.2 O projeto Memória Cultural.....	187
<b>CAPÍTULO 4 O EFEITO: AS MEMÓRIAS E AS REPRESENTAÇÕES DA PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DO SERRO.....</b>	<b>190</b>
4.1 Considerações iniciais.....	190
4.2 As lembranças das perdas.....	190
4.2.1 O Colégio Nossa Senhora da Conceição.....	192

4.2.2 Os Chafarizes.....	199
4.2.3 Os Ranchos de Tropas.....	204
4.2.4 A igreja da Purificação.....	207
4.3 A permanência da memória na preservação da arquitetura do Serro.....	209
4.3.1 A Chácara do Barão do Serro.....	211
4.3.2 O Ginásio Ministro Edmundo Lins (Casa do Barão de Diamantina) .....	216
4.3.3 A Casa dos Ottoni.....	220
4.3.4 O casarão da Prefeitura.....	229
4.3.5 Os espaços de fé: as igrejas do Serro.....	233
4.3.5.1 Igreja de Bom Jesus de Matosinhos e a Festa do Divino.....	233
4.3.5.2 A Igreja e a Festa de Nossa Senhora do Rosário.....	236
4.4 As representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro.....	240
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>246</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>257</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>272</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>274</b>
Anexo 1.....	274
Anexo 2.....	277
Anexo 3.....	278
Anexo 4.....	280
Anexo 5.....	281
Anexo 6.....	284
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>285</b>
Apêndice 1.....	285
Apêndice 2.....	286
Apêndice 3.....	287

## LISTA DE GRÁFICOS

Nº do Gráfico	Descrição	Página
Gráfico 1	Distribuição das Casas De Fundação nas capitâneas.	50
Gráfico 2	Bens tombados (1938 a 1967).	116

## LISTA DE FIGURAS

Nº da Figura	Descrição	Página
Figura 1	Mapa da Capitania das Minas Gerais. Data provável: século XVIII. Colorido feito pelo autor. Fonte: Arquivo Público Mineiro.	48
Figura 2	Casa de Caridade Santa Tereza, local em que foi estabelecida a Casa de Fundação em 1725. Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008. Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008.	51
Figura 3	Mapa de Minas Gerais com a localização do Serro. Base Cartográfica Digital: GEOMINAS e Regiões de Planejamento de Minas Gerais – IGA – 2003. Fonte: Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Leitura Técnica e Comunitária.	53
Figura 4	Mapa do Município do Serro - Base Cartográfica Digital: GEOMINAS. Fonte: Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Leitura Técnica e Comunitária.	54
Figura 5.	Mapa do Serro com os principais eixos longitudinais. Adaptado do Mapa de Arruamento da cidade do Serro. Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Fonte: Prefeitura Municipal do Serro, julho de 2006.	62
Figura 6	Vista panorâmica da cidade com a marcação dos 3 eixos longitudinais. Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, 21 abril de 2011.	63
Figura 7	Trecho da antiga Rua de Cima. Fonte: Acervo do autor, julho de 2010.	63
Figura 8	Beco do Carmo, que estabelece a ligação entre as antigas Rua de Cima e Rua do Corte (dois dos eixos longitudinais). Fonte: Acervo do autor, fevereiro de 2012.	64
Figura 9	Localização aproximada dos dois arraiais que deram origem à Vila do Príncipe (Arraial de Cima, em vermelho e Arraial de Baixo, em amarelo). Adaptado do Mapa de Arruamento da cidade do Serro. Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Fonte: Prefeitura Municipal do Serro, julho de 2006.	66
Figura 10	Mapa da Evolução Urbana do Serro, com destaque para a área do núcleo histórico, ocupada até 1938. Fonte: Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Leitura Técnica e Comunitária.	67

Figura 11	Fases da evolução urbana do Serro. Fonte: Mapa Base: Planta Cadastral – Prefeitura Municipal de Serro/2006. Ilustração: Isabel Nicolielo, 2011.	68
Figura 12	Vista do Núcleo Histórico. A ocupação da encosta em níveis. Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, junho de 2011.	70
Figura 13	Vista do Centro Histórico onde se destacam vários casarões implantados nos declives das ruas, com maior número de pavimentos na sua porção posterior. Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, abril de 2011.	71
Figura 14	Detalhe de dois casarões do centro histórico onde é possível notar os amplos beirais dos telhados, bem como a presença de contrafeitos em suas extremidades. Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, junho de 2011.	72
Figura 15	Detalhe de beiral em sobrado localizado no centro histórico. Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008.	72
Figura 16	Detalhe de telhado no centro histórico onde nota-se a mudança de inclinação em sua extremidade (contrafeito). Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008.	73
Figura 17	No casarão à direita, nota-se as folhas de vedação das janelas fechadas pela parte externa dos vãos. Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, junho de 2011.	73
Figuras 18 e 19	Edificações remanescentes na Antiga Rua das Flores, hoje Rua Nelson de Sena (Arraial de Baixo). Fotos: Isabel Nicolielo, 2011.	74
Figura 20	Casarões assobradados com suas características tradicionais íntegras (Arraial de Cima). Foto: Isabel Nicolielo, 2012.	75
Figura 21	Casario térreo de tipologia tradicional colonial preservada. Foto: Isabel Nicolielo, 2012.	75
Figura 22	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: ET/ IPHAN Serro.	78
Figuras 23 e 24	Plantas da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: ET/ IPHAN Serro.	80
Figuras 25 e 26	Fachadas da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: ET/ IPHAN Serro.	81
Figura 27	Interior da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.	

	Nave principal e altar-mor. Foto: Kelly Diniz de Souza, outubro de 2009.	82
Figura 28	Interior da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Foto: Kelly Diniz de Souza, outubro de 2009.	82
Figura 29	Igreja do Carmovista a partir da Praça João Pinheiro. Fonte: Acervo do autor, março de 2011.	83
Figura 30	Igreja Nossa Senhora do Carmo. Planta nave. Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.	85
Figura 31	Igreja Nossa Senhora do Carmo. Planta Altar. Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.	86
Figura 32	Igreja Nossa Senhora do Carmo. Fachada Principal. Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.	87
Figura 33	Interior da Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Nave principal e altar-mor. Foto: Kelly Diniz de Souza, agosto de 2010.	87
Figura 34	Interior da Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Foto: Kelly Diniz de Souza, agosto de 2010.	88
Figura 35	Praça João Pinheiro (antiga Praça da Cavahada). Em primeiro plano o coreto da praça e a escada em forma de cálice invertido. Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.	88
Figura 36	Igreja do Bom Jesus de Matozinhos. Fonte: Centro de Documentação e Informação/Escritório Técnico do Serro/IPHAN-MG, s/d.	89
Figuras 37 e 38	Plantas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, sem data	91
Figura 39 e 40	Fachadas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, sem data.	92
Figura 41	Interior da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos. Nave principal e altar-mor. Foto: Kelly Diniz de Souza, novembro de 2008.	93
Figura 42	Interior da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos. Foto: Kelly Diniz de Souza, novembro de 2008	93
Figura 43	Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Acervo do autor, julho 2010.	94
Figura 44	Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fachada lateral com vista do adro e parte da pequena esplanada de entorno. Fonte: Acervo do autor, julho 2010.	95

Figuras 45 e 46	Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Plantas da nave e altar. Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.	96
Figuras 47 e 48	Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fachadas. Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.	97
Figura 49	Figura 49. Igreja de Nossa Senhora do Rosário ainda com a torre do campanário. Fonte: Arquivo de Photo Assis, sem data. ET/IPHAN, Serro	97
Figura 50	Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Interior. Foto: Kelly Diniz de Souza, junho de 2010.	98
Figura 51	Capela de Santa Rita. Fonte: Acervo do autor, outubro de 2009.	99
Figuras 52 e 53	Capela de Santa Rita. Plantas. Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.	101
Figuras 54 e 55	Capela de Santa Rita. Fachadas. Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.	102
Figura 56	Vista da capela de Santa Rita a partir da Praça João Pinheiro. Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008.	103
Figura 57	Vista panorâmica da cidade a partir do topo da escadaria da capela de Santa Rita. Fonte: Acervo do autor, julho de 2010.	103
Figura 58	Igreja de Santa Rita. Fonte: Acervo de Kelly Diniz de Souza, sem data.	104
Figura 59	Igreja de Santa Rita. Foto: Kelly Diniz de Souza, sem data.	104
Figura 60	Organograma da DPHAN. Cópia baseada no Regimento Interno de 1946.	120
Figura 61	Organograma do IPHAN, 1976. Fonte: Pereira (2009, p. 78).	125
Figuras 62 e 63	Obras financiadas pelo Programa Monumenta em edificações do núcleo histórico do Serro. Fonte: Prefeitura Municipal do Serro/ Programa Monumenta, sem data.	147
Figura 64	Projeto cinema, planta baixa térreo. Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.	155
Figura 65	Projeto cinema, planta baixa pavimento superior. Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.	156

Figura 66	Projeto cinema, Fachada Principal. Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.	157
Figura 67	Projeto cinema, Fachada Lateral. Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.	157
Figura 68	Fotografia do terreno murado, local para o cinema. Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.	157
Figura 69	Mapa do Zoneamento e Perímetro Urbano da cidade do Serro. Fonte: Minas Gerais (v. 3, 1980, p. 30).	170
Figura 70	A Casa dos Ottoni, março de 2011. Fonte: acervo do autor.	180
Figura 71	Igreja Bom Jesus de Matozinhos, março de 2011. Fonte: acervo do autor.	181
Figura 72	Chácara do Barão do Serro. Novembro de 2008. Fonte: acervo do autor.	182
Figura 73	Prancha 1 - Capa da proposta. Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.	182
Figura 74	Prancha 2 – Descrição da ocupação dos módulos do Museu. Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.	183
Figura 75	Prancha 3 – primeiro módulo, planta do 1º piso da Casa dos Ottoni. Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.	183
Figura 76	Prancha 4 – primeiro módulo, planta do 2º piso da Casa dos Ottoni. Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.	184
Figura 77	Prancha 5 – segundo módulo, planta da Igreja Bom Jesus de Matozinhos. Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.	184
Figura 78	Prancha 6 – terceiro módulo, planta da Chácara do Barão do Serro. Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.	185
Figura 79	Mapa do centro histórico. Fonte: Prefeitura Municipal do Serro. Redesenhado pelo autor.	193
Figura 80	Mapa do centro histórico com detalhe da antiga localização do Colégio Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Prefeitura Municipal do Serro. Redesenhado pelo autor.	194
Figura 81	Ladeira da Matriz. O Colégio com o passadiço e a capela, à esquerda, s/d. Fonte: Acervo da Casa General Carneiro Escritório	

	Técnico do Serro. IPHAN-MG – Serro do IPHAN.	195
Figura 82	Vista a partir da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. No lugar do Colégio, foram construídos parte da Praça de Esportes da cidade e o asilo. Data: julho de 2010. Fonte: Acervo do autor.	195
Figura 83	Detalhe do passadiço do Colégio Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, década de 1940.	196
Figura 84	O prédio do Colégio Nossa Senhora da Conceição em ruínas. Sem data. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG.	199
Figura 85	O prédio do Colégio Nossa Senhora da Conceição em ruínas. O passadiço já havia sido demolido. Sem data. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG.	199
Figura 86	O chafariz Praça João Pinheiro (antiga Praça da Cavahada), em primeiro plano, no centro da imagem. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, década de 1930.	201
Figura 87	Chafariz próximo ao Fórum, antiga Cadeia. Fonte: acervo do autor. Agosto de 2010.	202
Figura 88	Chafariz. À direita da foto o Fórum, antiga Cadeia. Fonte: acervo do autor. Agosto de 2010.	203
Figura 89	Praça João Pinheiro (antiga Praça da Cavahada). Ao fundo o Rancho de Tropas ou Mercado Municipal com as estacas para amarrar os animais à frente. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, década de 1910.	205
Figura 90	Mercado Municipal na Praça Ângelo Miranda. Foto de Nhô Costa. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, data provável: década de 1930.	207
Figura 91	Praça Dom Epaminondas, à esquerda parte da lateral da Igreja da Purificação. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, Data provável, década de 1910	208
Figura 92	Visita de D. André Coimbra, Bispo de Barra do Pirahy, no início do século XX. Acredita-se que a fachada atrás do grupo seja a da Igreja da Purificação. Fonte: Acervo de Nilce de Miranda.	209
Figura 93	Mapa com o perímetro aproximado do Núcleo Histórico do Serro onde constam os principais	

	monumentos de arquitetura civil e religiosa e aqueles abordados neste capítulo. Fonte: Prefeitura Municipal do Serro. Redesenhado pelo autor.	210
Figura 94	Detalhe do pátio central da Chácara do Barão, conformado pela implantação em “U”. Fonte: acervo do autor, março de 2011.	212
Figura 95	Vista da área externa da Chácara do Barão com as quatro palmeiras imperiais marcando sua entrada principal e a área verde circundante. Fonte: acervo do autor, março de 2011.	213
Figura 96	Detalhe das vergas com ângulo e folhas em guilhotina. Fonte: acervo do autor, março de 2011.	213
Figura 97	Chácara do Barão do Serro, com anexo, à direita da edificação. Fonte: Centro de Documentação e Informação/ Escritório Técnico do Serro/IPHAN-MG, junho de 1954.	214
Figura 98	A fachada principal do prédio do Ginásio Ministro Edmundo Lins, com o conjunto de janelas no térreo e as sacadas no pavimento superior. Fonte: acervo do autor. Novembro de 2008.	217
Figura 99	Ginásio Ministro Edmundo Lins. Fachada lateral e posterior com o aumento de um pavimento em função do declive do terreno. Fonte: acervo do autor. Março de 2011.	218
Figura 100	Casa dos Ottoni, à direita da Igreja Bom Jesus de Matozinhos, fevereiro de 2011. Fonte: acervo de Kelly Diniz de Souza.	221
Figura 101	Casa dos Ottoni. Detalhe para o telhado da edificação. Fonte: Centro de Documentação e Informação/ Escritório Técnico do Serro/IPHAN-MG, s/d.	222
Figura 102	Reprodução de parte do quadro de Albert Schimer onde são mostradas as varandas no pavimento superior e térreo da Casa dos Ottoni. Fonte: ACI, Série Obras P311/Cx 1318.	224
Figura 103	Plantas Museu Regional Casa dos Ottoni com a distribuição do acervo. Fonte: arquivo do Núcleo de Arquitetura e Espaços Museais do IBRAM – RJ, redesenhadas por Luiz Fernando Reis.	227
Figura 104	Área verde externa ao Museu Regional Casa dos Ottoni.	228

	Fonte: acervo do autor, julho de 2010.	
Figura 105	Vista da Praça João Pinheiro com o Casarão da Prefeitura e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Fonte: acervo do autor, julho de 2010.	229
Figura 106	O sobrado onde funcionam a Prefeitura e a Câmara Municipal. Fonte: acervo do autor, novembro de 2008.	230
Figura 107	A igreja de Nossa Senhora do Carmo. Fonte: acervo do autor, julho de 2010.	230
Figura 108	Obras em edificação no centro histórico. Fonte: Acervo do autor, novembro de 2008.	248
Figura 109	Obras em edificação no centro histórico. Fonte: Acervo do autor, novembro de 2008.	249
Figura 110	Obras em edificação no centro histórico. Fonte: Acervo do autor, novembro de 2008.	249
Figura 111	Residência à Avenida Dom José Andre, 76. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, 1975.	251
Figura 112	Residência à Avenida Dom José Andre, 76. Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, 1975.	251
Figura 113	Residência à Avenida Dom José Andre, 76. À esquerda, parte da edificação foi demolida e reconstruída. Fonte: Acervo do autor, março de 2011.	252
Figura 114	Sobrado no núcleo histórico com estrutura autônoma de madeira e esquadrias em pintura imitando mármore. Fonte: Acervo do autor. Março de 2011.	254
Figura 115	Detalhe do Sobrado. Fonte: Acervo do autor. Março de 2011.	254

## LISTA DE TABELAS

Nº da Tabela	Descrição	Página
Tabela 1	População do Serro.	55
Tabela 2	Bens tombados por tipo até 1969.	118
Tabela 3	Critérios de Conservação.	173
Tabela 4	Hierarquia das intervenções nas edificações religiosa e civis.	175
Tabela 5	Contabilização das perdas de Edificações.	191

**LISTA DE QUADROS**

Nº do Quadro	Descrição	Página
Quadro 1	Definição de Patrimônio no Decreto lei 25 e na Constituição de 1988.	18
Quadro 2	Casas de Fundação.	49
Quadro 3	Calendário de Eventos do município do Serro – MG - Ano de 2011.	58
Quadro 4	Proposta de construção de cinema pelo Prefeito do Serro.	151
Quadro 5	Proposta de construção de cinema.	152

## ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>Carpe</b>	Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado
<b>CNRC</b>	Centro Nacional de Referência Cultural
<b>Copasa</b>	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
<b>DCR</b>	Divisão de Conservação e Restauração
<b>DET</b>	Divisão de Estudos de Tombamento
<b>DPHAN</b>	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>Emater</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>Embratur</b>	Empresa Brasileira de Turismo
<b>Finep</b>	Financiadora de Estudos e Projetos
<b>FNPM</b>	Fundação Nacional Pró-Memória
<b>IBDF</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
<b>IBPC</b>	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
<b>IEPHA</b>	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
<b>IPEA</b>	Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MIC</b>	Ministério da Indústria e do Comércio
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>PCH</b>	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas
<b>PHAN</b>	Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>PNM</b>	Programa Nacional de Museus
<b>Seplan</b>	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
<b>SPHAN</b>	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

<b>Sudene</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>UFOP</b>	Universidade Federal de Ouro Preto
<b>UNESCO</b>	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

## INTRODUÇÃO

A expressão inicial do título — **O feito e o efeito** — sintetiza o eixo norteador deste trabalho.

O **Feito** refere-se às ações promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao longo das últimas sete décadas, para a proteção do patrimônio histórico e artístico do Brasil, em especial, as ações no conjunto urbano da cidade do Serro. O **Efeito** relaciona-se às memórias e às representações, construídas em diferentes discursos de agentes e sujeitos que vivenciaram essas ações, no processo de proteção desse conjunto urbano.

O tema central da pesquisa é o processo de proteção de conjuntos urbanos. O trabalho foi desenvolvido pela análise comparativa dos elementos acima, que fundamentam o entendimento aqui apresentado de tal processo. Dessa forma, os acontecimentos e discursos estudados nesta tese permitem avaliar alguns aspectos que podem subsidiar e integrar as ações de preservação. Assim, variados interesses, muitas vezes geradores de tensões, poderão ser harmonizados.

O tombamento do Serro é aqui identificado na condição de **Feito**; e as memórias e representações consequentes deste ato constituem o **Efeito**. Portanto, formula-se a seguinte Hipótese:

**As práticas oficiais do processo de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro foram determinantes para a construção das memórias e das representações deste Patrimônio.**

O objetivo geral desta tese é investigar, no recorte temporal que abrange o ano de 1938 até o tempo presente, as memórias e representações construídas em discursos relativos ao processo de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade do Serro. Para isso, foram consideradas a evolução urbana dessa cidade, a caracterização morfológica do conjunto e as principais alterações que ali ocorreram após o tombamento.

O método utilizado abrange dois eixos. O primeiro, direcionado para a investigação da memória oficial da preservação do conjunto urbano do Serro, constituído pelos discursos e ações do IPHAN. Nessa investigação, os

procedimentos adotados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. O segundo eixo dirigiu-se para a investigação das memórias dos moradores da cidade. Nesse âmbito, os procedimentos adotados foram a pesquisa documental, a bibliográfica e a de campo.

Na pesquisa bibliográfica, foram estudados os conteúdos de livros, periódicos e boletins, que forneceram as informações básicas para o estudo das ações do IPHAN. Na pesquisa documental, foram consultados os arquivos da instituição - Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro e o Centro de Documentação e Informação, na 13ª SR, em Belo Horizonte - onde foram levantados os documentos específicos do processo de proteção institucional da cidade do Serro.

Face ao grande número de documentos consultados nesses arquivos, a identificação dos documentos originais foi feita por fotografia e sua posterior catalogação, o que facilitou o reconhecimento dos tipos e categorias das informações. Os documentos consultados no Arquivo Central do IPHAN pertencem às séries Atividades Técnicas, Obras, Legislação e o Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro (P 065-T38). No Centro de Documentação e Informação da 13ª SR, em Belo Horizonte, os documentos consultados pertencem às Pastas Serro. (Serro: Pasta do Pró-Memória, Projeto Memória Cultural: Relatório final, Projeto Memória Cultural: Relatório final e transcrição de fitas, Projeto Memória Cultural: Transcrição de fitas, Pasta Artigos de jornal e Pasta Conjunto Urbano). O Apêndice 2 apresenta o modelo desta catalogação.

Na pesquisa de campo, para o estudo das representações dos moradores, foram utilizados os procedimentos relativos à História Oral, conforme estudos de Lucília Neves de Almeida Delgado, Verena Alberti e José Carlos Sebe Bom Meihy<sup>1</sup>.

A História Oral pode ser estudada por meio de dois procedimentos: a história de vida e a história oral temática. A diferença entre estes dois

---

<sup>1</sup> História oral: memória, tempo, identidades, de Lucília de Almeida Neves Delgado; Manual de história oral, de Verena Alberti; e Manual de história oral, de José Carlos Sebe Bom Meihy.

procedimentos é o foco das entrevistas que, no primeiro procedimento, está no narrador (entrevistado), e no segundo, se concentra no tema da entrevista.<sup>2</sup>

Assim, foi utilizada a técnica de entrevistas temáticas, tendo por objetos principais (temática) os elementos constitutivos e a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro (Apêndice 1).

Os resultados do uso desse instrumento possibilitaram o conhecimento e a compreensão de detalhes, pois os entrevistados ampliaram suas narrativas além do roteiro proposto. Portanto, observa-se que as respostas não estiveram restritas às questões preestabelecidas, o que enriqueceu a verificação da Hipótese<sup>3</sup>.

Foi possível observar, no caso específico desta pesquisa, que, mesmo que se tenha trabalhado com um tema definido para as entrevistas, à medida que elas eram realizadas, esse tema, focado nas memórias relativas ao processo de preservação do conjunto urbano do Serro, foi acrescido de outros. Esses novos temas se ligavam direta ou indiretamente ao tema principal. Se alguns deles eram periodicamente retomados nas entrevistas, outros surgiam e passavam a integrar o conteúdo destas mesmas entrevistas, pois se reportavam, de alguma maneira, ao tema principal.

Dessa forma, à medida que as entrevistas eram realizadas, procurava-se abordar novos subtemas incorporados em entrevistas anteriores e percebia-se muitas vezes que eles constituíam importantes conteúdos para o trabalho.

As entrevistas foram conduzidas em dois momentos. O primeiro ocorreu em julho de 2010, durante uma semana, quando foram entrevistadas quatro pessoas, e o segundo, durante duas semanas, em março de 2011, quando foram realizadas 17 entrevistas<sup>4</sup>. Em ambos os períodos, pôde-se também observar um pouco do cotidiano e do ritmo diário da cidade, determinado por seu isolamento e sua topografia.

---

<sup>2</sup> Acerca da distinção entre os dois procedimentos, no livro *Manual de História Oral*, José Carlos Sebe Bom Meihy observa que “dado o seu caráter específico, a história oral temática tem características bem diferentes da história oral de vida. Detalhes da história pessoal do narrador interessam apenas na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central.

<sup>3</sup> O roteiro das entrevistas encontra-se no Apêndice 1.

<sup>4</sup> Dois dos entrevistados em 2010 foram também entrevistados em 2011. O objetivo foi o de complementar o conteúdo das entrevistas.

Ali está impresso um ritmo mais lento, mais compassado. O subir e descer os becos e as travessas que ligam os principais eixos viários permitiu sentir o modo como essa subordinação ao ritmo é ditada pelas características morfológicas da cidade, permitindo também melhor observar as edificações, das mais simples aos casarões assobradados, palacetes e igrejas. A imponência, permanência, importância desses elementos identitários dos serranos se incorporam, de certa forma, à identidade do visitante. E a fruição desses edifícios e dos espaços por eles conformados adquiriram mais sentido e importância, como elementos que têm estruturado as memórias de seus habitantes ao longo dos anos.

Com o objetivo de resguardar a identidade dos entrevistados<sup>5</sup>, eles foram identificados por “Entrevistado 1”, “Entrevistado 2” etc. Tal identificação está apresentada no Apêndice 3, que inclui também suas faixas etárias.

Ao término das entrevistas, procedeu-se à transcrição integral de cada uma delas e em seguida foram classificados os tipos arquitetônicos mais recorrentes: igrejas monumentos históricos, entre eles a Chácara do Barão, o Ginásio Edmundo Lins etc. Nessas categorias, também foram incluídas as edificações importantes já destruídas. A análise dos depoimentos ressaltou os temas mais importantes face à constância de elementos nas lembranças dos entrevistados, o que revelou, no que diz respeito à preservação do conjunto urbano do Serro, a memória coletiva dos moradores.

À documentação consultada no IPHAN, já referenciada, acrescentou-se a leitura dos Boletins SPHAN/FNPM, publicados entre 1979 e 1989, dos quais foram extraídas informações fundamentais para o desenvolvimento das análises realizadas, o que forneceu um quadro das ações do IPHAN durante a época estudada. E a associação das notícias constantes dos Boletins com as notícias dos documentos dos arquivos institucionais possibilitou o conhecimento mais aprofundado das ações do IPHAN no Serro. Entre essas ações destacam-se dois importantes casos estudados: a proposta de criação do Museu Integrado do Serro e o Projeto Memória Cultural, cujo registro tem importante destaque nos Boletins. Conforme já citado, a associação das fontes

---

<sup>5</sup> Essa referência se aplica aos entrevistados de julho de 2010 e março de 2011.

permitiu não somente a leitura como também a análise das ações e fatos que permearam o discurso e as práticas do IPHAN na cidade.

Os dados utilizados para o estudo das memórias e representações dos sujeitos e agentes foram obtidos por meio das entrevistas, pesquisa documental e bibliográfica e observação assistemática da cidade.

Ressaltam-se, no âmbito da pesquisa documental, as valiosas informações fornecidas pelas transcrições das entrevistas do Projeto Memória Cultural, realizadas em 1986, com os moradores do Serro. Essas informações registraram, naquele momento, a percepção que os moradores tinham do processo de preservação do conjunto urbano da cidade e que, associadas às 21 entrevistas realizadas com os moradores, em julho de 2010 e março de 2011, atualizaram a memória do processo e sua situação atual.

Com isto o corpo da tese foi estruturado em quatro capítulos. Os fundamentos teóricos e os conceitos de patrimônio cultural, monumento, monumento histórico, memória e representações, que subsidiam o desenvolvimento do estudo, são abordados no primeiro capítulo - **Conceitos e aplicações**. Neste capítulo, foram estudados os autores Françoise Choay, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Michael Pollack, entre outros que desenvolveram trabalhos nos quais são abordados os conceitos de patrimônio cultural e as maneiras sob as quais as memórias são construídas.

Os conceitos sobre patrimônio histórico, monumento e monumento histórico foram estudados no livro *A Alegoria do Patrimônio*, de Françoise Choay, de 2001, e nas *Cartas Patrimoniais*<sup>6</sup>. Especificamente sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, buscou-se, na legislação federal, a conceituação sobre o assunto<sup>7</sup>.

Na abordagem sobre a construção da memória, o ensaio escrito por Jacques Le Goff em 1984, intitulado *Memória*, analisa os diferentes significados da memória coletiva ao longo da história da sociedade humana. No artigo

---

<sup>6</sup> As Cartas patrimoniais consultadas foram: Carta de Atenas, 1933; Recomendação de Paris, 1964; Carta de Veneza, 1964; Normas de Quito, 1967; Recomendação de Paris, 1972; Recomendação de Nairóbi, 1976 e Carta de Burra, 1980.

<sup>7</sup> Nesse particular, foram estudadas a Constituição Federal de 1934, que fornece as bases para a institucionalização da proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Constituição Federal de 1988, com as emissões sobre o assunto em vigor.

Memória, Esquecimento, Silêncio, publicado em 1989, Michael Pollack discute a construção da memória oficial e da memória clandestina. Já Maurice Halbwachs, em *A Memória Coletiva*, edição de 2006, apresenta os conceitos de memória individual e coletiva, relacionando-os aos espaços. Além dos autores mencionados, os conceitos de Roger Chartier sobre representações deram o suporte teórico necessário à análise desenvolvida no capítulo 4, no item Representações Coletivas.

O segundo capítulo - **Contextos** - composto por três subcapítulos - caracteriza o vetor da pesquisa, ou seja, a forma da cidade, em especial a representada pelo conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro tombado. O primeiro subcapítulo aborda o processo de povoamento e urbanização de Minas Gerais e a urbanização do Serro, contextualizados no Ciclo da Mineração. O subcapítulo aborda também a decadência econômica da cidade, decorrente do esgotamento da extração do ouro e as atividades econômicas que as substituíram. No segundo subcapítulo, foram abordadas as características morfológicas do Serro. Nos textos que caracterizam a morfologia da cidade, procurou-se ressaltar as peculiaridades que lhe conferiram a importância sempre desfrutada ao longo da história, tornando-a merecedora de integrar o grupo das seis primeiras cidades históricas de Minas Gerais tombadas pelo IPHAN.

No estudo da evolução e da morfologia urbana do Serro, foram utilizados dois trabalhos específicos sobre a cidade. O primeiro, *Evolução urbana no Serro*, uma monografia realizada por André Henrique Macieira de Souza em 2006. Nela, o autor estuda a origem do traçado da cidade no período que abrange o início do século XVIII até a expansão ocorrida no final do século XIX. O segundo foi a dissertação de Ana Aparecida Barbosa - *Uma fresta na neblina: estudo da possibilidade do restauro urbano do Serro*, de 2007, na qual a autora analisa a cidade com os princípios artísticos de Camillo Sitte, além de fornecer informações sobre as características morfológicas do Serro.

Além dos trabalhos citados, ressalta-se a importância da obra do memorialista serrano Dario A. F. da Silva, *Memórias do Serro Antigo*, publicado em 1928, na qual descreve a evolução da cidade, desde a sua fundação, no início do século XVIII, até a primeira década do século XX.

O terceiro subcapítulo tratou da caracterização da arquitetura da cidade do Serro, no qual foram utilizados três trabalhos de Sylvio de Vasconcellos. O primeiro, *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*<sup>8</sup>. Nele, o autor faz um estudo dos elementos que compõem os sistemas construtivos da arquitetura no Brasil, abrangendo a arquitetura colonial. No segundo, *Arquitetura*, dois estudos,<sup>9</sup> o autor, na segunda parte da obra, aborda a arquitetura colonial em Minas Gerais. O terceiro é o artigo *Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais*, publicado em 1999, no qual o autor apresenta um estudo da evolução da arquitetura civil no Estado por meio da análise de técnicas construtivas, materiais utilizados etc.

À bibliografia citada, inclui-se a obra de Suzy de Melo sobre o estudo do povoamento e da urbanização e da caracterização da arquitetura das cidades coloniais de Minas Gerais, que permitiu melhor entendimento desses aspectos e do seu reatamento sobre a cidade do Serro.

Incluiu-se também na bibliografia consultada, o Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais: Circuito do Diamante II Serro, de 1980, publicado pela Fundação João Pinheiro, com as descrições dos monumentos da cidade, principalmente no que concerne à arquitetura religiosa, cuja caracterização encontrada foi fundamental para a elaboração desse capítulo. Também se utilizou o livro *Serro do Frio, Vila do Príncipe*, de Tom Maia, Miguel Lins e Tereza Regina Maia, publicado de 1979, por fornecer um estudo detalhado, com desenhos a bico de pena, das fachadas dos edifícios do centro histórico.

O terceiro capítulo - **O Feito: As Ações do IPHAN no Serro** – discorre sobre as ações institucionais do IPHAN na cidade do Serro. A investigação dessas ações se fundamentou em quatro fontes bibliográficas. Dois livros: *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, de Maria Cecília Londres Fonseca, de 1997, e *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*, de Márcia Regina Romeiro Chuva, de 2009. Além desses livros,

---

<sup>8</sup> Neste trabalho foi utilizada a 5ª edição do livro, publicada em 1979. Publicação n. 2, série Patrimônio Cultural, resultado do Convênio SEPLAN – PR/IPHAN/UFMG/FUNDEG, Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos/EAUFMG/1978-1979.

<sup>9</sup> Neste trabalho foi utilizada a 2ª edição do livro, de 1983, publicada em Goiânia, por MEC/SESU/PIMEG-ARQ/UCG.

foram consultadas a dissertação *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*, de Silvana Rubino, de 1991, a tese de autoria de Cristiane Souza Gonçalves, *Experimentações em Diamantina*, e um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado, de 2010. As obras citadas nortearam a sequência cronológica e a análise crítica das ações da instituição dentro do recorte temporal da tese. Além dessas fontes, o livro *Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional*, de Ceça Guimaraens, de 2002, que, em seu capítulo 2, *A função: a identidade nacional*, fornece importantes subsídios para a análise da trajetória do IPHAN.

Este capítulo se subdivide em quatro subcapítulos: o primeiro se relaciona aos antecedentes e à institucionalização da proteção do patrimônio cultural no Brasil. O segundo aborda a trajetória do IPHAN, nos períodos de 1937 a 1967 e de 1967 a 1979, este último incluindo o Programa de Cidades Históricas (PCH), o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e a transformação do IPHAN em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A última parte deste subcapítulo aborda o período de atuação da instituição na década de 1990 sob a denominação de Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e a implantação do Programa Monumenta, em 1995, após o retorno à denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1994. O terceiro subcapítulo refere-se à análise da atuação do IPHAN no Serro, evidenciando, pela apresentação de casos de estudo, a coerência entre o discurso e as ações da instituição. Destacam-se a rotinização das ações demonstradas nas intervenções das edificações e situações de conflito entre o interesse dos proprietários e os interesses relativos à proteção do conjunto urbano daquela cidade. O quarto subcapítulo destaca, no período de 1979 a 1989, duas importantes ações: a proposta de criação do Museu Integrado do Serro e o Projeto memória Cultural.

No quarto capítulo - **O efeito: As Memórias e as representações da Preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro** - a Hipótese da tese é verificada com base nas memórias e nas representações construídas pelos moradores em relação à preservação do conjunto arquitetônico e

urbanístico do Serro. Nesta abordagem, foram utilizadas duas fontes: a primeira, constituída pelos relatos das entrevistas realizadas em 1986 para o Projeto Memória Cultural. Estas entrevistas estão registradas em transcrições datilografadas, depositadas no CDI-13ª SR. A segunda fonte é constituída pelas entrevistas realizadas pelo autor com moradores do Serro em julho de 2010 e março de 2011. Foram acrescentadas a essas duas fontes as obras de cinco autores, memorialistas serranos, que abrangem desde a fundação da cidade até a segunda metade do século XX. Esses trabalhos, exemplares da construção da memória por meio da história do lugar, permitiram o cruzamento de informações e sua complementação, possibilitando a confirmação dos relatos orais, enriquecendo-os e referenciando-os.

Além das obras mencionadas, foram utilizados também os trabalhos de Célia A. Borges e Andréa P. Roberto: a primeira autora aborda a relação entre os moradores e sua cidade enquanto monumento histórico e a segunda elabora um estudo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, importante evento religioso daquela cidade.

Buscaram-se também, para a caracterização dos monumentos históricos relacionados às memórias dos entrevistados, a bibliografia concernente bem como a pesquisa de fotografias e projetos arquitetônicos que pudessem subsidiar as análises efetuadas.

# CAPÍTULO 1 - CONCEITOS E APLICAÇÕES

## 1.1 Patrimônio histórico, monumento e monumento histórico

### 1.1.1 Definições

Neste trabalho, a expressão - Patrimônio Histórico - compreende o conjunto edificado pelas sociedades humanas, constituindo sua cultura, conforme define Françoise Choay:

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* (tecnologia) dos seres humanos. (CHOAY 2001, p. 11)

Para Abbagnano (2007, p. 225), o termo cultura “tem dois significados básicos. No primeiro e mais antigo, significa a *formação* do homem, sua melhoria e seu refinamento”. No segundo significado, o autor define o verbete como:

O produto dessa formação, ou seja, o conjunto de modos de viver e de pensar, cultivados, civilizados, polidos que também costumam ser indicados pelo nome de civilização. (ABBAGNANO, 2007, p. 229)

Ou ainda, conforme a explicação de Hilton Japiassú:

1. Conceito que serve para designar tanto a formação do espírito humano quanto de toda personalidade do homem: gosto, sensibilidade, inteligência. 3. Em oposição à natureza, a cultura possui um duplo sentido antropológico: a) é o conjunto das representações e dos comportamentos adquiridos pelo homem enquanto ser social. Em outras palavras, é o conjunto histórica e geograficamente definido das instituições características de determinada sociedade, designando “não somente as tradições artísticas, científicas, religiosas e filosóficas de uma sociedade, mas também suas técnicas próprias, seus costumes políticos e os mil usos que caracterizam a vida cotidiana (JAPIASSÚ, 1996, p. 61)

Uma ideia que muito se assemelha ao verbete cultura, cujos traços característicos foram encontrados em todas as definições utilizadas até hoje, é explicado por Nicola Abbagnano:

O caráter global ([mas não] sistemático) de uma cultura, na medida em que corresponde às necessidades fundamentais de

um grupo humano, a diversidade dos modos como as várias culturas correspondem a essas necessidades e o caráter de aprendizado ou transmissão da cultura, todos esses são traços característicos expressos por essas definições e que se repetem em quase todas as definições que hoje podem ser consideradas válidas. (ABBAGNANO, 2007, p. 229)

Assim, o patrimônio na condição de bem destinado ao usufruto, constitui tudo o que é de proveito, de utilidade para o uso dos seres humanos. Dessa forma, compreende todos os elementos que fazem parte dessa cultura, sejam aqueles relacionados à arte, sejam aqueles que constituíram formas de tecnologias e os produtos delas decorrentes que deram ou dão suporte à evolução dos seres humanos.

Entre os bens que integram o patrimônio histórico, Françoise Choay aponta a arquitetura como um bem exemplar. Para a autora:

Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações. (CHOAY 2001, p. 12)

A autora refere-se à arquitetura como uma das formas de se materializar a cultura das sociedades humanas, o resultado do acúmulo de conhecimento que dá suporte ao desenvolvimento dessas sociedades. E ao utilizar a arquitetura para abordar o conceito de patrimônio, ela lembra que, até os anos de 1960, as edificações, representantes do patrimônio arquitetônico, eram denominadas de monumentos. Entretanto, a partir dessa época,

(...) os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não pára de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem. (CHOAY 2001, p.12)

Quando foi criada a Comissão dos Monumentos Históricos na França, em 1837, havia três categorias de monumentos históricos: “[...] os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos” (CHOAY 2001, p.12). Após a Segunda Guerra Mundial, apesar de o número de bens dos inventários patrimoniais ter aumentado, sua natureza permaneceu a mesma. Mais tarde incluíram-se no rol do patrimônio todas as classes de edificações, públicas e privadas. Por isso, a categorização ou a classificação do que vem a ser patrimônio foi ampliada. O nível de interesse também foi aumentado, e os exemplares arquitetônicos não monumentais da

chamada “arquitetura menor” ou aqueles de interesse puramente local foram também incluídos como parte do patrimônio.

Outro aspecto relevante é que não são apenas os edifícios isolados, considerados como patrimônio, mas os conjuntos de edificações, a malha urbana ou mesmo cidades inteiras aparecendo então com a designação de “centro histórico”.

Os centros históricos<sup>10</sup> são áreas de especial interesse das cidades por suas características físicas enquanto elementos integrantes da formação da cidade e, em maior abrangência, testemunho do processo cultural construído ao longo do tempo histórico. Segundo a concepção dialética definida por Gutiérrez, englobam todas as manifestações ocorridas num determinado lugar, ainda que se oponham entre si por serem parte do aspecto dinâmico da construção de uma cultura. Nesta linha de pensamento ele afirma que o tempo histórico é aquele que “assume plenamente todas as manifestações, mesmo as contraditórias” de um grupo social, pelo conjunto de experiências acumuladas ali ocorridas e transmitidas geração após geração.

Na definição de Gutierrez, os centros históricos abrangem um conjunto arquitetônico cujo valor estético o coloca em relevo. O autor destaca o fato de ele estar estreitamente relacionado aos habitantes da cidade por vincular-se ao processo cultural da mesma. Em sua concepção,

Centros Históricos constituem áreas homogêneas que conferem identidade aos habitantes das cidades latino-americanas, ao mesmo tempo em que as caracterizam e lhes servem de testemunho. (GUTIÉRREZ, 1989, p, 135)

Monumento e monumento histórico são aparentemente termos com significado idêntico. Entretanto, entre eles há características que os diferenciam e devem ser ressaltadas, conforme assinala Françoise Choay ao conceituar monumento:

[...] tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. (CHOAY, 2001, p. 18)

---

<sup>10</sup> Conjuntos arquitetônicos urbanos.

O monumento possui função específica, seu objetivo é atuar de forma clara sobre a memória das pessoas, levando-as a lembrar o fato para o qual o ele foi erigido, remetendo-o ao presente, fazendo-o vivo. Para Choay, o monumento contribui efetivamente para a manutenção e a preservação das identidades, sejam elas quais forem: étnica, religiosa, tribal ou familiar. É ainda, segundo a mesma autora, um “dispositivo de segurança” contra o esquecimento das origens.

Os valores de rememoração do monumento são definidos na Introdução do livro **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e a sua gênese**, de Alois Riegl, os quais incluem o valor histórico, o valor de rememoração intencional e o valor de antiguidade.

Valor histórico é o mais abrangente. Dotado de singularidade e insubstituível, pode ser postulado para qualquer traço sobrevivente do passado. Ao valor histórico, porque remete à ancestralidade ou ao cânone de que é testemunha, interessa a integridade do monumento, sem que tenham, sido alteradas suas características. Portanto, ele permite e até solicita o trabalho de recuperação e restauro, garantindo a sua perenidade como fonte histórica.

Valor de rememoração intencional: grande parte dos monumentos desse valor sucumbiram à medida que as gerações posteriores se distanciaram daquelas que os haviam faturado, principalmente quando o interesse pela preservação ainda não existia de forma abrangente. Somente com o passar do tempo e com a evolução desse valor intencional (especialmente a sua inclusão no valor histórico), o propósito de sua preservação frente à força do tempo – a restauração – consolidou-se.

Valor de antiguidade é definido como aquele de maior poder de sensibilização para a massa e o público culto, pois as marcas do tempo provocaram um sentimento de piedade em relação aos velhos edifícios e objetos, e indiciam, antes de qualquer valor, o sentimento da passagem do tempo. Nesse sentido, pretende ser universal, sobrepondo-se ao valor histórico, que repousa sobre um fundamento científico-documental. (RIEGL, 2006, p. 38)

Especificamente a este trabalho interessa o valor histórico, no qual se enquadram os conjuntos históricos, e em especial aquele que é vetor do presente estudo, o conjunto arquitetônico da cidade do Serro.

### **1.1.2 As Cartas Patrimoniais, a Constituições Federais e o Decreto-lei 25/37.**

As Cartas Patrimoniais descrevem e definem o que é patrimônio cultural, bem cultural, monumento histórico e conjunto histórico. Alguns dos exemplos são descritos abaixo:

#### Carta de Veneza, Noção de monumento histórico:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de um evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 1-2)

#### Recomendação de Paris, 1964: Definição de bens culturais

São considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1964, p. 2)

#### Recomendação de Paris: Definição de patrimônio cultural

... serão considerados como patrimônio cultural:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1972, p. 2)

### Recomendação de Nairóbi: Definição de conjunto histórico

Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Entre esses “conjuntos”, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade. (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976, p. 3)

### Carta de Burra: Definição de bem cultural

O termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou uma outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam um significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno que pertence.

O termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.

A substância será o conjunto de materiais que fisicamente constituem o bem. (CARTA DE BURRA, 1980, p. 1)

Como se pode depreender, as diversas emissões complementam e ampliam os conceitos relativos ao patrimônio cultural, caracterizando os seus elementos e relacionando-os aos espaços em que estão localizados.

No Brasil a proteção do patrimônio artístico e cultural é referenciada nas Constituições Federais, conforme os tópicos relacionados a seguir. A primeira dessas referências está presente na Carta Magna de 1934.

Constituição de 1934:

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger [grifo nosso] os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934).

#### Constituição de 1937:

Art. 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção [grifo nosso] e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (BRASIL, 1937)

#### Constituição de 1946:

Art. 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção [grifo nosso] do Poder Público. (BRASIL, 1946)

#### Constituição de 1967:

Art 172 - O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único - Ficam sob a proteção [grifo nosso] especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas. (BRASIL, 1967)

#### Constituição de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá [grifo nosso] o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988)

A Constituição de 1988 que apresenta uma definição mais abrangente do que é Patrimônio Cultural, complementando e ampliando o conteúdo do Decreto-lei 25/37 que trata do assunto, cuja definição é dada a seguir. As demais cartas constitucionais apenas se referem ao “patrimônio, bens, documentos, etc”. A Constituição de 1988 avança no sentido de prever as formas e os responsáveis pela proteção do patrimônio cultural.

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Em todas as cartas constitucionais a competência da proteção ao patrimônio cultural é atribuída ao Estado. A Constituição Federal de 1988 insere na definição de patrimônio outros componentes além daqueles definidos pelo Decreto-lei 25, conforme consta da comparação entre as duas emissões, feitas no Quadro 1. Da mesma forma, esta Carta Magna altera os elementos que legitimam a proteção do patrimônio, extrapolando “a vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”. Vai além, pois se refere “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Quadro 1		
Definição de Patrimônio no Decreto-lei 25 e na Constituição de 1988		
	Decreto-lei 25	Constituição de 1988
O que é?	Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país.	Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
Por que é?	Por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.	Portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Como se pode depreender, as cartas patrimoniais, a constituição e o decreto-lei 25 consistem em emissões que são fundamentais para a preservação do patrimônio cultural, em especial, no Brasil.

## 1.2 Memória

### 1.2.1 Conceitos

Em seu ensaio “Memória” (1984), Jacques Le Goff define como objeto de análise a memória coletiva. O autor faz uma passagem pelos seus diferentes significados nas sociedades humanas ao longo de sua história. Partindo do pressuposto de que a memória coletiva tem como função dar fundamento à existência das etnias ou das famílias, o autor discorre sobre as formas de registro da memória e sua finalidade.

Nas sociedades sem escrita, extintas ou não, a memória coletiva é dada pela dimensão narrativa e outras estruturas da história cronológica dos acontecimentos e tem a função de reter os conhecimentos mais importantes da sociedade a que ela se refere. A ordenação da memória coletiva nesses grupos é feita em torno da identidade coletiva do grupo, prestígio das famílias dominantes.

Com o aparecimento da escrita, a memória coletiva atingiu um duplo progresso. Em primeiro lugar, assumiu a forma de inscrição (epigrafia), em monumentos comemorativos de acontecimentos memoráveis. Em segundo lugar, passou a ser registrada por meio do documento escrito<sup>11</sup>. O registro da memória permitiu transmitir o conhecimento através do tempo e do espaço.

Durante a Idade Média, a memória coletiva ocidental, em função do poder da Igreja, se dividiu em memória litúrgica — cujas funções eram as de registro das cerimônias e ritos da Igreja — e a memória não eclesiástica, laica.

A partir do Renascimento até os dias atuais, são observados vários progressos tanto na memória escrita quanto na figurada.

O registro das memórias dos grupos sociais e sua análise são fundamentais para a compreensão de processos que ocorrem ao longo da sua história e nos espaços por eles habitados. São as memórias, nas suas mais variadas formas de registro, a principal fonte de compreensão dos fatos ocorridos que dão sentido à identidade dos lugares e à dinâmica de sua existência.

---

<sup>11</sup> Esse registro feito nos diversos suportes destinados à escrita que passaram a ser utilizados pelas sociedades humanas ao longo de sua evolução (osso, estofa, pele, folha de palmeira, carapaça de tartaruga, papiro, pedra, pergaminho e papel).

### 1.2.2 A memória individual e a memória coletiva

A memória individual é definida por Maurice Halbwachs como o testemunho que utilizamos para recordar eventos vistos e não vistos. Estes últimos são aqueles sobre os quais, no passado, a partir do testemunho de outras pessoas, tenha se formado uma opinião. Por esta razão não existe, para Halbwachs, uma clara distinção entre memória individual e coletiva.

Assim, quando voltamos a uma cidade em que já havíamos estado, o que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro de que muitas partes foram esquecidas. Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências. (HALBWACHS, 2006, p. 29)

A presença de uma pessoa não é necessária no compartilhamento de suas lembranças. O fato de já termos convivido com essa pessoa permite que evoquemos um evento a partir de suas lembranças, ainda que elas não sejam as mesmas que as nossas. Isto porque, segundo Halbwachs, nossas lembranças são coletivas. Nossa visão de mundo nos é dada por nossas lembranças, que são construídas e reformuladas coletivamente. Tanto quanto as lembranças de outrem participam e alteram as nossas, o mesmo acontece com as nossas lembranças em relação às dos outros.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. HALBWACHS (2006, p. 30).

As nossas lembranças entrelaçam-se nos diversos momentos de nossa vida, quer no passado ou no presente. Quer dizer, os acontecimentos do presente se integram ao nosso conjunto de lembranças, ao nosso referencial de experiências vividas, integrando às nossas vivências passadas aquilo que experimentamos no presente. E nesse conjunto de lembranças também se encontram as lembranças de outros. Halbwachs mostra que as lembranças de outras pessoas são fundamentais à nossa memória. Mesmo sem termos vivenciado pessoalmente um determinado acontecimento, é possível fazê-lo através da vivência dos outros. E quando vivenciamos um acontecimento igual

ou semelhante, veremos que ele nos é familiar, pois já integra a nossa memória.

Nossa memória é composta por lembranças de fatos vividos individualmente e daqueles que vivenciamos com e através de outras pessoas.

Ainda na concepção desse autor, existe uma interação das memórias coletivas e individuais. Para cada experiência apresentada observa-se que o interesse desperto, a perspectiva sob a qual se vivencia o momento estabelece analogias com pontos de vista de outras memórias, cada uma na sua especificidade, com seu conhecimento. Esse comungar de lembranças nos coloca em vários grupos e torna possível uma experimentação mais rica, que não seria possível sem a presença das outras memórias.

Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estivesse sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo, o que compunha com o arquiteto e com as pessoas a que ele servia de intérprete junto a mim, ou com o pintor (e seu grupo), com o geômetra que desenhou o mapa, com o romancista. (HALBWACHS, 2006, p. 31)

Apesar disso, também é possível que fatos ou eventos vivenciados no passado não nos tenham deixado nenhum traço ou vestígio na lembrança. Nessas circunstâncias, o testemunho de outras pessoas não é suficiente para que esses fatos sejam por nós rememorados, ainda que estivéssemos presentes. Para Halbwachs, é necessária a existência de algum elemento que seja relacionado ao fato descrito pelo grupo para que possamos reconstituí-lo como fato realmente vivenciado.

Assim como é preciso introduzir um germe em um meio saturado para que ele cristalize, o mesmo acontece neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente de rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças. Ao contrário, quando uma cena parece não ter deixado nenhum traço em nossa memória, se na ausência dessas testemunhas nos sentimos completamente incapazes de reconstruir qualquer parte dela, os que um dia a descreverem poderão até nos apresentar um quadro muito vivo da cena – mas este jamais será uma lembrança. (HALBWACHS, 2006, p. 32-33)

Porém, o autor não quer, com o exposto no parágrafo anterior, afirmar que o fato de não nos lembrarmos de algo testemunhado pelo grupo, queira dizer que não compartilhemos lembranças que lhe sejam comuns.

As lembranças pertinentes ao grupo podem não ser retidas por alguém que de certa forma tenha feito parte dele. O ponto de vista do membro desse grupo é um fator determinante em sua retenção ou não.

Halbwachs condiciona as lembranças à existência do grupo. Na medida em que o grupo se desvanece, os eventos a ele relativos se perdem em função da inexistência de referência representada pelo grupo. Da mesma forma que essas lembranças estariam relacionadas aos seus membros, que eram individualizados em função do seu espaço nesse grupo.

Todas as lembranças que poderiam ter origem dentro da turma se apoiavam uma na outra e não em recordações exteriores. Assim, por força das circunstâncias, a duração de uma memória desse tipo estava limitada à duração do grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 31)

E em se considerando a vinculação de um lugar e de um grupo social, entende-se a inexistência da memória individual, visto que, na concepção desse autor, ela adquire referências da memória coletiva, ou seja, as memórias individuais só podem ser evocadas se forem referidas às memórias externas de outras pessoas.

### **1.2.3 A memória oficial e a memória clandestina**

A perspectiva de Pollak (1989) se baseia justamente nas oposições entre a memória oficial (na memória nacional, que se constrói a partir/pelas classes dirigentes/dominantes) e aquela construída pelas minorias ou maiorias excluídas/dominadas.

E nesse ponto, crê-se ser possível questionar se a memória construída ao longo dos processos de preservação nas cidades históricas também não desconsidera/ou as memórias das classes excluídas/dominadas?

Esta memória oficial, em busca de uma identidade nacional, representada pelo acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico, determinada

a partir de um modelo proposto por um grupo de intelectuais, todos eles advindos das classes dirigente-dominantes não era a memória desse grupo, conforme definição, constituído de pessoas que desempenharam papéis recíprocos, segundo determinadas normas, interesses e valores sociais, para a consecução de objetivo comuns a essa classe?

E no momento em que se desencadeou a oficialização da preservação no Brasil – através de um decreto – não houve a participação dos moradores que habitavam as cidades atingidas pelos tombamentos, aqui, em especial, a do Serro. E quais foram as memórias tecidas por esses atores ao longo desse processo? Como e sob quais circunstâncias elas foram repassadas às gerações posteriores?

Acredita-se que a partir das memórias e das representações desses moradores relacionadas a esse processo, seja possível responder aos questionamentos acima. A confrontação entre as duas memórias pode apresentar esse provável embate que configura as diferenças de interesses, a exclusão de um grupo e a distância entre o oficial e o clandestino.

Retomando Michael Pollack, este autor utiliza dois momentos que ele identifica como *destalinização* na União Soviética que minaram e por fim botaram abaixo a memória de dominação, imposta até então.<sup>12</sup>

Nesse exemplo, esse mesmo autor ainda mostra que, memórias que são mantidas como verdades absolutas de um sistema dominante, representado por uma ideologia ou um estado, são contemporâneas e dissociadas das memórias pertencentes à sociedade civil, que ele denomina de “clandestina”, que se apresenta impossibilitada de se expressar, por se opor à memória oficial. Entretanto, quando existe alguma brecha, uma fissura em que se permite emergir essas memórias, “previsões múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso as reivindicações de diferentes nacionalidades”. (POLLAK 1989, p. 2)

---

<sup>12</sup> Os momentos a que Pollak se refere no texto são: o primeiro quando do XX Congresso do PC Soviético, em 1956, em que Nikita Krushev denunciou as atrocidades cometidas por Stalin e, posteriormente, nos anos 1980, quando da abertura provocada pela glasnost e pela perestroika, com a reabilitação de dissidentes soviéticos e postumamente, de dirigentes perseguidos no período de Stalin, gerou movimentos no meio intelectual despertando antigos ressentimentos que resultaram em um projeto de monumento à memória das vítimas do período stalinista.

E nos depoimentos dos entrevistados no Serro, como se poderá perceber, muitas vezes essas memórias afloram, sob forma de protesto, contrapondo-se, não à preservação em si, mas justamente à forma como esse processo foi conduzido no passado.

O autor também realça pontos importantes nessa relação entre dominação e dominado no campo das memórias. O primeiro se refere à necessidade de mudanças políticas se associarem a revisões críticas do passado, o que é, segundo ele, imprevisível, na medida em que a classe dirigente não possui controle da dimensão das mudanças a partir do rompimento dos dogmas estabelecidos. O segundo se refere à importância da transmissão oral da memória clandestina numa sociedade em que os veículos de comunicação estão a serviço da manutenção do discurso e da memória oficial.

O autor ressalva, entretanto, que a fenda entre as duas memórias não leva, necessariamente, a posições de confronto entre o Estado e a sociedade civil.

Em resumo, o que se pode expor e o que permanece ou é mantido subjacente definem, na opinião de Pollak, a memória da sociedade civil dominada, de grupos específicos, e aquela imposta pelo Estado, ou pelo grupo dominante.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é

indispensável para superar a simples "montagem" ideológica, por definição precária e frágil. (POLLAK, 1989, p. 8-9)

Assim, o estudo das memórias coletivas requer o conhecimento das funções a ela atribuída, as ligações entre os componentes do grupo e o resguardo dos limites de tudo o que lhe é comum.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 9)

E então quais seriam as funções da memória do IPHAN em relação ao Serro? Em primeiro lugar, é necessário enquadrar esta memória dentro do limite que engloba a função dessa instituição, constituída desde a sua criação, para a preservação de bens aos quais são atribuídos valores, a partir de um modelo estabelecido dentro de um contexto maior, em um determinado período, marcado por uma determinada política nacional que, por sua vez, determinava valores à cultura.

Como se sabe e é fato, o momento em que as funções do IPHAN lhe foram atribuídas, buscava-se, a partir da referida política, um sentimento de nação. Presume-se, daí, que a convergência de interesses com os ideais do grupo de intelectuais que lideravam o movimento moderno, imbuídos em uma busca de uma cultura nacional, foi um movimento natural. Não obstante, é preciso entender que as ações iniciais do IPHAN, que irão constituir as memórias oficiais, advêm desse contexto. E a sua relação com as memórias dos moradores, que na linguagem de Pollak constituem o grupo dos "dominados", obrigados a acatar essas memórias construídas sob a força de uma legislação oficial, deve ser também analisada dentro desse contexto.

É possível que a abordagem das histórias orais que irão compor as memórias dos entrevistados desse grupo não seja tão contraditória àquelas

estabelecidas pela memória oficial. A considerar-se que as ações de preservação do Estado atendiam às necessidades prementes, ou seja, à salvação do que estava por ruir – conjunto arquitetônico como um todo de edificações civis, religiosas e institucionais - presume-se que hoje essas memórias em parte concordem com a memória oficial.

Nesses 70 anos de história do IPHAN, as memórias construídas ainda objetivam a coesão de um conjunto de valores distante da realidade dos lugares e fronteiras de um Estado inexistente. Se o referido processo de preservação trouxe resultados ou consequências que criaram rupturas na identidade do lugar é o objetivo deste trabalho investigar as memórias a fim de se entender essas relações.

Assim, a análise entre a trajetória de preservação e as memórias e representações dos moradores envolvidos nesse processo irão confirmar ou descartar essa hipótese.

Por outro lado, é preciso considerar a possibilidade de o IPHAN ter, ao longo desse processo, alterado os discursos, corrigido os rumos de sua política, de forma a modificar a memória que perpassa a sua existência, enquadrando-a segundo a análise da sua própria atuação, como ainda ressalta Pollak:

Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência. À luz de tudo o que foi dito acima sobre as memórias subterrâneas, pode-se colocar a questão das condições de possibilidade e de duração de uma memória imposta sem a preocupação com esse imperativo de justificação. Nesse caso, esse imperativo pode se impor após adiamentos mais ou menos longos. Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes freqüentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem

dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 9-10)

Nesta investigação foi determinante avaliar em ambos os grupos os enquadramentos que definem as fronteiras das memórias. O que não foi possível considerá-las ao longo de todo o processo fixas. Elas podem ter sido, em diversos momentos, adequadas segundo os interesses vigentes.

Considerando que a alimentação do enquadramento das memórias é feita pelo material fornecido pela história, é preciso atentar para essa relação, ou seja, como as memórias do lugar e das instituições se relacionam aos fatos históricos e se estão ou não a eles relacionados, ou como à parte desses fatos, as memórias são construídas e impostas. Isto porque a validade das memórias fundamenta-se na constante avaliação, atenta às mudanças. Estas, ao mesmo tempo, não devem causar alterações repentinas.

Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 9-10)

Este sentido é analisado através dos discursos dos entrevistados. A considerar-se que eles “defendem” uma memória construída para atender a seus interesses, pois possivelmente aqueles que falam dessas memórias as enquadrem dentro de um discurso que reforce e mantenha os limites traçados entre a memória construída e a estabelecida. Assim, a análise das histórias orais, principal testemunho dessas memórias não deve desconsiderar essas possibilidades. Mas como identificar o que contem de “fabricado” no discurso? Como avaliar esses elementos?

Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão. Esse papel existe também, embora de maneira menos claramente definida, nas associações de deportados ou de ex-combatentes. Pode-se perceber isso quando se aborda, no contexto de uma pesquisa de história oral, os responsáveis por tais associações.

Se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de "historiadores da casa".(POLLAK, 1989, p. 10)

Quer dizer, o que esse autor também sublinha é a importância das memórias coletivas impostas dentro de um devido enquadramento, como um dos elementos de coesão e estruturação social.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. (POLLAK, 1989, p. 10)

A coexistência harmoniosa entre as inúmeras memórias coletivas e a memória nacional, aquela institucional, imposta pelo Estado ou pelas instituições, não cria situações de tensão ou rupturas. Ela, segundo Pollak, nos momentos de estabilidade passa despercebida. Seu aporte exige a utilização das histórias orais, a fim de elas sejam identificadas e possam ser estudadas.

Quando elas se integram bem na memória nacional dominante, sua coexistência não coloca problemas, ao contrário das memórias subterrâneas discutidas acima. Fora dos momentos de crise, estas últimas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral. Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. (POLLAK, 1989, p. 10)

#### 1.2.4 A importância da memória para a cidade

O artigo de Maurício de Almeida Abreu intitulado **Sobre a memória das cidades** (1998) analisa as relações que estão sendo estabelecidas entre os núcleos urbanos e seus usuários através dos processos de construção e de valorização da memória desses lugares. A análise é feita a partir de uma

abordagem definida por três eixos: no primeiro, o autor procura caracterizar o pano de fundo que emoldura a valorização do passado; no segundo, ele busca uma conceituação do que se entende por memória, em que ele define o que vem a ser “memória urbana” no Brasil, memória individual, memória coletiva, cidade como lugar de memória, memória e história e a memória das cidades; no terceiro e último, é abordado o papel da geografia no resgate da memória.

Os dois primeiros eixos são de suma importância para o objetivo deste trabalho. O primeiro refere-se a valorização do passado que ocorre no tempo presente e reflete um novo traço caracterizador dos grupos sociais e dos conjuntos espaciais, nos quais eles estão inseridos. As razões enumeradas são várias e podem ser destacadas. Uma delas é a extrema rapidez dos acontecimentos, em decorrência da globalização, o que leva a sociedade a uma busca por elementos que sejam próprios de uma determinada identidade. Outra razão seria o descrédito no futuro, o que define um tempo de transição pelo qual passa a humanidade, caracterizado por momentos de ruptura. A atenção voltada para a memória leva à revalorização do que foi construído no passado. A Dialética: o desaparecimento do lugar, determinado pela velocidade das comunicações, fazendo com que todos os lugares sejam semelhantes, enquanto que singularidade, representado pelo único, o especial, o diferenciado, reforça a necessidade da busca pela individualidade.

Para Abreu, no que se relaciona à memória urbana, apesar de o Brasil ser um país de cidades novas, algumas delas remontam ao período da colonização. Entretanto, poucas são as que preservaram porções consideráveis dos primeiros períodos de sua existência, ou seja, um número expressivo de seus objetos arquitetônicos, integrantes da sua memória urbana. Como exemplo, o autor cita o Rio de Janeiro, cidade fundada no século XVI, onde atualmente a maior parte do patrimônio edificado corresponde ao século XIX, em substituição às edificações originais. Ou ainda a cidade de São Paulo, fundada no século XVI onde pouco resta do período colonial e imperial. A percepção do passado na cidade é mais visível a partir da primeira metade do século XX. O mesmo também acontece em Olinda, fundada no século XVI, patrimônio cultural da humanidade, com acervo arquitetônico formado por exemplares ecléticos e de *art-déco*. Entretanto, o mesmo autor ainda assinala

que, cidades como Salvador e Ouro Preto mantêm um conjunto relativamente preservado, em decorrência de uma longa decadência econômica que reduziu a perda dos seus acervos e não por alguma pretensão local.

Embora pouco reste da memória urbana, nota-se uma mudança de atitude, buscando-se preservar o que restou dos vestígios do passado das cidades, sublinhando uma mudança no relacionamento da sociedade brasileira com suas memórias. Na Europa, o vivenciar do presente e a construção do futuro teve no passado sua âncora espiritual e material: a memória funcionou como exemplo e foi preservada. No Brasil, nas décadas passadas o passado foi rejeitado, seus vestígios apagados; na atualidade busca-se a revalorização, a recuperação e a restauração de ruínas das paisagens urbanas.

A memória urbana é elemento básico para a construção da identidade de um lugar. E a busca pela reconstrução da memória urbana nada mais é do que a tentativa de se recuperar a própria identidade, a razão de ser dos lugares. A recuperação do caráter individual das cidades reconquista o caráter de lugar, da construção das relações entre os indivíduos que ali vivem e compartilham as suas experiências e, esse compartilhamento, pouco a pouco, traduz-se na construção da sua cultura.

Se a memória urbana é construída pela memória de cidadãos, é então fundamental entender o significado da memória individual para a compreensão do que vem a ser a memória coletiva, que constitui a memória urbana. A memória individual, segundo Abreu (1998, p. 82) é “uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações”.

A memória individual é fundamental para recuperar a memória das cidades, posto que a partir das lembranças das pessoas é possível recuperar momentos urbanos passados e formas espaciais desaparecidas. As histórias orais, as lembranças dos velhos são por esta razão fundamentais ao entendimento de um lugar.

A memória individual é subjetiva e única, ela registra as informações da visão de mundo de cada indivíduo. E essa visão é interpretativa, definida a partir de experiências acumuladas e que sofreram influência da visão de

mundo formada pelo grupo social ao qual pertence esse indivíduo. Entretanto, por ser subjetiva é manipulável, o que pode levar a deformações do espaço real; é necessário parcimônia ao utilizar-se da memória individual para a reconstrução dos lugares e dos seus significados.

A memória coletiva retém o que é capaz de viver na consciência do grupo. Elas se eternizam mais em registros, em documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem, e esses documentos transformam as memórias coletivas em memórias históricas, preservam a memória da cidade e permitem contextualizar os testemunhos do passado que, permaneceram na paisagem por estabelecer relação entre os vestígios concretos e os registros das memórias coletivas.

Abordando a cidade como um lugar de memória, Abreu a define como sendo “um coletivo de vivências heterogêneas”. A cidade adere e liga indivíduos, famílias e grupos sociais entre si, por isso, impede que suas memórias fiquem à deriva no tempo. Ela referencia e é referência para esses grupos sociais. Referencia na medida em que sua existência é o resultado do conjunto de existências que a construiu; referência por ser modelo para a construção das existências no porvir.

Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas, aquelas que subsistem são memórias especiais, geralmente ligadas às estruturas de poder. Pois as classes de poder justamente criaram instituições de memórias para eternizá-las, o que lhes interessava.

Portanto, retomar os registros da memória coletiva de uma cidade significa reviver seu passado, eternizar seu presente e garantir ao futuro um lastro de memória fundamental para a sua identidade.

### **1.3 Representações coletivas**

No ensaio **O mundo como representação** (1991), Roger Chartier afirma que as mudanças que marcam o trabalho histórico no final da década de 1990 se baseavam nas alterações apresentadas na prática da pesquisa

histórica. Da mesma forma, eram alterados os princípios que o delineavam há aproximadamente trinta anos, os quais, segundo o autor, eram o projeto de uma história global, a definição territorial dos objetos de pesquisa e a primazia dada ao recorte social.

A renúncia a esses princípios levaram a uma abordagem que considerasse outros elementos. Nesse sentido, a compreensão das sociedades em suas especificidades constituiu uma das abordagens que abriram caminho para o estudo das suas práticas e representações, considerando a sua complementaridade, conforme explica o autor:

Renunciando, de fato, à descrição da totalidade social e ao modelo Braudeliano, que se tornou intimidante, os historiadores tentam pensar os funcionamentos sociais fora de uma divisão rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas) e sem que o primado fosse dado a um conjunto particular de determinações (quer fossem técnicas, econômicas ou demográficas). Daí, as tentativas feitas para decifrar diferentemente as sociedades, penetrando o Dédalo das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, obscuro ou maior, o relato de uma vida, uma rede de práticas específicas) e considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias ou afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo (CHARTIER, 2002, p. 66)

Tendo como objetivo a análise do processo de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro buscou-se investigar, a partir das práticas discursivas e concretas empreendidas pelo IPHAN, as representações construídas pelos moradores dessa cidade. Nesse sentido, o entendimento do significado do termo “representações” foi fundamentado basicamente nos estudos desenvolvidos por Roger Chartier.

Em artigo que trata da contribuição de Roger Chartier para a História Cultural, José D’Assunção Barros apresenta algumas noções e discussões o que, segundo o autor constituem um esboço do campo de ação da História Cultural; a qual abarca vários estudos, incluindo dois que interessam diretamente a este trabalho que são as práticas e as representações.

[...] esta modalidade historiográfica abre-se a estudos os mais variados, como a “cultura popular”, a “cultura letrada”, as “representações”, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação

cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de “cultura”. (BARROS, 2005, p. 126)

Segundo Barros (2005, p. 130), a História Cultural tem nos historiadores franceses Roger Chartier e Michel de Certeau dois dos seus principais representantes. Considerando o enfoque deste trabalho, as noções as quais lhe servirão de suporte são aquelas definidas pelo primeiro historiador, posto que:

[...] a contribuição decisiva de Roger Chartier para a História Cultural está na elaboração das noções complementares de “práticas” e “representações”. De acordo com este horizonte teórico, a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações” como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. (BARROS, 2005, p. 131)

As noções complementares de “práticas e representações” são bastante úteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes. (BARROS, 2005, p. 135)

#### Na acepção de Serge Moscovici, o conceito de representação

[...] exprime, em primeiro lugar, uma relação com o objeto e que preenche um papel na gênese dessa relação. Um de seus aspectos, o perceptivo, implica a presença do objeto; o outro, o espírito conceitual, a sua ausência. Do ponto de vista do conceito, a presença do objeto, inclusive a sua própria existência, é inútil; do ponto de vista da percepção, a sua ausência ou a sua inexistência são uma impossibilidade. A representação mantém essa oposição e desenvolve-se através dela; ela *re-presenta* um ser, uma qualidade, à consciência, quer dizer, presente uma vez mais, atualiza esse ser ou essa qualidade, apesar de sua ausência ou até eventual inexistência. Ao mesmo tempo, distancia-os suficientemente de seu contexto material para que o conceito possa intervir e modelá-los a seu jeito. Portanto, de um lado, a representação segue a esteira de um pensamento conceptual, pois que a condição de seu aparecimento é uma supressão do objeto ou da entidade concreta; mas por outro lado, essa supressão não pode ser total e, a exemplo da atividade perceptiva, a representação deve recuperar esse objeto ou essa entidade e torná-los “tangíveis”. (MOSCOVICI, 1978, P. 57-58)

O conceito de representações acima descrito relaciona-se ao que já era apresentado no século XVIII, ainda no Antigo Regime<sup>13</sup>, na França. Segundo Roger Chartier (em seu ensaio “O mundo como representação”), naquele período as definições dadas ao vocábulo representação ligavam-se a duas acepções: na primeira, a representação visualiza, dá concretude a um objeto que não está presente, ou seja “[...] faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado” e na segunda, “[...] é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 1991, p. 184). Dessa forma, os aspectos realçados por Moscovici são perceptíveis nas duas acepções de Chartier, no que se refere à supressão e a presença do elemento representado.

Para Chartier (1988, p. 17), as representações podem ser compreendidas como “[...] Classificações, divisões, e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real.”

Segundo o autor, as representações são “Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo.” (CHARTIER, 1988, p. 17)

Abordar as representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade do Serro implica na utilização do conceito de representações de forma a se apreender esse processo sob a ótica (visão, entendimento) dos moradores.

Deve-se entender que as práticas de preservação ali adotadas integravam uma proposta que visava à preservação de elementos – o conjunto arquitetônico e urbanístico - considerada fundamental para a memória do lugar enquanto parte de uma identidade nacional idealizada. E quais as representações decorrentes dessas práticas? Essas são as imagens que o trabalho busca apreender a partir das memórias também socialmente construídas – a memória coletiva do lugar.

---

<sup>13</sup> Antigo Regime: forma de gerir (gerenciar) o Estado Nacional entre os séculos XV e XVIII, baseada na economia mercantilista e na política absolutista. Na Inglaterra o Antigo Regime cai com a Revolução Inglesa do século XVII e na França cai com a Revolução de 1789. Disponível em< [http://pt.scribd.com/api\\_user\\_11797\\_silas%20valverde/d/6783079-Dicionario-de-HistOria-Geral](http://pt.scribd.com/api_user_11797_silas%20valverde/d/6783079-Dicionario-de-HistOria-Geral)>. Acesso em 02 fev 2012.

As representações da preservação do conjunto urbano do Serro serão analisadas considerando duas variáveis: a primeira focada no conjunto arquitetônico e urbanístico, ou seja, a representação do que é/existe concretamente – a representação do visível<sup>14</sup>. A segunda refere-se às representações do processo de preservação. Esta variável engloba as representações do invisível, composto pelo fato histórico, uma representação do inexistente e do imaginário. Para a abordagem desta variável, há de se considerar de um lado o processo de preservação, que abarca, principalmente, as práticas adotadas pelo IPHAN e de outro as representações em si, construídas pelos moradores e apreendidas a partir de duas fontes: a primeira, constituídas pelas entrevistas do Projeto Memória Cultural e a segunda pelas entrevistas realizadas em março de 2011.

É, pois, dentro dessa proposta, a de analisar o processo de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro, que investigou-se, a partir das práticas, discursivas e concretas, quais foram as representações construídas pelos moradores e, por que não, pelo agente dessas práticas, o IPHAN, com o objetivo de construir as representações que traduzissem o ideal de preservação no Brasil.

Uma aplicação desse conceito é feita no artigo de Veroni Friedrich e Silvia H. Zanirato no qual as autoras analisam as representações do patrimônio cultural da cidade de Maringá, PR, tendo como suporte teórico os conceitos de Roger Chartier

[...] como um conceito que permite compreender o processo de produção de sentidos socialmente construído. [...] analisar as representações do patrimônio cultural [...] é um modo de verificar como a sociedade [...] “enxerga” este assunto. (FRIEDRICH E ZANIRATO, 2008, p. 1),

Considerando o caso de Maringá, onde as representações do patrimônio foram construídas a partir do desconhecimento de valores inerentes à sua preservação, comprova-se que as práticas são determinantes na construção dessas representações, assim como nas suas memórias. Sem uma alteração de valores sedimentados ao longo dos anos, os grupos sociais sempre terão representações negativas. São representações nas quais

---

<sup>14</sup> Esta abordagem considerará também os elementos do conjunto arquitetônico que se perderam, recordados pela memória dos moradores (entrevistados).

preservar as “velharias” é um absurdo diante das necessidades de renovação, de edificações “modernas”, “contemporâneas”, que venham embelezar e dar à cidade as características dos grandes centros urbanos. Citando Roger Chartier<sup>15</sup>, os autores argumentam que:

[...] as representações são construídas em função das práticas sociais. Por prática, o mesmo entende: comportamentos, ações, atitudes, padrões, etc. Apoiando-nos nestes pressupostos, entendemos que as representações aqui trazidas estão relacionadas às práticas que o poder público tem tido com o patrimônio cultural de Maringá. (FRIEDRICH e ZANIRATO 2008, p. 6).

Dessa forma, para as autoras, as representações construídas pelos moradores sobre o patrimônio edificado da cidade de Maringá (PR), estão relacionadas à inexistência ou à má gestão da política de patrimônio pelo governo local.

[...] as representações ora existentes somente serão modificadas quando existir uma prática cultural em favor do patrimônio e não contra ele, como a que o poder público tem realizado, em especial nos últimos anos. (FRIEDRICH e ZANIRATO 2008, p. 7)

Ao falar das diferentes apropriações (por diferentes grupos sociais) dos textos impressos no Antigo Regime na França, Chartier chama a atenção para o fato de que as representações de um mesmo elemento podem ser apropriadas sob diferentes formas, ou da possibilidade de se construir diferentes representações daquele elemento.

Tomemos o exemplo da circulação dos textos impressos nas sociedades do Antigo Regime. Compreendê-los exige um duplo deslocamento em relação às abordagens iniciais. O primeiro situa o reconhecimento dos desvios socialmente mais enraizados nos usos contrastados de materiais partilhados. Mais do que se admitiu por muito tempo, é exatamente dos mesmos textos que se apropriam os leitores populares e os que não o são. (CHARTIER, 1991, p. 181)

E o autor conclui que

O essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos. (CHARTIER, 1991, p. 181)

A citação acima pode ser associada com as diferentes representações que faz do patrimônio cultural, em especial do conjunto urbano do Serro. De

---

<sup>15</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural**. entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

um lado a apropriação pela elite intelectual, representada pelas ações do IPHAN e de outro a apropriação dos moradores. São representações distintas do mesmo elemento. Do lado do IPHAN, o conjunto representa uma expressão da história nacional e por isso deve ser preservado em sua totalidade. E esse tem sido o argumento que dá suporte ao tombamento. Do lado dos moradores, as representações variam, na medida em que os interesses pessoais interferem nesse processo. Para esse grupo a preservação é relativa. Intocáveis devem ser os monumentos representativos da história local, que por serem palco de fatos históricos, e muitas vezes eles próprios se constituírem em fatos históricos devem permanecer com sua forma original preservada. Por outro lado, o casario, que no caso do Serro permanece como propriedade dos locais, deveria ser livre da preservação total, estando os proprietários liberados para neles intervir como melhor lhes interessar.

#### **1.4 A história Oral: procedimento metodológico**

Pesquisar a trajetória da preservação do conjunto urbano do Serro proporcionou o conhecimento das diferentes visões dos entrevistados, partícipes desse processo. O que justifica a escolha da história oral como método, conforme a sugestão de Alberti: “Deve ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise”. (ALBERTI, s/d, p. 30)

A partir de narrativas que respondam às questões do pesquisador, a história oral lhe abre um leque de detalhes que, se por um lado exige o apuro na análise, por outro expõe minúcias que passariam despercebidos se a pesquisa fosse feita por meio de questionários estruturados.

É interessante, entretanto, ressaltar que o conhecimento do objeto de estudo, como já mencionado, também se faz por consultas às fontes documentais.

Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consulta às fontes já existentes sobre o tema escolhido. (ALBERTI, s/d, p. 30)

Mesmo porque o confronto - conforme a denominação do título - entre o Feito, o realizado e o Efeito, as memórias e representações resultantes, se tornou possível a partir das duas perspectivas.

Considerou-se na definição dos entrevistados, aqueles que apresentavam maior relação com a cidade do Serro e, a fim de abranger a maior parte do período correspondente à preservação da cidade, foram entrevistados moradores que, em sua maioria, estivessem com idade compreendida na faixa etária de 40 a 90 anos. O que não excluiu moradores de faixas etárias menores, cujos relatos apresentavam significância para o estudo, como os profissionais liberais, políticos, funcionários públicos, professores, aposentados, entre outros. “A escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa.” (ALBERTI, s/d, p. 30); entretanto segundo a mesma autora:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. (ALBERTI, s/d, p. 31)

Razão pela qual foi adotado o critério qualitativo relativo à articulação entre as narrativas de forma a se alcançar o objetivo proposto. Assim, a limitação do número de entrevistados foi definida no momento em que essas narrativas não mais apresentavam fatos analíticos relevantes a serem considerados. O que na visão de Alberti é o momento de saturação e que a realização de novas entrevistas não resultará mais em informações relevantes à pesquisa.

Quando as entrevistas realizadas em uma pesquisa de história oral começam a se tornar repetitivas, continuar o trabalho significa aumentar o investimento enquanto o retorno é reduzido, já que produz cada vez menos informação. (ALBERTI, s/d, p. 31)

Na opinião de Delgado, as informações obtidas por meio das entrevistas temáticas constituem-se em

[...] um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2006, p. 15)

O que realça a importância do narrador e do entrevistador. O primeiro por se constituir o principal meio para se atingir a finalidade do método – história oral – e o segundo por ser o vetor que conduz a construção da narrativa, de forma que esta atenda aos objetivos aos quais se pretende alcançar.

A história oral tem caráter multidimensional, e por meio das narrativas são expostos fatos, épocas/tempos, lugares, relações, o que particularmente despertou o interesse em utilizá-la, a fim de atingir os objetivos do presente trabalho – as memórias e as representações.

A relevância da memória para a história oral é também sublinhada por Delgado ao afirmar que: “Finalmente, recorre-se à memória como fonte principal que a subsidia (história oral) e alimenta as narrativas que constituirão o documento final, a fonte histórica produzida.” (DELGADO, 2006, p. 16)

Ao referir-se aos aspectos metodológicos da história oral, Delgado assevera que por tratar-se de uma metodologia qualitativa, ela contrapõe “os conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e generalizar as experiências humanas” (DELGADO, 2006, p. 18). E citando Paul Thompson, a autora elenca potencialidades e limites inerentes à história oral, alguns dos quais, além de reforçar a citação acima, justificam o uso dessa metodologia no presente trabalho. Destacam-se dentre essas potencialidades:

Recuperar memórias locais, comunitárias, regionais étnicas, de gênero, nacionais, entre outras, sob diferentes óticas e versões; possibilitar a redefinição de cronologias históricas, através de depoimentos que revelam novas óticas e diferentes interpretações em relação às predominantes, sobre determinado assunto ou tema; apresentar-se como alternativa ao caráter estático do documento escrito, que permanece o mesmo através do tempo. (DELGADO, 2006, p. 19)

Entre as limitações do método, destaca-se o predomínio da subjetividade na narrativa do entrevistado.

Os autores que se debruçam sobre a história oral apresentam essencialmente dois procedimentos para a história oral, enquanto metodologia, ambos baseados na realização de entrevistas. (DELGADO, 2006, p. 19)

Para esta autora, a abordagem da história oral apresenta dois procedimentos: a história de vida, constituída por depoimentos longos e com

maior profundidade, e as entrevistas temáticas, que segundo ela “são entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados.” (DELGADO, 2006, p. 21) Este segundo procedimento foi adequado à coleta de informações que subsidiaram o trabalho, em especial o capítulo, relativo às memórias e representações resultantes do processo de preservação de um espaço urbano. Entretanto, se a narrativa da história de vida de algum dos entrevistados fosse relevante para o conhecimento dos acontecimentos ocorridos neste espaço, ela seria válida na composição do documento final do trabalho. Pois, segundo Meihy, a história oral de vida ou história de vida é um dos procedimentos da história oral que “trata da narrativa do conjunto de experiência de vida de uma pessoa” (MEIHY, 1996, p.147).

Meihy afirma que a história oral temática é “a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais para a apresentação dos trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Ela quase sempre equipara o uso da documentação oral ao (...) das fontes escritas” (MEIHY, 1996, p.162). E ainda ressalta que a história oral temática utiliza a entrevista “como se fosse mais um documento, compatível com a necessidade de esclarecimentos.” (MEIHY, 1996, p.162). Ou seja, os procedimentos são meios que podem ser utilizados para se atingir metas que não sejam exclusivamente da história oral. No caso específico deste trabalho, a articulação das entrevistas – a partir de uma análise focada no tema da pesquisa – é realizada com as fontes relacionadas a documentos escritos.

A utilização da história oral como procedimento se justifica pelo tema ser definido. Além disso, ela faculta o aprofundamento de detalhes preciosos sobre o tema durante as entrevistas, diferentemente à adoção de uma metodologia baseada em questões fechadas, posto que, mesmo existindo um roteiro-guia sobre o tema, ele permite aos entrevistados ampliar sua narrativa e assim confrontar/verificar as fontes escritas utilizadas.

Uma das diferenças entre história de vida e a história oral temática, enquanto procedimentos da história oral, é justamente o foco das entrevistas. Na temática, o foco se fundamenta no tema pesquisado, já na de vida as

questões específicas à vida do narrador apenas serão úteis se estiverem relacionadas ao tema da pesquisa.

Dado o seu caráter específico, a história oral temática tem características bem diferentes da história oral de vida. Detalhes da história pessoal do narrador interessam apenas na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central (MEIHY, 1996, p.163).

Pôde-se observar, no caso específico desta pesquisa, que, de fato, mesmo que se tenha trabalhado com um tema definido para as entrevistas, à medida que elas eram realizadas, esse tema, focado nas memórias relativas ao processo de preservação do conjunto urbano do Serro, foi acrescido de outros, que direta ou indiretamente se ligavam a ele. Se alguns dos temas eram recorrentemente retomados em cada entrevista, outros surgiam, e passavam a integrar o conteúdo das mesmas, pois reportavam, de alguma maneira ao tema principal.

Dessa forma, à medida que as entrevistas eram realizadas, procurou-se abordar os novos “subtemas” que haviam sido incorporados em entrevistas anteriores e que, muitas vezes, que se constituíram em um importante conteúdo para este trabalho.

## **CAPÍTULO 2 – CONTEXTOS**

### **2.1 Da Vila do Príncipe ao Serro: A formação do patrimônio**

#### **2.1.1 Considerações sobre do Ciclo da Mineração e o povoamento das Minas Gerais**

##### **2.1.1.1 A descoberta do ouro e o povoamento de Minas Gerais**

O Ciclo da Mineração corresponde a um período de aproximadamente cem anos, entre o final do século XVII e final do século XVIII, identificado pela descoberta do ouro e de diamantes no território de Minas Gerais. Foi um período de grande prosperidade econômica que propiciou, em tempo recorde, a ocupação e o povoamento de um vasto território, dando origem a uma nova capitania e a novas cidades, dentre elas, a Vila do Príncipe e, mais tarde, Serro. Esses fatores causaram alterações no quadro da administração da colônia.

O povoamento e a urbanização de Minas Gerais resultam da descoberta das riquezas minerais ali existentes e sua consequente exploração. O ciclo econômico da região citada foi de duração relativamente curta, pouco mais de um século. Entretanto, foi tão dinâmico quanto a desenfreada busca pela riqueza fácil, propiciada pela exploração das reservas auríferas e diamantíferas existentes nesse território.

Para Roger Bastide, o ouro operou, em Minas Gerais, um processo civilizatório, assim como fez o ciclo da cana-de-açúcar no litoral:

[...] do mesmo modo que a cana foi o fundamento de toda uma civilização, com engenhos, conventos, candomblés de negros, o ouro será a base de outra, diferente da primeira, mas, como aquela, também construída com os pés e as mãos dos africanos – civilização localizada na província central montanhosa que tomaria mais tarde o nome de província de Minas Gerais. (BASTIDE, 1980, p. 112)

Augusto de Lima Júnior resume a importância do ciclo do ouro para o povoamento do interior da colônia. Ele destaca que, em um curto espaço de

tempo, o ciclo do ouro sobrepujou aquilo que os ciclos econômicos anteriores não haviam realizado.

Tinha assim a descoberta do ouro resolvido em um século o que todas as demais atividades, desde o descobrimento do Brasil até 1700, não tinham conseguido, isto é, atrair e fixar grandes massas de homens brancos, construir um capital que tornasse o Brasil capaz de desbravar e reconhecer grande parte de seu território, inclusive o estabelecimento de uma grande via interior, que foi esse relevante caminho da Bahia para as Minas Gerais. (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 40-41)

Reforçando o papel desempenhado pelo ciclo da mineração como responsável pela ocupação do território mineiro, Lima Júnior aponta que a partir das descobertas efetuadas no início do século XVIII, verificou-se um grande afluxo de pessoas a esse território, o que definiria o rápido povoamento da região, principiando os aglomerados urbanos:

De 1700 em diante, a massa de novos povoadores criou um novo estado de coisa e precipitou a formação de núcleos de população onde se fundou rapidamente uma intensa civilização que se irradiaria por todo o Brasil, contribuindo para que se antecipasse de dois séculos sua independência, se é que não impediu seu fracionamento em guianas, divididas entre diversos estados europeus. (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 33)

O movimento migratório (em busca do ouro) para o território das Minas fazia-se interna e externamente atraindo para estas localidades, conforme explica André João Antonil, grande contingente de pessoas:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificulosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. (ANTONIL, 1982, 167)

Ainda sobre o movimento imigratório, Lima Júnior menciona que no século XVIII, um grande contingente de portugueses, que participariam do

povoamento das Minas Gerais e das demais capitanias, deslocou-se para a Colônia, e chegariam a representar cerca de 40% da população de Portugal.

Portugal, com cerca de dois milhões de habitantes, via transferir-se para o Brasil, em menos de cem anos, cerca de oitocentas mil pessoas que povoaram as Minas Gerais e demais capitanias do litoral e do Sul, cujo desenvolvimento econômico foi possibilitado e realizado pela opulência do ouro e dos diamantes, mercê do comércio intenso que a todos propiciou. (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 38)

### **2.1.1.2 A criação da Capitania das Minas Gerais**

O controle da produção do ouro extraído dos filões e a constante ocorrência de desordens, estas motivadas pela ganância dos aventureiros que acorriam à região, exigiram da Coroa Portuguesa a criação da Capitania das Minas Gerais em 1720. Anteriormente, esses fatores haviam sido determinantes para a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1709, conforme relata Antonil:

Sobre esta gente, quanto ao temporal, não houve até o presente coação ou governo algum bem ordenado, e apenas se guardam algumas leis, que pertencem às datas e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos. (ANTONIL, 1982, p. 167-168)

Abordando o mesmo tema, Augusto de Lima Júnior explica que a sede pelas descobertas do ouro levou um enorme contingente para as Minas, causando, no início do século XVIII, descontrole na região. Isso era causado por grupos que invadiam tal território em busca de riquezas, respeitando apenas a força das armas. Além disso, a inexistência de mecanismos de controle político, aliada à ausência de uma fiscalização efetiva, permitia grande evasão da arrecadação da Coroa<sup>16</sup>, como também explica Augusto de Lima Júnior, apontando alguns dos motivos para a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Pouco importara que o governador do Rio de Janeiro, Artur Sá de Meneses, indo às Minas em 1700, procurasse dar forma

---

<sup>16</sup> A arrecadação da Coroa Portuguesa era obtida por meio da cobrança do quinto sobre o total extraído das lavras.

legal às ocupações de terras, distribuindo datas minerais e nomeando guardas-mores para esse mister. A multidão invasora só respeitava força das armas e os que não possuíam, ou as tinham em menor número, eram despojados de suas posses por outros com mais sequazes e melhores armas. Acabaram as cousas tomando um aspecto mais grave e as lutas pessoais degeneraram na guerra civil entre os invasores e os paulistas, que a História registra com o nome de Guerra dos Emboabas.

Esses acontecimentos que feriam a fundo os interesses régios, prejudicados na arrecadação dos quintos, dízimos e direitos de entradas, obrigou o governo de Portugal a dar passos decisivos para a organização do novo território.

Tão importantes se tinham tornados os núcleos de populações das Gerais que, em 1709, onze anos depois da descoberta do ouro, já se tornara necessária a criação de uma capitania independente, desmembrada do governo do Rio de Janeiro. (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 39)

E prosseguindo, Suzy Mello explica que:

Diante desta situação de fato e bastante irregular, foi criada, em 1709 uma nova capitania – a de São e Minas do Ouro – não mais hereditária, tendo passado também à posse da coroa a antiga Capitania de São Vicente, que desde 1681 era denominada São Paulo. (MELLO, 1985, p. 24)

Mas, se o ano de 1720 foi marcado por tão trágicos acontecimentos, foi também o da mais definitiva definição política para a região, pois, verificadas as dificuldades de uma administração conjunta das Minas com a Capitania de São Paulo, D. João V optou pela sua separação e a conseqüente criação da Capitania das Minas Gerais, para cujo governo foi indicado, em 13 dezembro de 1720, D. Lourenço de Almeida... (MELLO, 1985, p. 25)

A estruturação da capitania de São Paulo e das Minas do Ouro principiou-se com a organização de várias vilas e paróquias no território mineiro, estabelecendo, assim, as instituições públicas e religiosas com vistas ao exercício do controle das atividades ali desenvolvidas:

A carta-régia de 9 de novembro de 1709 estabelecia a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, designando para governá-la o ilustre Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho.

Coube a este assinalado governador organizar as instituições públicas regularizar os ofícios civis, criando em 1711 as primeiras vilas, que foram Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), em 8 de abril; Vila Rica (Ouro Preto), em 8 de julho; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 17 também de julho. Logo após, em 1713, o Capitão-General D. Brás Baltasar da Silveira, sucedendo a Albuquerque e completando a obra de seu antecessor, dava forais de vilas a outros povoados que, também tiveram alto relevo na história do

ouro. Foram ela São João del-Rei, a 8 de dezembro de 1713, Vila Nova da Rainha (Caeté) em 29 de janeiro de 1714 e Nossa Senhora da Piedade do Pitangui, em 9 de junho de 1715. Três comarcas ficaram estabelecidas pela provisão de abril de 1714: a de Vila Rica, a do Rio das Velhas, com sede em Sabará e a do Rio das Mortes, em São João del-Rei.

Estavam assim organizadas as bases da capitania que, além das comarcas e vilas citadas tinha, em 1718, as seguintes paróquias providas, canonicamente pelo bispo de Rio de Janeiro, D. Frei Francisco de São Jerônimo: “Vila de São João: Nossa Senhora do Pilar, Santo Antônio, Conceição dos Prados, Congonhas, Alagoa Dourada, Itaberaba, Guarapiranga.

Vila Rica: Nossa Senhora do Pilar, Conceição de Antônio Dias, Itabira, São Bartolomeu, Congonhas, Inácio da Costa, Catas Altas. Vila do Ribeirão do Carmo: Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião e Almas, Brumado, Sumidouro e Conceição do Furquim. Vila Nova da Rainha: Igreja da Vila Real de Sabará, Igreja de Sabará, Santo Antônio do Bom Retiro, da Roça Grande, Santo Antônio da Mouraria, Santa Bárbara, Conceição da Cachoeira, Capela dos Godóis, Paraopeba. Vila de Pitangui: Nossa Senhora do Pilar e Igreja do Arraial de São João. Serro do Frio: Igreja de Nossa Senhora. (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 39-40)

A separação da capitania de São Paulo para a criação da Capitania das Minas Gerais ocorreria quase duas décadas depois das primeiras descobertas de ouro em seu território. Mais uma vez foram os interesses do Reino que determinaram a separação das duas capitanias. Com o rápido desenvolvimento das vilas, nascidas próximas às lavras auríferas, a Coroa Portuguesa achou por bem estabelecer a nova capitania de forma a controlar melhor a extração das lavras e garantir a arrecadação dos seus impostos.

A oficialização dessa separação ocorreria em 1720, conforme descrito no Alvará emitido por D. João V, citado por João Camilo de Oliveira Tôrres:

A carta régia de 21 de fevereiro de 1720 separou o distrito de Minas da já gloriosa capitania de São Paulo e, pelo alvará de 2 de dezembro, D. João V criava as Minas Gerais.

Eis o texto da certidão do batismo da grei mineira.

[sic] “eu El-Rei. Faço saber aos que este meu Alvará virem que tendo consideração ao que representou o meu Conselho Ultramarino e as representações que também me fizera o

Marquês de Angeja, dom eu Conselho de Estado sendo Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil e Dom Braz Baltazar da Silveira no tempo que foi Governador das Capitanias de São Paulo e Minas e o conde de Assumar Dom Pedro de Almeida, que ao presente tem aquêlê governo e as informações que se tomaram de várias pessoas que todas uniformemente concordaram em ser muito conveniente ao meu serviço e bom governo das ditas capitanias de São Paulo e Minas e sua melhor defesa que as de S. Paulo se separem das que pertencem a Minas, ficando dividido todo aquele distrito que até agora estava na jurisdição de um só governador, em dois governos e dois governadores: Hei por bem que nas capitanias de São Paulo se crie um novo Govêrno e haja nelas um governador com a mesma jurisdição, prerrogativas e soldo de oito mil cruzados cada ano, pagos em moeda e não em oitavas de ouro, assim como tem o governador de Minas, e lhe determino por limites no Sertão pela parte que confina com o Govêrno de Minas, os mesmos confins que a comarca de ouvidoria de São Paulo com a comarca de ouvidoria do Rio das Mortes e pela Marinha que lhe pertença o porto de Santos e os mais daquela costa que lhe fica ao Sul, agregando-se as vilas de Parati de Otuban e da Ilha de São Sebastião que desanexo do governo do Rio de Janeiro e o pôrto de Santos ficará aberto e com liberdade de irem dêle em direitura dêste Reino os navios, pagando nêle os mesmos direitos que se pagam no Rio de Janeiro e com a obrigação de quando voltarem para este Reino virem incorporados na frota do mesmo Rio de Janeiro; e nesta conformidade mando meu Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil e os governadores das capitanias dêle tenham assim entendidos e cada um pela parte que toca cumpra e faça cumprir e guardar este meu Alvará inteiramente como nêle se contém sem dúvida alguma, o qual valerá como Carta, e não passara pela Chacelaria sem embargo da Ordenação do Livro 2º títulos 39 e 40 em contrário se registrará nos livros das Secretarias das Câmaras de cada um dos ditos governos para que da ereção do Govêrno de São Paulo suas sentenças e anexas declaradas, o qual se passou por duas vias.

João Tavares o fez em Lisboa ocidental a dois de dezembro de mil setecentos e vinte. (TÔRRES, 1980, p. 173-174)

Segundo Augusto de Lima Júnior, o território de Minas foi dividido em três comarcas: a de Vila Rica, a do Rio das Velhas, com sede em Sabará, e a do Rio das Mortes, em São João Del-Rei, em 1714, quando ainda integrava a Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 39). Em 1721, a capitania passaria a ser dividida em quatro comarcas: Sabará, Vila Rica, Rio das Mortes e Serro do Frio (Figura 1), esta última tendo como sede a Vila do Príncipe (Serro).

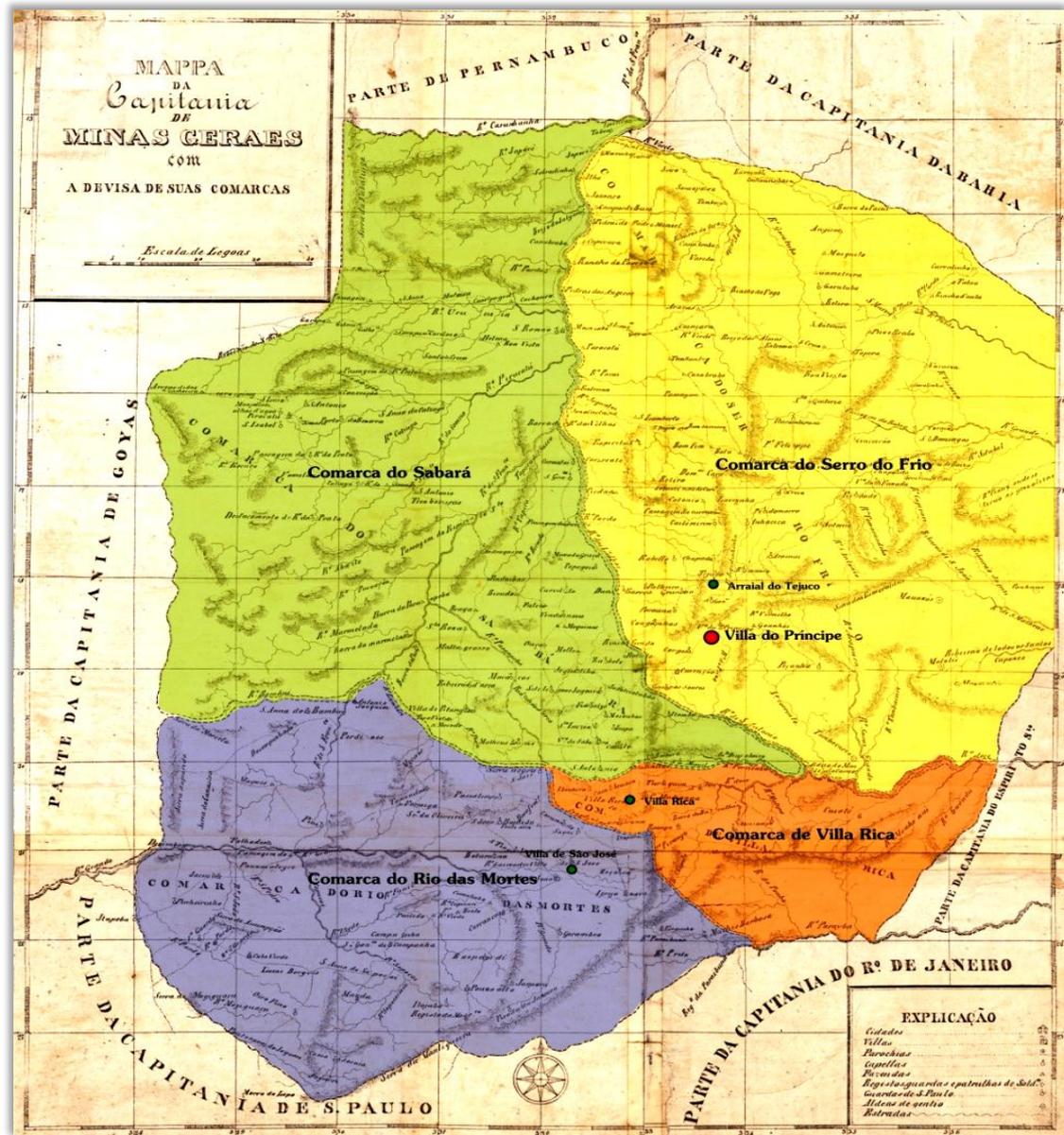


Figura 1. Mapa da Capitania das Minas Geraes. Data provável: século XVIII. Colorido feito pelo autor. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Nessas “vilas do ouro” foram implantadas as “Casas de Fundição”. A iniciativa foi tomada no momento em que a Coroa Portuguesa se mostrava preocupada com o controle do contrabando e o desvio da produção do ouro. O objetivo era fiscalizar a produção e garantir a retenção do quinto (20% da produção) para a Coroa. A ausência desses estabelecimentos, que purificavam e fundiam o ouro em barras com o cunho oficial da Coroa Portuguesa, nos locais de extração ou próximos deles, facilitava o desvio de grandes quantidades do metal precioso.

Mas mesmo com o trabalho de Antônio de Albuquerque e dos governadores que o sucederam, inclusive com o estabelecimento de novas sedes municipais como a Vila de São João del Rei (1713), Piedade de Pitangui (1715), Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe(Serro), ambas no ano de 1714, foi verificada pelas autoridades portuguesas a necessidade da implantação, nas Minas, das chamadas “Casas de Fundição” para mais rigoroso recolhimento do quinto, pois estas, até então, situavam-se em São Paulo, ficando a mais próxima em Taubaté, criada em 1695. (MELLO, 1985, p. 24-25)

O Quadro 2, a seguir, mostra a relação das casas de fundição estabelecidas nos estados que produziram ouro durante o período colonial.

Quadro 2 Casas de Fundição		
Campanha	Estado	Ano Provável de Criação
Jacobina	Bahia	1728
Rio das Contas	Bahia	1793
Cavalcante	Goiás	1796
Goiás	Goiás	1752
Meia Ponte (Pirenópolis)	Goiás	1735
São Félix	Goiás	1757
Cuiabá	Mato Grosso	1751
Vila Bela	Mato Grosso	1772
Campanha	Minas Gerais	1793
Minas Novas	Minas Gerais	1728
Paracatu	Minas Gerais	1753
Sabará	Minas Gerais	1725
São João Del-Rei	Minas Gerais	1725
<b>Vila do Príncipe</b>	<b>Minas Gerais</b>	<b>1725</b>
Vila Rica	Minas Gerais	1725
Paranaguá	Paraná	1675
Iguape	São Paulo	1668
São Paulo	São Paulo	1580
Taubaté	São Paulo	1695

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/casadefundicao.asp>  
Acesso em 22 nov. 2011.

A predominância desses estabelecimentos no território mineiro, em função do volume de ouro extraído nessa capitania durante o século XVIII, pode ser observada no Gráfico 1, construído a partir da Quadro 2.

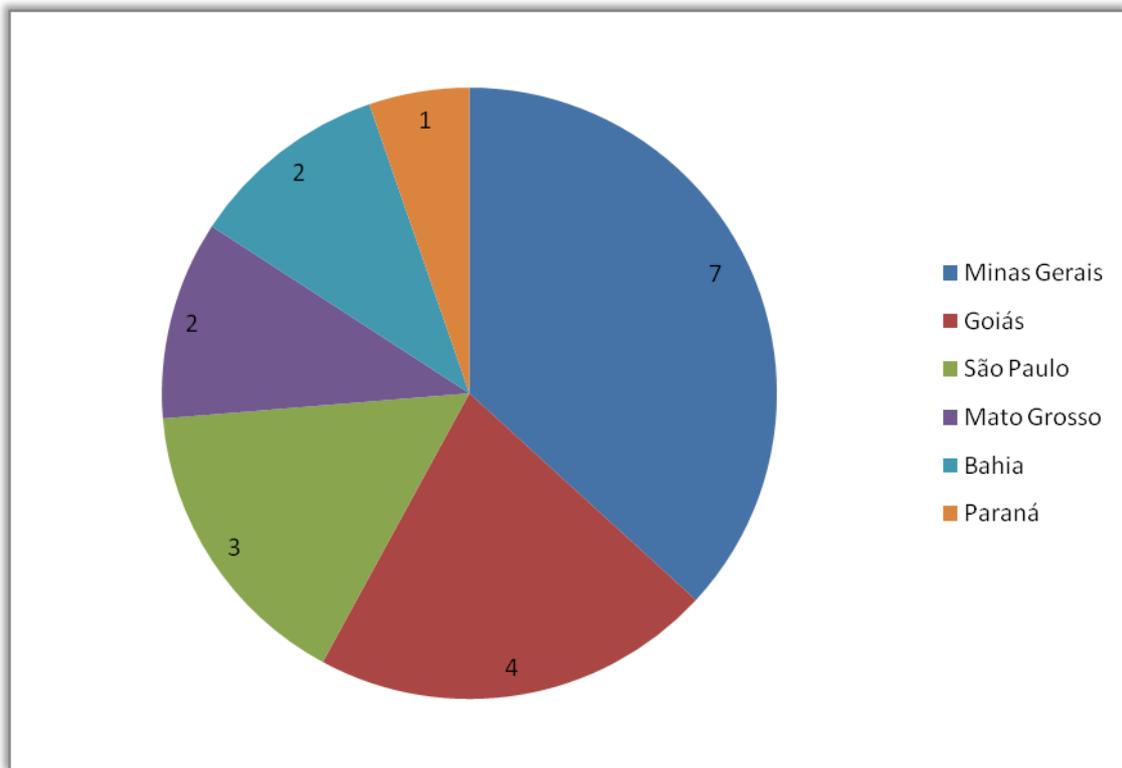


Gráfico 1 - Distribuição das Casas De Fundição nas capitâneas.

Fonte: Dados disponíveis em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/casadefundicao.asp> Acesso em 22 nov. 2011.

A Casa de Fundição do Serro foi construída em 1725, onde atualmente está localizada a Casa de Caridade Santa Tereza (Santa Casa de Misericórdia), próxima ao Córrego Quatro Vinténs e Lucas, (Figura 2), local do início da exploração das reservas auríferas. Essa Casa foi extinta onze anos após sua criação, retomando suas atividades em 1751 e extinta definitivamente em 1803, já no final do ciclo aurífero.



Figura 2. Casa de Caridade Santa Tereza, local em que foi estabelecida a Casa de Fundição em 1725.

Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008.

### 2.1.1.3. O povoamento das Minas Gerais – As vilas coloniais

As vilas que povoavam as Minas Gerais eram implantadas próximas às lavras que iam sendo descobertas. Diferentemente do que ocorreu no litoral, nas Minas Gerais, segundo VASCONCELLOS (1981, p. 18), “instala-se uma civilização eminentemente urbana, bastante diferenciada daquela agrária, que se estendia pelo litoral brasileiro”.

Esse caráter urbano no povoamento de Minas Gerais foi também assinalado por Nestor Goulart Reis, que a isso atribuiu o tipo de atividade ali desenvolvida.

A população das minas reunida nas proximidades de seus locais de trabalho, era toda ela urbana. Era uma nova fase que se iniciava. De retaguarda rural, o Brasil passava a apresentar regiões de intensa vida urbana. (REIS, 2000, p. 79)

O ciclo da mineração causou grande impacto no povoamento das Minas Gerais como explica Aroldo de Azevedo, citado por Sylvio de Vasconcellos:

Nenhuma região da colônia beneficiou-se tanto de tamanha e tão rápida povoação quanto as Minas. Basta notar que de 1500 a 1822 foram criadas, em todo Brasil, 210 vilas, das quais só na região aurífera 159. (VASCONCELLOS, 1981, p. 21)

A formação das vilas que deram origem às cidades mineiras subordinava-se a dois fatores preponderantes: a topografia e a localização das jazidas auríferas e diamantíferas.

Quanto à topografia dessas regiões, notadamente acidentada, os assentamentos, em sua quase totalidade, não obedeceram a traçados regulares. Ao contrário, desenvolveram-se de forma natural, acompanhando a forma do terreno no qual estavam localizados.

Essa precisa observação, porém, inclui um outro dado de grande significação no quadro urbano das Minas e que é, justamente, mais um de seus importantes e peculiares aspectos: a formação *espontânea* dos aglomerados nas regiões. Efetivamente, em regra geral que é confirmada por duas únicas exceções, as vilas do ouro nunca obedecem aos traçados regulares que, mesmo de forma pouco rígida, norteavam o estabelecimento dos demais núcleos coloniais no Brasil pelo contrário, vão os primeiros arraiais, que surgem [...] se definir como extensões dos caminhos e tomar, quase sempre, uma configuração linear em total oposição às organizações urbanas radiais ou nucleares que o gosto e a tradição portugueses repetiriam no Brasil colonial. (MELLO, 1985, p. 70)

Quanto à localização das jazidas, Augusto da Silva Telles, citado por Suzy Mello, observa que nas Minas Gerais:

[...] toda uma rede urbana foi sendo formada, ao longo dos caminhos e estradas, nas encruzilhadas ou nas travessias de cursos d'água, à margem dos locais onde o ouro e o diamante eram encontrados. (MELLO, 1985, p. 69)

### **2.1.2 O Serro: auge, decadência e sobrevivência**

O município mineiro do Serro se localiza nos vales do Rio Jequitinhonha e do Rio Doce (18,6º Latitude Sul e 43,37º Longitude Oeste),

dista 320 km de Belo Horizonte e cerca de 60 km de Diamantina. Com uma área de 1217,812 km<sup>17</sup>, a sede do município está a uma altitude de 1113 m (Figura 3).

Os acessos à cidade são feitos por meio da MG 259 e MG 367, que faz a ligação com Diamantina no sentido sudoeste e com Guanhães, no sentido sudeste; e pela MG 010, estrada em leito natural, que liga a cidade a Conceição do Mato Dentro e Belo Horizonte (direção Sul) e a Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Rio Vermelho (direção Norte).

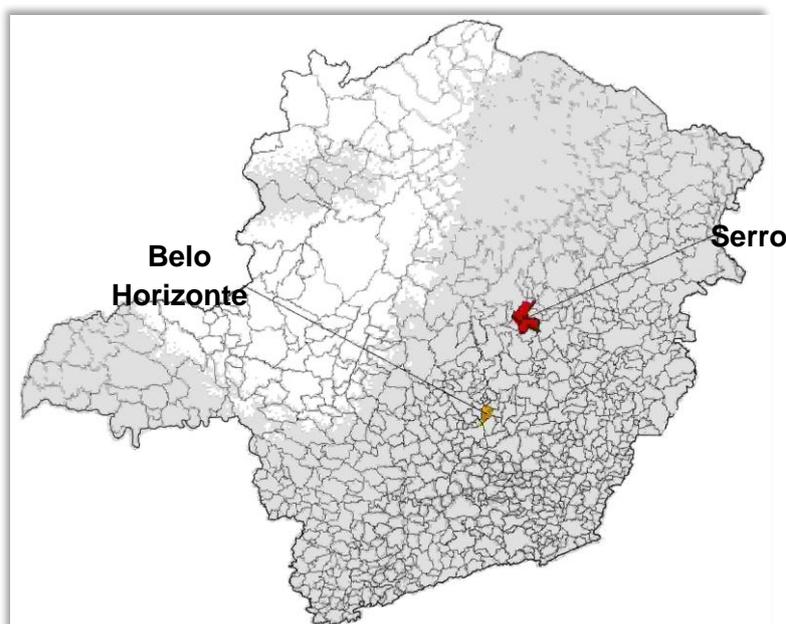


Figura 3. Mapa de Minas Gerais com a localização do Serro. Base Cartográfica Digital: GEOMINAS e Regiões de Planejamento de Minas Gerais – IGA – 2003. Fonte: Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Leitura Técnica e Comunitária.

Além do distrito sede, o município possui mais cinco distritos: São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde, Três Barras, Pedro Lessa e Deputado Augusto Clementino (Figura 4). Conforme descrição constante em Barbosa (2007, 123), o território do município apresenta as seguintes características:

[...] a região possui vegetação de campo rupestre e campo de altitude. Há presença constante de matas ciliares e ilhas de vegetação exuberante ao longo das áreas de escoamento de

<sup>17</sup> Segundo informação do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 21 jan 2012.

águas, onde o terreno é excessivamente úmido, e em áreas topograficamente mais planas, geralmente com posicionamento litológico determinado pela presença de rochas metabásicas e/ou graníticas. Esta vegetação associada às áreas mais planas é característica do Cerrado. O município é notável pela presença marcante de rios e serras que delimitam sua especial topografia.

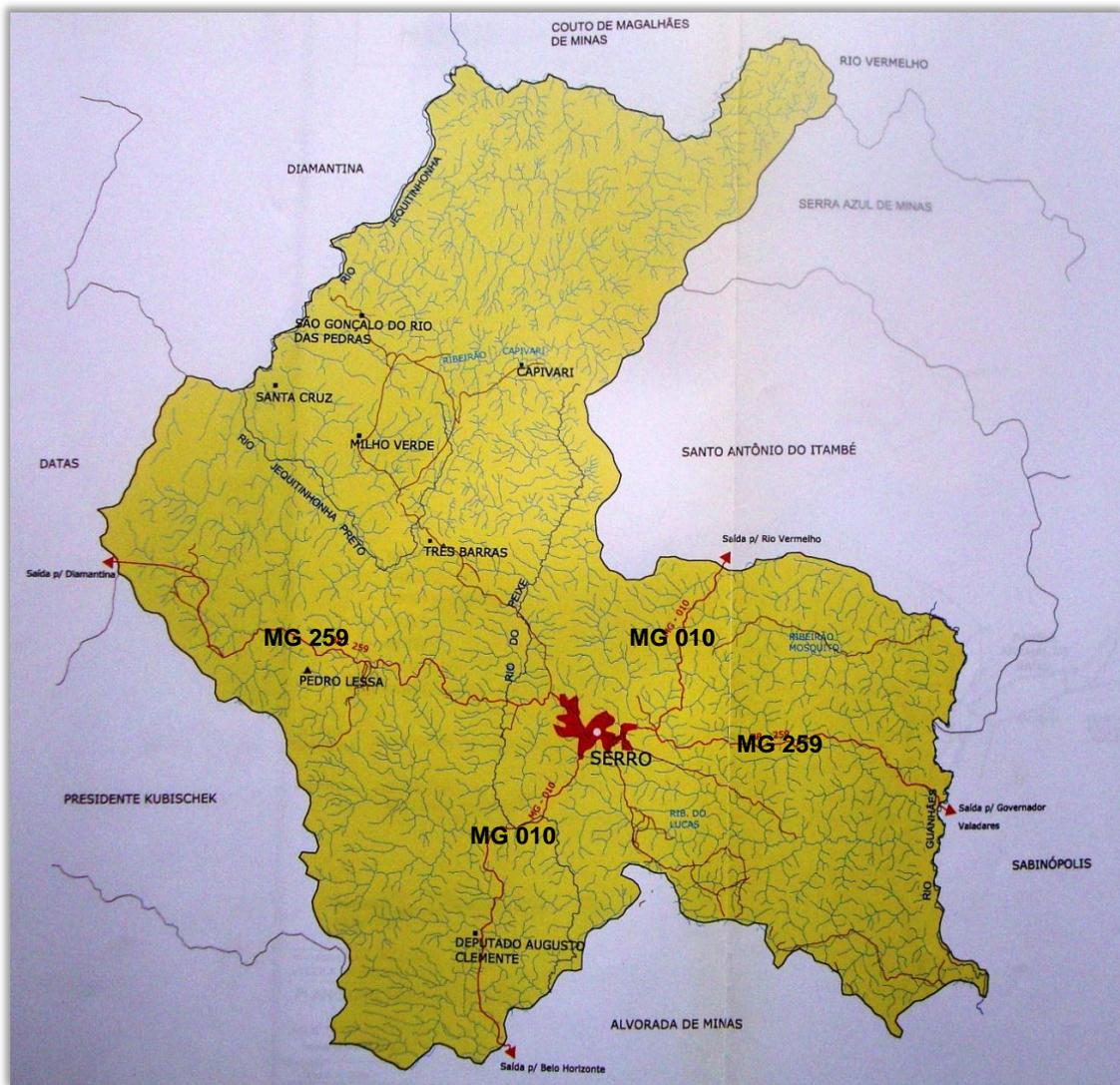


Figura 4. Mapa do Município do Serro - Base Cartográfica Digital: GEOMINAS  
Fonte: Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Leitura Técnica e Comunitária.

De acordo com dados fornecidos pelo IBGE, em 2010, no Serro, a população era de 20.835 habitantes, dos quais 12.895 residiam na área urbana e 7.940 na área rural. Essa população se manteve estável nas duas últimas décadas, apresentando um pequeno decréscimo a partir de 2000 (Tabela 1).

Tabela 1 População do Serro		
Ano	Habitantes	Taxa de crescimento
1991	19.341	
1992	20.226	+4,57
2000	21.012	+3,88
2006	20.862	-0,71
2010	20.835	-0,12
2011	20.822	-0,06

Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 9 janeiro 2012.

Sobre a importância política e econômica da cidade do Serro, isso decorreu também em função da sua posição de sede de comarca durante e após o ciclo da mineração. Suas reservas auríferas foram exaustivamente exploradas no século XVIII e, ao final desse ciclo econômico, como ocorreu em várias localidades mineiras, a cidade perdeu sua importância regional e sua capacidade de adequar-se às novas exigências face à falta de alternativas econômicas que servissem para incrementar seu desenvolvimento, entrando em decadência.

Em princípios do século XIX, já era franca a decadência da mineração na região do Serro, fato que se aceleraria com o correr dos anos. Visitando a Vila do Príncipe em 1800, o mineralogista José Vieira Couto fixaria impressões bastante desalentadoras sobre o aspecto geral da localidade e a imagem de declínio econômico por ele constatada na área. (MINAS GERAIS, 1980, p. 10)

Apesar da expressiva redução, a exploração das reservas minerais continuava a ser realizada apenas por mineradores de mais posses, diante do alto custo que a atividade demandava.

Com a redução da mineração na região, entre o final do século XVIII e início do século XIX, observou-se o deslocamento dos pequenos mineradores para outras regiões do município. Esses mineradores passaram a desenvolver

atividades agropecuárias de subsistência, que se tornaram base para a sua economia.

A partir da independência do Brasil e da instalação de pequenas fábricas de ferro, a economia da Vila do Príncipe foi dinamizada, assegurando, ainda na primeira metade do século XIX, sua passagem para a categoria de cidade.

Alguns esforços pela estabilização da vida econômica seriam, porém desenvolvidos, principalmente após a independência do País, com a instalação de pequenas fábricas de ferro e a maior ativação comercial da vila, que viria a adquirir foros de cidade, com a denominação de Serro, pela lei provincial nº 93, de 6 de março de 1838. (MINAS GERAIS, 1980, p. 10-11)

Entretanto, a partir da era republicana, face ao isolamento da cidade em relação a outros municípios mineiros, associado a outros fatores, o Serro passaria por um longo período de estagnação econômica.

Na virada do século, devido à sua topografia acidentada, a cidade não recebeu a estrada de ferro, que foi desviada para Curvelo, chegando a Diamantina. Este fato foi decisivo para a decadência da localidade, que acabou isolada entre as montanhas e serras da região. (MINAS GERAIS, 2004, p. 1)

Mas, se por um lado o isolamento da cidade impediu seu desenvolvimento durante um longo período, por outro, propiciou a permanência do seu conjunto arquitetônico e urbanístico preservado dentro dos moldes estabelecidos nos dois primeiros séculos de sua existência. Posteriormente, na primeira metade do século XX, esse conjunto seria tombado pelo recém-criado IPHAN.

Por outro lado, foi o que possibilitou ao Serro manter a ambiência e a imagem dos séculos XVIII, tempo em que exerceu seu poderio sobre a região. Não por acaso, foi a primeira cidade brasileira a receber o Título de Patrimônio Nacional, em 8 de abril de 1938. (MINAS GERAIS, 2004, p. 1)

Atualmente, a cidade tem sua economia baseada na pecuária, voltada para a produção de queijo, produto reconhecido nacionalmente pela qualidade, tendo, inclusive, sido tombado como patrimônio imaterial em nível nacional.

A base econômica da região de Serro fundamenta-se na exploração da pecuária de leite. O Serro juntamente com os municípios vizinhos produzem diariamente em torno de 80.000 litros de leite. Destes, aproximadamente 15.000 l são destinados à indústria de transformação de leite mantida pela Cooperativa dos Produtores Rurais do Serro Ltda., outros

45.000 l são destinados a outros compradores de leite e cerca de 60.000 l são transformados em queijos artesanais do tipo Minas-Fazenda a partir do leite “in natura”. Os queijos assim produzidos chegam ao mercado consumidor via intermediários. (MINAS GERAIS, s/d, p. 7)

### **2.1.3 A sobrevivência: o potencial do turismo**

Conforme costuma ocorrer em outras cidades históricas mineiras, o Serro tem no seu conjunto arquitetônico e urbanístico um grande potencial para atividade turística. Como já referido, o isolamento determinado pela ausência de uma malha rodoviária/ferroviária que ligasse a cidade a outras regiões do estado foi também um grande empecilho para o desenvolvimento da indústria turística no Serro, o que não aconteceu com outros centros históricos como Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei e Tiradentes, entre outros, localizados em regiões favorecidas pelo acesso.

Ainda na década de 1960 o Serro já era apontado como um destino do turismo cultural. E naquela época, a construção de uma malha viária que atendesse aos turistas que para ali se dirigissem também era colocada como condição básica para o desenvolvimento do turismo na região. Entretanto, pouco ou nada foi realizado, apesar de o turismo sempre ter sido apontado como o grande impulsionador da economia local e o caminho para a sustentabilidade da preservação do conjunto urbano da cidade, que está sempre dependente do apoio direto dos órgãos governamentais.

Apesar de integrar circuitos e roteiros turísticos e ter um calendário de eventos que abrange a sede e os distritos (Quadro 3), o Serro carece de melhor infraestrutura de apoio à atividade, posto que a existente não atende às necessidades da atividade.

A Serro de hoje, infelizmente, dispõe de uma infra-estrutura turística ainda incipiente, tanto em termos de hospedagem como de alimentação. As condições de acesso certamente contribuem para isso. Embora situada no traçado da dita estrada real, alcançar a cidade por esse trajeto mais racional demanda enfrentar um longo trecho sem asfaltamento, o que

obriga o turista que vem do sul, a uma volta de mais de cem quilômetros, via Corinto. (AMORIM, 2009, p. 216)

Quadro 3				
Calendário de Eventos do Município do Serro – MG - Ano de 2011				
Mês	Dia	Evento	Local	Descrição
Janeiro	06	Folia de Reis	Distrito de Milho Verde	Os foliões visitam, em cortejo musical, casas que têm presépios montados.
	Final de semana mais próximo do dia 10	Festa de São Gonçalo	Distrito de São Gonçalo	Comemoração do dia do padroeiro do distrito, com missa e show pirotécnico.
	Terceira semana do mês	Festival de Férias	Distrito de São Gonçalo	Cultura, arte, música tradição.
	20	Festa de São Sebastião	Distrito de Capivari	Comemoração do Dia de São Sebastião.
	Data móvel	Festa de São Sebastião	Distrito Vila Deputado Augusto Clementino	Comemoração do Dia de São Sebastião.
	Data móvel	Festa de São Sebastião	Sede	Comemoração do Dia de São Sebastião.
	20	Festa de São Sebastião	Distrito de Milho Verde	Apresentação dos Catopês, Marujos.
	29	Aniversário da Cidade	Sede	Show em praça pública.
Fevereiro	Data móvel	Carnaval	Sede	Shows, desfiles de blocos caricatos, som.
Março	Data móvel	Semana Santa	Sede	Encenação da via sacra e teatro em praça pública.
	Data móvel	Queima do Judas	Sede	Cortejo pelas ruas da cidade depois, queima do Judas em local público.
Maio	Primeiro final de semana	Festa do Cavalo	Sede	Shows, desfiles, cavalgada, rodeios, concursos de marcha.
	Segundo Domingo	Matogrossense Ausente	Distrito de Mato Grosso	Shows, Barraquinhas, Cavalgada.
	Feriado de Corpus Christi	Festa Junina	Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras	Fogueira, comida típica, forró, casamento da roça.
	Dia de Pentecostes (Maio/Junho)	Festa do Divino	Sede	Novenas, show pirotécnico, cortejos.
Junho	03	Corpus Christi	Sede	As ruas são enfeitadas para receber o cortejo até a Igreja da Matriz.
	Finais de semana	Festas Juninas	Sede e Distritos	Apresentações juninas, forró.
	12	Festa de Santo Antônio (Junina)	Distrito de Capivari	Apresentações juninas, forró.
Julho	Data móvel	Festa do Rosário	Distrito de Três Barras	Missa, novenas, procissão, show pirotécnico, barraquinhas, forró.
	Primeiro final de semana do mês	Festa do Rosário	Sede	Novena, Cortejos com os grupos de congado, barraquinhas, show pirotécnico, comidas típicas.
	Acontece a partir do 2º final de semana de julho, estendendo-se até o final de semana seguinte.	Jubileu de N. S. das Dores	Distrito de Mato Grosso	Novena, missas, barraquinhas, músicas.
	De 15 a 22 de	Encontro Cultural	Distrito de Milho Verde	Oficinas, Música, teatro, Cinema, Contos, shows, brincadeiras, palestras, cursos.
	Último final de semana do mês	Festa Julina da Associação de São Geraldo	Sede	Festa Julina com barraquinhas de comidas típicas, quadrilha e forró.
	Último final de semana do mês	Mostra Gastrônômica	Distrito São Gonçalo do Rio das Pedras	Apresentação das comidas típicas da região.

Agosto	Início de agosto De 05 a 07 de agosto.	Quadrilha da Associação Comunitária e Cultural N° Senhora das Graças.	Sede	Quadrilha com barraquinhas de comidas típicas, brincadeiras e forró.
	27	Festa de N.S. dos Prazeres	Distrito de Milho Verde	Mastro, Show pirotécnico, missa e forró.
Setembro	Data móvel	Festa do Rosário	Distrito de Milho Verde	Barraquinhas, Missas, Procissão.
	Data móvel	Semana Cultural	Sede	Evento ocorrido em praça pública com várias dinâmicas culturais.
	Data móvel	Festa do Rosário	Distrito de Mato Grosso	Barraquinhas, Missas, Procissão.
	Primeiro final de semana	Festa do queijo	Sede	Shows, desfiles, cavalgada, rodeios, concursos de marcha.
Outubro	Data móvel	Festa de São Geraldo	Distrito de Três Barras	Procissão, novena, missa.
	12	Festa do Rosário Mirim	Sede	Reinado Mirim, espetáculo pirotécnico, cortejo pelas ruas da cidade.
	12	Festa de Nossa Senhora da Aparecida	Sede	Missa, Mastro, Imagem saindo do Rio em direção à Igreja, Barraquinha, Forró.
	Primeiro final de semana posterior 12 de outubro	Festa do Rosário	Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras	Apresentação dos Catopês, Marujos e Caboclos, show pirotécnico, missas.
Novembro	Feriado de Finados	Festival de Gastronomia Frango Caipira	Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras	Festival de Frango caipira em sua diversidade de sabores.
	20	Comemoração da Consciência Negra	Sede	Apresentação em praça pública e comunidades quilombolas.
Dezembro	25	Natal	Sede e Distritos	Apresentação das pastorinhas Cortejo pelas ruas da cidade.
	31	Reveillon	Sede e Distritos	Evento realizado em Praça Pública com som mecânico e show pirotécnico.

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura do Serro.

Na sede do município existem, para a estadia, oito pousadas e cinco restaurantes, embora a mão de obra utilizada no atendimento ao turista careça de treinamento.

A atividade turística, conforme já citado, apresenta-se de forma incipiente, apesar de seu potencial. O que se observa é que os poucos turistas que acorrem à cidade fora de datas como a Festa de Nossa Senhora do Rosário – o principal evento anual – lá permanecem por pouco tempo. Segundo informações de moradores, normalmente são turistas que estão hospedados em Diamantina e fazem uma rápida visita ao Serro, ou aqueles que estão em trânsito e que passam algumas horas visitando a cidade.

Em algumas das entrevistas realizadas com os moradores, foi revelado que existem empresários de outros locais interessados em investir na construção de equipamentos de hospedagem. A presença desses investimentos poderá alavancar a atividade turística, elevando a qualidade dos serviços prestados. Entretanto, é preciso que existam ações que evitem o turismo predatório, que incentiva, por exemplo, a especulação imobiliária, cujas consequências perversas já foram verificadas em outras localidades com características semelhantes às do Serro.

Por outro lado, os empresários locais criaram uma associação independente para incentivar a criação de roteiros locais e, com isso, incrementar o turismo na cidade, dinamizando sua economia.

## **2.2. A forma da cidade**

O Arraial das Lavras Velhas do Ivituruí, que deu origem à cidade do Serro, teve os seus primeiros assentamentos no início do século XVIII a partir das jazidas auríferas descobertas por exploradores paulistas.

A região, antes *habitat* de tribos indígenas que dominavam aqueles sertões, já teria sido pioneiramente penetrada pelas expedições ou bandeiras de Sebastião Fernandes Tourinho, Fernão Dias ou Antonio Dias Adorno, quando nas alturas de 1701/2, um grupo de exploradores, chefiado pelo paulista Antonio Soares Ferreira, descobriu as minas de ouro do Ivituruí, que significa Serro Frio. As cabeceiras do Rio Jequitinhonha e seus afluentes manifestaram-se de uma considerável riqueza e logo surgiram, às suas margens, os ranchos de que se originariam os primeiros povoados. (MINAS GERAIS, 1980, p. 3)

A origem do Serro, como a de outras vilas mineiras, resulta da junção de arraiais localizados próximos aos locais da exploração das lavras de ouro.

Esse desenvolvimento se enquadra no que é definido por Sylvio de Vasconcellos, citado por Suzy de Mello:

A origem do Serro, porem, prendeu-se ao estabelecimento de dois primitivos arraiais de mineradores que, por sua localização, foram simples e objetivamente denominados “de Baixo” e “de Cima”, e situados nas proximidades dos córregos do Quatro Vinténs e do Lucas. A afluência de outros aventureiros ao local estimulou o crescimento centrípeta dos dois arraiais que acabaram por se fundir em um só ao longo da estrada à meia encosta, acima citada, constituindo, assim, a então chamada Vila do Príncipe. (MELLO, 1985, p. 87)

A exemplo do que ocorreu nas outras cidades que participaram do processo de povoamento do território de Minas Gerais no ciclo do ouro, o Serro teve a sua forma urbana consolidada ainda no século XVIII.

A atual cidade do Serro conserva um traçado básico que deve remontar presumivelmente à metade do século XVIII, quando a então Vila do Príncipe já se encontraria urbanisticamente definida, com seus aglomerados de casas ocupando um espaço acidentado entre as margens dos ribeirões auríferos e as encostas de pequenos morros. (MINAS GERAIS, 1980a, p. 22)

Para Sylvio de Vasconcellos, a linearidade que caracteriza a forma das cidades coloniais mineiras é decorrente de sua implantação à beira dos caminhos definidos pela exploração do ouro. Segundo este autor, os grandes eixos do povoamento, que caracterizam as estradas reais (Caminhos Velho e Novo), são reproduzidos pelos eixos definidores das aglomerações urbanas, que, conforme já mencionado, foram implantadas perto das lavras, segundo citação nas suas obras “Vila Rica” e “Mineiridade”, respectivamente.

A Vila tem, assim, uma configuração linear apegada à estrada tronco que, aos poucos, se corrige em trechos de melhor traçado, em geral mais ao alto que os primitivos, atalhando-se e ao mesmo tempo acompanhando a marcha das minerações que, a princípio apegados aos vales profundos, foram galgando a serra. (VASCONCELLOS, 1977, p. 76)

Se os povoados são longilíneos, o próprio povoamento é também linear, quase todo resolvido nos flancos de uma só estrada, que vem de Parati ou da baía de Guanabara e segue quase em linha reta para o norte, paralela ao mar, até o Jequitinhonha. (VASCONCELLOS, 1981, p. 28)

Reforçando essa característica, Sylvio de Vasconcellos (1981, p. 51) afirma que “Serro Frio é um trecho de estrada que se dirige a Diamantina e Bahia”. E complementando, esse autor, citado por Mello (1985, p. 87),

descreve a implantação do Serro como sendo “[...] uma estrada à meia encosta, pouso de longas viagens em demanda da região diamantífera e pastoril”.

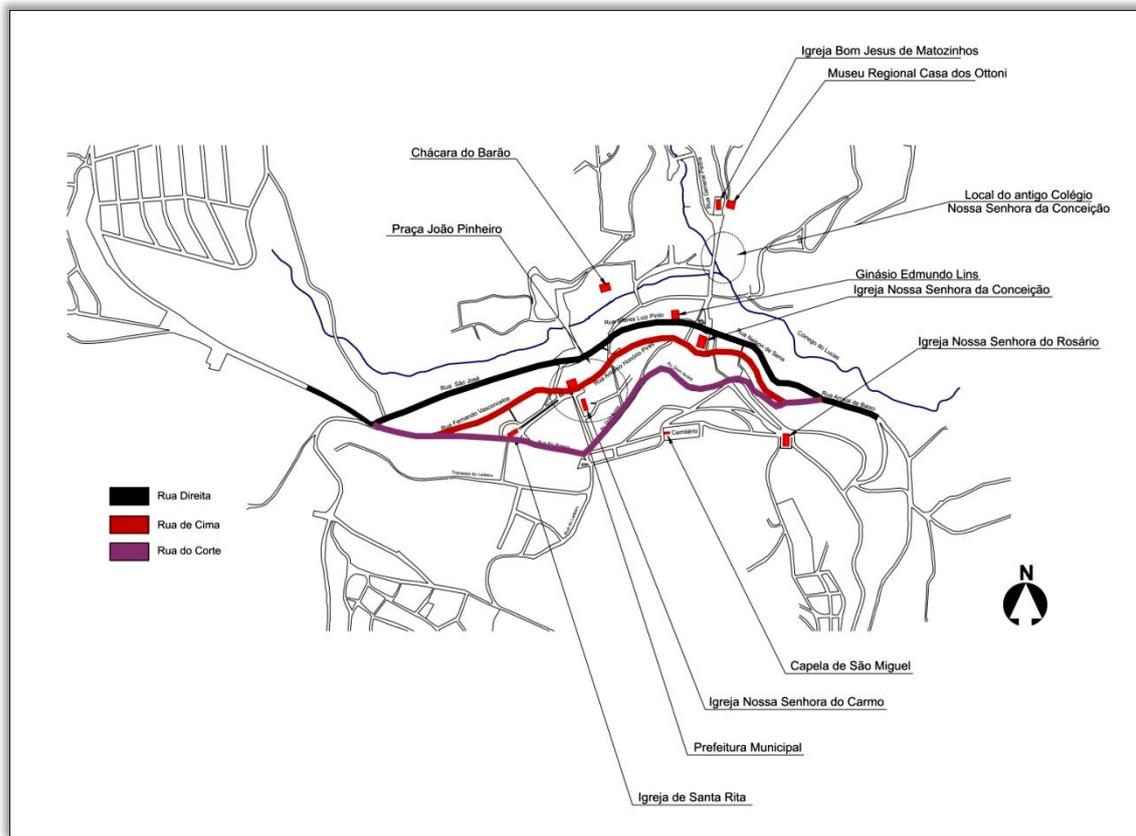


Figura 5. Mapa do Serro com os principais eixos longitudinais. Adaptado do Mapa de Arruamento da cidade do Serro. Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Fonte: Prefeitura Municipal do Serro, julho de 2006.

A cidade é um exemplo desse tipo de implantação. Seus eixos, definidos a partir do sopé dos morros, próximos aos locais do descobrimento e exploração do ouro (córregos Quatro Vinténs e córrego do Lucas), dão conformação longilínea ao núcleo histórico. São três eixos, em nível, interligados por becos, às vezes extremamente íngremes, conforme mostram as Figuras 5, 6, 7 e 8.

O crescimento da cidade seguiu uma tendência longitudinal, na direção leste-oeste, assinalada por três longas vias, representadas pela tradicional Rua Direita, Rua de Cima e Rua do Corte, onde se encontravam os serviços de abastecimento da cidade. Estas três vias possuem como ponto principal, o local de chegada da cidade pelo antigo caminho da Estrada Real (sentido Diamantina), e se encontram novamente na saída, sentido Guanhões. (BARBOSA, 2007, p. 128)

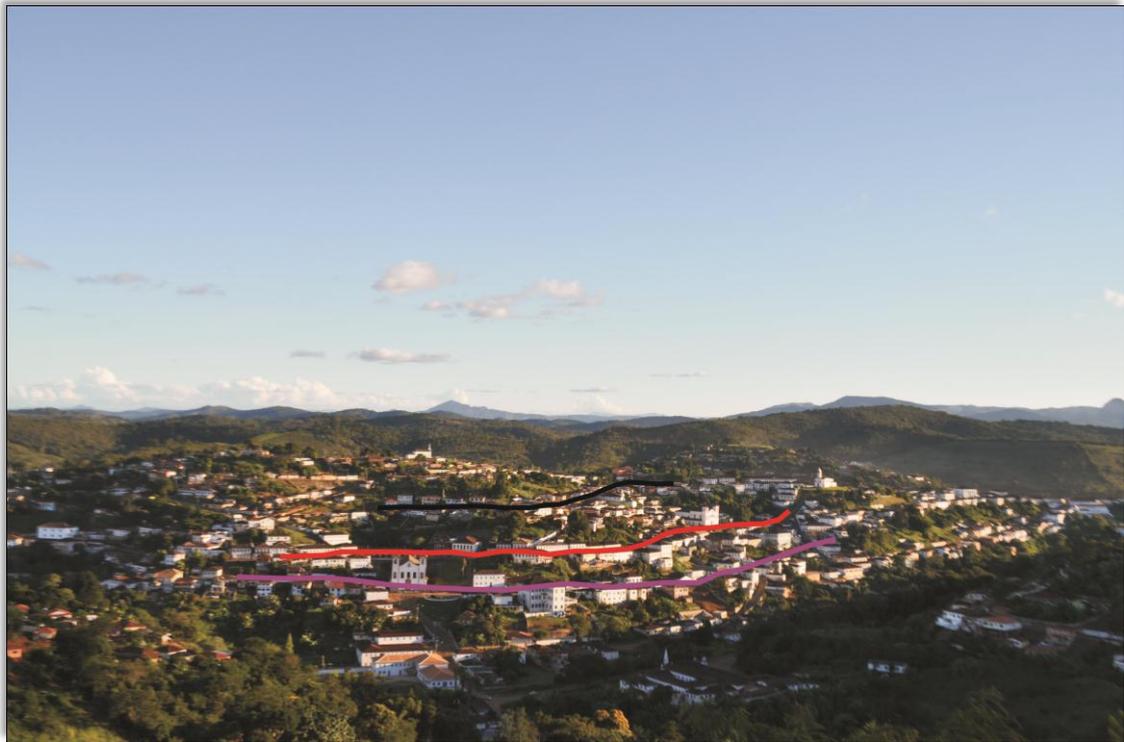


Figura 6. Vista panorâmica da cidade com a marcação dos três eixos longitudinais.  
Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, 21 abril de 2011.



Figura 7. Trecho da antiga Rua de Cima.  
Fonte: Acervo do autor, julho de 2010.



Figura 8. Beco do Carmo, que estabelece a ligação entre as antigas Rua de Cima e Rua do Corte (dois dos eixos longitudinais).  
Fonte: Acervo do autor, fevereiro de 2012.

Por outro lado, a confluência desses três eixos no passado eram, a partir de Diamantina e de Guanhães, os acessos à cidade como descreve Dario A. F. da Silva.<sup>18</sup>

Antigamente, pois, nossos pais vindos das Gerais saltavam no alto o Lava-pés com cuja água os asseavam e abaixo do Rosário esvaziavam os canudos de viagem bebendo o que restava do bom vinho da boa aguardente reinol ou água fresca apanhada na mata.

A entrada da Vila era pois pelo Vasa Canudos. (SILVA, 1928, p. 35)

A outra característica do processo de formação das cidades coloniais foi a sua evolução a partir da junção de seus arraiais, estabelecidos junto às lavras:

<sup>18</sup> A entrada a que se refere o autor corresponde ao acesso à cidade por Guanhães, que chega ao largo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, conforme mostrado na área correspondente ao Arraial de Baixo do mapa da Figura 10.

Dentro desses parâmetros, mesmo uma resumida análise das primeiras vilas mineiras indica suas específicas condições de formação através da integração espontânea dos arraiais primitivos [...] (MELLO, 1985, p. 74)

Essa característica é sublinhada pela autora que, em sua opinião, trata-se da antecipação do fenômeno da conurbação.

A insistência na acentuação desse ponto se justifica de forma especial por dele decorrer um outro aspecto, também muito peculiar à urbanização mineira setecentista embora atualmente ocorra não só no Brasil como em todo mundo: as vilas do ouro, resultantes da interligação dos arraiais e de sua espontânea anexação com o decorrer do tempo, configuram exatamente uma situação urbana que hoje é conhecida como “conurbação”, ou seja, uma cidade formada pela ligação de diversos núcleos próximos. (MELLO, 1985, p. 73)

Conforme citado, os ranchos que deram início à cidade foram estabelecidos às margens dos córregos Quatro Vinténs e do Lucas, no início do século XVIII. Seguindo o processo característico da formação urbana das vilas do ouro, o desenvolvimento desses arraiais fez, ocorrer a “conurbação”, dando origem ao povoado que foi elevado à condição de vila em 1714, denominando-se Vila do Príncipe (Figura 9). Nas figuras 10 e 11 são mostradas as fases de ocupação e expansão urbana da cidade.

O nascimento do povoado, em início daquele século, se deu junto aos córregos dos Quatro Vintens e do Lucas, nos locais onde se arrancharam, por conveniência de maior proximidade com as lavras do ouro, os primeiros mineradores. Surgiram, a pouca distância um do outro, os arraiais chamados de Baixo e de Cima, que em breve no entanto se aglutinariam num só arraial devido à afluência constante de novos exploradores e à ocupação com novos ranchos ou casas rústicas das glebas que intermediavam os dois núcleos pioneiros. (MINAS GERAIS, 1980a, p. 22-23)

E o processo de evolução do sítio, a partir do estabelecimento dos ranchos, a definição dos dois arraiais e o início do desenvolvimento da cidade foram descritos por Dario A. F. da Silva:

No princípio os arraiais eram dois: o de Baixo, como até hoje se diz, o qual vinha das lavras no Lucas até pouco abaixo do Vasa Canudos e o Arraial de Cima que era na Praia. Este era maior, o oficial, o que foi feito Vila do Príncipe.

No seu começo o Arraial de Cima nada mais era que uma rancharia, sem linha, dos mineiros, coberta de palha dos coqueiros, onde as noites eram passadas em roncarias e onde

os alimentos eram tomados esfaimadamente. Eram ranchos desordeadamente colocados, segundo a tradição, pelas fraldas do morro, onde hoje está a Casa de Caridade, ribeirão acima, porém. Depois ranchos foram construindo onde está o Asilo, casa dos Queiroga, morro acima e por seus lados. (SILVA, 1928, p. 35)

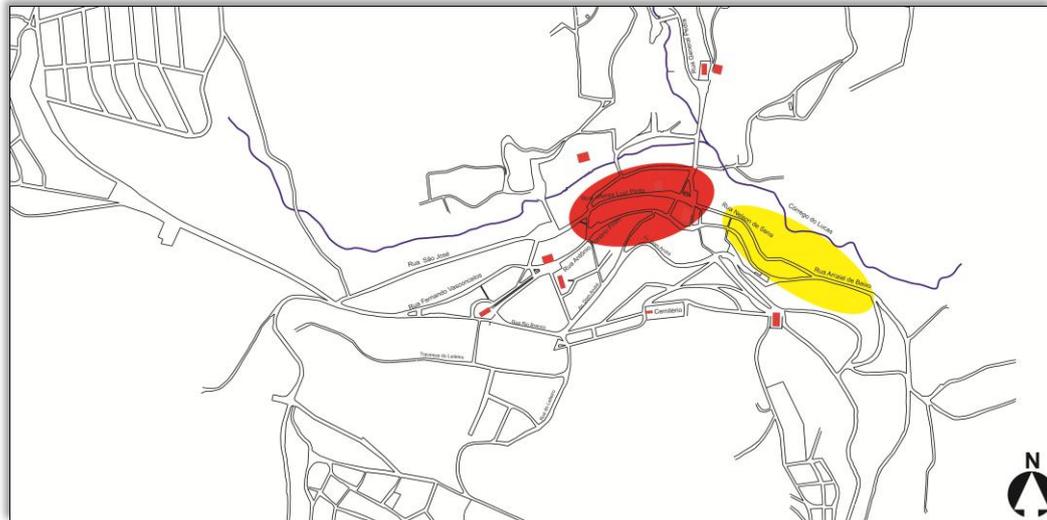


Figura 9. Localização aproximada dos dois arraiais que deram origem à Vila do Príncipe (Arraial de Cima, em vermelho e Arraial de Baixo, em amarelo). Adaptado do Mapa de Arruamento da cidade do Serro. Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Fonte: Prefeitura Municipal do Serro, julho de 2006.

Para André H. M. de Souza,

O Serro constitui um dos exemplos mais simples desta primeira forma de conurbação que, no entanto, ilustra claramente os casos mais recorrentes, tendo surgido da aglutinação de apenas dois arraiais, denominados Arraial de Cima e Arraial de Baixo. (SOUZA, 2006, p. 14)

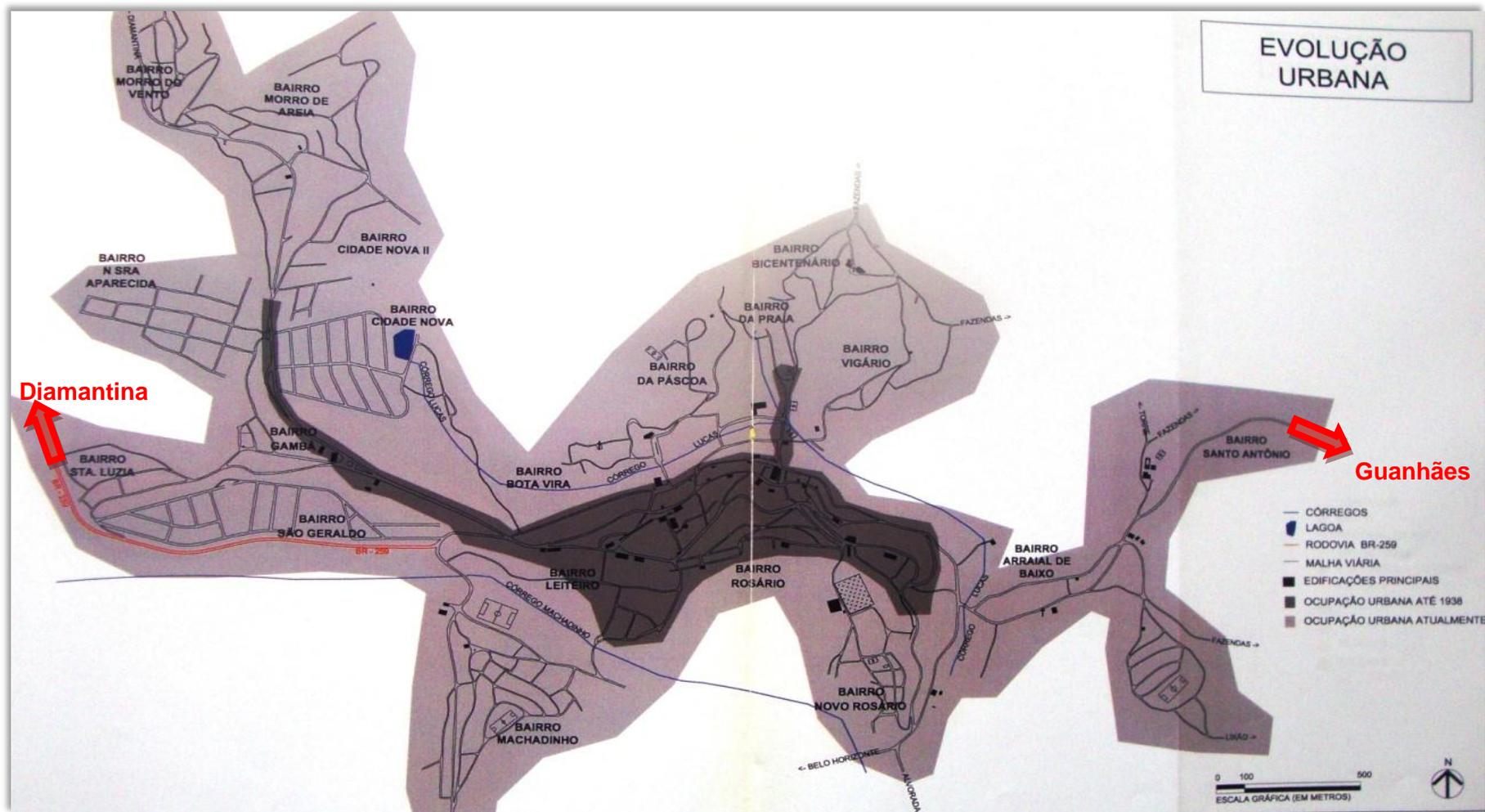


Figura 10. Mapa da Evolução Urbana do Serro, com destaque para a área do núcleo histórico, ocupada até 1938.  
 Fonte: Plano Diretor Participativo do Município do Serro. Leitura Técnica e Comunitária.

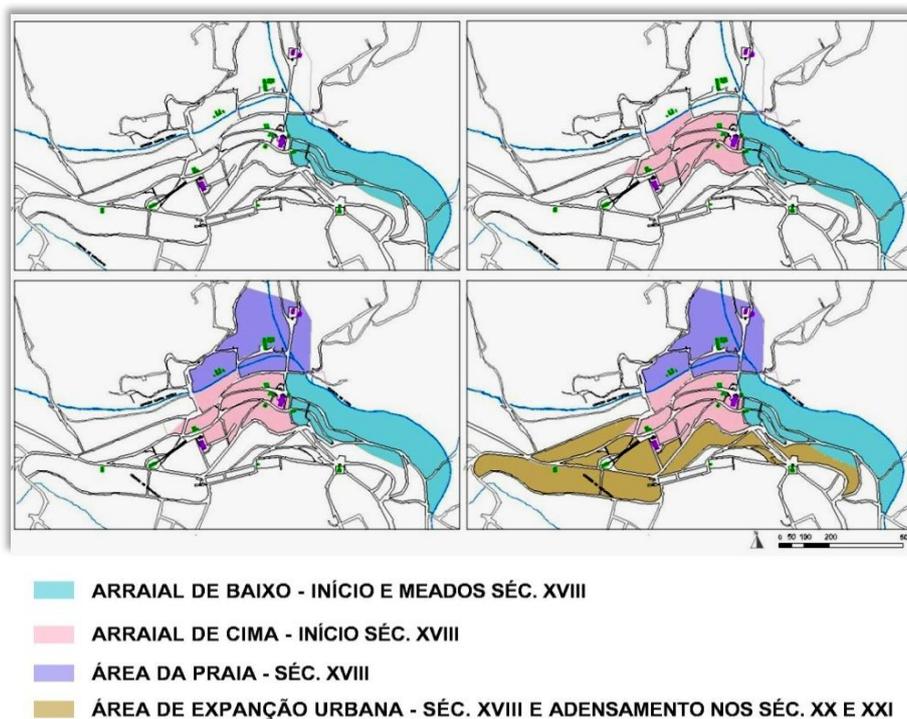


Figura 11. Fases da evolução urbana do Serro.

Fonte: Mapa Base: Planta Cadastral – Prefeitura Municipal de Serro/2006. Ilustração: Isabel Nicolielo, 2011.

A importância político-administrativa adquirida a partir da elevação à condição de sede de Comarca, associada ao ouro extraído em seu perímetro, conferiu condições ao Serro para um rápido desenvolvimento. E a consolidação de sua forma urbana já seria uma realidade menos de quatro décadas após sua elevação à condição de Vila.

## 2.3 A arquitetura do Serro

### 2.3.1 A arquitetura civil

A partir da fixação dos mineradores que lograram êxito em suas explorações na região do Serro - a exemplo das outras cidades ligadas à mineração em Minas Gerais – surgiram as primeiras edificações construídas em caráter permanente. Segundo André Henrique M. Souza:

As novas edificações buscaram terrenos estabilizados, não mais aqueles fragilizados pela exploração intensa do ouro sujeitos a desmoronamentos ou processos erosivos em decorrência do revolvimento das terras nas margens dos ribeirões. (SOUZA, 2006, p. 12)

No Serro, a partir do estabelecimento dos ranchos às margens dos córregos Quatro Vinténs e Lucas, essas edificações permanentes seriam implantadas nas encostas vizinhas, iniciando a ocupação do sítio que já apresentaria sua forma definitiva em meados do século XVIII, conforme citado. No início do século XIX, em sua viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, Saint-Hilaire permaneceu por vários meses no Serro e mais tarde, em sua obra “Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”, o autor faria uma detalhada descrição da cidade com seu casario. Destaca-se nessa descrição a forma de assentamento do conjunto:

Essa vila está edificada sobre a encosta de um morro alongado e suas casas dispostas em anfiteatro, os jardins que entre elas se vêem, suas igrejas disseminadas formam um conjunto de aspecto muito agradável, visto das elevações próximas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 145)

E seriam justamente essas peculiaridades da cidade, caracterizadas pela disposição das edificações, a presença dos grandes quintais entre elas e pelo tipo de assentamento, um dos argumentos apresentados por Augusto da Silva Telles em defesa da manutenção do tombamento integral da cidade do Serro, em evento ocorrido em 1967, conforme descrito no capítulo 3 deste trabalho.

A topografia foi um fator determinante para a arquitetura do núcleo histórico do Serro. Como já descrito, a cidade foi assentada em uma encosta e suas ruas foram definidas segundo curvas de nível em cotas ascendentes Figura 12, e as edificações foram construídas sobre os declives e aclives ao longo das ruas, conforme descreve Carvalho (1993, p. 3):

As grandes declividades locais geraram uma ocupação das encostas em níveis, com as construções debruçando-se primeiramente sobre os declives. Só depois os aclives receberam construções.



Figura 12. Vista do Núcleo Histórico. A ocupação da encosta em níveis.  
Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, junho de 2011.

As edificações inicialmente construídas nos declives resultaram numa característica peculiar à paisagem urbana do centro histórico do Serro: casarões com um ou dois pavimentos na fachada frontal e três, às vezes, quatro pavimentos na posterior, Figura 13, como explica Carvalho (1993, p. 3) “Essa ocupação implicou o surgimento de vários pavimentos de meios-porões [...]”.



Figura 13. Vista do Centro Histórico onde se destacam vários casarões implantados nos declives das ruas, com maior número de pavimentos na sua porção posterior.  
Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, abril de 2011.

Assim como se verifica na arquitetura religiosa, o sistema construtivo adotado na arquitetura residencial foi o da estrutura autônoma em madeira com fechamento dos vãos em pau-a-pique, o que, segundo Elizabeth Sales de Carvalho, era originalmente o sistema preferido no Estado.

Além da topografia, o clima chuvoso no verão também foi determinante para a adoção de soluções que visavam à proteção das edificações conforme Carvalho (1993, p. 4):

“[...] as coberturas tinham grandes inclinações, que variavam de 25 a 38%, imprimindo grande velocidade às águas de chuva. Os amplos beirais, com contrafeito, empurravam as águas para distante das fachadas. [Figuras 14, 15 e 16]



Figura 14. Detalhe de dois casarões do centro histórico onde é possível notar os amplos beirais dos telhados, bem como a presença de contrafeitos em suas extremidades.  
Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, junho de 2011.



Figura 15. Detalhe de beiral em sobrado localizado no centro histórico.  
Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008.



Figura 16 Detalhe de telhado no centro histórico onde se nota a mudança de inclinação em sua extremidade (contrafeito).

Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008.



Figura 17. No casarão à direita, notam-se as folhas de vedação das janelas fechadas pela parte externa dos vãos.

Foto: Paulo Sérgio Torres Procópio, junho de 2011.

A mesma autora também cita que a parte inferior das paredes era protegida por um “[...] grosseiro barrado de madeira.” e “[...] As folhas de vedação das janelas abriam-se para fora, evitando gretas que acumulassem águas.” (CARVALHO, 1993, p. 4), Figura 17.

A cidade se consolidou a partir da conurbação dos dois arraiais originais: o Arraial de Baixo e o Arraial de Cima. A arquitetura implantada nas duas áreas foi um reflexo da menor e maior capacidade financeira de seus habitantes. No de Baixo, estabelecido pelos paulistas, pouco restou. A maioria dos exemplares eram edificações térreas e simples (Figuras 18 e 19), que se perderam ao longo dos anos “por falta de manutenção, por demolição intencional ou por incêndio” (CARVALHO, 1993, p. 4), restando poucos exemplares originais. “No Arraial de Baixo e área da Praia, restam poucos exemplares arquitetônicos originais, por representar a primeira ocupação, apresentando atualmente vários vestígios arqueológicos em potencial.” (SERRO, 2006, p. 127).



Figuras 18 e 19. Edificações remanescentes na Antiga Rua das Flores, hoje Rua Nelson de Sena (Arraial de Baixo)

Fotos: Isabel Nicolielo, 2011

O arraial de Cima foi ocupado por “representantes diretos da Coroa”, que, segundo Carvalho (1993, p. 4) eram pessoas de maior poder aquisitivo, o que propiciou maior preservação, como apontou o mesmo autor (Figuras 20 e 21):

No Arraial de Cima, atual centro, obedeceu-se aos moldes da arquitetura tradicional portuguesa, uma vez que ele foi ocupado pelos representantes diretos da coroa. As casas são um pouco mais novas que as do arraial paulista e caíram em mão de pessoas de melhor situação financeira, que as puderam preservar. (CARVALHO, 1993, p. 4)



Figura 20. Casarões assobradados com suas características tradicionais íntegras (Arraial de Cima).  
Foto: Isabel Nicolielo, 2012.



Figura 21. Casario térreo de tipologia tradicional colonial preservada.  
Foto: Isabel Nicolielo, 2012.

### 2.3.2 Arquitetura religiosa no Serro: algumas características

A arquitetura religiosa do Serro é representada por um conjunto de seis templos: a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e as igrejas de Nossa Senhora do Carmo e Bom Jesus de Matozinhos; as capelas de Nossa Senhora do Rosário, Santa Rita e de São Miguel das Almas, essa última “[sic] Foi

construída por D. Epaminondas Nunes, quando Vigário do Serro, no dealbar dêste século [século XX], sendo de pedra (alvenaria), que foi tôda carregada na cabeça pelos fiéis.” (MIRANDA, 1972, p. 73).

Nesse conjunto, destaca-se a homogeneidade (à exceção da capela de São Miguel das Almas) “[...] assegurada pela fidelidade a determinados partidos próprios da região, quanto pelo alto nível de qualidade alcançado na ornamentação interna dos templos[...].” (MINAS GERAIS, 1980, p. 13).

As igrejas e as capelas serranas foram construídas a partir da segunda metade do século XVIII e todas preservaram o sistema construtivo do início desse século: a estrutura autônoma em madeira. Tal característica constitui, quando associada à decoração interna, uma das peculiaridades dessa cidade, em especial a pintura que, conforme citado, ao contrário dos partidos arquitetônicos adotados - caracterizados pelos padrões tradicionais do início do século XVIII - apresentam elementos representativos contemporâneos à sua construção, ou seja, da segunda metade do setecentos.

Toda ênfase ornamental é reservada para o interior dos templos, onde a talha dourada e policromada dos retábulos é às vezes complementada por pinturas de forros em perspectiva de qualidade excepcional. Contrariamente à arquitetura, que se conservou fiel a padrões retardatários, a decoração interna das igrejas e capelas do município do Serro revela-se atualizada com relação aos modelos artísticos adotados no período em outras regiões da capitania, ou seja, os do rococó, introduzidos em Minas Gerais a partir da sexta década do século XVIII. (MINAS GERAIS, 1980a, p. 15)

As igrejas e capelas serranas conservaram as características dos partidos adotados nos primórdios da arquitetura religiosa de Minas Gerais, associadas a características da região, conforme descrito no Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais.

Em consequência, manteve-se a arquitetura religiosa do Serro e adjacências fiel aos partidos tradicionais das capelas e matrizes mineiras das primeiras décadas do oitocentos: plantas retangulares, frontispícios retos, torres de secção quadrada com cobertura de telhas, em suma, uma tendência subordinada ao domínio da linha reta e de suas formas rudes e funcionais. A esses elementos vem somar-se entretanto peculiaridades regionais, como os óculos de formatos caprichosos abaixo da empena, ou a presença de anexos laterais funcionando como sacristias, salas de reunião ou depósitos, circundando inteiramente as fachadas laterais (Nossa Senhora do Carmo e Bom Jesus de Matozinhos) ou restringindo-se à capela-mor (Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras). (MINAS GERIAS, 1980, p. 13)

Na capela de Santa Rita, foi adotado o partido da torre central com o frontispício chanfrado, comum aos partidos “[...] tradicionalmente adotados em Minas Gerais [...]” (MINAS GERAIS, 1980, p. 14), encontrado também na capela de Nossa Senhora do Rosário, no distrito serrano de Milho Verde. Quanto à capela de Nossa Senhora do Rosário, adotou-se o partido arquitetônico comum nos templos de Diamantina:

O partido da torre única lateral, típico das igrejas de Diamantina, parece ter sido o originalmente adotado na construção da Capela do Rosário, na cidade do Serro, aspecto com o qual figura em quadro a óleo datado de 1932, conservado no museu local [...] (MINAS GERAIS, 1980, p. 14-15)

A torre e o campanário da capela de Nossa Senhora do Rosário foram demolidos e, segundo os moradores, o sino (que não era o original) foi instalado em uma janela na fachada lateral esquerda do edifício. Recentemente, foi construído um campanário ao lado da capela onde se instalou o sino.

Sobre a arquitetura religiosa, consta do Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais que, somente algumas variações, como a “[...] forma dos óculos abaixo da empena [...]” alteram a simplicidade do exterior das igrejas e capelas do Serro. Excetua-se também a esse caráter

simplório a [...] tarja esculpida em madeira policromada, inserida entre as janelas do frontispício da igreja do Carmo (cidade do Serro) [...]” (MINAS GERAIS, 1980, p. 15), atualmente pintada em preto.

### 2.3.2.1 Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Figura 22. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: Fonte: ET/ IPHAN Serro.

A primeira matriz do Serro foi a capela consagrada a Santo Antônio, construída de forma simples, com cobertura em palha, no local onde hoje está erguida a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Entre os anos de 1725 e 1737, já se fazia referência “[...] a uma segunda matriz, precedida de adro [...]”.(MINAS GERAIS, 1980, p. 28)

O edifício da atual matriz, Figura 22, teve suas obras iniciadas provavelmente em 1792, a partir da capela consagrada a Santo Antonio, tendo sido concluída no século XIX, afirmativa de Paulo Krüger Corrêa Mourão, baseada em documentos relativos ao pagamento de serviços prestados pelo entalhador Bartolomeu Pereira Diniz. Segundo o autor:

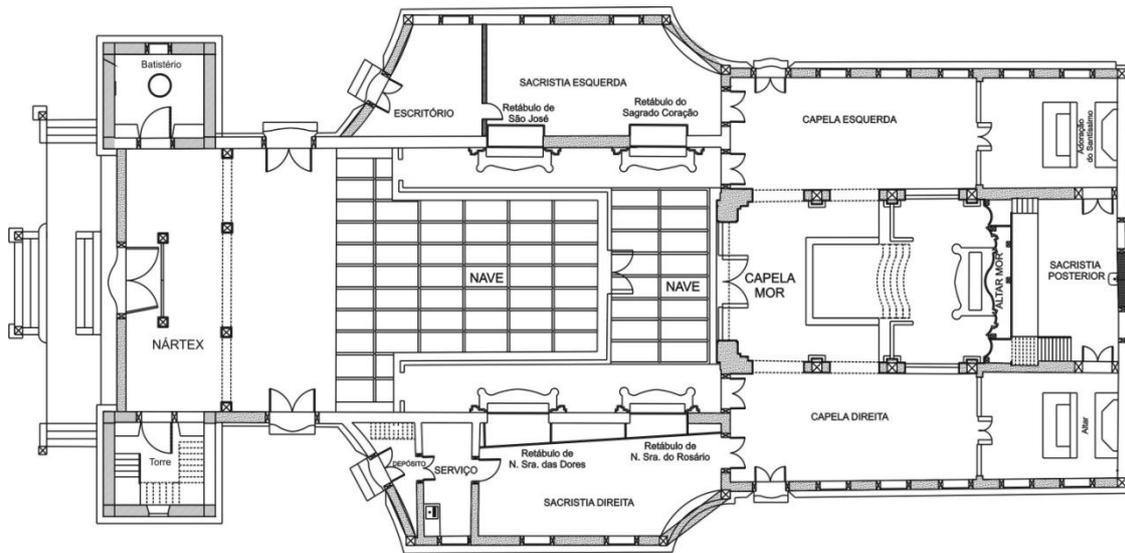
Em um “Livro de Termos”, constam obras em data mais recuada. Por exemplo, está aí escrito que em 16 de dezembro de 1792 foi tomada a deliberação de se fazer o retábulo da capela-mor e mais reparos precisos na mesma, conforme ajuste feito com o artífice Bartolomeu Pereira Diniz pela quantia de 3.708 oitavas de ouro, ficando esse artífice obrigado a executá-la em risco. (MOURÃO, 1986, p, 131)

Sobre a matriz, sintetiza Saint-Hilaire (1975, p. 146): “A primeira e certamente uma das mais belas e grandes contempladas por mim, até então, na Província de Minas”, que é, porém, mais detalhadamente explicada no Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais:

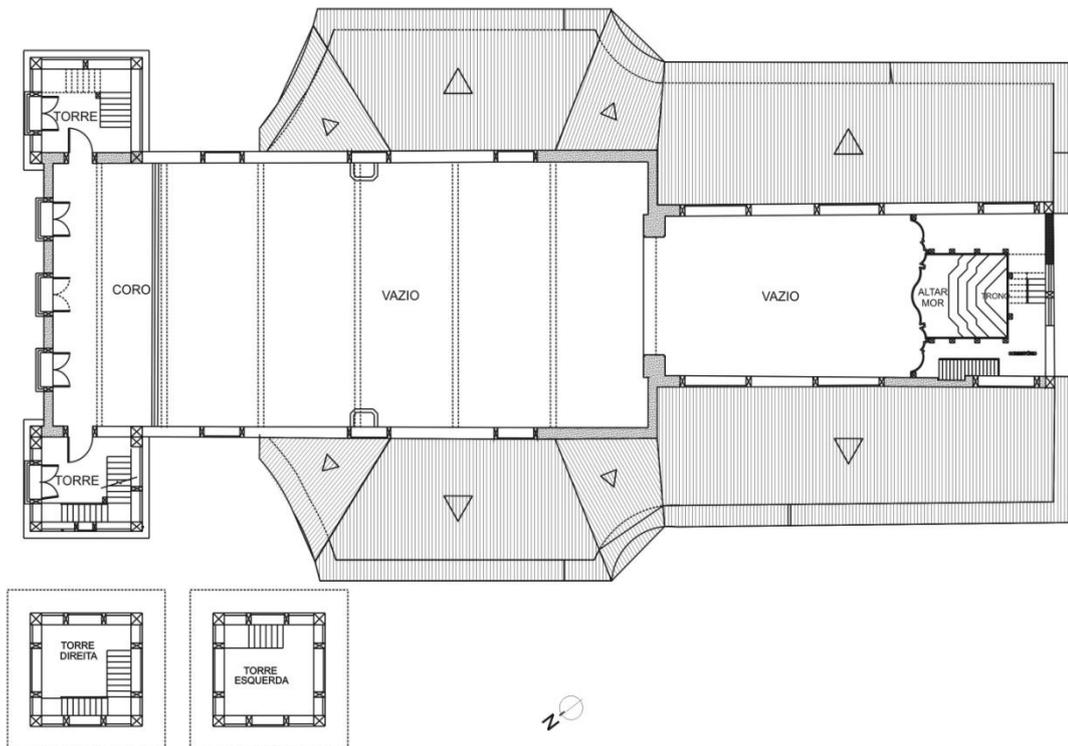
Apesar de construída no último quartel do século XVIII, a matriz do Serro filia-se ao partido tradicional das matrizes mineiras da primeira metade daquele século com duas particularidades, entretanto, ambas relacionadas com a arquitetura religiosa da segunda metade do setecentos: as torres destacadas em relação ao corpo da igreja e a insinuação de paredes curvas nos anexos laterais ao longo da nave [Figuras 23 e 24]. Esses anexos, que são uma constante no Vale do Jequitinhonha, funcionavam principalmente como salas de reunião ou depósito, além de permitirem o acesso aos púlpitos.

[...]

A estrutura da construção é em madeira e taipa, com reforços em alvenaria de tijolos e cimentos, cunhais e enquadramento dos vãos em madeira, vergas em arco abatido e cobertura em duas águas. A fachada, restaurada em meados do século XIX com a construção de alicerces em pedra, é de grande simplicidade: torres quadrangulares, cobertas com telhado de quatro águas, e empena lisa, incluindo óculo de formato caprichoso [Figuras 25 e 26]. No frontispício, existem três portas-sacada com parapeitos de ferro batido e duas outras inseridas nos flancos das torres [Figuras 22 e 25]. Internamente, possui pisos em campas e tabuado largo, forros abobadados em tabuado liso com pinturas decorativas, coro com balaustradas trabalhada, cimalkas e arco-cruzeiros de madeira com ornatos e dois púlpitos em talha de belo desenho ornamental, além de balaústres de madeira torneada separando os altares laterais do corpo central da nave e também na divisória entre esta e a capela mor [Figuras 27 e 28]. (MINAS GERAIS, 1980, p. 31-32)

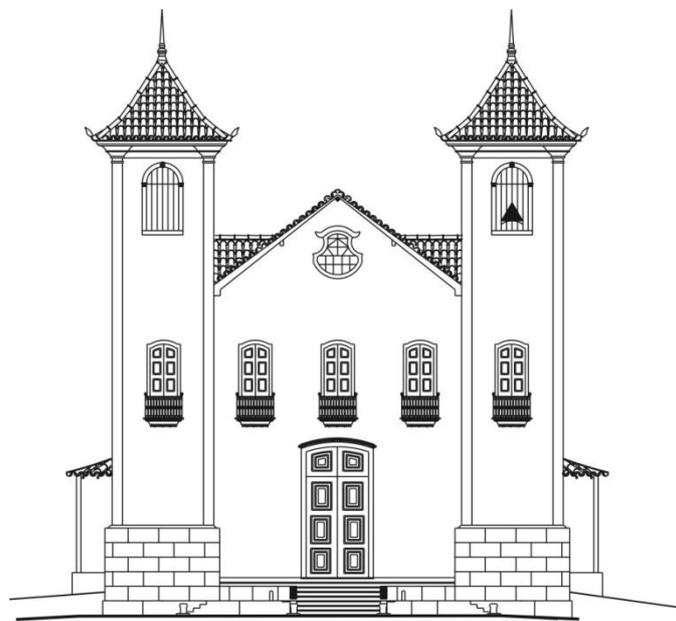


PLANTA BAIXA TÉRREO 

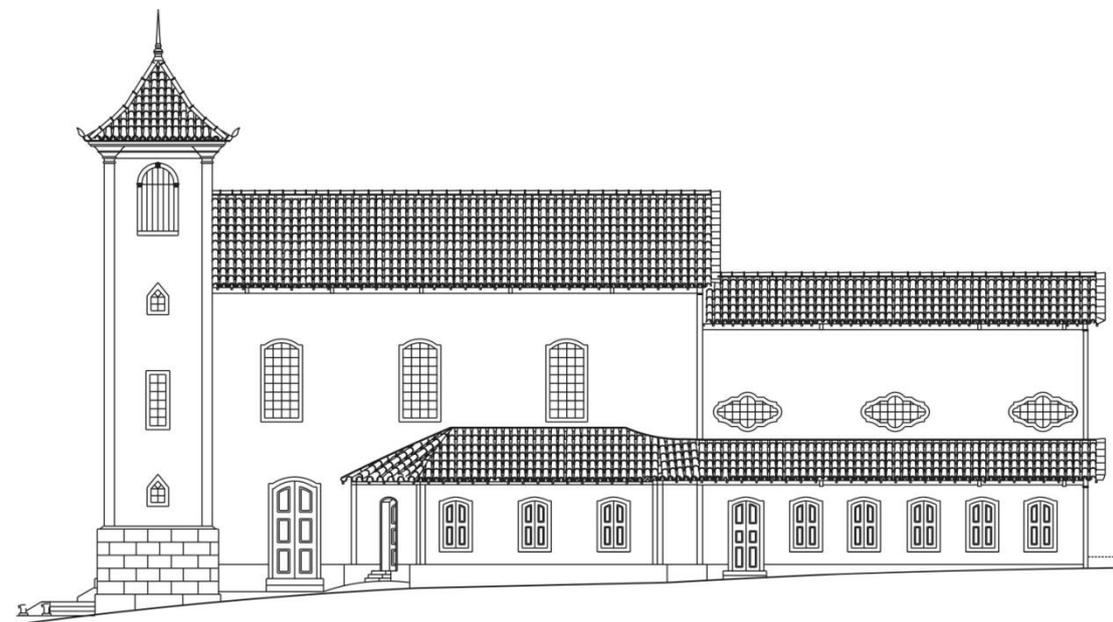


PLANTA BAIXA CORO E TORRE

Figuras 23 e 24. Plantas da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: ET/ IPHAN Serro.



FACHADA FRONTAL



FACHADA NOROESTE

Figuras 25 e 26. Fachadas da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: ET/ IPHAN Serro.



Figura 27. Interior da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Nave principal e altar-mor.  
Foto: Kelly Diniz de Souza, outubro de 2009.



Figura 28. Interior da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.  
Foto: Kelly Diniz de Souza, outubro de 2009.

### 2.3.2.2 Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Figura 29. Igreja do Carmo vista a partir da Praça João Pinheiro.  
Fonte: Acervo do autor, março de 2011.

A igreja de Nossa Senhora do Carmo foi construída pela Ordem Terceira do Carmo do Serro, que havia se desmembrado dessa irmandade em Diamantina. O edifício teve suas obras iniciadas em 1768 e concluídas em 1781 (Figura 29).

As obras, iniciadas posteriormente a 1768, ainda prosseguiram em 1780, quando se trabalhava na fachada com a execução das torres, ajustada em junho do mesmo ano com o mestre José da Silva Ribeiro. A 20 de julho do ano seguinte, ocorria a bênção do templo pelo vigário da Vara Nicolau Silva e Brito, indício de que a edificação já estava praticamente concluída nessa data. (MINAS GERAIS, 1980, p. 38)

A edificação passou por várias reformas como a substituição da porta principal em 1805, construção de sacristias laterais em 1809, e uma das mais importantes foi a modificação e simplificação da fachada, na primeira metade do século passado.

Situada em elevação à atual Praça João Pinheiro, antigo Largo da Cavahada, o edifício é descrito com as seguintes características arquitetônicas:

Possuindo estrutura autônoma e cunhais de madeira, paredes de taipa e cobertura em duas águas, obedece, em decorrência das técnicas construtivas empregadas, à planta de caráter tradicional e retardatário, próprio das edificações religiosas da região. A um núcleo original composto de nave, capela-mor (englobando consistório ao fundo) e torres quadrangulares destacadas do corpo da construção, foram acrescentados posteriormente dois anexos laterais, correspondentes às sacristias [Figuras 30 e 31]. A fachada atual [Figuras 29 e 32] resulta de uma restauração desfiguradora que descaracterizou o primitivo aspecto dessa parte da igreja [...] Carlos Del Negro observa que, no antigo frontispício, a tarja talhada em madeira policromada se ligava harmoniosamente à porta “por enrolamentos que tangenciavam os coruchéus das pilastras”, ao oposto do atualmente verificado, em que os diversos elementos se inserem, sem unidade, num frontispício inexpressivo, composto por linhas retas. No relevo central da tarja, está representada a figura de Nossa Senhora do Carmo entregando os escapulários a São Simão Stock, ajoelhado à esquerda, e, logo abaixo, em pequeno medalhão cercado de volutas e outros ornatos, as insígnias da Ordem Carmelita. Internamente, a igreja apresenta piso em campas, forros do tipo abóboda em tabuado, arco-cruzeiro de madeira com pintura à imitação de mármore e coro em balaustrada de madeira torneada [Figuras 33 e 34]. (MINAS Gerais, 1980, p. 39-40)

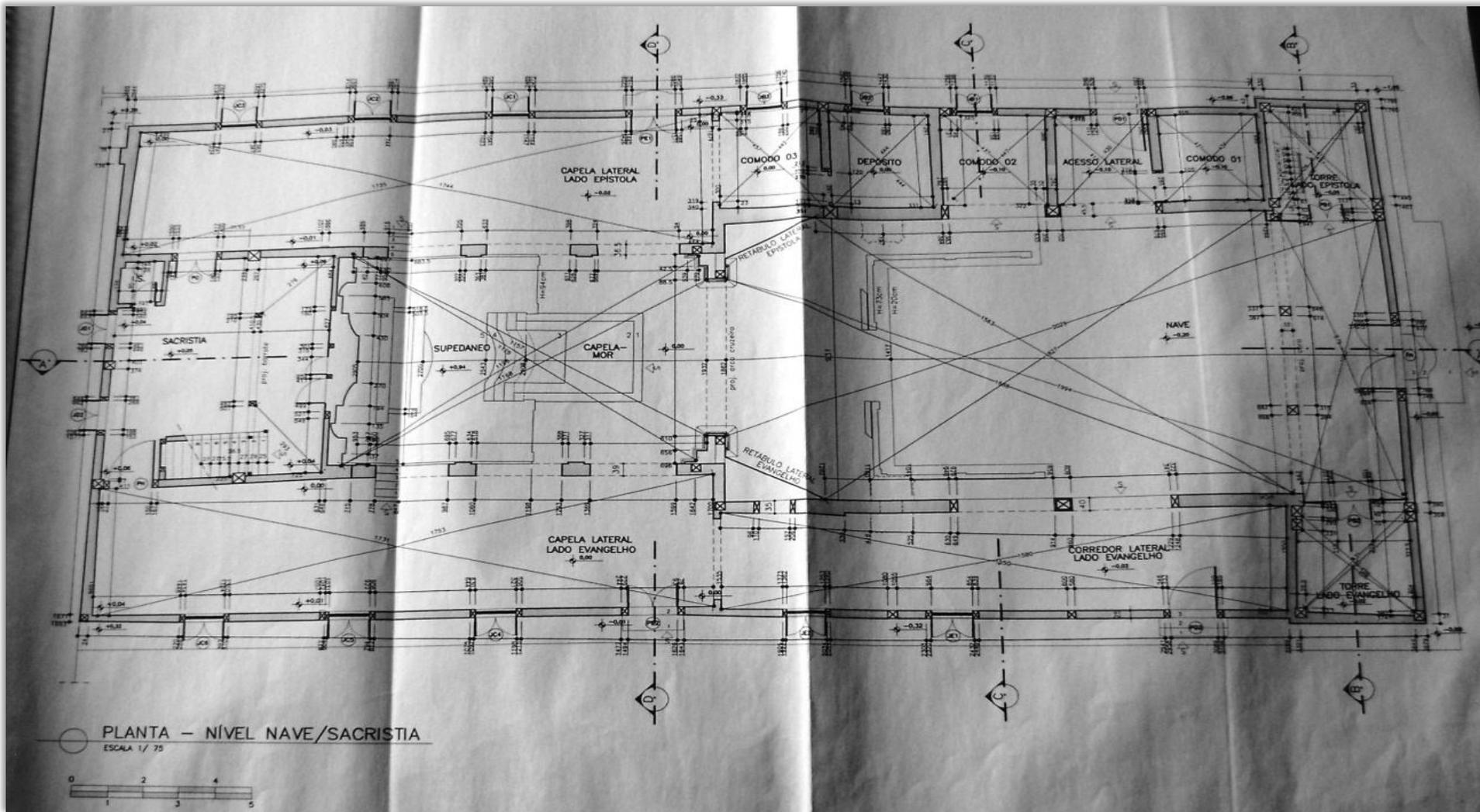


Figura 30. Igreja Nossa Senhora do Carmo. Planta nave.  
 Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.

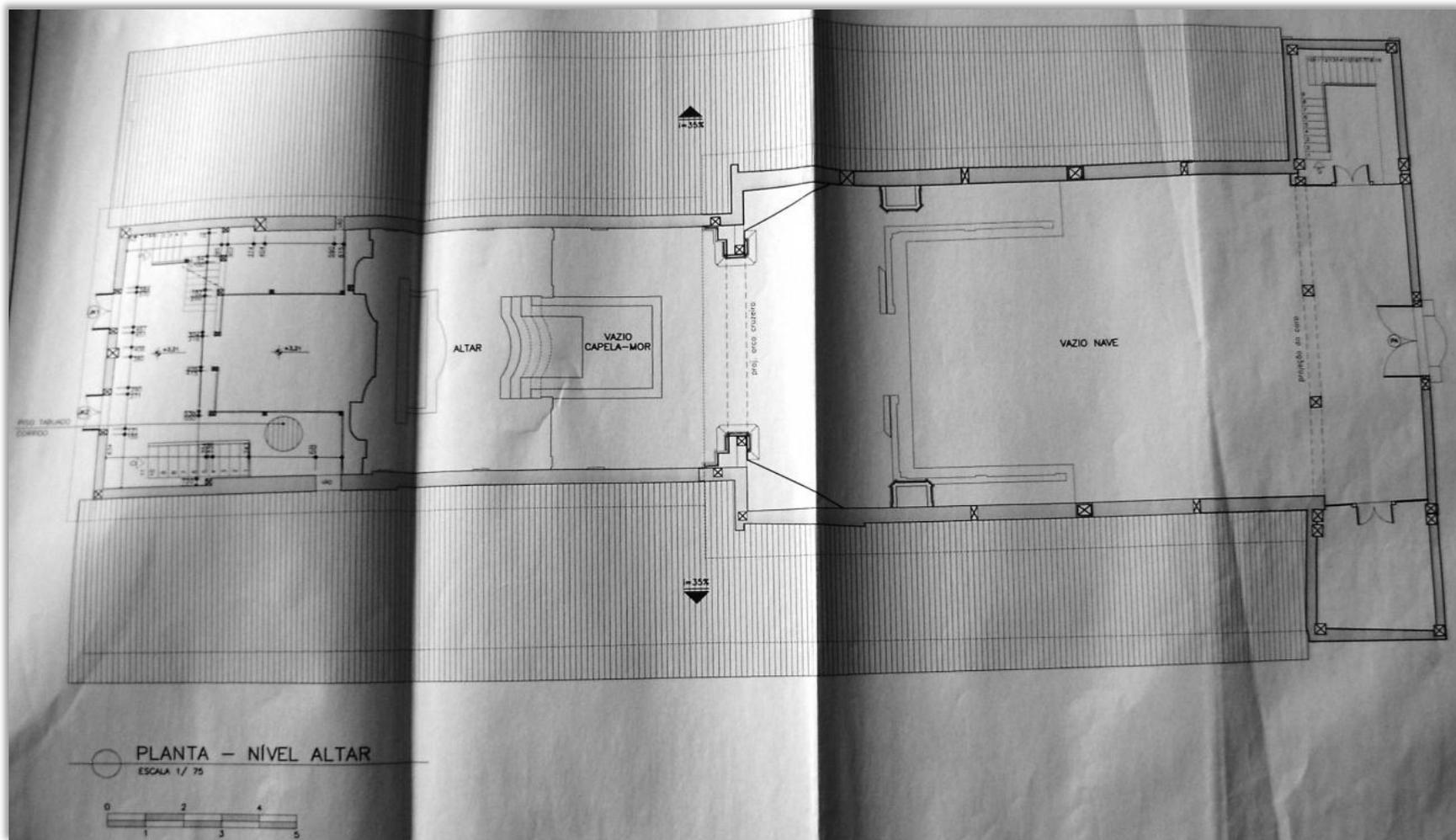


Figura 31. Igreja Nossa Senhora do Carmo. Planta Altar.  
Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.



Figura 32. Igreja Nossa Senhora do Carmo. Fachada Principal  
Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.



Figura 33. Interior da Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Nave principal e altar-mor.  
Foto: Kelly Diniz de Souza, agosto de 2010.



Figura 34. Interior da Matriz de Nossa Senhora do Carmo.  
Foto: Kelly Diniz de Souza, agosto de 2010.

É interessante destacar que a escadaria de acesso do nível da Praça João Pinheiro ao da Igreja tem a forma de um cálice invertido (Figura 34).



Figura 35. Praça João Pinheiro (antiga Praça da Cavalhada). Em primeiro plano o coreto da praça e a escada em forma de cálice invertido.  
Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.

### 2.3.2.3 Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos

Frente à escassez de documentação não se tem a data precisa da construção do templo dedicado a Bom Jesus de Matozinhos, embora se saiba que em 1797 a edificação estava em fase final de construção, "[...] que é a data inscrita em medalhão da pintura do forro da capela-mor, atestando o estágio já então bastante evoluído das obras de acabamento pelo menos dessa parte do edifício, uma vez que se refere a trabalho de decoração interna." (MINAS GERAIS, 1980, p. 46). Acredita-se, entretanto, que a igreja tenha sido totalmente concluída no século XIX (Figura 36).



Figura 36. Igreja do Bom Jesus de Matozinhos.

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Esritório Técnico do Serro/IPHAN-MG, s/d.

Mourão (1986, p. 121) afirma que em 1785 já havia referência à igreja, em um livro de assentamentos. O autor ressalva, porém, que todas as obras foram registradas como tendo sido realizadas no século XIX. Ele traça a seguinte cronologia dessas intervenções: 1785 - referência à existência da

igreja em livro de assentamentos; 1833 - proposta referente à pintura do corpo da igreja; 1835 - retelhamento, assoalhamento do restante do corpo da igreja e “colocação dos altares nos seus lugares”; 1841 - conserto na capela; 1843 - construção da sacristia ao lado do Evangelho; 1845 - construção da sacristia ao lado da Epístola; 1874 - orçamento para o conserto da torre que estava em processo de arruinamento.

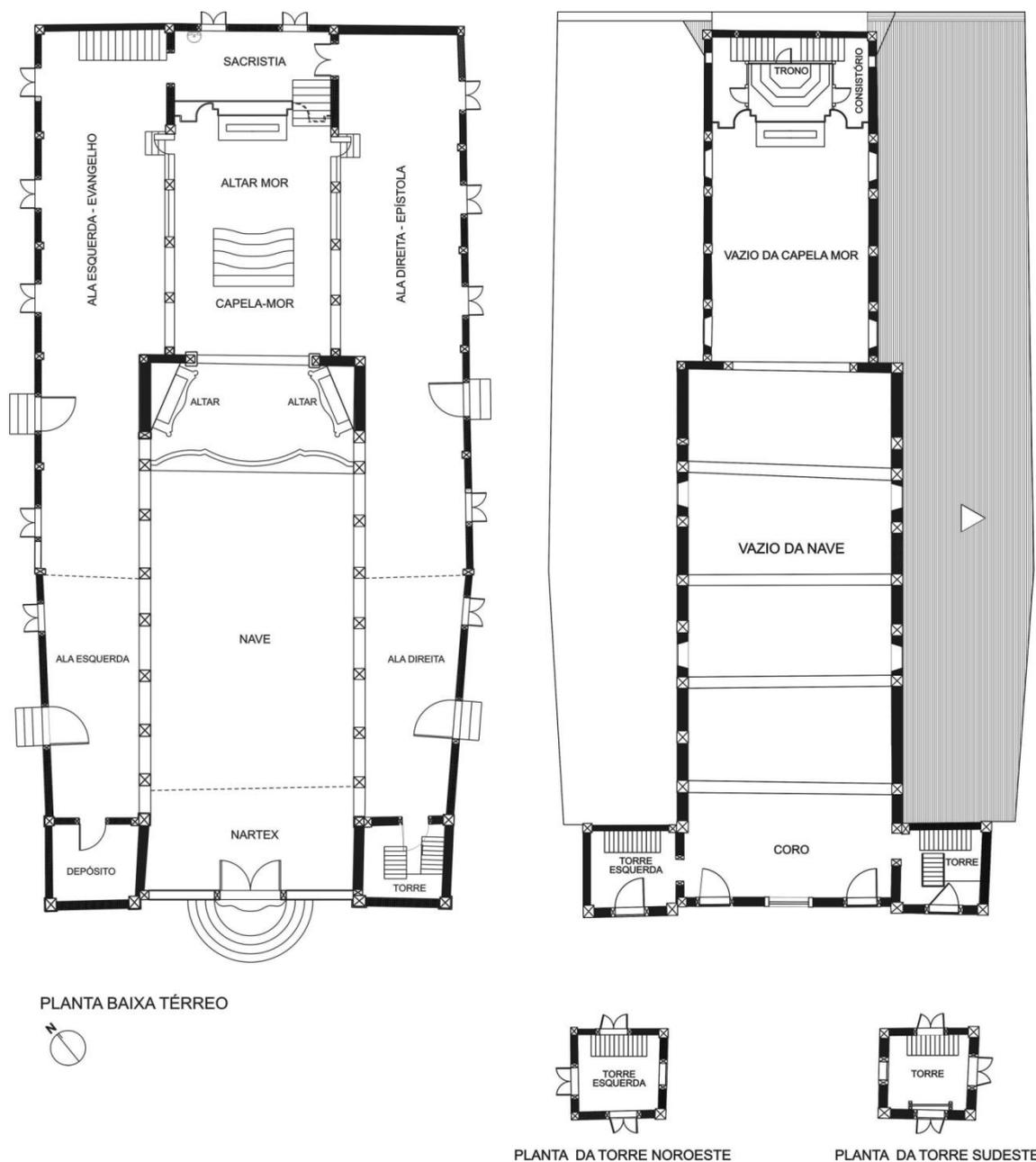
Além dessas obras, durante o século XX seriam realizadas várias outras obras de conservação e restauração, principalmente após o tombamento do conjunto pelo IPHAN, não somente nesta igreja, como também nos outros templos do Serro.

A igreja foi edificada em uma encosta ao lado do solar da família Ottoni e sua fachada está voltada para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

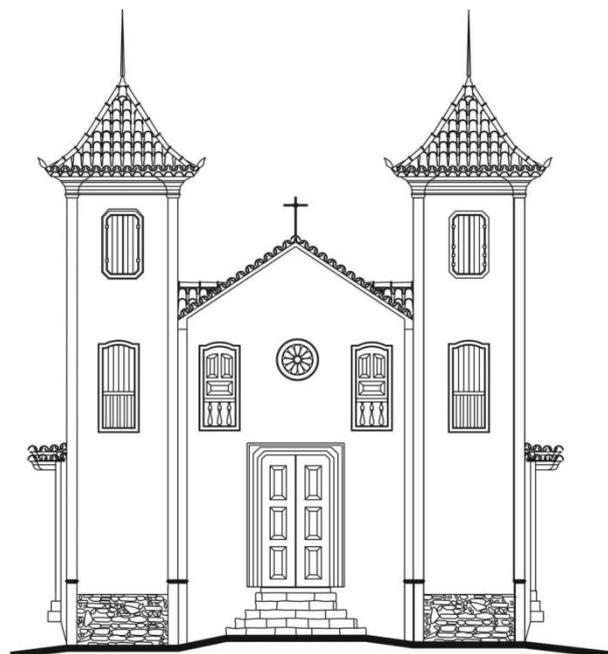
[...] a igreja tem planta em partido de extrema simplicidade, dividindo-se em nave, capela-mor e, ao longo das paredes das mesmas, os anexos laterais correspondentes às sacristias em corredor. O conjunto forma um retângulo de desenho irregular, constatando-se ligeiro arqueamento das paredes externas das sacristias entre as torres e o arco-cruzeiro. Na construção ou reconstrução dessas sacristias no século XIX, não se obedeceu estritamente a ordenação geral do edifício, notando-se, além da estruturação diferente dos vãos, o avanço dos respectivos telhados contra as janelas da nave e os óculos da capela-mor [Figuras 37 e 38]. Construída em taipa e madeira, possui cobertura em duas águas e beiradas laterais em cachorros, sendo em madeira os cunhais e as guarnições dos vãos. A fachada apresenta torres de secção quadrada com telhados arqueados por galbo do contrafeito, frontão simples com óculo redondo envidraçado e quatro janelas rasgadas por inteiro com parapeito entalado em balaústres de madeira, sendo duas nos flancos das torres [Figuras 39 e 40]. Na parte interna, mostra pisos em campa e tabuado largo, forros abobadados em tabuado liso, com pintura decorativa na secção da capela-mor, cimalkas de madeira e coro simples com balaustrada em madeira torneada. As sacristias-corredores laterais se ligam por arcadas à nave e à capela-mor. Esta última apresenta pinturas decorativas nas paredes acima dos arcos, abertos, ao que tudo indica, por ocasião de alguma reforma, pois suas voltas interferem nas bases de painéis e figuras, seccionando-os parcialmente [Figuras 41 e 42]. (MINAS GERAIS, 1980, p. 48)

Paulo K. Corrêa Mourão acrescenta à descrição acima que “A capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos do Serro está localizada em adro um

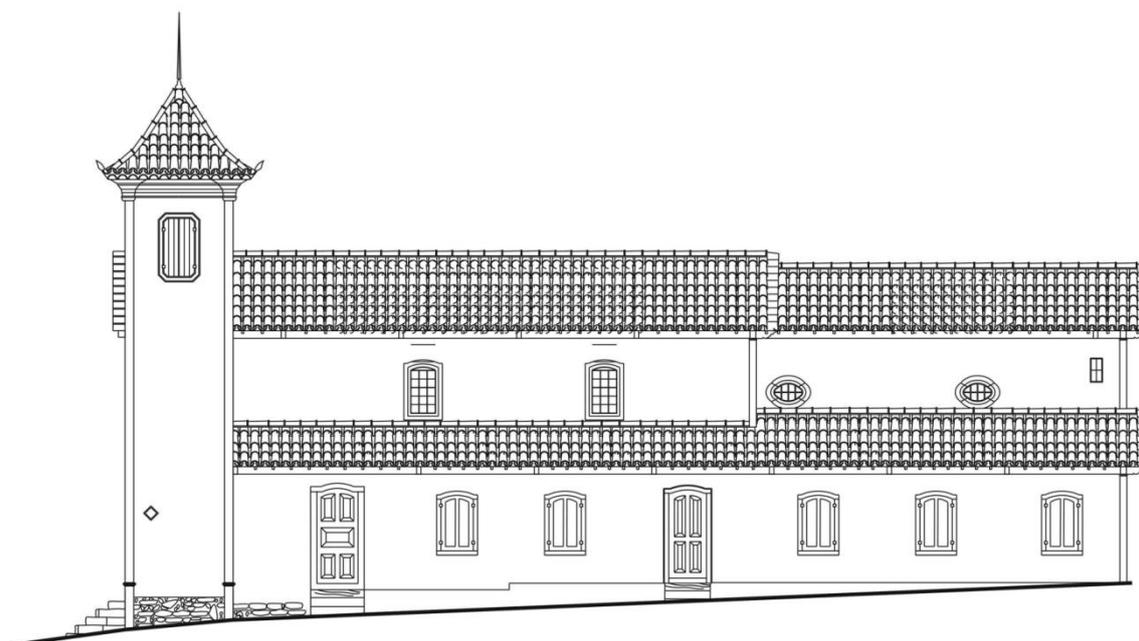
pouco elevado, servido por escadaria e cercado de balaustrada de madeira com pilastras de alvenaria” (MOURÃO, 1986, p. 121). A antiga balaustrada, bem como as pilastras em alvenaria, que foram retiradas são mostradas na Figura 36.



Figuras 37 e 38. Plantas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos.  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, sem data.



FACHADA SUDOESTE



FACHADA SUDESTE

Figuras 39 e 40. Fachadas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos.  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, sem data.



Figura 41. Interior da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos. Nave principal e altar-mor.  
Foto: Kelly Diniz de Souza, novembro de 2008.



Figura 42. Interior da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos.  
Foto: Kelly Diniz de Souza, novembro de 2008.

### 2.3.2.4 Capela de Nossa Senhora do Rosário

Segundo Mourão (1986, p. 122), o edifício da capela de Nossa Senhora do Rosário (Figuras 43 e 44) já estava concluído em 15 de outubro de 1758, embora não exista nenhum registro da sua construção ou da autoria do projeto.



Figura 43. Capela de Nossa Senhora do Rosário. Destaque para a janela lateral onde está colocado o sino.

Fonte: Acervo do autor, julho 2010.

A capela passou por ajustes ainda no século XVIII, apesar de ter sido aprovada em inspeções feitas por representantes dos bispados de Mariana e da Comarca de Vila Real de Sabará, Serro do Frio e Pitangui, respectivamente, em 1759 e 1764. Essas e outras vistorias realizadas posteriormente (1777 e 1784) sempre faziam “[...] referência aos cuidados e asseio com que a Irmandade conservava o seu pequeno templo.” (MINAS GERAIS, 1980, p. 57).

Apesar dos cuidados, ainda no século XVIII a capela necessitou de obras de reparo como as observadas cronologicamente, constantes do Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais: 1799 - obras de reparo no edifício da capela; 1830 - douramento do trono e preparação do retábulo para o futuro oratório, pintura do altar e branqueamento da capela-mor

etc.; 1867 - reforma da fachada, com a colocação de dois pés de esteio e desvio das águas pluviais que ameaçavam a estabilidade do edifício; 1873 - demolição da torre original; 1885-88 - recuperação da torre com sua implantação na lateral do edifício (esta torre ruiu posteriormente e foi substituída por uma pequena torre de madeira, também demolida em 1961 pelo IPHAN); 1961 - Restauração geral da capela e demolição da torre de madeira; 1975 - Realização de obras de reparos e calçamento do adro da capela.



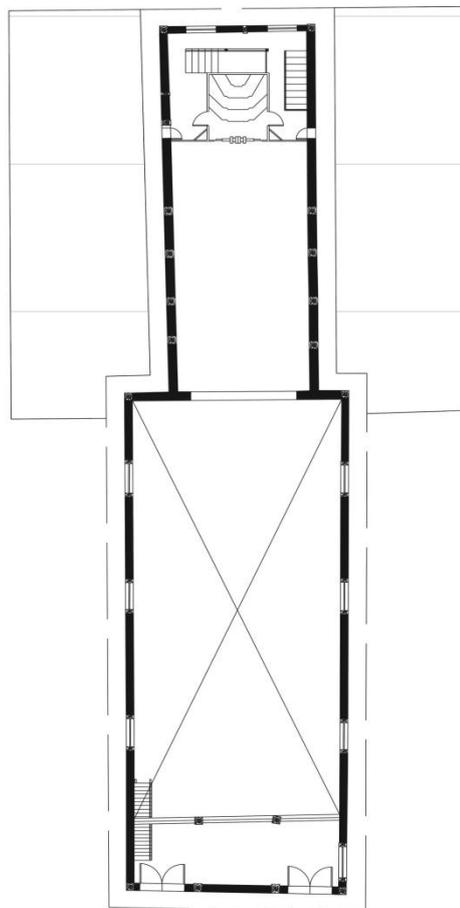
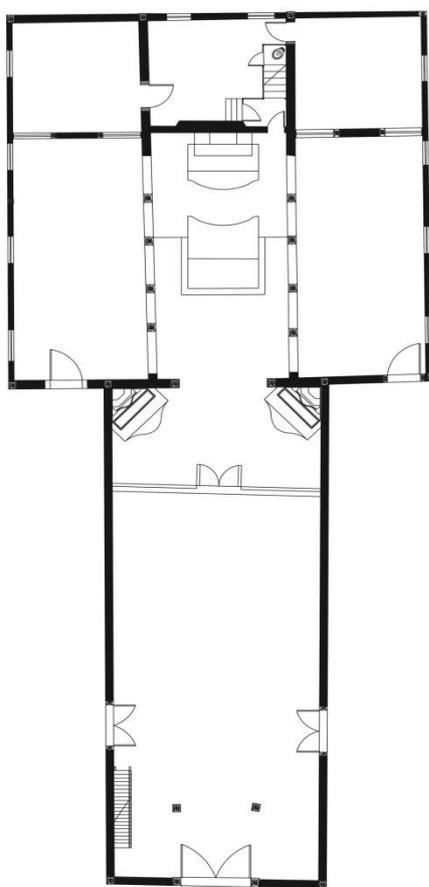
Figura 44. Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fachada lateral com vista da janela com o sino, do adro e parte da pequena esplanada de entorno.  
Fonte: Acervo do autor, julho 2010.

Importante assinalar que a capela continua sendo mantida com o mesmo zelo pela irmandade responsável.

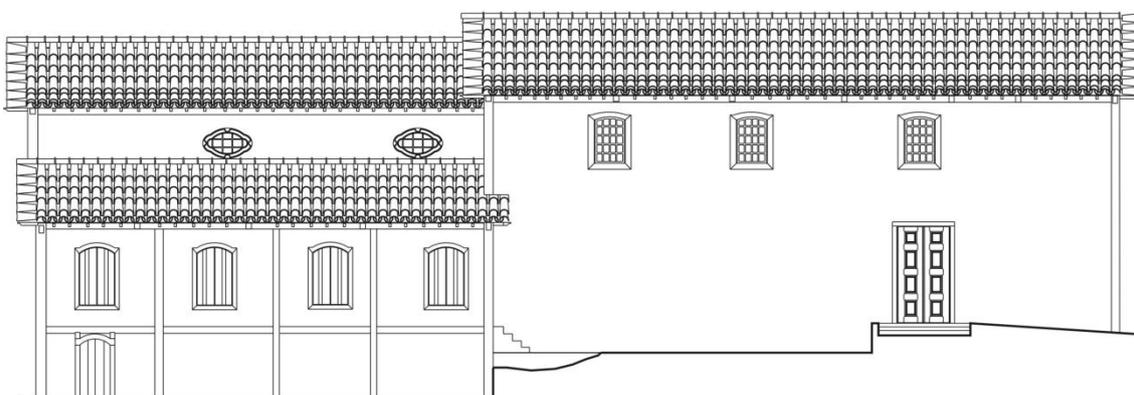
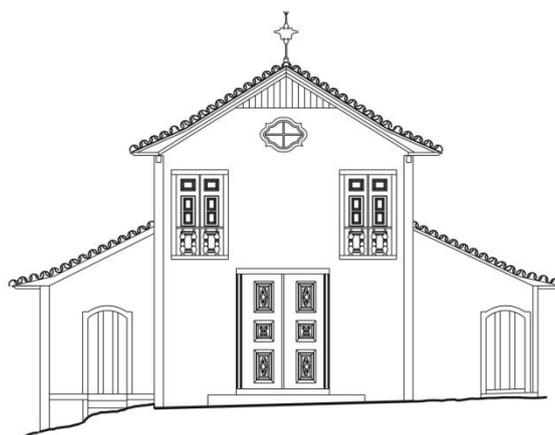
Apesar de se constituir em um edifício com linhas arquitetônicas simples e de pequena dimensão, a capela de Nossa Senhora do Rosário tem incomensurável força na memória e representações coletivas do Serro e representa um dos principais símbolos da cidade. A festa em homenagem à Virgem, que ocorre anualmente, traz um enorme contingente de pessoas à localidade.

A simplicidade da capela é sublinhada na seguinte descrição que caracteriza os aspectos arquitetônicos da edificação:

Situada em pequena esplanada, tendo ao lado um cemitério murado, a capela apresenta planta tradicional, seguindo o partido retangular, com divisão em nave, capela-mor e sacristias laterais. Estas últimas, anexas às paredes da capela-mor e despassando o volume da nave, são de construção presumivelmente posterior, como nas demais igrejas do Serro, e se abrem para a capela-mor por meio de arcadas [Figuras 45 e 46]. A estrutura e paredes são em madeira e taipa, com cobertura em duas águas e beiradas em cachorros. A graciosa fachada [Figuras 47 e 48] mostra um telhadinho em forma de chalé acima do óculo, duas portas-sacadas em balaustrada de madeira e porta almofadada com ornatos esculpidos. Desprovida hoje de torre [presente na Figura 49], a capela possui simplesmente um sino pendente em janela lateral, à altura do coro [Figuras 43 e 44]. O interior [Figura 50] é bastante despojado, com piso em tabuado largo, forros abobadados em tabuado liso e coro rústico, protegido por balaústres em madeira recortada. (MINAS GERAIS, 1980, p. 58)



Figuras 45 e 46. Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Plantas da nave e altar.  
Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.



Figuras 47 e 48. Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fachadas.  
Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.

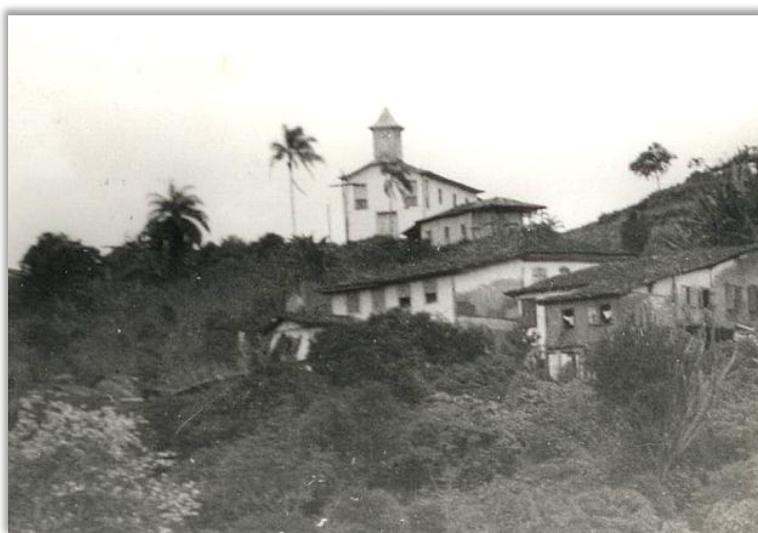


Figura 49. Igreja de Nossa Senhora do Rosário ainda com a torre do campanário.  
Fonte: Arquivo de Photo Assis, sem data. ET/IPHAN, Serro



Figura 50. Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Interior.  
Foto: Kelly Diniz de Souza, junho de 2010.

### 2.3.2.5 Capela de Santa Rita

No final da primeira metade do século XVIII, já havia alusão à capela de Santa Rita (Figura 51), conforme Dario A. F. da Silva:

Quanto à Santa Rita, consta da vereação a 1º de novembro de 1745 “que o procurador da Irmandade de Santa Rita pediu ao Senado uma esmola para os ornamentos da capela” e o

Senado deu-lhe 20 oitavas. Logo, a capela estava recentemente edificada ou estava se ultimando. (SILVA, 1928, p. 43)



Figura 51. Capela de Santa Rita.  
Fonte: Acervo do autor, outubro de 2009.

As referências sobre essa igreja são esparsas e se desconhece a autoria do projeto e das obras relativas à construção e execução dos seus elementos decorativos. Acredita-se que a construção desse templo se deve à irmandade acima citada. Em sua existência, a capela passou por várias reformas e alterações e com isso, acredita-se que o edifício tenha perdido vários elementos originalmente existentes.

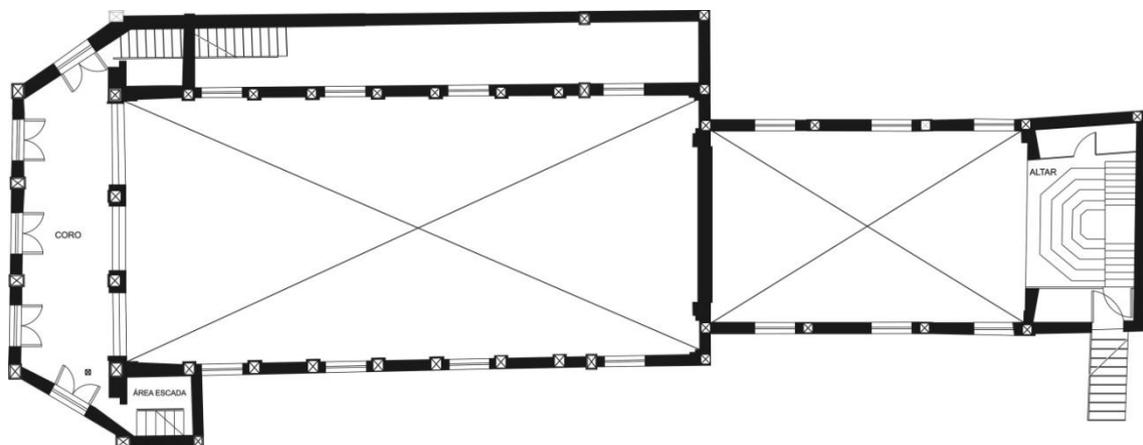
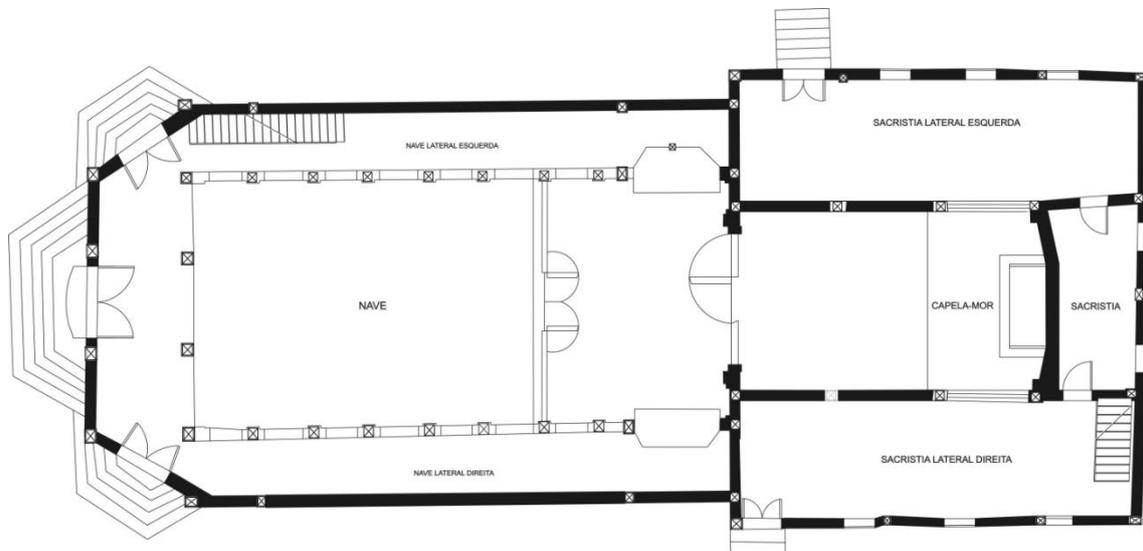
A capela foi objeto no curso do tempo de várias reformas ou restaurações, sendo provável que, em decorrência dos

mesmos, tenha havido substanciais alterações externas e internas, inclusive a retirada dos pisos das tribunas laterais que existiram originalmente e dos quais ainda restam vestígios. (MINAS GERAIS, 1980, p. 61-62)

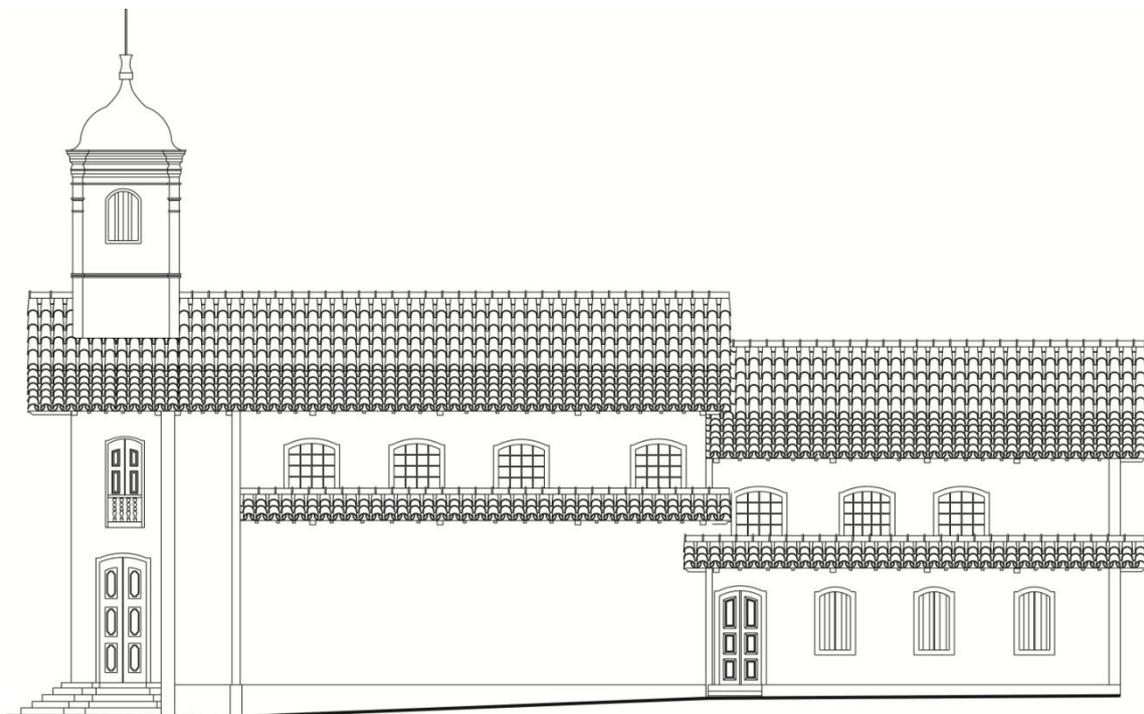
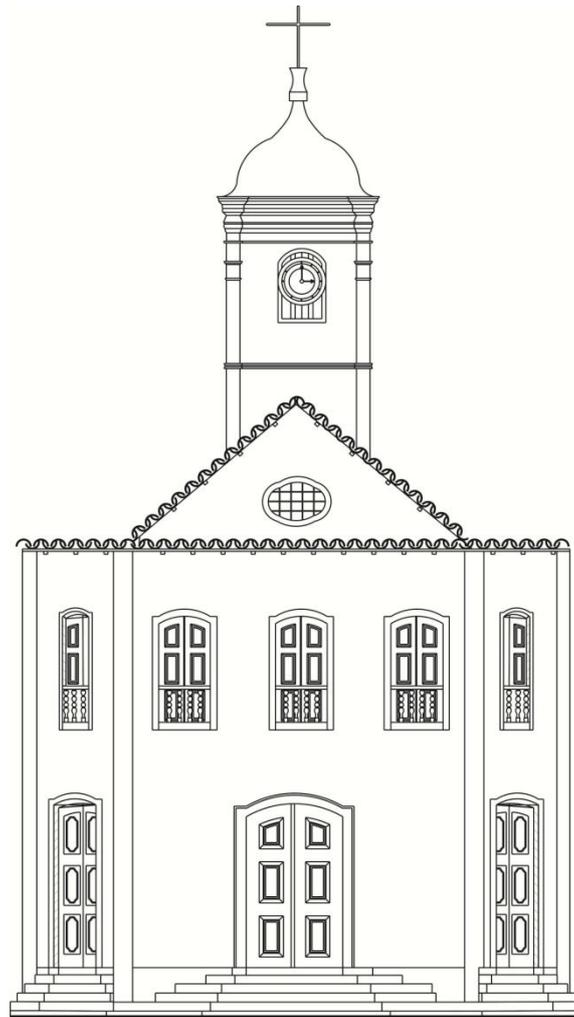
Foram feitas várias intervenções na edificação, destacando-se a de 1954-56, promovida pelo IPHAN, para restaurar a parte externa, “[...] durante os quais se retiraram os ornatos de madeira rendilhada, em lambrequins, que havia nos beirais do frontispício, possivelmente datados do século XIX.” (MINAS GERAIS, 1980, p. 62). Porém, a descrição arquitetônica da igreja no Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais a revela como:

Localizada em sítio dos mais elevados da cidade, de onde se descortina privilegiada vista panorâmica, o acesso à capela é feito por longa escadaria, a partir da Praça João Pinheiro [Figuras 56 e 57]. Estruturado em taipa de sebe, com cunhais de madeira, cobertura em duas águas e beiradas em cachorro, o edifício, na sua forma atual, faz supor seja fruto de alguma remodelação do século XIX, embora não se tenha identificado documentação a respeito. A uma planta primitiva, [Figuras 52 e 53] integrada de nave e capela-mor, teriam sido acrescentadas as sacristias laterais e a fachada poligonal, de inusitada composição com sua torre central. Esta se eleva acima do frontão delimitado dos três lados por graciosa decoração de telhas de bica, solução muito comum nas igrejas da região do Circuito do Diamante. É coroada por uma cúpula em forma de bulbo, recoberta de folhas de zinco e emergindo sobre uma cimalha em forte saliência, inexistente em outras partes do edifício. Na fachada, a parte frontal do polígono mostra a porta principal, três janelas com parapeito entalado em madeira torneada e óculo ao meio do frontão, enquanto cada lado das faces esquinadas se compõe de porta e janela do mesmo tipo das centrais [Figuras 54 e 55].

[...] Internamente, a capela apresenta interessante decoração do século XIX, com divisão em nave central e naves-corredores, separadas por meio de arcadas e simulacros de tribunas no andar superior [Figuras 58 e 59]. (MINAS GERAIS, 1980, p. 62-63)



Figuras 52 e 53. Capela de Santa Rita. Plantas.  
Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.



Figuras 54 e 55. Capela de Santa Rita. Fachadas  
Fonte: ET/IPHAN, Serro, sem data.



Figura 56. Vista da capela de Santa Rita a partir da Praça João Pinheiro.  
Fonte: Acervo do autor, outubro de 2008.



Figura 57. Vista panorâmica da cidade a partir do topo da escadaria da capela de Santa Rita.  
Fonte: Acervo do autor, julho de 2010.



Figura 58. Igreja de Santa Rita.  
Fonte: Acervo de Kelly Diniz de Souza, sem data.



Figura 59. Igreja de Santa Rita.  
Foto: Kelly Diniz de Souza, sem data.

## **CAPÍTULO 3 - O FEITO. AS AÇÕES DO IPHAN NO SERRO**

### **3.1 A institucionalização da preservação no Brasil e a criação do IPHAN**

#### **3.1.1 Antecedentes (século XVIII a início do século XX)**

As duas primeiras iniciativas preservacionistas no Brasil ocorreram no século XVIII. A primeira delas foi a carta escrita pelo Vice-Rei do Estado do Brasil ao governador de Pernambuco, relatando sua preocupação com a preservação de edificações do período da dominação holandesa. Sua intenção era impedir a transformação do Palácio Duas Torres, construído por Maurício de Nassau, em um quartel. Para isso, ele sugeriu que fosse construído um novo prédio para abrigar tal centro militar.

A segunda iniciativa foi em 20 de julho de 1792, quando Dona Maria I determinou que fosse feito o registro de acontecimentos e edifícios que tivessem representação na Capitania de Minas Gerais. Além dessas duas ações, outra iniciativa ocorreu ainda no período colonial, em 1809, quando Dom João VI determinou a reconstrução da Igreja Vitória, em Salvador, e a restauração de suas lápides.

Em 1855, já no período imperial, o Ministro do Império, Conselheiro Luiz Pedreira do Couto, encarregava os presidentes das províncias de enviar à Biblioteca Nacional cópias das inscrições dos monumentos localizados em suas regiões.

No início do século XX, surgiram várias propostas que tinham por objetivo a criação de um órgão público para a preservação, mas que não produziram nenhum resultado, como aponta Silvana Rubino. Apesar disso, essa autora ressalva ainda que elas deram os primeiros passos para a posterior implantação de uma política cultural no Brasil.

No início do século, houve uma profusão de projetos de lei visando à criação de um órgão público preservacionista. Em comum, eles têm o fato de serem projetos de pouca ou nenhuma eficácia concreta, e o mais importante: eles começam a delinear, seja via conceitos e disciplinas – arte, arqueologia, história - seja via uma distribuição geográfica do que se queira

preservar, pontos da política cultural que se implantaria mais tarde. (RUBINO, 1991, p. 33)

Entretanto, Maria Cecília Londres Fonseca observa que as primeiras respostas do poder público às necessidades de proteção do patrimônio cultural tiveram origem nos estados que possuíam grande concentração de monumentos. “[...] na década de vinte, foram criadas Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928).” (FONSECA, 1997, p. 102).

Por iniciativa do Presidente da Bahia<sup>19</sup>, Dr. Francisco de Góis Calmon, foi criada a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais sob a tutela da Diretoria do Arquivo Público e Museu Nacional. O órgão tinha como objetivo a proteção do patrimônio histórico daquele estado. Mas, conforme observa Rubino:

Essas iniciativas estaduais, todavia, não eram suficientes para proteger com eficácia nem mesmo os bens encontrados dentro de seus respectivos territórios. Mesmo que tratando de interesses regionais, essas leis não podiam ignorar o que estava definido na Constituição Federal de 1891, no Código Civil (1916) e no Código Penal. Como este último não estabelecia qualquer forma de sanção contra atentados ao patrimônio, qualquer medida punitiva a esse respeito tornava inconstitucional. (RUBINO, 1991, p. 48)

No âmbito federal, em 1920, o presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes encarregou Alberto Childe, professor e conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, de elaborar um anteprojeto de lei em defesa do patrimônio artístico nacional. O projeto era voltado para a proteção dos monumentos arqueológicos, sem referências significativas aos monumentos históricos e artísticos.

Para Rubino (1991, p. 33), por Alberto Childe ser arqueólogo, “[apresentou] um conceito restrito de patrimônio, em que os termos histórico e arqueológico aparecem vinculados e ligados a objetos, [no qual] a categoria artístico está ausente”.

Em 1923, Luiz Cedro, representante do Estado de Pernambuco, apresentou um projeto de lei que visava à organização da defesa dos monumentos históricos. Entretanto, a proposta “[...] pecava pela timidez e por

---

<sup>19</sup> No período citado, os governantes dos estados brasileiros eram denominados de presidentes.

não se preocupar com os monumentos arqueológicos.” (BRASIL, 1980, p. 14). Silvana Rubino também aponta que o projeto era limitado, pois, “[...] ao contrário do projeto de Alberto Childi, o texto de Luiz Cedro não fazia referência a patrimônio arqueológico, restringindo-se a imóveis, vistos pela ampla lente do interesse nacional, e apoiado em critérios de arte e história.” (RUBINO, 1991, p. 36)

No ano seguinte, era apresentado um projeto de lei pelo representante de Minas Gerais, Augusto de Lima, complementar ao de Luiz Cedro. A proposta objetivava proibir o envio de obras de arte tradicional brasileira para fora do território nacional. O projeto de Augusto de Lima “[...] esbarrou na limitação da Constituição Federal e no Código Civil em vigor, no que dizia respeito à extensão do direito de propriedade[...].” (RUBINO, 1991, p. 38), pois era na legislação federal que estavam estabelecidos elementos que incidiam diretamente nesse processo e que pela hierarquia legislativa acabavam por criar impedimentos para a validação das propostas estaduais, tornando-as ineficazes.

As medidas adotadas pelos Estados não eram, entretanto, suficientes para assegurar proteção aos monumentos históricos e artísticos, nem mesmo dentro de seus respectivos territórios. A extensão e o exercício do direito de propriedade se achavam definidos na Constituição Federal e no Código Civil, sem que a matéria pudesse ser alterada ou inovada por iniciativa estadual. O Código Penal vigente não estabelecia sanção alguma para os atentados que se cometessem contra a integridade do patrimônio, ao contrário do que declaravam os documentos da Bahia e de Pernambuco, ficando clara assim a sua inconstitucionalidade. (BRASIL, 1980, p. 15)

A maturidade política para que o Estado obtivesse mais autonomia em relação à sociedade só seria possível a partir da década de 1930 com as mudanças que ocorreriam, como explica Rubino, (1991, p. 45), “[...] não somente pela mudança da legislação, mas, sobretudo, pela alteração do jogo de forças no cenário político nacional.”

Em julho de 1925, Mello Viana, Presidente do Estado de Minas Gerais, nomeou uma comissão para realizar estudos sobre a proteção do patrimônio nacional. Participaram dessa comissão o arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio Cabral, o arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério dos Santos, o presidente do senado estadual, Diogo de Vasconcelos, o historiador e diretor

de Instrução do Estado, Lúcio dos Santos, o deputado federal e historiador Augusto de Lima, o engenheiro Ângelo de Lima, o chefe de gabinete do Secretário do Interior, Augusto Negrão de Lima, e o jurista Jair Lins, nomeado relator da comissão. Rubino comenta que, embora não tenha sido aproveitado, o projeto de Jair Lins avança no que diz respeito ao direito irrestrito de propriedade.

O texto de Lins sugere uma vinculação entre propriedade irrestrita e arcaísmo de um lado e propriedade limitada ou função social da propriedade e progresso de outro. Sugere que essa tradição indesejável deve ser superada a nível legal para que o país possa atingir a maioria. (RUBINO, 1991, p. 44-45)

Em 29 de agosto de 1930, outro projeto de lei - apresentado pelo deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho - tornou-se sem efeito com a dissolução do Congresso pela revolução de 1930. Entretanto, apesar de não ter surtido efeito, Rubino avalia que, para Rodrigo Melo Franco de Andrade, o projeto de agosto de 1930 apresentava semelhanças com o Decreto-Lei 25, que instituiu a proteção ao patrimônio cultural.

[sic] Para Rodrigo, o projeto de Araújo Pinho alargou o conceito de patrimônio já em seu primeiro artigo, semelhante, como veremos ao Decreto-Lei que criou o SPHAN em 1937: consideram-se patrimônio histórico-artístico nacional todas as coisas móveis e imóveis, a que deva estender sua proteção o Estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza, quer pertençam à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, a coletividade ou particulares. (RUBINO, 1991, p. 49)

A primeira medida efetiva de proteção ao patrimônio efetuada na década de 1930 foi a emissão do Decreto-Lei nº 22.928, de 12 de julho de 1933, que definia Ouro Preto como monumento nacional. Segundo Rubino (1991, p. 58), com esta medida, a cidade “[...] passa a receber obras de restauro através do Museu Nacional. Inicia-se assim a prática efetiva de preservação no Brasil, via tombamento e investimentos pós-tombamento.”

Após um ano, foi aprovado o regulamento para o Museu Histórico Nacional e iniciada a organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e obras de arte tradicional no país, embora “[...] sua eficácia [estivesse] limitada pelo seu caráter de norma apenas regulamentar.” (BRASIL 1980, p. 16)

O ano de 1934 seria de extrema importância para a salvaguarda do patrimônio nacional com a publicação do Decreto-Lei 24.735, a 14 de julho de 1934, que alterava o regulamento do Museu Histórico Nacional, medida que avançaria na proteção ao patrimônio. Na Seção I, entre as finalidades a que se destinava o museu, destacavam-se a construção de um inventário do acervo móvel e imóvel existente no país e o exercício de inspeção dos monumentos nacionais que compunham esse acervo.

- a) recolher, classificar e expôr ao publico objectos de importância histórica e valor artístico, principalmente os relativos ao Brasil;
- b) concorrer por meio de cursos, conferencias, comemorações e publicações para o conhecimento da historia patria e o culta das nossas tradições
- c) exercer a inspecção dos Monumentos Nacionaes e do commercio de objecto artísticos historicos.

Parapho unico. Para os fins da inspecção, organizará um catalogo dos edificios de assignado valor o interesse artistico-historico existentes no paiz, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionaes; entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a protecção e conservação dos Monumentos Nacionaes, guarda e fiscalização dos objectos historico-artisticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territorios.<sup>20</sup>

A Seção VIII do decreto voltava-se especificamente para a inspeção dos monumentos. O texto condicionava as intervenções nos monumentos nacionais à permissão do museu. Além disso, também determinava organizar o inventário dos objetos históricos e artísticos e proibia a saída desses objetos do país sem a permissão expressa do museu.

[sic] Art. 72. Os immoveis classificados como monumentos nacionaes não poderão ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Historico Nacional.

Art. 73. O Museu Historico Nacional organizará tambem um catalogo, tanto quanto possivel completo, dos objectos historico-artisticos de notavel valor existentes no paiz, no qual os particulares poderão requerer a inclusão dos de sua propriedade, o que será deferido após exame, identificação e notação.

---

<sup>20</sup> Decreto-Lei 24.735, de 14 de julho de 1934

Art. 74. A exportação de objectos dessa natureza só será permittida mediante autorização do director geral do Museu Historico Nacional ou de seus representantes, depois de paga, na repartição, a taxa especial de 300\$ sobre o valor dado pela avaliação feita no Museu.

Art. 75. Essa autorização não poderá ser dada ao objectos de notavel importancia historica e áquelles cuja conservação no paiz seja reputada conveniente.

Art. 76. Os objectos apprehendidos por infracção destes dispositivos passarão a fazer parte do patrimonio nacional, no Museu Historico Nacional.

Art. 80. As pessoas e corporações que possuirem objectos e reliquias artisticas ou historicas são obrigadas a fornecer a relação dos mesmos ao Museu Historico Nacional e não poderão negociar-os sem previa consulta a este, que terá sempre preferencia.<sup>21</sup>

O desconhecimento do conjunto de bens existentes foi um aspecto decisivo para a implantação de um sistema de proteção ao patrimônio nacional, conforme salienta Rubino: “Tão urgente quanto proteger um acervo, era constituir um acervo[...]” (RUBINO, 1991, p. 60), uma condição imbricada na própria necessidade de se inventariarem os bens que compunham esse acervo.

A consagração da proteção ao patrimônio histórico e artístico foi feita pela Constituição de 1934. No Capítulo II, Artigo 148 – À Educação e à Cultura, constava que:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, [grifo nosso] bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934)

Mesmo com o disposto no artigo 148 da Carta Constitucional, a forma de proteção do patrimônio artístico nacional não era definida, ficando o restante do capítulo dedicado apenas às questões relativas à educação. Apesar disso, foi apenas a Constituição de 1934 que reservaria um princípio destinado à proteção do patrimônio. Como observa Rubino (1991, p. 61-62), “A partir de um princípio constitucional, a política de proteção ao patrimônio pode dar seus primeiros passos. Valendo-se de seu regulamento, o Museu Histórico Nacional realizou as primeiras obras de conservação em Ouro Preto à custa da União...”

---

<sup>21</sup> Decreto-Lei 24.735, de 14 de julho de 1934

### 3.1.2 A criação do IPHAN<sup>22</sup>

A criação do IPHAN, para Maria Cecília Londres Fonseca, insere-se em um peculiar momento político e cultural brasileiro. Em primeiro lugar, porque o país havia saído de um golpe que implantara o Estado Novo em 1930. Em segundo lugar, porque a cultura no país estava em efervescência com o “Movimento Moderno”. E foram os mesmos intelectuais desse movimento que protagonizaram a criação e a condução do processo de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Esse processo começou a tomar forma a partir de denúncias desses intelectuais, levantando o debate sobre o tema, mobilizando políticos, a imprensa e instituições culturais em um contexto aparentemente contraditório. Isso porque, de um lado, o país se encontrava sob um governo ditatorial, e do outro, sob a influência de um grupo de idealistas, que em sua maioria apoiava um movimento cultural inovador.

Mas foram os intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa idéia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônica no Brasil e que foi adotado pelo Estado através do SPHAN. Pois foram esses intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país. (FONSECA, 1997, p.85-86)

Para Fonseca, os modernos não formavam um grupo homogêneo, tampouco se envolveram politicamente nos anos de 1920 e 1930. A maioria tinha orientação liberal e era ligada ao Partido Democrata. Por outro lado, os conservadores eram antirrevolucionários e “[...] temiam a anarquia e as ideologias de esquerda, defendiam a ordem, virtudes cristãs e restauração dos valores espirituais. Os grupos eram independentes, mas tinham afinidades.” (FONSECA, 1997, p. 88)

---

<sup>22</sup> Desde a sua criação, o IPHAN passou por várias denominações. Foram elas:

1937 - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional( SPHAN)

1946 - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)

1970 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

1979 - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)

1990 - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)

1994 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Para efeito de uniformização será adotada neste texto sempre a denominação “IPHAN” Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, independentemente do período em que estivermos tratando. Exceção para as citações bibliográficas onde será mantido o texto original e as respectivas denominações. Nota do autor.

Por iniciativa do Ministro da Educação, o mineiro Gustavo Capanema, foram iniciados os estudos para a elaboração de uma lei federal que tratasse da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. O Ministro então solicitou à Câmara dos Deputados a inclusão de emenda no projeto de lei que reorganizava o Ministério da Educação. Esta emenda inseria o IPHAN na estrutura do ministério, sendo aprovada como a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que, em seu artigo 46, criava o IPHAN e sua organização inicial.

[sic] Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessarios ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do director do Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, dos directores dos museus nacionaes de coisas historicas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da Republica.<sup>23</sup>

Por força do golpe de estado ocorrido em 10 de novembro de 1937, a lei federal que organizaria a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional foi aprovada sob a forma do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937.

Quanto à lei federal, ela já tinha sido aprovada pela Câmara dos Deputados, fora emendada pelo Senado Federal e voltava à Câmara para votação das emendas, o que estava previsto na ordem do dia da sessão de 10 de novembro; neste mesmo dia um golpe de estado dissolve o Congresso Nacional. (BRASIL, 1980, p. 24)

Ao analisar o Decreto-Lei 25, Fonseca aborda a sua operacionalização, por considerá-la um ponto crucial da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. A autora comenta, ao compará-lo ao anteprojeto de Mário de Andrade, que o Decreto-Lei 25, apesar de ser mais restritivo na concepção de patrimônio, era mais adequado ao contexto daquela época.

---

<sup>23</sup> Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, citada em BRASIL, 1980, Anexo VII, P. 107.

Essas restrições eram justificadas pela necessidade da operacionalidade do órgão. O projeto concebido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, segundo Fonseca (1997, p. 144), “[...] estava voltado, basicamente, para garantir ao órgão que surgia os meios legais para sua atuação num campo extremamente complexo: a questão da propriedade.”

Como já visto anteriormente, no início do século XX, os projetos de proteção ao patrimônio cultural do país sempre esbarravam no direito de propriedade. Esse problema foi equacionado quando a Constituição de 1934 limitou esse direito, atribuindo-lhe o conceito de função social. Conforme o disposto no capítulo II, Dos Direitos e das Garantias Individuais, o direito à propriedade era garantido, porém limitado pelo interesse social e coletivo:

Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior.<sup>24</sup>

A operacionalização da proteção se daria justamente com o instituto do tombamento, “[...] uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais” (FONSECA, 1997, p. 115). Sobre este aspecto, Sônia Rabelo de Castro enfatiza, comparando as duas propostas, que o tombamento permitiu superar o grande empecilho da proteção, que era a questão da propriedade.

... o tombamento é um instituto jurídico, que tem efeitos determinados e que serve para produzir esses efeitos determinados. Até na questão histórica das duas propostas legislativas, a de Mário de Andrade, que nem foi uma proposta, foi um ensaio, e a proposta de que saiu mesmo o Decreto-lei 25, a coisa é muito clara. Na realidade, o que Mário de Andrade propunha era uma política de preservação. Mas aquela política de preservação não tinha instrumentos legais

---

<sup>24</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

necessários para efetivar uma intervenção na propriedade. (CASTRO, 1987, p. 75)

E de acordo com Cêça Guimaraens, o ato do tombamento representa:

O instrumento jurídico de proteção ao patrimônio natural e cultural denominado tombamento representa o ato de inscrever os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, tomados individualmente ou em conjunto, em um dos Livros de Tombo do Iphan, ou da forma apropriada às prescrições das instâncias estaduais e municipais competentes. (GUIMARAENS, 2002, p 60)

Desse modo, o Decreto-Lei 25 mantinha o direito de propriedade dentro dos moldes estabelecidos pela Constituição de 1934, isto é, submetendo o individual ao coletivo. Iniciava-se, assim, o processo de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, tarefa árdua, desempenhada pelo IPHAN ao longo das últimas sete décadas.

## **3.2 A trajetória do IPHAN**

### **3.2.1 O período de 1937 a 1967**

A primeira fase de atuação do IPHAN, ou *fase heroica*, corresponde ao período em que este órgão esteve sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Uma fase que se prolonga da sua criação em 1937, como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até a mudança de direção em 1967, quando Renato Soeiro assume o cargo de diretor da instituição.

A preservação dos bens que compunham o patrimônio histórico e artístico nacional teve, no tombamento, sua ação inicial. Para realizá-la, o IPHAN adotava critérios que, segundo Fonseca “[...] eram baseados na interpretação, pelo agente autorizado, do valor cultural de determinado bem.” A mesma autora ainda explica que: “Essa interpretação é progressivamente produzida, desde os trabalhos prévios de indicação, inventário, informação e pareceres técnicos”. (FONSECA, 1997, p. 125)

Para Silvana Rubino, o inventário e o tombamento dos bens móveis e imóveis que compunham o patrimônio histórico e artístico nacional revelaram o que, na visão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, seria a obra de civilização realizada no país.

Esse trabalho de identificação tinha limites pouco claros, talvez com o principal trabalho realizado pelo SPHAN: o tombamento. Descobrir, viajar, recensear e tomar foram com frequência um único ato e momento. Foi nesse descobrimento do país que se inventou e inventariou um Brasil histórico e artístico, mas também etnográfico, arqueológico e - por-que não? - geográfico. O país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados tem lugares e tempos privilegiados. Este conjunto documenta fatos históricos, lugares hegemônicos e subalternos, mapeando não apenas um passado, mas o passado que essa geração tinha olhos para ver e, assim, deixar como legado. (RUBINO, 1996, p. 97)

Conforme assinala Cêça Guimaraens, o que deu ao IPHAN a sua perenidade foi o fato de esta instituição ser a responsável pelo ato do tombamento.

Embora tenham existido iniciativas nas quais a atividade do Iphan pôde enraizar-se, essa instituição, ainda hoje, é um espécime raro do setor público. Essa *aura* advém do fato de a entidade deter a responsabilidade da prescrição do ato administrativo do tombamento em âmbito nacional. (GUIMARAENS, 2002, p. 60)

Com relação à atuação do IPHAN nas três primeiras décadas de sua existência, Silvana Rubino também assinala que,

[...] o SPHAN desenvolveu suas atividades de modo marcadamente desigual. O conjunto dos bens tombados desenha um mapa de densidades discrepantes nas diversas regiões, períodos e tipos de bens, formando conjuntos fechados e finitos. (RUBINO, 1996, p. 97)

Esse mapa demarcava, principalmente, as regiões nas quais esses bens representavam o auge dos ciclos econômicos do período colonial. A maior concentração de bens tombados se localizava nos estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sede da colônia, conforme mostra o Gráfico 2, que representa o número de bens tombados no período de 1938-1967.

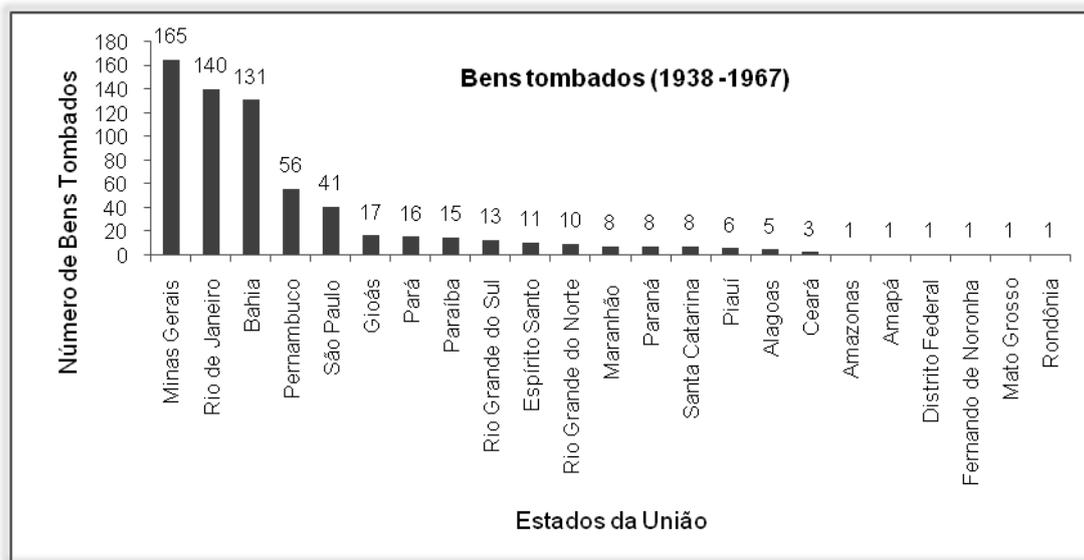


Gráfico 2. - Bens tombados (1938 a 1967).  
 Fonte: Rubino (1996, n. 24, p. 99).

Em relação às cidades históricas mineiras, o procedimento adotado pelo IPHAN no tombamento dos conjuntos urbanísticos foi contrário ao habitual. Ali, se priorizou a totalidade do conjunto, não a de bens isolados.

A especial atenção voltada para Minas Gerais era justificada pela profusão de exemplares do período colonial, construídos durante o ciclo da mineração. Este importante aspecto foi explicado por Rodrigo Melo Franco de Andrade na palestra proferida em Ouro Preto, em 1968:

A maior concentração dos monumentos que integram o patrimônio histórico e artístico nacional está localizada em Minas Gerais. A despeito de só o povoamento do território mineiro ter principiado depois de decorridos dois séculos desde o descobrimento do Brasil, poucas décadas bastaram para que esta área fosse enriquecida de bens culturais em número maior e com feição mais expressiva do que as demais regiões do país. (ANDRADE, 1987, p. 73)

Os conjuntos urbanos mineiros, construídos no século XVIII, tinham suas características originais preservadas até aquele momento, principalmente por seu isolamento geográfico e pela estagnação econômica verificada desde o final do ciclo da mineração, ao contrário do que aconteceu em grandes centros urbanos, a exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo. No início do século XX,

essas cidades tiveram grande parte de seus acervos originais substituídos ou simplesmente destruídos pela imposição da expansão da malha urbana.

O Brasil é um país de cidades novas. A maior parte de seus núcleos urbanos surgiu neste século. Há cidades, entretanto, que já existem há bastante tempo. Contemporâneas dos primeiros tempos da colonização, algumas delas já ultrapassaram, inclusive a marca do quarto centenário. Poucas são as cidades brasileiras, entretanto, que ainda apresentam vestígios materiais consideráveis do passado.

Se hoje o Rio de Janeiro, fundado em 1565, vangloria-se de seu “corredor cultural”, que preserva edificações da área central construídas na virada do século XIX para o século XX, é importante lembrar que as edificações aí situadas substituíram inúmeras outras que antes levantavam-se no mesmo local. (ABREU 1998, p. 79-80)

Nesse sentido, o trabalho do IPHAN foi impedir que conjuntos arquitetônicos urbanos desaparecessem ou fossem arruinados.

A postura priorizada pelo instituto - de tombar o conjunto de elementos representativos da arquitetura colonial - se realizou, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, a partir de dois aspectos: o perigo que representava a aceleração do crescimento urbano e a desconsideração da população pelos objetos antigos, considerados velharias sem valor, passíveis de extinção. A permanência de tais objetos constituía um entrave ao desenvolvimento das cidades, e sua manutenção impedia justamente a inserção de novas edificações.

Era prática corrente nos primórdios da instituição a escolha de elementos monumentais para a salvaguarda, compreendendo igrejas, palácios, mosteiros, entre outros. Este foi um procedimento reiterado por Fonseca na explicação sobre o sentido social das igrejas nas colônias luso-espanholas, determinante no tombamento da arquitetura colonial brasileira. Essa tipologia ainda predominava no final de 1969, já na administração de Renato Soeiro, conforme mostra o Tabela 2.

Tabela 2

## Bens tombados por tipo até 1969

Bem	Quantidade
Arquitetura religiosa	368
Arquitetura civil	289
Arquitetura militar	43
Conjuntos	46
Bens imóveis	36
Bens arqueológicos	6
Bens naturais	15
Total de bens tombados	803

Fonte: Fonseca (1997, p.125).

Contudo, ao analisar os critérios adotados na construção do patrimônio do IPHAN, durante a primeira fase, Maria Cecília Londres Fonseca conclui que:

- 1) o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas.
- 2) prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista;
- 3) a consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes;
- 4) na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos livros do tomo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições. (FONSECA, 1997, p. 128-129)

Desde a sua criação, a instituição sempre adotou rotinas para a realização das ações requeridas à proteção do PHAN. Em 2 de janeiro de 1946, passava a vigorar o Decreto-lei 8.534 que, em seu *caput*, explicava: “Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências.” Segundo Márcia Chuva, essa reestruturação viria

consolidar essas rotinas e estabelecer uma rígida forma de controle das ações no IPHAN.

Com o término do Estado Novo, foi dada nova organização a inúmeras agências estatizadas criadas até então, dentre elas o Sphan, quando foi feito o seu Regimento Interno, pelo qual ele passou a Diretoria (Dphan), e foram institucionalizados alguns procedimentos técnico-administrativos que vinham sendo consolidados ao longo dos nove anos de funcionamento, consagrando, dentre outros aspectos, as fortes relações hierarquizadas, estabelecidas entre setores da "área central" no Rio de Janeiro e as áreas regionais do Sphan. Esse Regimento Interno foi, nesse sentido, um instrumento de controle mediante a institucionalização de procedimentos, cujo papel não deve ser minimizado, devendo, por sua vez, ser localizado dentro do projeto de racionalização administrativa a que o novo governo pretendia dar prosseguimento. (CHUVA, 2009, p. 175-176)

O Regimento era constituído por oito capítulos, que tratavam detalhadamente da organização da Diretoria e da competência de cada um de seus órgãos. Essas competências também definiam as rotinas que determinavam as ações da instituição. Conforme poderá ser observado no tópico deste capítulo que trata das ações do IPHAN na cidade do Serro, a atuação institucional sempre refletiu as rotinas determinadas pelo Regimento e o forte controle da "área central" (sede do IPHAN) no Rio de Janeiro.

A estrutura era composta pela Diretoria Geral e a ela estavam subordinadas as Divisões de Estudos de Tombamento (DET) e de Conservação e Restauração (DCR), além do Serviço Auxiliar. A Divisão de Estudos e Tombamento compreendia a Seção de Arte e a Seção de História, enquanto a Divisão de Conservação e Restauração abrangia a Seção de Projetos e a Seção de Obras.

À estrutura da Diretoria também se integravam os quatro Distritos: o 1º Distrito, com sede em Recife, compreendendo os Estados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Alagoas; o 2º Distrito, com sede em Salvador, com os Estados da Bahia e de Sergipe; o 3º Distrito, com sede em Belo Horizonte, abrangendo o Estado de Minas Gerais; e o 4º Distrito, com sede em São Paulo, compreendendo os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta organização do IPHAN, quando da sua transformação em Diretoria, é ilustrada pela Figura 60.

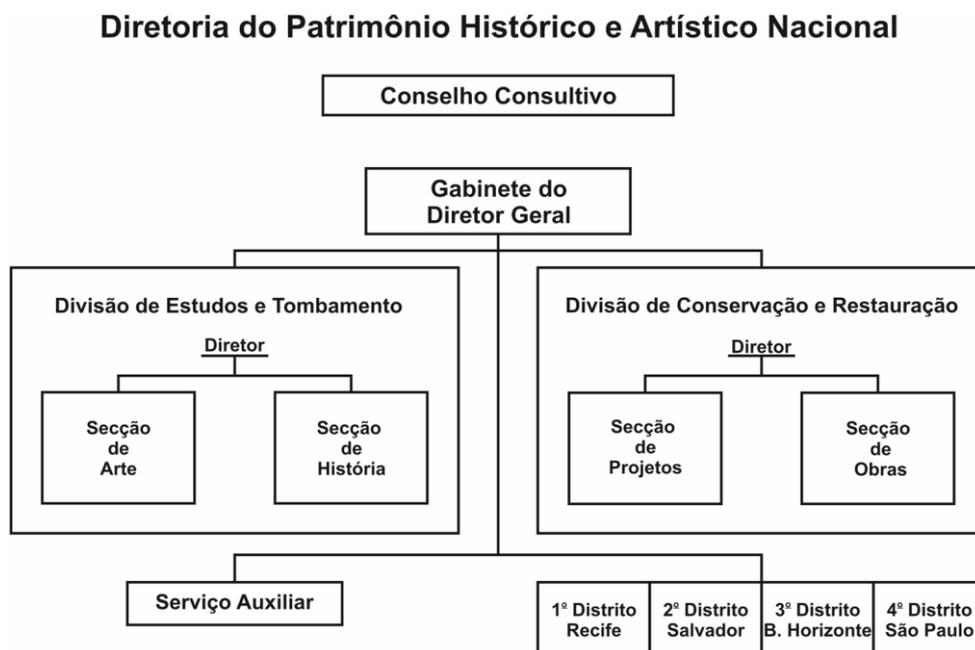


Figura 60. Organograma da DPHAN.  
Cópia baseada no Regimento Interno de 1946.

A leitura do Gráfico 2 comparada ao Organograma do IPHAN, na Figura 60, mostra que as sedes dos Distritos se localizavam nos estados que apresentavam o maior número de bens tombados entre 1938 e 1967. E os estados que integravam esses distritos se colocavam entre aqueles que apresentavam o maior contingente do tombamento empreendido pelo IPHAN.

As principais competências de cada um dos órgãos integrantes da estrutura da Diretoria e as rotinas observadas nas ações da instituição na proteção do PHAN, aqui resumidas, estão detalhadas no Regimento.

Como pode ser observado na Figura 60, de acordo com o Regimento, as Divisões de Estudos e Tombamentos e Conservação e Restauração ficavam subordinadas à Diretoria Geral. A Divisão de Estudos e Tombamento tinha sob sua coordenação a Seção de Arte e a Seção de História. À Seção de Arte, reservavam-se os procedimentos de inventariar os monumentos e obras de arquitetura, pintura, escultura e arte aplicada, de valor histórico e artístico. Competiam igualmente à Seção, as proposições de tombamento dos monumentos e das obras de arte após serem inventariados e classificados. Cabia ainda a essa Seção indicar, no plano anual de atividades da Diretoria, os monumentos e obras de arte que deveriam ser reparados ou restaurados com urgência. A Seção de História, por sua vez, era responsável pelos

procedimentos de inventariar textos manuscritos ou impressos, de valor histórico ou artístico.

Discorrendo sobre as Seções de Arte e de História, Chuva (2009, p. 179) comenta que “As duas seções dessa Divisão – Seção de Arte e Seção de História – reuniam em suas denominações os atributos nomeadores do “patrimônio nacional”, isto é, histórico e artístico.” Além disso, essa autora também observa que a Seção de Arte era hierarquicamente superior à Seção de História, posto que:

[...] a rotinização das práticas, engendrada pelos agentes institucionalizados, tradicionalmente monopolizada pelos arquitetos, viria confirmar esta hierarquia subliminarmente colocada no Regimento Interno, visto que as práticas do Sphan, consolidadas nos anos anteriores, demonstravam que o “patrimônio nacional” deveria constituir-se de objetos da cultura material, basicamente de monumentos arquitetônicos. (CHUVA, 2009, p. 179)

Na Divisão de Conservação e Restauração, as ações eram distribuídas, também, em duas Seções: a de Projetos e a de Obras.

Na Seção de Projetos, destacavam-se a elaboração de estudos técnicos dos monumentos e obras de arte e a elaboração de projetos, orçamentos, especificações técnicas para realização de obras de restauração e conservação dos bens tombados. Incluíam-se também nas competências desta Seção, a vigilância dos monumentos e obras de arte tombados e a realização de estudos sobre a necessidade de equipamentos e de obras nos museus federais subordinados à Diretoria.

Na Seção de Obras, sobressaíam-se a execução direta ou indireta de obras de reparação e a restauração dos bens tombados. Cabiam também à Seção a execução de moldagens dos elementos mais valiosos e característicos da arte tradicional brasileira e a fiscalização das obras realizadas nos monumentos e obras de arte tombados, conforme ainda observa Márcia Chuva:

[...] o poder técnico desta divisão estava, precisamente, na manipulação da aplicação das verbas de obras, embora sempre escassas, relativamente expressivas se comparadas ao restante aplicado em outras ações da mesma agência. (CHUVA, 2009, p. 178)

O Conselho Consultivo, de acordo com o Artigo 3º do Regimento, deveria assistir a Diretoria e manter sua organização nos moldes do estabelecido pelo Artigo 46, §§ 1º e 2º da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937<sup>25</sup>, conforme explica Chuva:

[...] Interceder nos casos de conflito entre a sociedade civil e a sociedade política, avaliando as razões e contra-razões impetradas, supondo, para uma decisão, por um lado a defesa do interesse público, e, por outro, que a agência não extrapolasse os princípios legais da ação institucional (CHUVA, 2009, p. 223)

De acordo com o Artigo 13 do Regimento, as competências do Conselho eram:

I – ajuizar:

a) dos requisitos necessários para que o bem móvel ou imóvel deva constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional e como tal seja tombado, sempre que o interessado pedir, nos termos do Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937;

b) da conveniência de ser autorizada a saída do país, por curto prazo, sem transferência do domínio e para fim de intercâmbio cultural, de coisas tombadas.

II – decidir, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do respectivo recebimento, os processos de impugnação de tombamento.

III – opinar:

a) sobre os recursos ao Presidente da República na forma do Decreto-lei n. 3.866 de 329 de dezembro de 1941, e instruídos pela Divisão de Estudos e Tombamento, para cancelamento de tombamento;

b) Nos termos do Decreto-lei n. 1497, de 8 de agosto de 1939, sobre de monumentos comemorativos a serem eventualmente exigidos com auxílio financeiro da União;

<sup>25</sup> O artigo e parágrafos referidos da dita emissão tratam da criação do IPHAN e do seu Conselho Consultivo, bem como os seus componentes. O texto da lei diz:

[sic] Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessarios ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do director do Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, dos directores dos museus nacionaes de coisas historicas ou artisticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da Republica.

c) Sobre os assuntos que pelo Diretor Geral sejam submetidos à sua consideração.<sup>26</sup>

As decisões sobre os processos refletiam a estrutura organizacional da instituição e a hierarquia decisória. Tais decisões estão registradas em pareceres técnicos, escritos, em sua maior parte por arquitetos, pelos pareceres das instâncias diretoras IPHAN – Regionais e Divisões e Direção Geral e pareceres dos Conselheiros, conforme observado por Márcia Chuva:

Os pareceres técnicos, na maioria das vezes emitidos pelos arquitetos, caracterizavam-se por serem descritivos das características físicas do objeto – embora em termos vagos, críticos e manipuláveis – e por demonstrarem um conhecimento específico das técnicas construtivas e do universo de bens do qual ele fazia parte como peça exemplar ou mesmo única. (CHUVA, 2009, p. 236)

Os pareceres do Sphan, por sua vez, eram propositivos e argumentativos, considerando as “descrições técnicas” realizadas e aspectos jurídicos do tombamento. Geralmente, esse tipo de parecer conciliava-se com a argumentação de “caráter técnico”, no entanto, em alguns momentos, Rodrigo Melo Franco de Andrade emitia opiniões divergentes a respeito das proposições e encaminhamentos, sendo um parecer estratégico dentro dessa rede hierárquica, pois definia uma tomada de posição do Sphan.

[...]

Os pareceres dos conselheiros relatores tinham caráter decisório, pois ainda que dependessem da aprovação pela maioria do Conselho Consultivo, raras vezes foi tomada uma decisão diferente daquela encaminhada pelo relator. (CHUVA, 2009, p. 237)

Sobre essas decisões, poderá ser observada a coerência entre o discurso e a ação do IPHAN no caso específico do Pedido de Revisão do Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro, em 1967, constando do item 3.3.2.1 deste Capítulo, no qual são observadas as características hierárquicas dos pareceres.

---

<sup>26</sup> Regimento Interno do IPHAN, 1946 (ACI Cx L3/P6/04)

### 3.2.2 O período de 1967 a 1979

O período entre 1967 e 1979 compreende a gestão de Renato Soeiro, que, após a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, assume a direção do IPHAN. Neste período, destacam-se dois fatos que incidiram na atuação do IPHAN.

Primeiro, a emissão do Decreto 66.967, de 27 de julho de 1970, que dispunha sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. O artigo 14 do decreto alterava a denominação da instituição, transformando-a de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O regimento interno do IPHAN somente seria aprovado seis anos mais tarde, com a Portaria nº 230, de 26 de março de 1976. A Portaria Ministerial transformava os distritos em Diretorias Regionais e ampliava o seu número, passando para nove unidades<sup>27</sup>.

A portaria também organizava os grupos de museus e as casas históricas, integrando-os, de acordo com o artigo 4º da Portaria, “[...] por unidades executivas de atividades museológicas e constituídos segundo interesses regional e administrativo [...]”. Com isso, os grupos de museus e casas históricas passavam a se integrar à estrutura do IPHAN, conforme mostra a Figura 61.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> 1ª Diretoria – sede em Belém, incluindo os Estados de Amazonas, Pará, Acre e Territórios do Amapá e Roraima;

2ª Diretoria – sede em São Luís, incluindo os Estados de Maranhão, Piauí e Ceará;

3ª Diretoria – sede em Recife, compreendendo os Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha;

4ª Diretoria – sede em Salvador, compreendendo os Estados de Sergipe e Bahia;

5ª Diretoria – sede em no Rio de Janeiro, compreendendo os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro;

6ª Diretoria – sede em Belo Horizonte, compreendendo o Estado de Minas Gerais;

7ª Diretoria – sede em Brasília, compreendendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso e o Território de Rondônia;

8ª Diretoria – sede em São Paulo, compreendendo os Estados de São Paulo e Paraná;

9ª Diretoria – sede em Porto Alegre, compreendendo os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>28</sup> Os grupos I e II integravam o conjunto de Museus e Casas Históricas do Estado de Minas Gerais. O primeiro grupo incluía como Unidade Museológica Sede o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e as Unidades Museológicas Locais da Casa da Baronesa e Casa da Rua do Pilar, em Ouro Preto, Casa da Rua Direita, em Mariana, Casa Setecentista de Santa Rita Durão e Museu Regional de São João Del Rei. O segundo grupo tinha como Unidade Museológica Sede o Museu do Ouro, em Sabará, e como Unidades Museológicas Locais a Casa Setecentista de Caeté, o Museu do Diamante, em Diamantina e a Casa dos Ottoni, no Serro.

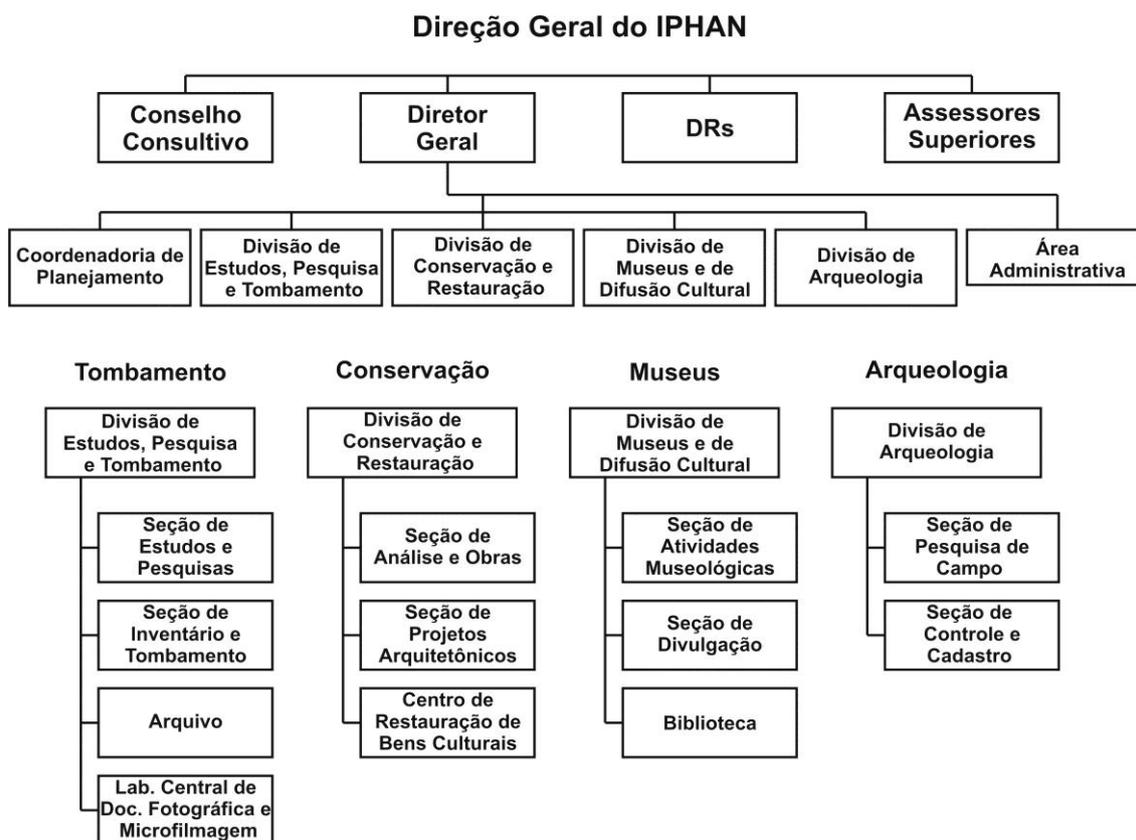


Figura 61. Organograma do IPHAN, 1976.  
 Fonte: Pereira (2009, p. 78), redesenhado pelo autor.

Conforme explica Maria Cecília Londres Fonseca, as mudanças verificadas no modelo de desenvolvimento brasileiro levaram uma nova realidade para as cidades históricas. A preservação desses conjuntos, até então ocorrida de forma natural, passou a sofrer as pressões decorrentes de uma visão antagônica à manutenção dos valores tradicionais. Mais do que nunca, o novo se sobrepunha ao antigo. A “modernização” das cidades criou impasses ao modelo de preservação adotado, levando o IPHAN a promover as modificações na orientação da sua atuação.

Nas décadas de 50 e 60, ocorreram grandes mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro, que foram responsáveis pelos impasses com que a política de preservação do SPHAN foi confrontada, levando a instituição e outros setores da administração pública que passaram a se interessar pela questão, a recorrer a novas alternativas de atuação. Nesse período, a ideologia do desenvolvimentismo atrelou o nacionalismo aos valores da modernização. Foi a época áurea da industrialização, da urbanização e da interiorização, estimuladas pela

construção de Brasília, as conseqüências, para a preservação, desse modelo de desenvolvimento, repercutiram não apenas no nível simbólico – na medida em que essa ideologia se contrapunha à continuidade da tradição – como nos níveis econômico e social – devido ao intenso processo de migração para as capitais e a valorização do solo urbano, desarticulando processos espontâneos de preservação do patrimônio, tanto edificado como o paisagístico. Na prática do SPHAN surgiram tensões agudas especialmente na preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades. A proteção dos conjuntos e do entorno dos monumentos tombados passou a exigir um novo dimensionamento. (FONSECA, 1997, p. 159-160)

Esse contexto foi determinante para as cidades históricas nas quais a ideia do novo, do moderno, entrava em choque com a permanência das “velhas” edificações, muitas vezes em péssimas condições de conservação. Nesse momento, mais uma vez, o pleno exercício do direito de propriedade era contraposto ao interesse maior da preservação.

Conforme assinala Fonseca (1997, p. 160), ficou claro ao IPHAN a necessidade de “[...] demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes, mas, pelo contrário, são compatíveis.”

Considerando-se a vocação natural das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades para o turismo, a vinculação do patrimônio ao turismo não os descaracterizaria nem os comprometeria. Na verdade, essa vinculação contribuiria para a afirmação de sua importância e significação nacionais.

Essa compatibilidade, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, objetivava:

[...] demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado (FONSECA, 1997, p. 160).

As direções que articularam a relação entre o valor cultural e o valor econômico dos bens culturais, de acordo com Fonseca, resultaram em duas iniciativas. A primeira, “[...] explicitada nas Normas de Quito (1967) e, no Brasil,

nas reuniões de governadores, que produziram o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971)” (FONSECA, 1997, p. 160). Essa iniciativa deu origem, em 1973, ao Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas. A segunda “[...] foi explorada pelo Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975” (FONSECA, 1997, p. 161).

A Reunião Sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em novembro/dezembro de 1967, resultou na emissão das Normas de Quito. Esse conjunto de recomendações trata da preservação dos conjuntos que compõem o patrimônio ibero-americano, definidos como manifestações da cultura pré-colombiana e expressões monumentais do período colonial.

Em seu arrazoado, é delineado um quadro de destruição do patrimônio histórico e artístico em função do abandono a que estavam expostos os seus exemplares e conjuntos. O principal motivo dessa destruição seria a inexistência de uma política que protegesse esse patrimônio de forma eficaz e promovesse sua revalorização em prol do interesse público e do benefício econômico das nações. A Carta aponta as demandas de infraestrutura física na renovação e desenvolvimento urbanos como alguns dos fatores responsáveis pela destruição dos centros históricos das grandes cidades e dos conjuntos urbanos das cidades históricas. Indica a necessidade em se integrar, por meio de um plano regulador, as necessidades resultantes do desenvolvimento urbano com aquelas inerentes à preservação dos centros históricos. Nesse aspecto, para dar sustentabilidade à preservação, as Normas introduzem o conceito de valor ao patrimônio.

Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles (NORMAS DE QUITO, 1967).

O Compromisso de Brasília foi o conjunto de resoluções aprovadas no I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural,

Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais ocorrido em Brasília, em abril de 1970.

Promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, o Encontro teve a finalidade de fazer “[...] o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional” (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 1).

As resoluções constantes no Compromisso de Brasília referem-se à extensão da responsabilidade pela proteção dos bens culturais de valor regional aos Estados e Municípios, conforme assinala Fonseca (1997, p. 161):

Os encontros de governadores realizados em 1970 e 1971 foram sugestão do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, a quem Renato Soeiro, que com ele tinha relações pessoais (ambos eram paraenses), fora solicitar apoio às atividades do SPHAN. O ministro considerava que a responsabilidade pela preservação do patrimônio nacional devia ser partilhada com os governos estaduais, que poderiam, inclusive, se beneficiar dessa atividade.

E anexado ao Compromisso de Brasília, encontra-se um texto de Lucio Costa, no qual o arquiteto reforça a necessidade da regionalização da proteção aos bens culturais, face às dificuldades de se conduzir esse processo. Nesse texto, Lucio resume toda a rotina da proteção dos bens culturais nos dois parágrafos intermediários, demonstrando sua vivência na condução da Divisão de Estudos e Tombamento (DET) do IPHAN.

O problema da recuperação e restauração de monumentos, trata-se de uma casa seiscentista como estas de São Paulo, ou das ruínas desta igreja de São Miguel, no Rio Grande do Sul, é extremamente complexo.

Primeiro, porque depende de técnicos qualificados cuja formação é demorada e difícil, pois requer, além do tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, ainda, finalmente, desprendimento.

Segundo, porque implica em providências igualmente demoradas, como o inventário histórico-artístico do que exista na região, o estudo da documentação recolhida, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário, a apropriação de verbas para esse fim, a escolha de técnicos, o estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas *in loco*, a documentação e o registro das fases da obra e, por fim, a manutenção e o destino do bem recuperado.

Apesar da deficiência dos meios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – obra da vida de Rodrigo M. F. de Andrade – tem procedido ao restauro de monumentos – talha, pintura, arquitetura – em todo o país; mas no acervo de cada região há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; é pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos – e seremos.

Lucio Costa, 1970 (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 5-6).

O Compromisso de Salvador resultou da reunião promovida pelo Ministério da Educação e Cultura para complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do país. A reunião, realizada em 1971, deu sequência à orientação traçada pelo ministro Jarbas Passarinho durante o Encontro de Brasília, em 1970

As orientações mais importantes definidas na reunião foram:

- 1) Criação do Ministério da Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual.
- 2) Criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências.
- 3) Planos diretores e urbanos, bem como os projetos de obras públicas e particulares que afetassem áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural, especialmente protegidos por lei, deveriam contar com a orientação do IPHAN, do IBDF e dos órgãos estaduais e municipais da mesma área, a partir de estudos iniciais de qualquer natureza.
- 4) Deveriam ser considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais de áreas ricas em bens naturais e de valor cultural, especialmente protegidos por lei.
- 5) Criação, nos âmbitos nacional e estadual, de fundos provenientes de dotações orçamentárias e doações, ou outros incentivos fiscais, para fins de atendimento à proteção dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.

6) Deveriam ser dadas ao IPHAN, em sua reorganização, condições especiais em recursos financeiros e humanos, capazes de permitir o pleno atendimento de seus objetivos.

7) Convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltassem suas atenções para os problemas, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural, especialmente protegidos por lei.

8) Convocação da FINEP e de órgãos congêneres, para o desenvolvimento da indústria do turismo, com especial atenção para planos que visassem à preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.

9) Os órgãos responsáveis pela política de turismo deveriam estudar medidas que facilitassem a implantação de pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados.

10) Os governos estaduais deveriam incluir no ensino de 2º grau curso complementar de estudos brasileiros e museologia, que permitissem aos diplomados a prestação de serviços nos museus do interior, onde não houvesse profissional de nível superior.

11) Pleitear-se dos poderes competentes a necessidade de diploma legal que conferisse aos governos estaduais a responsabilidade da administração das cidades consideradas monumento nacional, para fins de atendimento da legislação específica.

### **3.2.2.1 O Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH)**

A criação do PCH, para Maria Cecília Londres Fonseca, marca a participação de outros órgãos do Governo Federal na proteção ao patrimônio cultural do país. Além disso, estende aos Estados e Municípios esta participação, preconizada no Compromisso de Brasília.

O Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH) foi criado a partir de estudos realizados em 1973 por um grupo interministerial composto

por representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (representado pela Seplan), Ministério da Educação e Cultura (representado pelo IPHAN), Ministério do Interior (representado pela Sudene) e Ministério da Indústria e Comércio (representado pela Embratur). A finalidade desse Grupo era:

[...] efetivar estudos sobre a situação do patrimônio histórico do Nordeste, possibilitando uma restauração e aproveitamento integrados, baseando-se no surgimento econômico, social e físico dos núcleos históricos, proporcionando a sua ocupação e, em consequência, a salvaguarda dos valores culturais. (BRASIL, 1980, p. 37)

O relatório elaborado pelo Grupo, após a realização dos estudos, resultou na Exposição de Motivos 076-B, que foi aprovada pelo Presidente Médici. Em de 3 de julho de 1973, era editada a Portaria 50 do Ministério do Planejamento, criando o PCH.

Na Exposição de Motivos, as causas apontadas para a situação de precariedade em que se encontrava o patrimônio da Região eram a insuficiência de recursos financeiros e de recursos humanos. O Grupo concluiu que, para serem preservados, os conjuntos urbanos deveriam ser utilizados de modo a gerar renda às comunidades a eles relacionadas. Dar-lhes viabilidade econômica, seria uma forma de impedir o êxodo de seus habitantes, preservando-se, também, o caráter identitário desses lugares.

Por fim, o Grupo constatava que “para a preservação dos monumentos tombados, é necessária sua utilização. Este fato levou-o a considerar mecanismos vários para uso desses monumentos, passíveis de se tornarem economicamente viáveis, e que venham, finalmente, atender a um dos objetivos do Governo, que é a geração de renda no Nordeste, como fruto dos benefícios esperados do incremento das atividades ligadas ao turismo a ser despertado na região”. (BRASIL, 1975, p. 42)

A área de abrangência do Programa estava delimitada pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os critérios utilizados no início do PCH para a seleção de cidades e para a priorização de investimentos estavam relacionados à possibilidade de integração da atividade turística nesses locais e seu potencial e ao risco de arruinamento imediato de seus edifícios. Sendo assim, foram destinados recursos para a execução de obras de

complementação de infra-estrutura urbana e turística nas áreas mais carentes. (SILVA, 2005, p. 38)

Em 1975, foi criado outro Grupo Interministerial com a finalidade de promover estudos visando a estender o Programa aos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que ocorreu por meio da Portaria Ministerial nº 19, de 4 de março de 1977.

Nessa fase do Programa, as prioridades de atendimento eram os bens constituídos por monumentos e conjuntos urbanos localizados em regiões economicamente fragilizadas ou cidades que estivessem sofrendo as pressões decorrentes do crescimento urbano.

Art. 2º Serão atendidas prioritariamente solicitações que proponham a restauração de monumentos, conjuntos e expressões culturais significativas em vias de destruição ou cuja recuperação possibilite sua pronta utilização, localizadas em áreas:

a) em desagregação ou empobrecimento e que por suas características possam vir a se constituir em receptoras de fluxos turísticos;

b) com atividades turísticas consolidadas ou em vias de consolidação;

c) atingidas ou em vias de serem atingidas por obras ou atividades que por sua dinâmica possam representar perigo à preservação dos bens culturais; e

d) em processo de crescimento urbano acelerado. (BRASIL, 1980, p. 147)

Em 1979, a partir da Exposição de Motivos nº 320, de 8 de novembro de 1979, a responsabilidade de execução do PCH foi transferida para o IPHAN. A regulamentação foi feita pela Portaria Interministerial (MEC/SEPLAN) nº 1170, de 27 de novembro de 1979. O objetivo proposto para o Programa constante da Exposição de Motivos era “desenvolver um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar os bens do patrimônio cultural brasileiro.” (BRASIL, 1980, p. 147)

O PCH funcionaria até a primeira metade da década de 1980 e continuou a receber verbas da Seplan, como comenta Silva (2005, p. 43):

Apesar da incorporação do PCH pelo Iphan, os recursos ainda eram provenientes da Seplan, por meio do FNPM, e mesmo após a extinção dos fundos de desenvolvimento pelo então Ministro Delfim Neto, foi mantida uma categoria

de investimento no orçamento da Secretaria a ser destinada ao Instituto.

A proposta do PCH considerava o patrimônio cultural dentro de uma visão mais abrangente, inserindo a preservação dos conjuntos como parte do planejamento das cidades que o incluíam.

A partir de uma visão mais abrangente de patrimônio cultural – que procura inseri-lo num contexto de planejamento urbano global – a atual orientação dos organismos que cuidam da preservação do acervo artístico brasileiro baseia-se no conceito de que a intervenção nos núcleos históricos só poderá obter resultados positivos a partir de uma política dirigida para o núcleo como um todo, compreendendo plano urbano, legislação e regulamentação de uso do solo, promoção de fontes de trabalho e serviços para a população. (BRASIL, 1979, p. 4)

Com isto, os planos e as ações do PCH se enquadram nessa perspectiva. Em 1979, o Programa orientava suas ações de intervenção nos conjuntos históricos de forma a recuperá-los e dar-lhes utilização física e social.

De acordo com o Programa, restaurar um bem cultural significa, portanto, uma intervenção que tem como finalidade eliminar sua obsolescência física e funcional e permitir seu pleno uso social, o que evita seu abandono e destruição, além de proporcionar a geração de renda na região, em decorrência das novas atividades sócio-econômicas.

A atuação em defesa do patrimônio cultural, dentro do novo conceito, define-se pelas seguintes linhas básicas:

Incentivos à formulação de políticas estaduais relativas às cidades históricas;

Apoio à elaboração de planos urbanos para núcleos históricos;

Estímulo à adoção de legislação estadual e municipal de preservação e proteção;

Elaboração de programas estaduais de restauração;

Apoio e incentivo a atividades culturais locais;

E formação de recursos humanos para a área de restauração e preservação. (BRASIL, 1979, p. 10).

Foram elaboradas propostas através de convênios com órgãos federais e estaduais, inclusive o IPHAN, voltadas para a recuperação e a preservação das cidades históricas mineiras, nas quais a cidade do Serro se incluía como nas duas iniciativas estaduais que se destacam a seguir:

1. O Plano de Financiamento de Cidades Históricas, de 1979, no qual eram definidas as obras de infraestrutura urbana, a restauração e

destinação de uso de edificações, a construção de equipamentos urbanos e a organização dos serviços municipais. O Plano também previa os custos das propostas.

2. As Diretrizes para o Desenvolvimento Urbano do Serro, de 1980, estão divididas em três volumes (Volume 1 – Diagnóstico e Proposições; Volume 2 – Anteprojetos de Legislação Urbana e Volume 3 – Mapas) que apresentam uma abordagem abrangente, atendendo aos objetivos propostos pelo PCH e que serão analisadas no tópico 3.3.

### **3.2.2.2 O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)**

O Centro Nacional de Referência Cultural iniciou suas atividades em 1º de junho de 1975, funcionando nas dependências da Universidade de Brasília. Seu funcionamento se tornou possível por meio de um convênio firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) e o Governo do Distrito Federal.<sup>29</sup> A estruturação definitiva do CNRC foi estabelecida em agosto de 1976 através da assinatura entre vários órgãos públicos.<sup>30</sup>

O objetivo definido para as atividades do convênio era:

Realização de estudos, pesquisas, planos e programas, visando estabelecer um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira... (BRASIL, 1980, p. 161)

---

<sup>29</sup> Maria Cecília Londres Fonseca acrescenta que Secretária de Tecnologia Industrial representava o MIC, e a Secretária de Educação e Cultura representava o Governo do Distrito Federal.

<sup>30</sup> O convênio foi firmado entre:

1. SEPLAN, por meio da Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA);
2. Ministério da Educação e Cultura por meio do Departamento de Assuntos Culturais;
3. Ministério da Indústria e do Comércio, por meio da Secretaria de Tecnologia Industrial;
4. Ministério do Interior, por meio da Secretaria Geral;
5. Ministério das Relações Exteriores por meio do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica;
6. Caixa Econômica Federal;
7. Fundação Universidade de Brasília;
8. Fundação Cultural do Distrito Federal.

O CNRC foi criado à parte do IPHAN e do PCH. Entretanto, o objetivo ao qual se propunha convergia para os mesmos objetivos do Instituto e do Programa, ou seja, a proteção dos conjuntos arquitetônicos.

Conforme mencionado, as ações governamentais objetivavam a utilização desse patrimônio pelo turismo, em especial os conjuntos arquitetônicos, o que os revestiria de valor econômico gerando os meios para recuperá-los e mantê-los. Apesar disso, esse “remédio”, ao mesmo tempo, tinha uma contraindicação por também criar um problema, não apenas para os elementos que compunham esses conjuntos, mas, sobretudo, para as comunidades às quais eles se ligavam. As alterações físicas eram fundamentais para adequação da arquitetura a novos usos, decorrentes da dinâmica da atividade turística, mas traziam consigo problemas como o deslocamento da população original (entenda-se, muitas vezes, a expulsão dessa população), em função da valorização de um imóvel residencial para usos comercial, ou de serviço, ou sua adequação para o funcionamento de pousadas, entre outros.

[...] à diferença do PCH, a idéia da criação do CNRC não surgiu no interior da burocracia estatal, nem se propôs, no primeiro momento, como alternativa crítica ao IPHAN. (FONSECA, 1997, p. 162)

Para Aloísio Magalhães, a ideia de criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) surgiu da constatação de um “achatamento do mundo”, a partir das décadas de 1950 e de 1960, que, segundo ele, resultou na perda de identidades culturais diante de um rápido processo de industrialização.

Uma das conseqüências mais flagrantes do achatamento do mundo é a perda ou diminuição de caracteres próprios das culturas. Mesmo em contextos muito estratificados como a cultura japonesa, em que os elementos da cultura nacional são profundamente diferenciados, a diminuição e perda de valores próprios pela aceitação de valores mais universais é enorme. Se isso é válido em culturas mais assentadas, imagine então o que acontece em países como o nosso. (MAGALHÃES, 1985, p. 109).

Nessa justificativa, Aloísio revelava a preocupação com a progressiva adoção de valores externos, em detrimento de valores próprios à nossa cultura, permeável a elementos exógenos. E apresentava como objetivo do CNRC “[...]”

estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se”. (MAGALHÃES, 1985, p. 110)

Magalhães evidenciava, também, sua preocupação em não interferir nos processos e nos valores da nossa realidade cultural, mas conhecê-los como uma totalidade, compreendendo as especificidades de cada manifestação regional.

Procuramos desenvolver projetos de pequena complexidade, bem diferentes, em áreas diversas, para ter um certo nível de amostragem dos problemas brasileiros. Trabalhamos com duas preocupações: uma, entrar em contato com diversos níveis da realidade cultural, e a outra, mais abstrata, sempre olhar essas realidades em função de uma visão de conjunto. (MAGALHÃES, 1985, p. 111)

Essa ideia objetivava conhecer, por meio da observação e da documentação, manifestações culturais, como, por exemplo, o artesanato. O exemplo, dado pelo próprio Aloísio, era um dos projetos em andamento em Minas Gerais, que tratava de uma atividade artesanal antiga, que há séculos mantinha um mesmo padrão produção.

Outro projeto importante surgiu na região de Uberlândia, Minas, onde existe uma curiosa forma de permanência de uma atividade artesanal têxtil, que ficou isolada como uma ilha. A preparação do fio, os tipos de matéria-prima empregados, os produtos minerais e vegetais usados como corantes, os fixadores, enfim, todo o ciclo de fabricação de tecidos é feito dentro de um único contexto cultural arcaico. Esse artesanato existe desde o século XVII, e nós estamos contando conhecer melhor o seu universo. Para se ter uma idéia de sua riqueza, basta dizer que só de tipos, padrões de desenhos de tecidos que eles chamam de *repasses*, existem, 300, 400. Diante de um caso desses, nossa intenção é não só observar e documentar, mas fazer com que ele tenha continuidade. Não iremos alterar o gosto e o comportamento dos tecelões, o que seria perigoso, mas iremos tentar mostrar qual o passo que eles devem dar no sentido de uma dinâmica maior. (MAGALHÃES, 1985, p. 111)

### 3.2.3 A SPHAN/FNPM (período de 1979 a 1989)

As reformas na estrutura governamental de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional de 1979 definiram a transformação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com funções normativas de direção superior e coordenação nacional do processo, e a Fundação Nacional Pró-Memória em órgão operacional criado para dar mais agilidade às atividades da Secretaria.

A fusão entre os órgãos foi antevista por Aloísio Magalhães, como modo de expansão e abrangência ao trabalho de proteção e preservação do patrimônio artístico e cultural brasileiro. Em junho de 1979, em entrevista à “Revista Manchete”, ele dizia que o grau de importância atingido pelo CNRC, com as atividades desenvolvidas e pelo número de colaboradores alcançados, deveria ser institucionalizado e o IPHAN era o melhor órgão para enquadrar a junção. Na opinião de Aloísio, “a integração das duas instituições – que espero acontecer em breve – servirá para revitalizar as atividades do Instituto do Patrimônio.” (MAGALHÃES, 1985, p. 113)

Em novembro de 1979, a Portaria 1.186, do Ministro da Educação, dava atribuição ao professor Aloísio Magalhães, Diretor do IPHAN, para providenciar a implantação da Secretaria. E em novembro do mesmo ano, o Congresso criava, com a Lei 6.757, a Fundação Nacional Pró-Memória. Dois meses mais tarde, o Presidente da República, João Batista de Figueiredo, aprovava, por decreto, o estatuto da Fundação.

A 16 de janeiro de 1980, o Presidente João Figueiredo baixou o Decreto no 84.396, que aprova o estatuto da Fundação e autoriza o Ministério da Fazenda a transferir ao novo organismo a administração e exploração de próprios nacionais que se encontrem arrendados ou alugados a terceiros. Na mesma data, através de outro decreto, nomeou Aloísio Magalhães como presidente da Fundação. (BRASIL, 1980, p. 55)

Com a nova estrutura, a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural e paisagístico brasileiro passou à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As ações empreendidas pela instituição nesse período afetaram direta e indiretamente a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade do Serro, destacando-se duas ações em nível estadual. A primeira ocorreu em Ouro Preto, em novembro de 1979,

quando foi assinado o contrato entre o IPHAN e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), visando a implantar o Programa Especial de Emergência de Preservação e de Recuperação da Cidade de Ouro Preto. O programa estabelecia três áreas de atuação: geologia e geotécnica, trabalhos de florestamento e reflorestamento e trabalhos de preservação e recuperação do núcleo histórico, conforme descrito no Boletim SPHAN/FNPM, em que eram previstas as seguintes atividades para esta área de atuação:

[...] acompanhamento e fiscalização das obras aprovadas pelo IPHAN e Prefeitura Municipal; fornecimento de subsídios ao IPHAN para aprovação de projetos; articulação com entidades afins; implantação de ações preventivas de preservação do núcleo histórico; implantação de projetos comunitários; animação cultural. (MEC/FNPM n. 3, 1979, p. 4)

A coordenação do programa ficava a cargo de um docente da UFOP, e a consultoria, sob a responsabilidade da Diretoria Regional do IPHAN nas figuras do diretor e de um encarregado de obras. Já o Boletim 19, de 1982, noticiava várias obras executadas pelo Programa e a extensão das atividades à cidade de Mariana.

A Equipe de Obras Urgentes de Ouro Preto, criada em maio de 1980 (SPHAN nº 3, pág. 4) pelo esforço conjunto da SPHAN/pró-Memória, UFOP e Prefeitura local, continua desenvolvendo seu trabalho, com resultados apreciáveis, já estando em estudo a ideia de estender sua atuação a outras cidades mineiras. Hoje, além de Ouro Preto (sede e distritos), a Equipe atende apenas à cidade de Mariana, pois seus integrantes pertencem à UFOP. Desde a sua criação, já foram executadas 88 obras, geralmente pequenos reparos, mas que são de grande importância, até mesmo como prevenção contra dispendiosas restaurações futuras. (MEC/FNPM n. 19, 1982, p. 13)

A segunda ocorreu em 1982, com a criação da Comissão Técnica de Avaliação de Projetos. Essa iniciativa buscava a inovação do controle das obras de interesse dos proprietários de edificações nas cidades históricas mineiras. O trabalho da Comissão agilizava a análise dos projetos apresentados para a apreciação do IPHAN.

A principal novidade visa atender a uma necessidade muito característica de Minas Gerais, onde a presença de um grande número de conjuntos urbanos de valor histórico e artístico demanda maior atenção do que a ocorrência de monumentos isolados. (MEC/FNPM n. 19, 1982, p. 12)

A Comissão, de caráter interdisciplinar, compunha-se de representantes do IPHAN, da Coordenadoria de Cultura do Estado de Minas Gerais, do IEPHA e da Secretaria de Planejamento do Estado e da Prefeitura do município no qual o projeto seria executado. Observava-se uma preocupação com a análise abrangente das propostas apresentadas, que extrapolavam a visão exclusiva do arquiteto, integrando também engenheiros, geólogos, especialistas em planejamento urbano, sociólogos etc. no exame dos projetos apresentados. Quer dizer, as decisões sobre a viabilidade dos projetos apresentados foi estendida a um grupo interdisciplinar, ampliando o espectro da análise, de forma a atender os diversos interesses envolvidos.<sup>31</sup> Possibilitou-se assim uma nova dinâmica para a tramitação de projetos, conforme notícia do Boletim:

O processo de funcionamento da Comissão pode ser resumido da seguinte maneira: os projetos são recebidos pelas prefeituras municipais e após uma análise prévia pelos arquitetos da Diretoria Regional, são enviados à Comissão. Esta emite um parecer técnico sobre a viabilidade do projeto, oferecendo, quando necessário, alternativas de solução. Com o parecer, o processo é enviado ao Diretor Regional que o devolve à parte interessada. Caso recorra da decisão, a matéria volta à apreciação da Comissão. Se, novamente, não houver entendimento, o assunto é então enviado à apreciação do Subsecretário de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (MEC/FNPM, n. 19, 1982, p. 12)

A proposta também visava à descentralização do processo, criando, a partir da decisão colegiada, um fórum mais comprometido com os diversos interesses envolvidos. Porém, a concordância ou não com a solicitação da obra dependia, fundamentalmente, da análise realizada pelos técnicos do IPHAN.

Quer tenha relação com as propostas acima relatadas ou não, essa rotina foi institucionalizada pela Portaria nº 10, de 10 de setembro de 1986, do IPHAN, considerando entre outros motivos:

[...] a necessidade de uniformização dos procedimentos a serem adotados para a aprovação de projetos para execução de obras em bens tombados ou em áreas de seus respectivos entornos;

[...] a necessidade de uniformização dos procedimentos a serem adotados pelas Prefeituras Municipais na expedição de

---

<sup>31</sup> No caso, o município e proprietário.

licenças para construir em áreas submetidas à proteção especial da SPHAN, resolve:

Art. 1º Determinar os procedimentos a serem observados nos processos de aprovação de projetos a serem executados em bens tombados pela SPHAN ou nas áreas de seus respectivos entornos.

Art. 2º As obras e atividades a serem realizadas em bens tombados do Poder Público Federal ou nas áreas de seus respectivos entornos, que estejam sujeitas a licenciamento municipal, deverão ser precedidas de aprovação da SPHAN. (COLETÂNEA, 2006, p. 151-152)

Conforme será visto na abordagem no tópico sobre a atuação do IPHAN no Serro, a cidade seria beneficiada pelas ações destas propostas.

### **3.2.4 A atuação a partir da década de 1990**

#### **3.2.4.1 O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC**

A Lei 8029, de 12 de abril de 1990, que autorizava o Poder Executivo a alterar a denominação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), extinguir a Fundação Nacional Pró-Memória e criar o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), tinha caráter abrangente, atingindo várias outras entidades governamentais, tais como as autarquias (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – Sudeco, Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – Sudesul, Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, Instituto Brasileiro do Café – IBC); as fundações (Fundação Nacional de Artes - Funarte, Fundação Nacional de Artes Cênicas – Fundacen, Fundação do Cinema Brasileiro – FCB, Fundação Nacional Pró-Memória - Pró-Memória, Fundação Nacional Pró-Leitura - Pró-Leitura, Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, Fundação Museu do Café); uma empresa pública (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater); e uma sociedade de economia mista (Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. – BNCC).

Para o IBPC, foram transferidas as seguintes competências: o acervo, as receitas e a dotação orçamentária da extinta Secretaria do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional, a SPHAN, responsável pela proteção do patrimônio cultural e atrelada à Fundação Nacional Pró-Memória. Ao Instituto era dada a competência de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro nos termos da Constituição de 1988.

O período de existência do IBPC, no início da década de 1990, foi relativamente curto e alvo de várias críticas pelo descompromisso com as necessidades do setor de cultura, conforme assevera Oliveira:

A década de 1990 foi marcada inicialmente pela posse do presidente Fernando Collor de Melo, e isso significou, além de uma reestruturação do SPHAN/Pró-Memória, que passou a se chamar IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, uma autarquia e ficou subordinada diretamente à Secretaria da Presidência da República, a implementação de uma suposta política participativa que só escamoteava, escondia o antigo e já conhecido discurso paternalista e autoritário, em relação à sociedade e à gestão administrativa do Estado. Uma política “modernizante” que em nada avançou nas questões relacionadas à preservação/conservação do patrimônio cultural brasileiro e muito menos fomentava a participação dos grupos sociais na sua definição. (OLIVEIRA, 2008, p. 30-31)

Com o final antecipado do governo Collor em 1992, o Instituto voltaria a fazer parte do Ministério da Cultura e, em 1994, seria novamente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional até os dias atuais.

Ainda de acordo com Oliveira, um dos poucos aspectos positivos que podem ser apontados daquele período é a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), conhecida como Lei Rouanet, criada para dar suporte financeiro à área cultural.

Nesse período o que podemos apontar como algo minimamente positivo foi a edição da Lei Rouanet, ainda em vigor, que retomava aspectos da Lei Sarney – principalmente no tocante aos investimentos do setor privado na área cultural, e instituía o Pronac (Programa Nacional de Apoio à Cultura) e isso significou um aumento do aporte financeiro em termos de política cultural e programas de preservação/conservação do patrimônio. (OLIVEIRA, 2008, p. 30-31)

### 3.2.4.2 O Programa Monumenta

No artigo “Policies of historic and cultural heritage preservation in Brazil”, Pedro Tadei Netto discorre sobre a trajetória de proteção do patrimônio histórico e cultural. Segundo o autor, a maioria das edificações e sítios do período colonial estão sob responsabilidade da União e perfazem 40% das edificações protegidas, enquanto os outros 60% se encontram sob a salvaguarda dos estados e municípios. Essa postura, segundo Tadei Netto, se deve a uma posição etnocêntrica assumida desde os primórdios da institucionalização da proteção ao patrimônio no Brasil.

Em resposta a este desafio o Presidente Getúlio Vargas assinou um decreto que regulava a proteção do patrimônio histórico. Apesar de Vargas ter ascendido ao poder pela força, ele era um ardente nacionalista e apoiou um grupo de intelectuais de vanguarda ligados ao “Movimento Moderno”. Eles simultaneamente olhavam tanto para o passado, quanto para o futuro e usaram a história para legitimar o projeto de “Construção da Nação”. O movimento estava focado nas características culturais e étnicas da identidade nacional brasileira, às quais os participantes do movimento se referiam como “as raízes”. A busca pelas raízes culturais levou ao desenvolvimento de uma estética etnocêntrica: a expressão “branco, português e católico”. Esta estética oficial estava ancorada no “barroco brasileiro”, período dominante da arte e arquitetura colonial. Atualmente, como resultado desta posição etnocêntrica, a maior parte dos edifícios protegidos em nível federal pertence ao período colonial. Dos 50 centros históricos e aproximadamente 1000 edifícios e sítios individuais listados nos registros federais, 40 por cento são templos católicos ou edifícios institucionais. Isto representa apenas uma modesta proporção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Os outros 60 por cento, os quais são monumentos de diferentes períodos, são protegidos pelas legislações estadual e municipal. Um significativo número de monumentos não está relacionado e protegido. (TADDEI NETO, 2000, p. 42, tradução nossa)

O autor aponta os problemas relativos às políticas adotadas para a proteção do patrimônio histórico e cultural, principalmente no que se refere à dependência dos recursos do governo federal, responsável pela proteção de um grande número de edificações isoladas, monumentos e sítios e de outro, à carência crônica de recursos, que levava à realização de obras de restauração e manutenção insuficientes. Desse problema decorria outro que era a permanente necessidade de realizar novas obras para a manutenção dos edifícios.

Como, ao longo de décadas, as dotações orçamentárias destinadas a tal finalidade sempre foram reduzidas e a partir da década de 1970 esse quadro se agravou, o governo federal limitou o número de bens tombados sob a sua responsabilidade. Conforme descreve Tadei Netto (2000, p. 44-45), “Even worse, with increased budget constrains since 1970s, the federal government limited the scope of its listing and reduced the number of monuments to the historic register.”

Nessa mesma linha, Duarte Júnior (2010, p. 57-58) afirma que:

[...] além dos entraves apontados acima, as ações do governo federal no tocante à preservação urbana fracassaram por uma série de outros motivos: os recursos limitados dos proprietários de imóveis antigos, habitantes de cidades pobres e desassistidas; a redução da rotina de manutenção desses imóveis; a decorrente deterioração do parque imobiliário histórico; a requisição de custosos serviços de restauro e conservação, onerando os cofres públicos e aumentando a carga orçamentária; e a limitação da elaboração de inventários e a diminuição do número de bens protegidos, face às restrições no orçamento experimentadas pelo governo federal desde a década de 1970.

Segundo Tadei Neto, a partir da década de 1990, houve mudanças na política cultural com a adoção de parcerias com o setor privado, que passou a receber incentivos fiscais em troca dos investimentos na área de cultura, incluindo-se aí ações de proteção ao patrimônio histórico e cultural.

Com a adoção de novas políticas culturais na década de 1990, a face do patrimônio cultural brasileiro está mudando. Sob a liderança do Ministro da Cultura, medidas iniciais estão sendo tomadas para proteger os assentamentos que até agora tinham sido negligenciados. O momento de mudança ocorreu quando os parceiros do setor privado se envolveram – atraídos pela lei federal de incentivos fiscais. (TADDEI NETO, 2000, p. 45, tradução nossa)

O Programa Monumenta, criado nessa década, trouxe em seu bojo essas ideias de parceria entre os setores público e privado. Os mecanismos de gestão utilizados pelo Programa que, entre outras medidas incluem uma reserva de recursos<sup>32</sup>, obtida por meio do pagamento dos financiamentos das obras em edificações privadas, reduziram a pressão sobre o governo federal e

---

<sup>32</sup> A reserva de recursos é definida pelo Programa Monumenta como Fundo de Preservação. Os recursos para o Fundo são obtidos pelas iniciativas do Monumenta nas cidades e utilizados nas ações de conservação do patrimônio histórico de cada cidade. O fundo também pode incluir em seus recursos a arrecadação oriunda de convênios, aluguéis e arrendamentos de imóveis.

possibilitaram maior maleabilidade na aplicação dos recursos para o a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Cada projeto do Programa Monumenta é baseado no seguinte mecanismo: a renda acumulada, advinda dos edifícios restaurados como os fundos do programa são coletadas em um fundo municipal destinado aos trabalhos de restauração. Estes fundos serão reaplicados em novas áreas agendadas para restauração.

O novo mecanismo reduzirá a pressão sobre o governo federal. Ele possibilitará ao governo tornar seus recursos orçamentários mais flexíveis estendendo a proteção legal da propriedade cultural, bem como a manutenção dos monumentos que estão sob sua responsabilidade. (TADDEI NETO, 2000, p. 45, tradução nossa)

Criado em 1995, o Programa Monumenta foi definido como:

[...] um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.  
([http://www.monumenta.gov.br/site/?page\\_id=164](http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164))

A proposta, como se vê, além de inovadora era abrangente, incluindo ações diretas e indiretas de preservação, além de buscar formas de dar sustentabilidade ao processo de preservação do patrimônio. Essa sustentabilidade se relaciona diretamente à utilização dos monumentos, edifícios e sítios tombados como produto turístico. E para isso, a proposta incluía a formação de mão de obra especializada para essa atividade. Destaca-se também a capacitação de recursos humanos para os serviços de restauração, posto que ao longo dos anos os grandes mestres das técnicas construtivas da arquitetura colonial foram desaparecendo, criando uma demanda cada vez maior, assim como o aumento do custo do pessoal especializado nesse tipo de trabalho.

O financiamento das ações do Programa era feito com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da UNESCO e procurava, como já observado

[...] garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. Objetivo a ser alcançado com a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto. Com isto, facilita a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados. (<http://www.monumenta.gov.br/site/?pageid=164>)

O Monumenta foi levado à prática nas cidades por meio de convênios entre o Ministério da Cultura e as prefeituras e/ou o estado. A partir da assinatura do convênio, eram formadas equipes do município e/ou estado (Unidades Executiva e Projeto) que, em conjunto com o IPHAN, gerenciavam as ações do Programa. Essas Unidades eram orientadas pelo Ministério da Cultura, através da Unidade Central de Gerenciamento.

Em 1995, foram iniciados os trabalhos para a implantação do Programa a partir de entendimentos entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Incluem nesse período a aprovação de carta-consulta elaborada pelo IPAHN e encaminhada ao BID, em 1996, a definição das primeiras cidades alvo de intervenções (Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo), criação de equipe técnica no Iphan e a contratação de consultores. A efetivação das atividades do Programa se daria em 2000, quando foi assinado o contrato de empréstimo entre o Governo brasileiro e o BID. Em 2004, foi assinado um contrato entre o Ministério da Cultura e a Caixa Econômica Federal com o objetivo de financiar obras de recuperação em imóveis privados nas cidades atendidas pelo Programa. Em 2006, com a nomeação do diretor do IPHAN como coordenador nacional do Monumenta, a estrutura administrativa do Programa foi incorporada ao Instituto. No final de 2010, o Programa Monumenta encerraria oficialmente as suas atividades.

Implantado na cidade do Serro em 2005 através de convênio entre o Ministério da Cultura e o Município, no caso específico do Serro o Estado

entrou com a contrapartida para as obras maiores, pois o município não dispunha dos recursos necessários.

Para as obras relativas aos imóveis privados, a equipe incumbida da coordenação dos trabalhos e acompanhamento dos respectivos processos foi contratada pelo Município.

A participação do IPHAN na execução das obras do Programa era a seguinte:

1. Obras maiores – o IPHAN participava da conferência da medição e emitia relatório.

2. Nos imóveis privados – iniciava-se o processo com o requerimento. Após a aprovação do projeto, a obra era acompanhada, a coordenação emitia o boletim de medição que era conferido pela chefe do Escritório do IPHAN no Serro. Após a conferência do boletim, ele era encaminhado para a Caixa Econômica Federal, solicitando a liberação de recurso. No caso dos imóveis privados, a primeira parcela era liberada antecipadamente, mas as outras eram liberadas após a execução de cada etapa prevista no cronograma da obra. O trabalho de acompanhamento e fiscalização era feito em conjunto pela coordenação local e o IPHAN.

Apesar de a extinção do Programa ter ocorrido em dezembro de 2010, foram mantidos os contratos que já haviam sido assinados, as obras ainda em execução e as obras ainda não haviam sido iniciadas no momento da extinção do Programa.

Durante a existência do Programa Monumenta no Serro, foram realizadas obras<sup>33</sup> em monumentos, como a Matriz de Nossa Senhora da Conceição (restauração da edificação e dos bens artísticos integrados da Igreja); Igreja de Bom Jesus de Matozinhos (restauração da edificação e dos bens artísticos integrados da Igreja); e Chácara do Barão do Serro (restauração da edificação). Além desses monumentos, foram realizadas obras em espaços públicos: revitalização da Praça João Pinheiro; revitalização do adro da Igreja Santa Rita; e restauração do eixo Matriz/Matozinhos/Córrego 4 vinténs.

---

<sup>33</sup> Dados disponíveis em [www.monumenta.gov.br](http://www.monumenta.gov.br) acesso em 09 fev 2012. Segundo consta no endereço, a última atualização dos dados foi realizada em janeiro de 2011.

Segundo dados fornecidos pela coordenação do Programa no Serro, entre 2006 e 2011 foram concedidos financiamentos para 29 obras em edificações particulares no núcleo histórico do Serro, totalizando R\$1.089.869,96. Em duas dessas obras houve contrapartida financeira por parte dos proprietários no valor de R\$ 9.000,00. De acordo com informações obtidas em fevereiro de 2012, cinco dessas obras ainda estão em execução e uma delas ainda não havia sido iniciada, apesar de o contrato ter sido assinado em novembro de 2011. As Figuras 62 e 63 mostram duas das intervenções em edificações do núcleo histórico do Serro com financiamento do Monumenta.



Figuras 62 e 63. Obras financiadas pelo Programa Monumenta em edificações do núcleo histórico do Serro.

Fonte: Prefeitura Municipal do Serro/ Programa Monumenta, sem data.

### 3.3 As ações institucionais do IPHAN no Serro

A consulta aos arquivos do IPHAN, no Rio de Janeiro, revelou os registros de ações relativas à recuperação/manutenção física dos elementos do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade do Serro e as ações de controle das intervenções feitas pelos proprietários. Além disso, mostrou que, ao longo do processo de preservação, foram realizadas ações inovadoras, como, por exemplo, a proposta de criação do Museu Integrado do Serro entre outras, resultado de um trabalho conjunto com as instâncias Estadual e Municipal. E estas ações institucionais que caracterizam a atuação do IPHAN nas fases estudadas serão apresentadas a seguir.

### 3.3.1 O período de 1937 a 1967

Conforme já assinalado, em relação às cidades históricas mineiras, o procedimento adotado pelo IPHAN no tombamento dos conjuntos urbanísticos foi contrário ao habitual, pois foi priorizada a totalidade do conjunto, não os bens isolados.

Como tal procedimento era incomum, não eram raros por parte de moradores ou autoridades das cidades tombadas, os questionamentos ou solicitações ao IPHAN, envolvendo dúvidas acerca do tombamento. Esses acontecimentos eram decorrentes da incompreensão sobre essa nova atuação, em que eram impostas medidas restritivas ao pleno exercício da propriedade dos bens pertencentes aos núcleos históricos dessas cidades.

Em face dessa incompreensão, tornou-se necessário explicar ao solicitante que por ser o tombamento relativo ao conjunto, ele era indistintamente abrangente a todas as edificações incluídas no perímetro tombado, ficando desnecessário tomar edificações isoladas. Apesar disto, de acordo com Rodrigo Melo Franco de Andrade, o tombamento isolado poderia ser feito caso um proprietário ou o próprio IPHAN julgasse conveniente.

Fatos como esse ocorreram duas vezes no Serro, no ano de 1942. O primeiro refere-se à correspondência enviada pelo vereador serrano José Paixão a Rodrigo Melo Franco de Andrade, solicitando informações exatas sobre a data do tombamento da cidade do Serro. A razão desse pedido foi por terem sido feitos tombamentos de edificações isoladas, o que se julgava desnecessário em virtude de o tombamento incluir todas as edificações do conjunto arquitetônico da cidade, como explica, a seguir, o remetente:

[sic] (Tombamento Integral da Cidade do Serro) Muito grato ficaria a VExia, si VExia me dissesse em que data o fez, patrioticamente: creio que não éramos somente os serranos que isto ignorávamos, pois o Snr. Geraldo Dutra aqui estando (como me disse ele e um funcionário da Prefeitura) fez o tombamento de alguns prédios, o que torna, parece, desnecessário, de vez que está tombada a cidade toda, como ouvi de VExia. Dizendo-mo VExia, por favor de VExia, di-lo-ei

ao Snr Prefeito, assim se evitando que se altere, em parte, o tipo colonial da cidade, para o futuro, por ignorância.<sup>34</sup>

A segunda ocorrência foi um pedido formalizado em carta do presidente da Irmandade Nossa Senhora do Rosário da Freguesia do Serro, ao Diretor do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 10 de junho de 1942. Nesta carta, era solicitada autorização para o tombamento da Capela do Rosário do Serro, [...] “visto tratar-se de um templo puramente colonial e de grande valor histórico-artístico.”<sup>35</sup>

A solicitação foi encaminhada à Seção de Arte da DET e, em resposta, o Chefe da Seção de Artes, arquiteto Alcides Rocha Miranda, argumentou que, por fazer parte do conjunto arquitetônico da cidade do Serro, o bem estaria consequentemente tombado e a preservação da referida capela assegurada. Dessa forma, o relator não via propósito em inscrever tal imóvel separadamente no Livro de Tombo. Entretanto, Rocha Miranda ressaltava a necessidade de “[...] atenção especial para as imagens existentes e outros elementos de madeira entalhada, tais como balaustres e portas.”<sup>36</sup>

A preocupação de Rocha Miranda foi procedente, pois, durante as entrevistas realizadas com os moradores do Serro, mais de uma vez foi citado que as portas originais da Igreja de Nossa Senhora do Carmo do Serro haviam sido vendidas e estavam na entrada de uma boate em Paris. “[sic] ... aqui tem uma porta de igreja que o padre vendeu, foi pra Diamantina, foi ... tá num cabaré em Paris, você já ouviu contar essa história?” (Entrevistado 4)

Contudo, as ações empreendidas pelo IPHAN em sua primeira fase de atuação foram, em sua maioria, para minimizar o processo de deterioração das edificações e para restaurar aquelas cujos recursos disponíveis permitiam, lembrando que o tombamento no Serro incluía todo o conjunto arquitetônico e urbanístico. Apesar disso, foi realizado um grande número de obras em

---

<sup>34</sup> Carta de José Paixão a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1 jul. 1942 (ACI Processo 65T-38).

<sup>35</sup> Carta de Adelardo Ribeiro de Miranda a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1 jun. 1942 (ACI Processo 65T-38).

<sup>36</sup> Parecer de Alcides Rocha Miranda, de 25 ago. 1946 (ACI Processo 65T-38).

edificações de particulares, em edificações institucionais como a Casa dos Ottoni e em igrejas da cidade.

E o IPHAN mantinha, pra controlar e acompanhar as obras, naquele período, um funcionário responsável pela sua coordenação na cidade, o qual, em caso de dúvidas ou problemas, se reportava ao Chefe do 3º Distrito, em Belo Horizonte.

Neste período, destacam-se duas ocorrências no Serro, nas quais se percebem o ordenamento das ações e, simultaneamente, o funcionamento da estrutura administrativa do IPHAN: a primeira, quando o Prefeito da cidade pretendia construir um cinema e um hotel em 1951; a outra, quando um particular apresentou proposta semelhante em 1952, também referente à construção de um edifício no qual funcionaria um cinema. Em ambos os casos, houve aquiescência do IPHAN. A leitura dos documentos integrantes nas solicitações revela a sequência hierárquica de tramitação que sempre reportava ao Diretor Geral. Observa-se que esse tipo de solicitação não era encaminhado ao Conselho Consultivo, já que, conforme citado neste capítulo, as atribuições do Conselho, definidas pela Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, eram basicamente de “interceder nos casos de conflito entre a sociedade civil e a sociedade política” (CHUVA, 2009, p. 223)

Essas decisões eram tomadas com base na avaliação técnica das Diretorias Regionais (no caso, a de Minas Gerais), Diretorias de Conservação e Restauração e a de Estudos e Tombamento, e o parecer final era do Diretor Geral. Os documentos e a tramitação cronológica de ambas as solicitações de 1951 e 1952, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, estão apresentados nos Quadros 4 e 5. A primeira delas se refere à proposta para a construção de um cinema e de um hotel pelo Prefeito Municipal do Serro.

Quadro 4		
Proposta de construção de cinema pelo Prefeito do Serro		
Tipo de Documentos	Datas	Teor dos documentos
Telegrama de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Prefeito Municipal do Serro	8/5/1951	Sr. Prefeito Municipal Sêrro Minas Gerais A fim habilitar Divisão competente desta Diretoria estudar assunto cinema hotel pleiteado V. Excia solicito remessa fotografias elucidativas diferentes aspectos terreno escolhido para mencionada construção mostrando edificações existentes proximidades (ponto) Saudações atenciosas Rodrigo Melo Franco de Andrade Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1. Carta do Chefe do 3º Distrito ao Diretor Geral da DPHAN encaminhando as fotografias do terreno onde se pretendia construir o hotel e cinema no Serro. Distrito. 2. Despacho do Diretor Geral na própria carta.	1. 26.6.1951 2. 29/6/1951	1. Senhor Diretor: Segue junto as fotografias do terreno onde o Sr. Prefeito do Serro deseja construir um hotel e um cinema de acordo com programa e levantamento que tive ocasião de lhe entregar em Ouro Preto. O terreno é contíguo à pracinha, no centro da cidade, junto aos seus atuais hotéis sem mais, lhe apresento as minhas mais cordiais saudações. Sylvio de Vasconcellos, Chefe do 3º Distrito. 2. Junte-se aos antecedentes e passe-se à DCR para informar a respeito e, principalmente à DET.
1. Informação 135 de José de Souza Reis (Chefe do SP) a Renato Soeiro (Diretor da DCR) 2. De acordo de Renato Soeiro (encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade) 3. Despacho de Rodrigo Melo Franco de Andrade (Diretor Geral)	1. 3/7/1951 2. 4/7/1951	1. Assunto: construção de hotel e cinema na cidade do Serro. Minas. Examinamos as fotografias e a planta do terreno destinado à construção de hotel e cinema, que nos parece bastante amplo e de localização tal que permitirá novas construções sem interferência com conjuntos urbanos de maior importância. Entretanto, só uma vista que abrangesse maior campo visual, possivelmente tomada de um ponto elevado poderia confirmar esta impressão. Em 3.7.1951 2. Renato Soeiro (Diretor da DCR): De acordo. 3. Transmita-se cópia da informação ao Chefe do Distrito, solicitando-lhe providenciar que seja coligada e encaminhada à DCR a documentação fotográfica julgada ainda necessária.
Carta de Renato Soeiro a Sylvio de Vasconcellos	5/7/1951	Senhor Doutor Sílvio de Vasconcelos: De acordo com o que determina o Senhor Diretor Geral, transmito-lhe cópia da informação anexa, sobre o hotel e cinema a serem construídos no Sêrro, solicitando-lhe providenciar para que seja coligada e encaminhada a esta DCR a documentação fotográfica julgada ainda necessária ao estudo do local indicado para as referidas construções. Sem mais, apresento-lhes atenciosas saudações. Renato de Azevedo Duarte Soeiro.

A segunda solicitação também trata da proposta da construção de um cinema por um particular. Além da documentação textual, acompanha esta proposta o projeto do cinema (plantas, fachadas) e a fotografia do terreno em que esse cinema seria construído, conforme mostram as Figuras 64, 65, 66, 67 e 68 (o projeto não foi executado).

Quadro 5		
Proposta de construção de cinema		
Tipo de Documentos	Datas	Teor dos documentos
Carta do Chefe do 3º Distrito ao Diretor Geral Em 11.9.1951.	11/9/1951	<p>Senhor Diretor:</p> <p>Atendendo a uma solicitação do Sr. Ribas, do Sêro, que antes já sido encaminhado a essa Diretoria, relativo a projeto de uma cinema para aquela cidade, envio-lhe , junto, um croquis elaborado por nós de acordo com o interessado, em substituição a um outro inteiramente inadequado que submetido à aprovação deste Distrito.</p> <p>O prédio será construído na ladeira que vae da pracinha à igreja do Rosário convindo esclarecer que se trata de outra iniciativa diferente daquela que se referente a um hotel e cinema de propriedade do atual prefeito cujo projeto está sendo aguardado dessa Diretoria.</p> <p>Aguardando a fineza de suas instruções à respeito, apresento-lhe as minhas mais cordiais saudações. A. Sylvio de Vasconcellos. Chefe do Distrito.</p>
<p>1. Petição do Sr. José Gabriel Ribas ao Prefeito do Serro Solicitação foi encaminhada ao Chefe do 3º Distrito</p> <p>2. Despacho do Chefe do 3º Distrito</p>	<p>1. 22/11/1952</p> <p>2. 26/11/1952.</p>	<p>1. Autorização para a construção de um prédio para funcionamento do cinema. Solicitava também autorização para construção de barraco para depósito de material e ligação de pena d'água.</p> <p>2. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico nacional nada tem a opor, desde que seja obedecido integralmente o projeto junto, para que o interessado deverá assinar, nesse sentido, um termo de compromisso e responsabilidade.</p>

<p>Termo de compromisso assinado pelo Sr. José Gabriel Ribas. Em 26.11.1952</p>	<p>26/11/1952</p>	<p>Cumprindo despacho dessa repartição em requerimento que lhe fiz para aprovação do projeto que apresentei de um cinema que pretendo construir na Cidade do Sêrro, cumpre informar que estou de pleno acordo com o despacho dado, quanto ao compromisso e responsabilidade de executar fiel e integralmente o projeto apresentado, cujo original está por mim e pelo Chefe dessa repartição rubricado.</p>
<p>Despacho de Rodrigo Melo Franco de Andrade Encaminhado a José de Souza Reis</p>	<p>4/12/1952</p>	<p>Peço opinião sobre o projeto, tendo em vista a respectiva situação na cidade e os antecedentes do caso.</p>
<p>Informação de José de Souza Reis (Chefe do SP) a Rodrigo Melo Franco de Andrade (Diretor Geral).</p>	<p>5.12.1952</p>	<p>Em informação anterior, de nº 135 de 3.7.51 havíamos encaminhado fotografias e plantas do terreno destinado à construção de hotel e cinema na cidade do Sêrro. Dissemos então que o dito terreno parecia bastante amplo e de localização tal que nêle se afigurava possível levantar as novas construções sem interferência nos conjuntos arquitetônicos da cidade. Entretanto solicitamos ainda uma fotografia que abrangesse maior campo visual, pedido que não foi satisfeito. O requerimento agora recebido, acompanhado de um projeto para construção de um cinema não contem referência à localização do mesmo. Quanto ao projeto nada temos a opôr, uma vez que apresenta aspecto simples e o bloco previsto não é muito volumoso. Resta saber se o terreno é o mesmo e, em caso afirmativo e na impossibilidade de obter-se a fotografia já solicitada, condicionar-se a autorização requerida ao parecer do Sr. Silvio Vasconcelos a fim de garantir que não haja inconveniente de interferência da nova construção com qualquer conjunto de maior interesse.</p>

<p>1. Cópia da informação do documento 6 com despacho a Renato Soeiro (Diretor da DCR).</p> <p>2. Renato Soeiro estando de acordo encaminhou ao Diretor Geral da DPHAN.</p> <p>3. Despacho de Rodrigo Melo Franco de Andrade</p>	<p>1. 5.12.1952</p> <p>2. 6.12.1952</p> <p>3. 6.12.1952</p>	<p>1.Mesmo texto acima</p> <p>2.De acordo. Ao Senhor Diretor Geral</p> <p>3. Estando em conformidade com as conclusões do parecer, recomendo transmitir o respectivo teor ao Chefe do 3º Distrito, para que o tenha em consideração</p>
<p>Carta de Renato Soeiro (Diretor da DCR) a Sylvio de Vasconcellos (Chefe do 3º Distrito) encaminhando a Informação de José de Souza Reis.</p>	<p>9.12.1952</p>	<p>Tenho o prazer de transmitir-lhe inclusa cópia da Informação do arquiteto José de Souza Reis, sobre o projeto de cinema a ser construído no Serro, recomendando-lhe tomar em consideração as conclusões do referido parecer, com as quais o Senhor Diretor Geral está de pleno acordo.</p>

Fonte: ACI/S/Cx 311/P1317

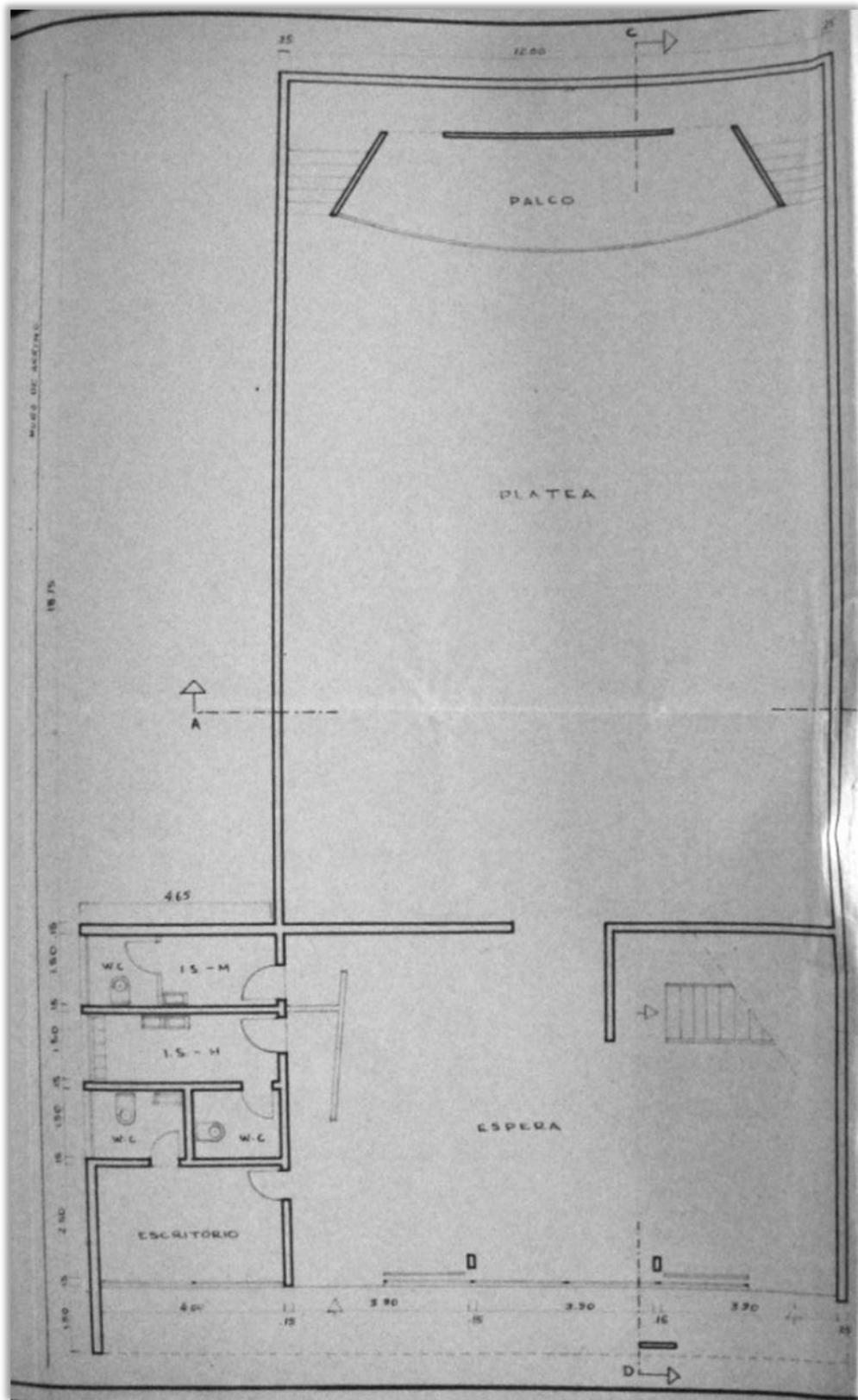


Figura 64. Projeto cinema, planta baixa térreo.  
 Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.

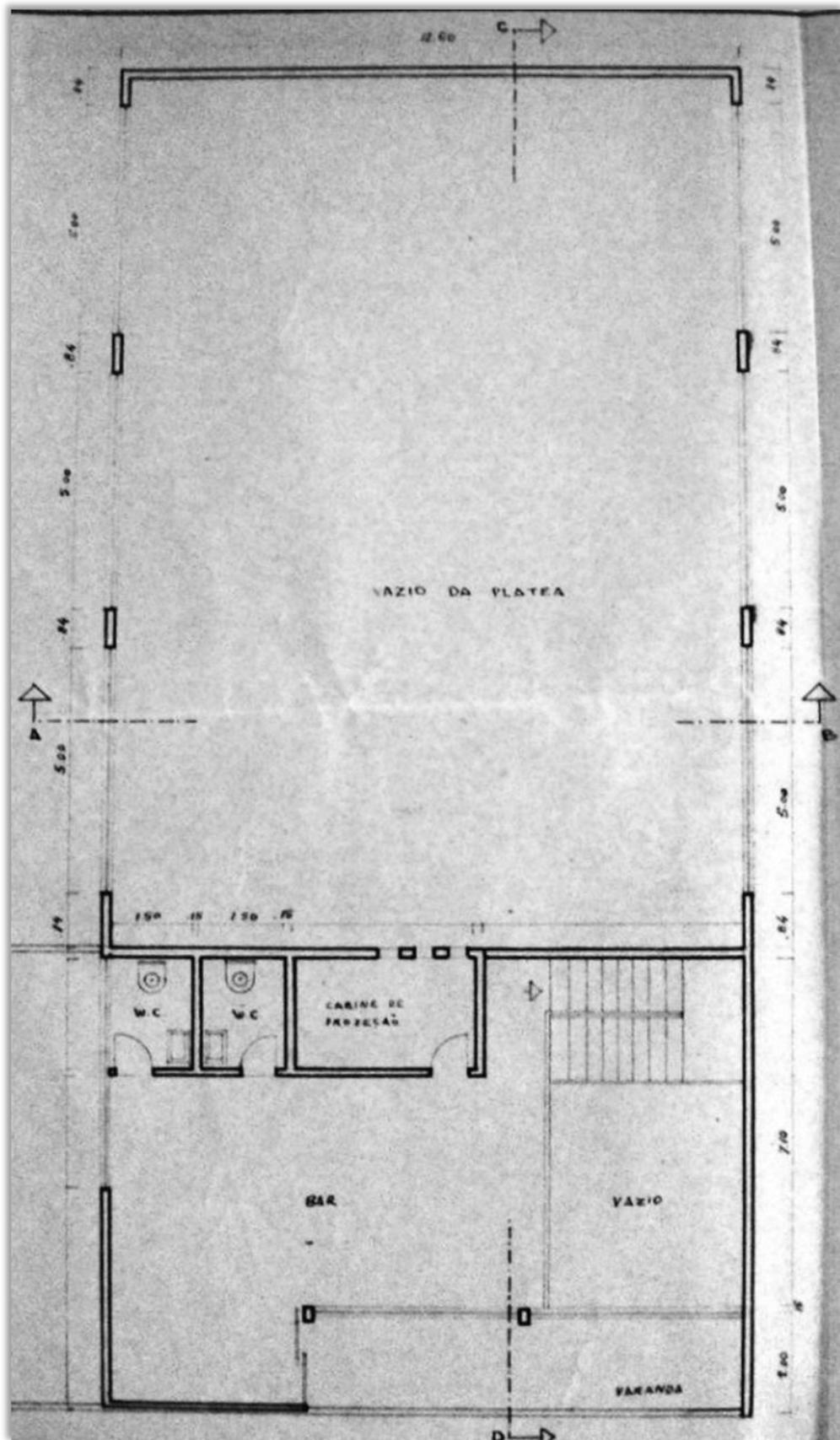


Figura 65. Projeto cinema, planta baixa pavimento superior.  
Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.

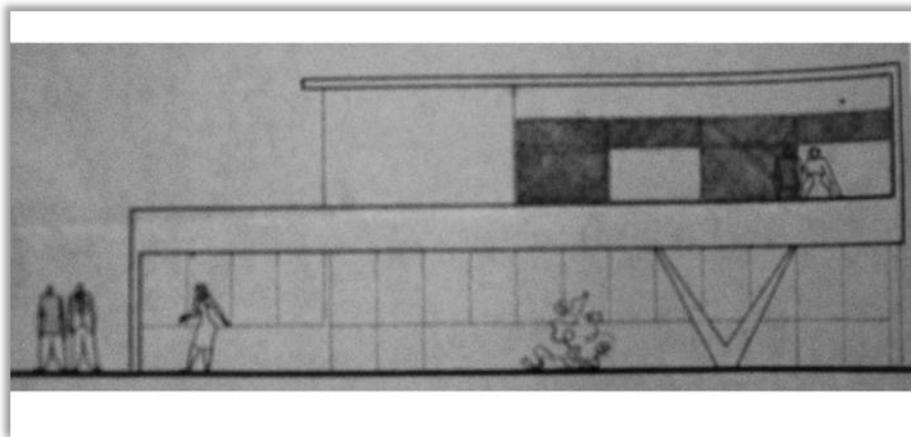


Figura 66. Projeto cinema, Fachada Principal.  
Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.

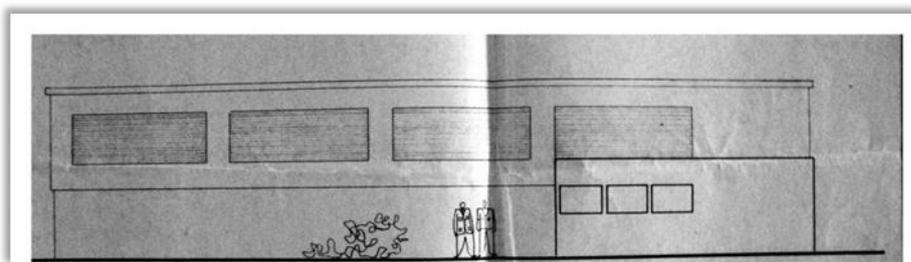


Figura 67. Projeto cinema, Fachada Lateral.  
Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.



Figura 68. Fotografia do terreno murado, local para o cinema.  
Fonte: ACI/Série Obras/Cx 311/P1317.

Ainda neste período da atuação do IPHAN no Serro, foram constatados problemas relativos à execução de obras que, por desconhecimento das técnicas especificadas pelo IPHAN ou mesmo por obras que se realizavam sem a autorização do órgão de preservação, comprometiam o conjunto arquitetônico pela perda ou descaracterização de exemplares. Esta era uma prática comum, apesar de os proprietários e as autoridades locais conhecerem a obrigatoriedade de solicitar a autorização do IPHAN para a realização das obras. Na citação abaixo, é possível observar a ocorrência de irregularidades que foram denunciadas pelo funcionário do IPHAN, no Serro, Cirilo Fernandes, ao Chefe do 3º Distrito do IPHAN. Tratava-se da retirada de pedras do calçamento para a abertura de valas e instalação de canalização de água e da intenção de retirada de um chafariz.

Serro, 10 de agosto de 1956

De Cirilo Fernandes

Ao Chefe do 3º Distrito do D.P.H.A.N.

Assunto: Comunicações

[sic] Snr. Director

Comunico-vos que o Prefeito local está abrindo nas ruas desta cidade um rêgo de 60 cent.<sup>10</sup> a um metro de largura mais ou menos, para passar canos de água e está extraviando as pedras para outras obras sem restaurar o calçamento onde foi retirado. O mesmo fala também em arretirar o chafariz de pedras que á anos existe aqui na Praça Floriano Peixoto, do qual envio-vos uma fotografia para vosso conhecimento: e pôr acaso não podendo ser arretirado estas pedras do calçamento e este chafariz, peço-vos a fineza de comunicar com o Prefeito neste sentido, a fim de não virar casos.

Sem mais, apresento-vos minhas mais cordiais saudações  
Subscrevo-me,

Am. e Serv. Obg.

Cirilo Fernandes<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Carta de Cirilo Fernandes a Sylvio de Vasconcellos, de 10 de agosto de 1952 (CDI – 13ª SR Pasta Serro – Conjunto Urbano 1950-1969).

Em atendimento à denúncia do funcionário, Sylvio de Vasconcellos encaminhou carta ao Prefeito Municipal:

[sic] 13 de agosto de 1952

Chefe do 3º Distrito da D.P.H.A.N.

Senhor Prefeito Municipal do Sêro

Senhor prefeito;

Tendo chegado ao conhecimento desta repartição que a municipalidade do Sêro está procedendo à abertura de valas nas ruas da cidade para a colocação de canos de água, desejaria solicitar do prezado amigo se interessasse pela recolocação do calçamento tão logo fosse possível, terminada a instalação dos canos.

Por outro lado, esta repartição tem o maior interesse pela conservação do chafariz público localizado em frente ao grupo escolar que acabamos de construir na cidade, para o que esperamos contar com sua valiosa cooperação.

Antecipando-lhe os mais vivos agradecimentos pela atenção que dispensar ao presente, aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas mais

Cordiais saudações

Sylvio de Vasconcellos

Chefe do Distrito<sup>38</sup>

Em parte, a ação do IPHAN surtiu efeito, pois o chafariz apontado na correspondência de Cirilo Fernandes a Sylvio de Vasconcellos, apesar de não estar mais em funcionamento, permanece no mesmo lugar, conforme explicação no item 4.2.2 desta tese.

Mesmo com os esforços empreendidos pela instituição, a precariedade das edificações nesse período foi objeto de duas denúncias. A primeira ocorreu em fevereiro de 1966, quando o vigário do Serro envia correspondência à chefia do 3º Distrito do IPHAN solicitando ajuda para serviços de recuperação das igrejas do Carmo e de Santa Rita. O vigário alegava a precária situação dos templos e que a paróquia não dispunha de recursos para financiar as obras necessárias, conforme mostra o trecho da correspondência transcrito abaixo:

[sic] Tendo já pedido ao fiscal do Patrimônio em Sêro uma interferência junto a essa chefia, sôbre a situação precária em que se encontram duas das nossas igrejas aqui do Sêro, ou

<sup>38</sup> Carta de Sylvio de Vasconcellos ao Prefeito Municipal do Serro, de 13 de agosto de 1952 (CDI – 13ª SR Pasta Serro – Conjunto Urbano 1950-1969).

sejam a do Carmo e a de Santa Rita, sobretudo a do Carmo, resolvi, com a devida licença, anexar ao ofício que ora é dirigido a V. S. também o meu apêlo como vigário da Paróquia, no sentido de merecer do Patrimônio um urgente atendimento a esses serviços, de vez que a Paróquia não dispõe de recursos e nem de verbas para realizar esses trabalhos.<sup>39</sup>

A segunda, acontecida a 25 de setembro de 1966, quando o Promotor de Justiça da Comarca do Serro envia correspondência à Procuradoria Geral da República. Nela, o representante do Ministério Público daquela cidade relatava que informações obtidas com o representante do IPHAN no Serro o levaram a concluir que não estava havendo o devido apoio da Prefeitura e do IPHAN para a proteção do conjunto urbano daquela cidade. O Promotor ressaltava a necessidade de uma vistoria do IPHAN para verificar *in loco* a situação de precariedade do conjunto arquitetônico. E chamava atenção para edificações na iminência de desabar, igrejas necessitando de trabalhos de conservação e sobre a existência de construções irregulares. Encaminhado o documento ao IPHAN, as afirmativas foram contestadas tanto por Renato Soeiro, chefe da DCR, quanto por Sylvio de Vasconcellos, diretor do 3º Distrito da DPHAN, em Belo Horizonte. Renato Soeiro escreveria que “[...] estranhava as informações e que a Diretoria sempre procurou atender às necessidades demandadas na preservação do conjunto arquitetônico da cidade.”<sup>40</sup> O que ocorria é que o aumento de interesse pela cidade e a possibilidade de novos negócios criavam novas perspectivas, aumentando o número de solicitações para a realização de obras na cidade, o que, inclusive, era demonstrado com a instalação de uma nova rede de distribuição de energia. Na resposta de Sylvio de Vasconcellos encaminhada à Procuradoria da República também era contestada a possível negligência do trabalho da Diretoria na cidade do Serro. Em primeiro lugar, Vasconcellos apontava que não era de responsabilidade do IPHAN a conservação indiscriminada dos imóveis sob sua guarda, “[...] cabendo tão somente interferir caso haja interesse público inadiável sem outra fonte de recursos que o atenda”.<sup>41</sup> Prosseguindo, ele apontava que a

---

<sup>39</sup> Carta do Cônego Joaquim Gomes de Oliveira a Antonio Augusto Veloso, de 28 de fevereiro de 1966 (CDI – 13ª SR Pasta Serro – Conjunto Urbano 1950-1969).

<sup>40</sup> Carta de Sylvio de Vasconcellos ao Procurador de Justiça de Belo Horizonte, 10 mar. 1967 (CDI – 13ª SR Pasta Serro – Conjunto Urbano 1950-1969).

<sup>41</sup> Carta de Sylvio de Vasconcellos ao Procurador de Justiça de Belo Horizonte, 10 mar. 1967 (CDI – 13ª SR Pasta Serro – Conjunto Urbano 1950-1969).

Repartição mantinha “[...] um técnico permanente na cidade para a execução das competências que lhe competem e, com a frequência necessária, outros técnicos visitam a cidade para a indispensável fiscalização e providências recomendáveis”.<sup>42</sup>

Porém, a matéria publicada no jornal Estado de Minas, em 17 de maio de 1966, já chamava atenção para a situação do Serro naquele momento - uma cidade esquecida - comparativamente à de Ouro Preto vinte anos antes.

Há 20 anos atrás, Ouro Preto, como cidade, era tão pouco lembrada como hoje é o Sêro. Mas se a estrada for asfaltada, (Senhor Governador) e se as obras de arte e as construções merecerem os bons olhos do Senhor Patrimônio Histórico e Artístico, Sêro não será apenas o berço de heróis e homens ilustres, nem a terra dos queijos famosos e do ferro puro, mas a cidade que é integrada ao patrimônio cultural, histórico e artístico do Brasil e nele conservada. Do contrário, com o passar dos anos, o Sêro desaparecerá e será uma pena.<sup>43</sup>

### **3.3.2 O período de 1967 a 1979**

#### **3.3.2.1 O Pedido de Revisão do Tombamento**

##### **3.3.2.1.1 O Pedido e os Pareceres do IPHAN**

No primeiro ano da gestão de Renato Soeiro no IPHAN, um fato marcante ocorreu no processo de proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro. Trata-se do pedido de revisão do tombamento daquele conjunto que, caso fosse deferido, acarretaria com seu destombamento sua consequente destruição. A alegação do prefeito, responsável pela solicitação, partia da precariedade das edificações locais.

O Prefeito do Serro enviou uma correspondência ao Presidente da República em 23 de outubro de 1967, solicitando a revisão do tombamento do conjunto urbano daquela cidade. Seu argumento se baseava no estado físico

---

<sup>42</sup> Carta de Sylvio de Vasconcellos ao Procurador de Justiça de Belo Horizonte, 10 mar. 1967 (CDI – 13ª SR Pasta Serro – Conjunto Urbano 1950-1969).

<sup>43</sup> Recorte do jornal “Estado de Minas”, 17 mai. 1966.

das edificações, na incompreensão e na falta de conhecimento técnico e artístico por parte dos encarregados locais do IPHAN na definição do que preservar. A esses problemas somava-se a falta de recursos financeiros da própria Instituição para a recuperação dos imóveis, um entrave ao desenvolvimento da cidade do Serro, conforme revela o teor da missiva constante do Anexo 2.

Após receber a solicitação, o Chefe do Serviço Auxiliar, João Pacheco Netto, a encaminhou<sup>44</sup> ao Chefe do 3º Distrito em Belo Horizonte para se pronunciar a respeito, que então encaminha ao Diretor do IPHAN, em 14 de dezembro de 1967, sua manifestação. Nela, Sylvio de Vasconcellos reconhecia a precária condição do conjunto e enfocava três questões que acreditava serem o cerne das críticas e do pedido de revisão do tombamento. A primeira tratava da pretensão de alguns dos moradores em demolir as antigas edificações na área central para aproveitar os lotes decorrentes para novas construções, o que contrariava as disposições de proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro. A segunda fazia referência à inexistência de uma atividade que agregasse valor ao conjunto arquitetônico. E na opinião de Vasconcellos, tal atividade deveria ser o turismo cultural, a exemplo do que já acontecia em outras cidades históricas que o tinham como principal atividade econômica. Finalmente, Vasconcellos chamava atenção para a inexistência de legislação urbanística para a proteção ou regulação do uso do conjunto urbano. Em face dessa deficiência, era prática da população local fazer o que melhor lhe aprouvesse ou atendesse ao interesse individual em detrimento do coletivo. Segundo ele, naquele momento, o interesse geral era pela demolição de grandes edifícios para o “aproveitamento do terreno e massame (pedras e argamassa) em construções menores.”<sup>45</sup>

Seguiu-se ao pronunciamento de Sylvio de Vasconcellos, informação prestada pelo arquiteto da DPHAN Augusto da Silva Telles. O argumento de Silva Telles consubstanciava-se no tombamento do conjunto e não de algumas edificações “escolhidas”. Seu parecer continha oito itens, nos quais o arquiteto

---

<sup>44</sup> Ofício 888, de 6 de dezembro de 1967 (ACI Processo 65T-38)

<sup>45</sup> Carta de Sylvio de Vasconcellos a Renato Soeiro, 14 dez. 1967 (ACI Processo 65T-38).

se posicionava favoravelmente à manutenção do tombamento original, conforme pode ser visto no Anexo 3.

E Lucio Costa, Diretor da Divisão de Estudos e Tombamento, também favorável à manutenção do tombamento, apresentava uma proposta de aquisição de um edifício no Serro, restaurando-o e adaptando-o aos usos requeridos pelos proprietários, mostrando ser possível uma solução conciliatória para a recuperação do conjunto arquitetônico da cidade, conforme explica seu parecer visto no Anexo 4.

Os pareceres foram então encaminhados ao conselheiro Paulo Santos, que, após relatá-los, apresenta parecer favorável à manutenção do tombamento integral do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro. Paulo Santos inclui em seu parecer o pronunciamento de Sylvio de Vasconcellos, a informação do arquiteto Augusto da Silva Telles e o parecer de Lucio Costa e o apresenta para a apreciação do Conselho Consultivo, conforme Anexo 5.

O parecer de Paulo Santos foi encaminhado e aprovado na 51ª Reunião do Conselho Consultivo realizada em de 5 de setembro de 1968 (Anexo 6).

### **3.3.2.1.2. Análise dos Pareceres**

Além da preocupação com a manutenção do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico, o conteúdo do parecer emitido pelo diretor da DET (Lucio Costa) e a informação do arquiteto Augusto da Silva Telles voltam-se para o aspecto dinâmico da preservação. Ao contrário do que ocorria nos primórdios da instituição, no final dos anos de 1930, na época do pedido de revisão do tombamento o conjunto urbano do Serro era considerado algo mais do que uma obra de arte, intocável, conforme descreve Simão:

Apesar de inaugurar o processo de proteção com um núcleo urbano, na verdade, conjuntos urbanos tombados não eram visualizados como cidades, organismos vivos e dinâmicos, mas como obras de arte que, certamente, não sofreriam transformações ulteriores. Pouco foi considerado acerca do uso dos núcleos urbanos e das necessidades inerentes de um organismo dinâmico, talvez até porque essas cidades estivessem em estado de grande abandono e deterioração, indicando uma estagnação irreversível. (SIMÃO, 2001, p. 32)

O texto da informação de Augusto da Silva Telles fazia referência à Carta de Veneza, de 1964, no parágrafo sobre conservação e restauração de monumentos e inclusive às Normas de Quito, de 1967.

[sic] Da mesma forma, segundo os conceitos internacionais, os mais atuais, consubstanciados na Carta de Veneza do Congresso Internacional promovida, nesta cidade pela Unesco, em 1964, e nas Recomendações formuladas no Encontro Pan-Americano promovido pela OEA em Quito, em 1967, o que importa preservar é o ambiente, muito mais que o monumento, em si mesmo. Diz a Carta de Veneza: “A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inscrita.” O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado.<sup>46</sup>

Silva Telles também se refere ao que consta nas Considerações Gerais das Normas de Quito com relação à integração dos monumentos ao ambiente ao qual eles estão inseridos.

A ideia do espaço é inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra. Mas pode existir uma zona, recinto ou sítio de caráter monumental, sem que nenhum dos elementos que o constitui, isoladamente considerados, mereça essa designação. (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 2)

E, fundamentado nas duas referências supracitadas, o arquiteto do IPHAN conclui seu texto:

[sic] Por estas razões acima expostas, não é recomendável ou legítima, para o interesse nacional ou, mesmo local, qualquer redução ou levantamento do tombamento do núcleo urbano da Cidade do Sêro, tal como se acha [...]<sup>47</sup>

Uma conclusão fundamentada nas Normas de Quito, em seu preâmbulo, apresenta um quadro de destruição do patrimônio ibero-americano, decorrente do abandono ao qual estavam expostos seus exemplares e conjuntos.

As Normas de Quito sublinham que o principal motivo da destruição do patrimônio ibero-americano era justamente a inexistência de uma política eficaz de proteção que promovesse sua revalorização em prol do interesse público e do benefício econômico das nações. Indicavam, também, que a demanda de infraestrutura física na renovação urbana e no desenvolvimento das cidades

<sup>46</sup> Informação de Augusto da Silva Telles, 29 mar. 1968 (ACI Processo 65T-38).

<sup>47</sup> Informação de Augusto da Silva Telles, 29 mar. 1968 (ACI Processo 65T-38).

era um dos fatores responsáveis pela destruição do patrimônio. Por outro lado, apontava para a necessidade de se integrar, por meio de um plano regulador, as necessidades urbanas resultantes do desenvolvimento urbano com os centros históricos. Ou seja, havia a necessidade de se considerar, no planejamento das cidades, a diferença entre seus tempos, suas idades.

O conteúdo dos textos de Sylvio de Vasconcelos, Augusto da Silva Telles e Paulo Ferreira Santos antecipava-se às propostas da reunião dos governadores, que resultou no Compromisso de Salvador, em 1971. Nessa reunião, foi destacada a necessidade da criação de legislação ampliando a proteção aos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos. Ainda na mesma carta, incluíam-se as propostas de priorização para o financiamento de “planos urbanos e regionais de áreas ricas em bens naturais e de valor cultural, especialmente protegidos por lei.” (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971, p. 2)

Outro aspecto também apontado nos pareceres e informação e que integra o texto do Compromisso de Salvador foi o da criação de meios de financiamento para a preservação do patrimônio cultural.

[...] nos âmbitos nacional e estadual, a criação de fundos provenientes de dotações orçamentárias e doações, ou outros incentivos fiscais, para fins de atendimento à proteção dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.

[...] na reorganização do IPHAN, sejam-lhe dadas condições especiais em recursos financeiros e humanos, capazes de permitir o pleno atendimento de seus objetivos. (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971, p. 2)

Além disso, o texto de Augusto da Silva Telles antevia o desenvolvimento da indústria do turismo cultural com a conseqüente inserção das cidades históricas nos circuitos. E essa inserção abriria novas perspectivas para o Serro.

E o Compromisso de Salvador reforçaria os aspectos considerados por Silva Telles: a utilização dos conjuntos como produtos por meio de uma gestão planejada do turismo.

[...] convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.

[...] convocação da FINEP e de órgãos congêneres, para o desenvolvimento da indústria do turismo, com especial atenção para planos que visem à preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.

[...] os órgãos responsáveis pela política de turismo estudem medidas que facilitem a implantação de pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados. (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971, p. 2-3)

O pedido de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade do Serro ocorreu há mais de quarenta anos e ainda é um fato atual, visto que os motivos, quando não os mesmos, são semelhantes aos que ocorrem no presente como: as necessidades impostas pelo crescimento urbano; o desconhecimento ou o desprezo pela importância em preservar os conjuntos arquitetônicos ou parte deles; e a ocupação das zonas centrais dos núcleos urbanos por novas edificações, supervalorizadas justamente por sua localização.

Esses problemas podem ser estendidos a outros núcleos constituídos em períodos posteriores ao colonial, mas que também possuem conjuntos arquitetônicos cuja importância é reconhecida. Nesses núcleos, pela inexistência de uma legislação municipal específica que proteja a paisagem arquitetônica e urbana dos conjuntos, a ação destruidora era e ainda costuma ser rápida e eficaz.

Pela tramitação do processo acima, depreendem-se claramente a organização e o controle das ações no IPHAN, estabelecidos pelo Regimento Interno aprovado em 1946, em que são definidos as atribuições de cada diretoria dos Distritos Regionais, sua vinculação à diretoria geral e o papel exercido pelo Conselho Consultivo.

Como visto no caso acima estudado, o parecer de Paulo Santos, Conselheiro e Relator do processo em questão, foi acatado pelo Conselho Consultivo do IPHAN. O que, para Márcia Chuva, era o que normalmente ocorria.

Os pareceres dos conselheiros relatores tinham caráter decisório, pois ainda que dependessem da aprovação pela maioria do Conselho Consultivo, raras vezes foi tomada uma decisão diferente daquela encaminhada pelo relator. (CHUVA, 2009, p. 237)

### **3.3.2.2 O Programa de Cidades Históricas**

O Programa de Cidades Históricas (PCH) trouxe uma nova perspectiva para as ações de proteção ao patrimônio histórico e artístico por meio da articulação entre os diferentes níveis de governo e da disponibilização de um maior aporte de recursos destinados à recuperação e revitalização dos conjuntos históricos.

Conforme assinalado no item 3.2.2.1, a criação do PCH marcou a participação de outros órgãos governamentais na proteção ao patrimônio, bem como o envolvimento das esferas de governo estadual e municipal. A realização de estudos com vistas à elaboração de propostas para as cidades históricas focava-se nas áreas mais carentes de recursos e/ou naquelas em que se verificava maior deterioração dos bens do patrimônio histórico e artístico.

#### **3.3.2.2.1. Os planos Estaduais – Diretrizes para o Desenvolvimento do Serro**

Conforme citado no item 3.2.2.1., a cidade do Serro foi incluída nas propostas estaduais de planos de desenvolvimento que integravam o Programa de Cidades Históricas. Em 1978, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, através da Fundação João Pinheiro, elaborou o Plano de Financiamento a Cidades Históricas. Nele foram definidos três grupos de cidades históricas de Minas Gerais a serem beneficiados por ações que visavam basicamente à melhoria da infraestrutura urbana e à restauração de monumentos isolados. Os grupos eram constituídos pelas cidades de Ouro Preto e Mariana; Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro; e São João Del Rei, Tiradentes e Prados. O plano previa a execução de obras de infraestrutura urbana, como o sistema de abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário, sistema de drenagem urbana, sistema de lixo e limpeza urbana, implantação de rede subterrânea de energia elétrica, sistema

de prevenção contra incêndios e implantação de rodovia de contorno, além da restauração de alguns monumentos.

Outra proposta foram as Diretrizes para o Desenvolvimento do Serro, elaborada em 1980, resultado do convênio feito em 7 de outubro de 1977 entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) (com interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana sucedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação João Pinheiro.

As diretrizes foram organizadas em três volumes. O primeiro apresenta um diagnóstico da cidade, no qual são abordados a evolução urbana, a economia local, os aspectos físicos, como a estrutura urbana, o sistema viário, equipamentos e infraestrutura urbanos, e a administração municipal, além de outras proposições. Elas são direcionadas à redução do processo de deterioração dos exemplares arquitetônicos do conjunto e a protegê-los em relação à expansão urbana de modo a permitir sua utilização para atividades economicamente viáveis.

A finalidade da proposta era preservar os valores históricos do Serro. Quer dizer, sugeria parcimônia na adaptação de novos usos aos objetos arquitetônicos originais a fim de não descaracterizá-los, mantendo a unidade do conjunto sem desvincular o Centro Histórico da parte contemporânea.

O segundo volume das diretrizes apresentava as propostas de legislação urbana, como o anteprojeto da Lei de Ocupação e Uso do Solo do Município do Serro e do Código de Obras do Município. Leis que fundamentalmente incidiriam sobre a proteção do centro histórico e o desenvolvimento da malha urbana.

O terceiro volume se compõe de doze mapas ilustrativos das propostas, registradas dos volumes anteriores, tais como:

1. Acervo arquitetônico
2. Sistema viário – classificação das vias

3. Sistema viário – pavimentação
4. Rede de água
5. Rede de esgotos sanitários
6. Zonas residenciais
7. Institucional
8. Zonas homogêneas
9. Alternativas de expansão
10. Zoneamento
11. Sistema viário e vias propostas
12. Programa de preservação – projetos especiais

O anteprojeto de Lei de Ocupação e Uso do Solo do Município do Serro, apresentado no segundo volume, sintetiza o espírito do conjunto de diretrizes, cujo objetivo consistia na:

[...] a organização do crescimento da cidade do Serro e a preservação de seu patrimônio histórico, artístico e natural, através do zoneamento do espaço contido dentro do Perímetro Urbano e da regulamentação de sua ocupação e uso do solo. (MINAS GERAIS, 1980, v. 2, p. 2)

E o zoneamento então dividia a área delimitada do perímetro urbano em seis zonas: *Área Non Aedificandi*, Zona Residencial 1, Zona Residencial 2, Zona de Expansão Urbana, Zona de Preservação e Zona Industrial, conforme mapa da Figura 69.

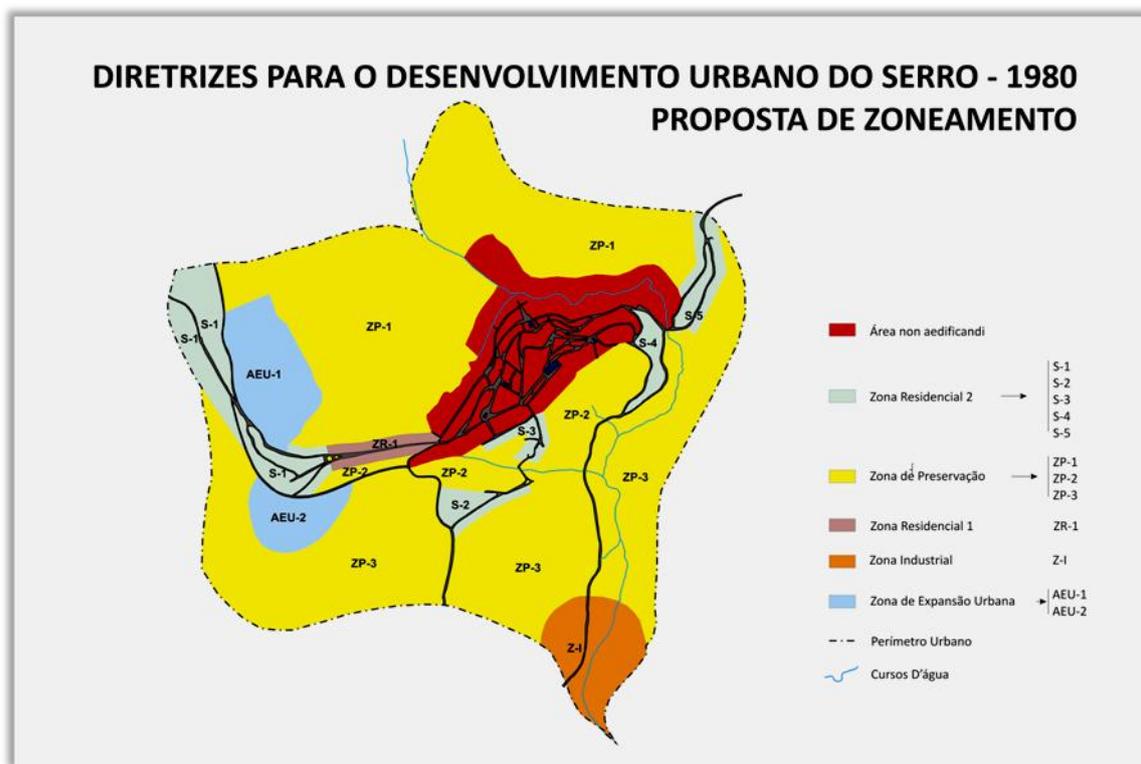


Figura 69. Mapa do Zoneamento e Perímetro Urbano da cidade do Serro.  
Fonte: Minas Gerais (v. 3, 1980, p. 30).

Na *Área Non Aedificandi* - núcleo histórico – proibiam-se demolições ou construção de novas edificações, porém eram permitidas as intervenções de restauração, as reformas dos elementos originais e o agenciamento paisagístico. Entretanto, a execução de intervenções restringia-se à responsabilidade técnica de um profissional habilitado com anuência do IPHAN. Tais exigências se justificavam pelo reconhecimento e importância do conjunto arquitetônico colonial mineiro e de sua morfologia original bem preservada, característica do urbanismo do referido período, como revela o texto que conceitua o zoneamento, no volume 1 da Proposta:

[...] a partir da identificação dos valores arquitetônicos e paisagísticos, representativos da arquitetura colonial mineira, constituinte de um tecido homogêneo, marcado pela continuidade das edificações onde são poucos os vazios urbanos, principalmente nas vias “horizontais”. Nas ligações transversais, curtas e de acentuado, e reduzidíssimo o número de edificações, que nem aparecem na maioria delas.

Este aspecto de distribuição espacial, demonstrativo da evolução urbana local, sobressai-se como forma dominante, caracterizando a individualidade da cidade.

Outro elemento marcante da paisagem são os quintais com exuberante vegetação, ainda bastante usados em sua forma original.

Preservar e valorizar este cenário significa salvaguardar os valores de permanência e de imutabilidade da cidade antiga, evitando-se o aparecimento de novas edificações e agenciando aquelas identificadas documentalmente como comprometedoras, que quebram a continuidade do desenho da cidade com suas formas alheias à semântica urbana (MINAS GERAIS, 1980, v1, p. 82-83).

Eram permitidos na área *Non Aedificandi* o uso residencial, o do comércio varejista e o de serviços, exceto aqueles relacionados à lavagem, lubrificação e conserto de veículos ou aqueles produtores de ruídos, gases, poeira ou outras exalações nocivas à saúde e ao bem-estar da população.

Autorizava-se na Zona Residencial 1 a construção de novas edificações restrita aos vazios urbanos existentes na paisagem tradicional que apresentassem condições de serem habitados, com infraestrutura e próximos à área central.

Já à Zona Residencial 2, que se caracterizava por pequenas edificações e vazios, possibilitava-se maior adensamento.

Na Zona de Expansão Urbana, previa-se a absorção do aumento do volume habitacional da cidade.

A Zona de Preservação destinava-se à proteção das áreas naturais, com a existência de cursos d'água e áreas sujeitas à erosão.

À Zona Industrial, reservava-se a instalação de possíveis equipamentos industriais que viessem a ser implantados no Serro, com exigência de se localizarem em área distante do centro histórico.

A preocupação com a salvaguarda do centro histórico é também expressa na proposta para o sistema viário, com a manutenção do traçado original e a proibição da abertura de novas vias na Área *Non Aedificandi*, conforme consta no volume 1 das Diretrizes:

O sistema viário do Serro, não apresentando maiores problemas referentemente ao tráfego e desenvolvendo satisfatoriamente bem a circulação de veículos, deve ser preservado no que diz respeito ao traçado da rede viária existente e pavimentação característica do século XVIII, evitando-se ainda a abertura de ruas na Zona *non aedificandi*,

Zona Residencial – 1 e na Zona de Preservação. (MINAS GERAIS, 1980, v. 1, p. 89)

Outras duas medidas intrínsecas à preservação do conjunto arquitetônico no centro histórico também foram propostas: o controle do tráfego pesado com permanência permitida apenas nos períodos de carga e descarga e a definição de uma rodovia marginal visando a desviar o tráfego do centro histórico. Ainda houve uma proposta para a sinalização de tráfego, com a especificação do tipo de pavimentação a ser utilizado, em seixo rolado e do tipo “pé de moleque”. O uso de asfalto restringia-se a alguns trechos, embora nas ruas da Zona de Expansão Urbana fosse irrestritamente permitido qualquer um dos pavimentos descritos.

E para a redução do processo de deterioração das edificações no centro histórico, com vistas ao seu reaproveitamento em atividades economicamente viáveis, foi apresentado um Programa de Preservação.

Entre as medidas gerais de proteção que podem incidir sobre determinados aspectos da conservação do patrimônio, elaborou-se um Programa de Preservação, selecionando-se monumentos e logradouros, cuja situação física/funcional inspira cuidados, por colocar em risco a integridade do acervo arquitetônico tradicional do Serro. (MINAS GERAIS, 1980, v.1, p. 93)

No Programa de Preservação, foram também selecionadas, conforme acima descrito, edificações na sede do município e no Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras. A avaliação das edificações na sede do município (uma edificação de uso religioso, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e 28 edificações de uso residencial) seguiu o seguinte critério: inicialmente, foi realizada a avaliação do estado de conservação desses edifícios com o objetivo de definir as prioridades das intervenções, como descrito nas Diretrizes:

[sic] Para a configuração de um quadro físico das necessidades imediatas referentes ao patrimônio edificado do

município, definiu-se uma listagem com uma ordem de prioridade de intervenção, apoiada nos seguintes critérios de conservação: estado da edificação; uso; tipologia; caráter; localização no conjunto e categorias de intervenção.

A esses critérios atribuiu-se pesos, que aplicados a cada monumento dá o resultado das prioridades. (MINAS GERAIS, 1980, v1, p. 93)

E os seis critérios de conservação constantes da Tabela 3 foram subdivididos em itens, cada um com um símbolo correspondente e os respectivos pesos para a avaliação.

Tabela 3			
Critérios de Conservação			
Critérios	Itens	Símbolo	Peso
a) Estado da edificação	Bom	EB	1
	Regular	ER	2
	Ruim	ERu	3
	Precário .	EP	4
	Ruínas	Rn	5
b) Uso	Em uso	U	1
	Parcialmente usado	Pu	2
	Sem uso/abandonado	Su	3
c) Tipologia	Repetitivas de um pavimento	R1	1
	Repetitivas de dois pavimentos	R2	2
	Singulares.	S	3
	Novas	N	3
d) Caráter	Histórico	H	1
	Artístico-arquitetônico	AA	2
	Paisagístico	Pa	3

e) Localização no conjunto	Muito importante	MI	3
	Pouco importante	PI	1
	Importante	I	2
	Comprometedor	C	3
f) Categorias de Intervenção	Preservação total (categoria em que todos os elementos internos e externos devem ser conservados ou restaurados).	PT	2
	Preservação parcial (admite substituições de certos organismos antigos por outros novos – adaptações funcionais, conservação de fachadas que caracterizam o ambiente urbano).	PP	1
	Remoção parcial ou substituições (admite a demolição de edificações, mobiliário urbano, letreiros, parcial ou total com possibilidade de reconstrução adaptadas às características urbanas dominantes – tradicionais).	RP	1
	Remoção total (demolição de edificações em áreas que representam espaços vitais para a cidade).	RT	2

Fonte: Minas Gerais (1980, p. 93-95).

Os critérios para a conservação das edificações selecionadas, definidos na Tabela 3 - uma religiosa e 28 residenciais - foram empregados nas tabelas do Anexo 1, com os respectivos pesos e seu somatório, definindo a hierarquia das intervenções, representada na Tabela 4.

Tabela 4

## Hierarquia das intervenções nas edificações religiosa e civis

Nº	Edificação	Pontuação
1	Matriz Nossa Senhora da Conceição	17
2	Sobrado da Rua Fernando Vasconcelos, 13	17
3	Casa dos Ottoni	17
4	Casa da Rua Luiz Advíncula, 13.	16
5	Casa da Rua Rio Branco, 183	16
6	Casa da Rua João Moreira, 123.	15
7	Casa da Praça João Pinheiro, 188-194	15
8	Casa da Rua Sinval Lins, 214	15
9	Casa da Rua Nelson de Senna, 57	14
10	Casa da Rua João Moreira, 151	14
11	Casa da Rua Nelson de Senna, 267	13
12	Casa da Rua João Moreira, 69	13
13	Casa da Rua Dom José André, 96	13
14	Casa do General Carneiro	12
15	Casa da Rua Arraial de Baixo, 320	12
16	Casa da Rua Arraial de Baixo, 320	12
17	Casa da Rua Nelson de Senna, 35	12
18	Casa da Praça Dr. Andrade, s/n, com Rua João Moreira	12
19	Casa da Rua Alferes Luiz Pinto, 1.	12
20	Casa da Praça Dr. Andrade, 122-102	12
21	Casa da Rua Nelson de Senna, 108	12
22	Casa da Praça D. Epaminondas, 66	12
23	Casa da Rua Dom José André, 348	12
24	Casa da Rua Arraial de Baixo, 348-358	11
25	Casa da Rua Dr. Antonio Tolentino, 19	11
26	Casa da Rua Dr. Antonio Tolentino, 17	11
27	Casa da Rua Dom José André, 76.	11
28	Casa da Rua Fernando de Vasconcelos, 180-192-210	11
29	Casa da Rua Sinval Lins, 153	11

Fonte: Minas Gerais (1980, p. 105-106).

Considerando-se os resultados da Tabela 4, observa-se que, a partir da aplicação dos critérios de preservação com os seus respectivos pesos, o conjunto arquitetônico necessitava de intervenções, conforme demonstra o percentual apresentado no item 1 dos resultados a seguir.

1. 85,7% das edificações avaliadas se apresentavam em estado precário ou ruim, 10,7%, em estado de ruínas, e 3,6%, em estado regular.
2. 60,7% das edificações estavam em uso, 25% apresentavam pouco uso e 14,3% estavam sem uso.
3. 50% das edificações eram repetitivas de dois pavimentos, 42,9%, repetitivas de um pavimento, e 7,1%, consideradas singulares. Nenhuma edificação nova foi verificada no conjunto.
4. Predominância do caráter paisagístico no conjunto com 71,4% de ocorrências, seguido do caráter histórico, com 28,6% de verificações. Nenhuma ocorrência histórica.<sup>48</sup>
5. Predominância de edificações com localização muito importante no conjunto, correspondendo a 89,3% das edificações, seguidas de 10,7% de localizações importantes. Nenhuma verificação para edificações em locais pouco importantes ou comprometedores.
6. Quase totalidade de recomendações para a categoria de preservação parcial, (96,4%), sendo indicada apenas uma recomendação, (3,6%), para preservação total. Nenhuma ocorrência com recomendações de remoções total ou parcial.

O programa também indicava a elaboração de projetos que atendessem a outras necessidades, como paisagismo, infraestrutura urbana e de turismo. Além disso, apontava para a necessidade da presença de um profissional arquiteto do IPHAN, residente na cidade, a fim de orientar os trabalhos propostos de restauração.

---

<sup>48</sup> O texto das diretrizes não apresenta explicação detalhada sobre o significado dos itens deste critério. Nota do autor.

Em relação ao turismo, apesar do potencial oferecido pelo conjunto arquitetônico na sede e pelos bens localizados nos Distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Deputado Augusto Clementino, Pedro Lessa e Três Barras, o município necessitava de melhorias na infraestrutura de acesso e de estadia. À época da elaboração da proposta, existia a expectativa da pavimentação da rodovia BR-259 no trecho entre Diamantina e Serro, o que traria melhores condições de acesso à cidade. Com relação à estadia, apenas no setor de hospedagem se verificava uma iniciativa, com o andamento da construção de uma pousada. Além disso, na proposta de infraestrutura para apoio ao turismo, previa-se a construção de áreas de *camping* no trecho entre Serro e Diamantina que, pelo conjunto de suas belezas naturais, possibilitaria a inserção de novas tipologias turísticas na região. Apesar de ter sido uma proposta abrangente, não foram encontrados registros da implementação das propostas.

#### **3.4. A SPHAN/FNPM (1979 a 1989)**

As ações empreendidas pelo IPHAN no período compreendido entre 1979 e 1989 revelam o discurso de aproximação da instituição com as cidades históricas, incluindo a participação das comunidades envolvidas nas decisões como prática desse discurso. As ações empreendidas na cidade do Serro nesse período refletem essa postura institucional.

Conforme assinalado anteriormente, o Programa Especial de Emergência de Preservação e de Recuperação da Cidade de Ouro Preto, criado em 1979, e a Comissão Técnica de Avaliação de Projetos em 1982 foram iniciativas do IPHAN que repercutiram na preservação do conjunto urbano da cidade do Serro. o que é demonstrado na transcrição do relatório da visita efetuada por representantes da 7ª Diretoria Regional do IPHAN ao Serro, para reunião com o prefeito municipal e os assessores:

### Reunião com o Sr. Prefeito Municipal e Assessores

Entre outros assuntos discutidos com o Sr. Prefeito e abordado nos itens seguintes do presente relatório, destacam-se da reunião havida os tópicos seguintes:

1º) Ficou acertado que a SPHAN, por intermédio do seu funcionário Paulo Elias Lopes, realizará com apoio e em conjunto com pessoa indicada pela P.M. vistorias semanais nas obras em curso.

2º) O envio de todos os projetos de novas edificações, reformas ou restaurações (parciais ou totais) para exame da 7ª DR deverá ser feito após protocolo, pela Pref. Municipal.

Ficou acertado que a 7ª DR não receberá projetos encaminhados pessoalmente por seus detentores ou representantes.

3º) a 7ª DR apresentou uma proposta integrada de trabalhos com a P.M. para a realização de ações preventivas e/ou obras urgentes em monumentos e/ou imóveis de valor histórico/arquitetônico pertencentes a pessoas carentes de recursos. Por esta proposta, a 7ª DR se disporia a colocar material e assistência técnica, ficando sob responsabilidade da P.M. a mão de obra. A listagem dos imóveis a serem beneficiados com intervenção seria de comum acordo entre a SPHAN e a P.M.<sup>49</sup>

Estes princípios decisórios foram aplicados ao Serro na época da reunião supracitada, o segundo e terceiro itens retratando as propostas da Comissão criada em 1979 e do Programa de 1982. A primeira, pela rotina estabelecida para a aprovação dos projetos; a segunda, pela realização de obras visando ao atendimento de situações de urgência em exemplares do conjunto arquitetônico da cidade.

#### 3.4.1 O Museu Integrado do Serro

No Boletim SPHAM/FNPM n. 34, de novembro/dezembro de 1984, constava a proposta para a criação do Museu Integrado do Serro, que fora elaborada em 1983. Tratava-se, segundo o Boletim, de um projeto pioneiro no Brasil que criava um complexo museológico na cidade do Serro, através do Programa Nacional de Museus.

---

<sup>49</sup> Relatório de visita efetuada por representantes da 7ª DR/PHAN ao Serro em 17 de agosto de 1983. (CDI 13ª SR Pasta do Conjunto Urbano do Serro)

O Programa Nacional de Museus - PNM, criado em setembro de 1982, com o objetivo de “Prestar assistência à totalidade do universo museológico brasileiro” (MEC/FNPM, n. 20, 1982, p. 1), foi abrigado por, aproximadamente, uma década, dentro da estrutura da Fundação Nacional Pró-Memória, que no início da década de 1990, com a extinção da Fundação, finalizou suas atividades. Durante sua existência, o Programa elaborou e desenvolveu diversos projetos visando à revitalização dos museus brasileiros, entre eles o que se denominou de Museu Integrado do Serro. E de acordo com o documento de 1983, “Projeto do PNM para a Cidade do Serro”, o objetivo geral da proposta do museu integrado era:

Criar no Serro um complexo museológico, experiência pioneira no Brasil, totalmente apoiado na comunidade, a qual atendendo às Diretrizes para a Operacionalização da Política Cultural preconizada pelo MEC, cuidará do atendimento da vertente patrimonial e da dinâmica da vertente de produção cultural.<sup>50</sup>

A ideia se consubstanciava em três justificativas: a primeira tratava da importância histórica da cidade e da preservação de sua arquitetura; a segunda, da motivação e da receptividade dos moradores; e a terceira, da existência de uma edificação (a casa da família Ottoni) de propriedade do IPHAN, que poderia ser utilizada no projeto, ressaltada como [...] “um bom exemplar de arquitetura civil”<sup>51</sup>. A Casa dos Ottoni já havia sido destinada a museu desde a sua aquisição pelo IPHAN, na década de 1940.

O museu seria implantado em três módulos, correspondendo três monumentos do Serro: o primeiro módulo utilizaria os dois pisos da Casa dos Ottoni (Figura 70). No primeiro, ficariam os elementos representativos da formação e evolução da cidade e sua importância para o ciclo da mineração. No segundo, a exposição dedicada à representatividade da família Ottoni, no cenário político nacional, do Segundo Império.

---

<sup>50</sup> Projeto do PNM para a cidade do Serro, 1983, p. 1 (CDI 13ª SR Pasta do Pró-Memória).

<sup>51</sup> Projeto do PNM para a cidade do Serro, 1983, p. 1 (CDI 13ª SR Pasta do Pró-Memória).



Figura 70. A Casa dos Ottoni, março de 2011.  
Fonte: acervo do autor.

O segundo módulo seria a Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, Figura 63, já que, segundo a proposta, na época, “[...] [estava] praticamente desativada de suas funções litúrgicas e [poderia] servir como espaço muito apropriado para a exposição do rico acervo de arte sacra pertencente à comunidade”<sup>52</sup> (Figura 71).

---

<sup>52</sup> Projeto do PNM para a cidade do Serro, 1983, p. 2 (CDI 13ª SR Pasta do Pró-Memória).



Figura 71. Igreja Bom Jesus de Matozinhos, março de 2011.  
Fonte: acervo do autor.

Já o terceiro módulo, estaria na Chácara do Barão do Serro, Figura 72, uma edificação do século XIX, na qual funcionariam as atividades culturais previstas no projeto, como oficinas, exposições, cursos, conferências, além de atividade integração museu/escola, biblioteca etc.



Figura 72. Chácara do Barão do Serro. Novembro de 2008.  
Fonte: acervo do autor.

As Figuras 73, 74, 75, 76, 77 e 78 reproduzem as pranchas da proposta original do Museu Integrado do Serro, apresentado em 1983, constando na segunda prancha, Figura 74, a descrição da ocupação de cada um dos módulos do museu.

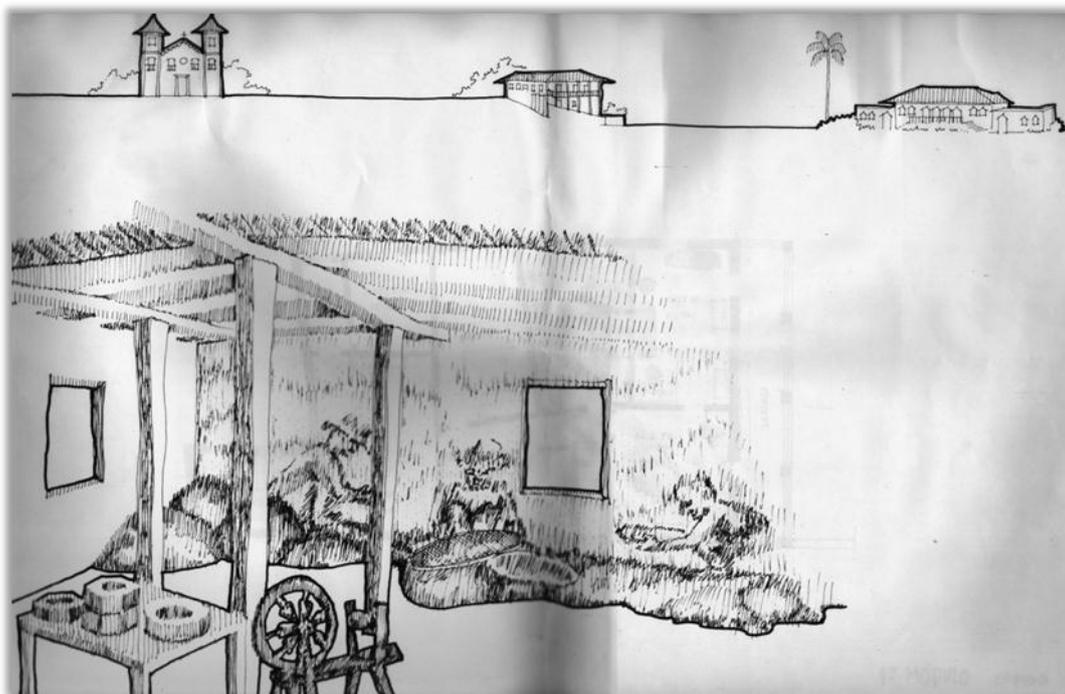


Figura 73. Prancha 1 - Capa da proposta.  
Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.

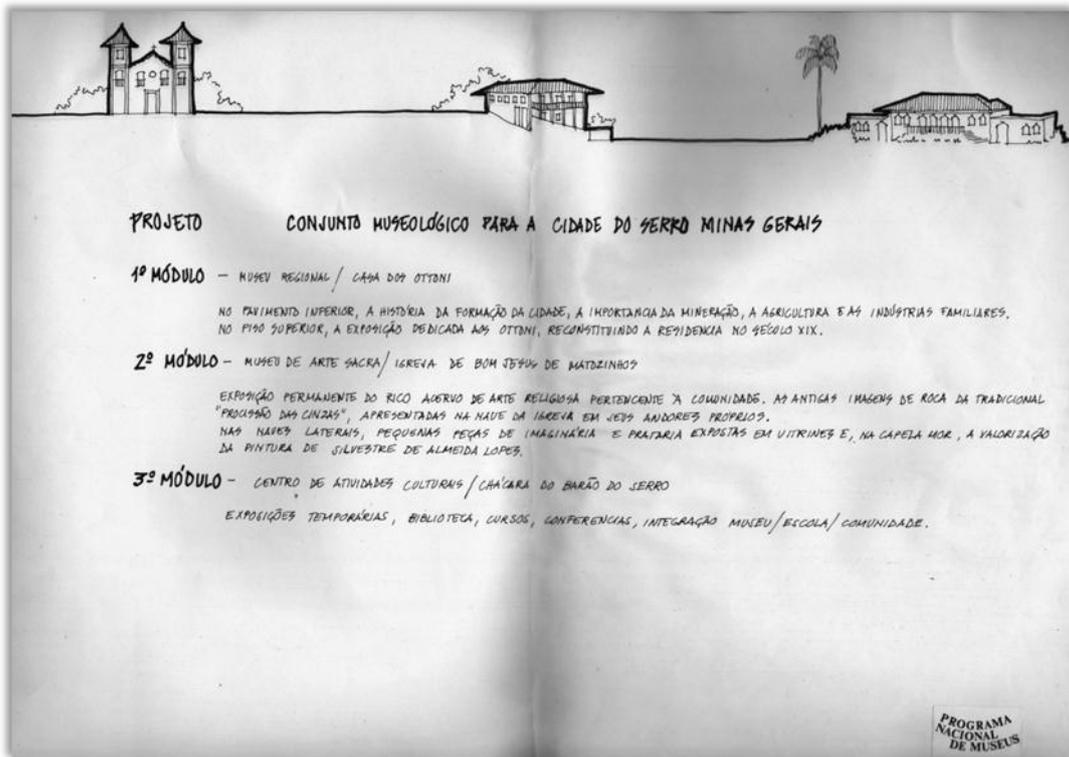


Figura 74. Prancha 2 – Descrição da ocupação dos módulos do Museu.  
Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.

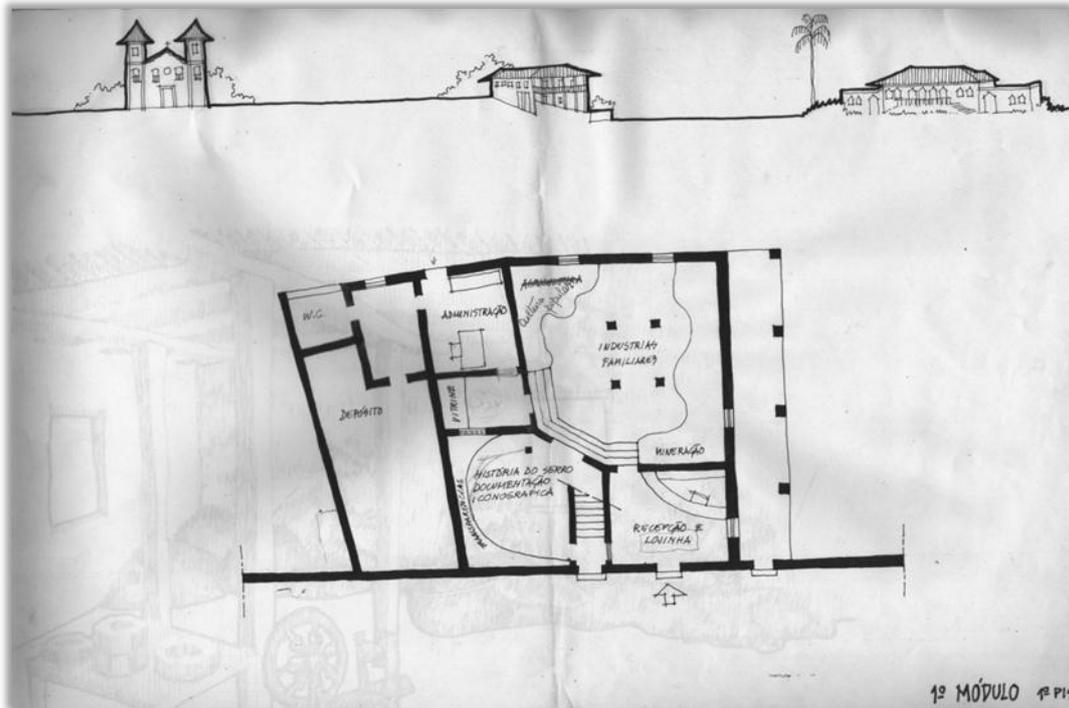


Figura 75. Prancha 3 – primeiro módulo, planta do 1º piso da Casa dos Ottoni.  
Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.

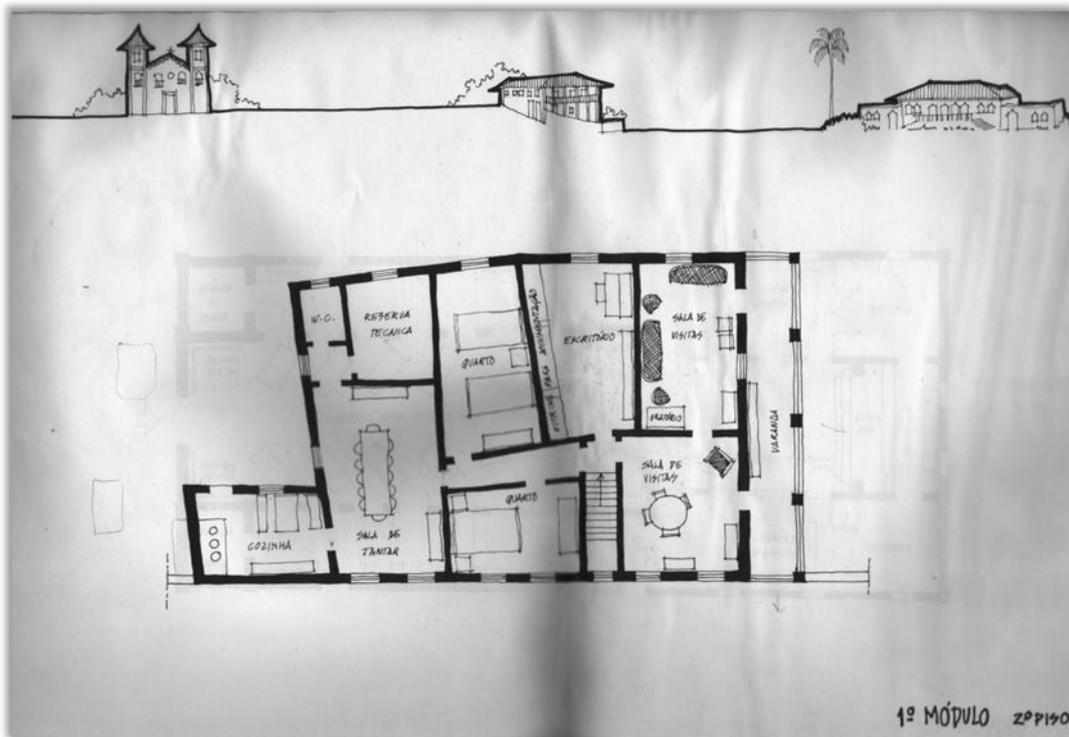


Figura 76. Prancha 4 – primeiro módulo, planta do 2º piso da Casa dos Ottoni.  
Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.

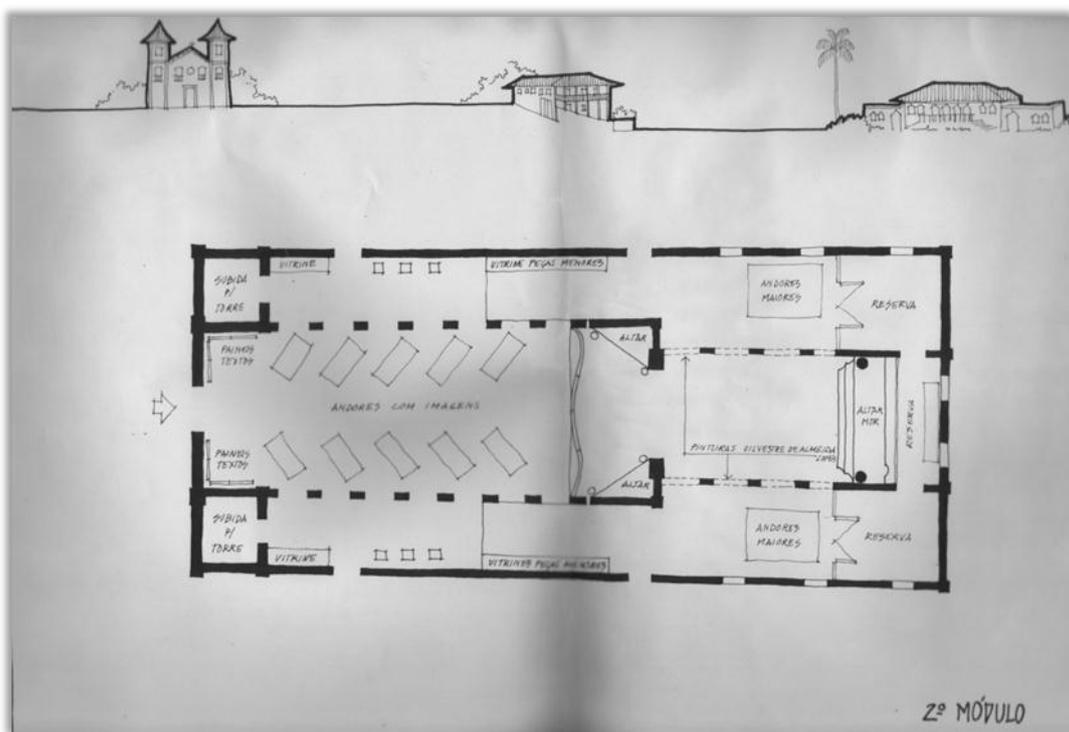


Figura 77. Prancha 5 – segundo módulo, planta da Igreja Bom Jesus de Matozinhos.  
Fonte: acervo do Museu Regional Casa dos Ottoni.



comunidade nas decisões e no trato dos problemas afetos à produção e à preservação cultural. (FONSECA, 1997, p. 156)

Quanto à adição do valor econômico ao patrimônio, como já discutido, o Compromisso de Salvador reforçava os aspectos de utilização dos conjuntos ou de edificações tombadas como produtos, por meio de uma gestão planejada do turismo na parte do texto que chama a atenção para a

[...] convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural, especialmente protegidos por lei. (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971, p. 2)

No início de 1987, foi veiculada uma matéria no jornal “Estado de Minas”, na qual constava que o Museu do Serro seria implantado nos moldes do projeto elaborado em 1983. Esta matéria se acrescentava às informações sobre o projeto referido a às atividades que estavam em desenvolvimento na Chácara do Barão e na Casa dos Ottoni. No primeiro módulo, essas informações se somavam às atividades culturais previstas:

1. curso de educação patrimonial objetivando despertar no serrano um melhor entendimento da importância histórica e artística da cidade;
2. ensino de técnicas agrícolas, trabalho desenvolvido em parceria com a Emater;
3. concurso do queijo, buscando maior repercussão de uma indústria que se tornaria um dos símbolos da cidade; e
4. montagem de posto de venda de artesanato em parceria com a Associação de Artesãos e prefeitura.

Porém, no segundo módulo, na Casa dos Ottoni, a exposição documentando a evolução do Serro, a partir de peças locais e de outras regiões, já estava montada. Apesar disso, a exposição não havia sido aberta à visitação por aguardar a montagem da exposição da Igreja Bom Jesus de Matozinhos — o terceiro módulo do museu — que naquele momento ainda estava em restauração.

E o resultado desta consulta realizada na década de 1980 revelou discordâncias do uso da Igreja Bom Jesus de Matozinhos para a exposição de

arte sacra<sup>54</sup>. A comunidade temia que o templo não fosse mais utilizado para os cultos e impediu seu uso como módulo do Museu Integrado. Essa discordância ocorreu no momento em que o IPHAN adotava uma postura de envolvimento da comunidade, por meio da sua participação na tomada de decisões, legitimando o discurso do exercício da cidadania e os princípios propostos pelo CNRC. Essa participação revelava também, naquele momento, que a proposta do museu interferia em um interesse da comunidade - o uso da igreja pelos moradores - fato que mostrava ainda a discordância em relação às interferências que o tombamento causava no direito de uso. A discordância dos moradores impediu que o projeto fosse implementado.

### **3.4.2 O projeto Memória Cultural**

Este projeto, realizado em 1986 pela Coordenadoria da Referência da Dinâmica Cultural da 7ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória foi desenvolvido em duas fases.

No Serro e no Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, objetivava “Resgatar a memória sociocultural, visando a criar subsídios materiais de reflexão sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural local, no sentido de sua revitalização.” (BOLETIM SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988, p. 1).

A primeira fase do Projeto no Serro foi iniciada com a discussão sobre a restauração<sup>55</sup> do edifício da Escola Estadual<sup>56</sup> Ministro Edmundo Lins, que trouxe à tona a discussão sobre a preservação da cidade. “[...] o fato chamou a atenção da equipe do projeto, pois se tratava da restauração de um imóvel numa cidade, na qual muitas edificações haviam desaparecido.” (BOLETIM SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988, p. 3)

---

<sup>54</sup> Conforme entrevistas realizadas em julho de 2010, com funcionários do Museu Regional Casa dos Ottoni e do Escritório do IPHAN no Serro.

<sup>55</sup> Segundo texto do Boletim SPHAM/FNPM n. 40, 1988, p. 3, a restauração/recuperação do prédio estava sob a responsabilidade da CARPE, órgão do Estado de Minas Gerais.

<sup>56</sup> No Serro, os moradores se referem mais comumente a esse estabelecimento como Ginásio Edmundo Lins, cuja descrição consta no Capítulo 4. Nota do autor.

E para a recuperação desta memória sociocultural foi adotada a metodologia da história oral por meio de entrevistas com pessoas que tiveram ou tinham alguma ligação com a Escola.

Foram realizadas entrevistas envolvendo pessoas que tiveram ou têm ligação com aquele estabelecimento de ensino – professores e ex-professores, diretores e ex-diretores, alunos e ex-alunos. Com isso, foi possível resgatar a história da escola, ao mesmo tempo em que os entrevistados tiveram a oportunidade de expressar a sua visão a respeito do significado da restauração em curso. Além disso, os depoimentos abordam os vários aspectos culturais, sociais e econômicos da cidade. (MEC/FNPM, n. 40, 1988, p. 3)

O conjunto de transcrições das entrevistas do Projeto Memória Cultural, além de recuperar a memória da Escola Estadual Ministro Edmundo Lins e da própria cidade, constitui um importante documento para a discussão do processo de proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro, abordado no Capítulo 4 deste trabalho. No trecho de uma das entrevistas com uma moradora que integrou a equipe do Projeto Memória Cultural, percebe-se um pouco de como e em que contexto acontece essa discussão.

[...] porque aqui tinha muito problema, tinham casas, tinham pessoas que viviam na briga com o IPHAN, e tal, então discutir, mas discutir a partir do momento em que você trazer um pouco da memória da cidade pras pessoas, resgatar essa memória, pra tocar as pessoas, ver que as pessoas tinham carinho realmente por aquilo, mas é a situação é que era difícil. (Entrevistado 16)

Entre os produtos resultantes da primeira fase, destacam-se as transcrições das entrevistas, depoimentos e fotografias. A equipe também elaborou o texto didático “Serro... do ouro ao queijo”, no qual é abordado o tema da preservação dos núcleos históricos. O texto tinha fins educativos para ser utilizado com alunos das escolas. Foram também recuperados um acervo fotográfico sobre a história da cidade, uma coleção do jornal “A Voz do Serro”, do princípio do século XX, e o original de um documentário de 1957 sobre o Serro e a Festa do Rosário. Em 1987, foram produzidos os documentários “Vila do Príncipe”, “A Casa do Barão” e “São Gonçalo do Rio das Pedras”.

Na segunda fase do Projeto Memória cultural, foi contratada a empresa Consultoria, Projetos e Planejamento (CPP) por meio de um termo firmado em setembro de 1988 com a SPHAN/FNPM. O objetivo era promover “pesquisa de

fontes secundárias dos séculos XVIII, XIX e XX sobre aspectos urbanístico, econômico social e cultural”<sup>57</sup> do Serro. Esta última fase foi concluída em 1989, com a publicação “Serro, Urbanismo e Arquitetura. Aspectos Econômicos, Sociais e Culturais nos Séculos XVIII, XIX e XX”.

O Projeto Memória Cultural é uma fonte de suma importância para a compreensão do processo de proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro. As entrevistas e os depoimentos trouxeram à tona a discussão sobre o preservar, na visão dos moradores, quando da restauração do edifício do Ginásio Edmundo Lins, um monumento de extrema significação para a comunidade local, estendendo a discussão para toda a cidade. Esse fato foi revelador de outras faces da preservação do Serro omitidas pela história oficial.

---

<sup>57</sup> Relatório I, novembro de 1988, p. 3 (CDI 13ª SR Pasta Memória Cultural).

## **CAPÍTULO 4 O EFEITO: AS MEMÓRIAS E AS REPRESENTAÇÕES DA PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DO SERRO**

### **4.1 Considerações iniciais**

Este capítulo é composto pelo estudo das memórias e das representações do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro, a partir da análise das entrevistas do Projeto Memória Cultural, realizado em 1986, e daquelas construídas pelas narrativas das entrevistas temáticas realizadas em julho de 2010 e março de 2011. Essa associação permitiu o entendimento dos múltiplos significados do processo de preservação desse Conjunto para seus moradores. E esse entendimento é exatamente o que indica as possibilidades de uma preservação compartilhada, em que o ônus e o bônus podem ser também coletivos.

### **4.2 As lembranças das perdas**

O conjunto urbano do Serro, em seus mais de três séculos de existência e mais de setenta anos de preservação, passou por momentos que resultaram na perda de vários edifícios que participaram da construção da história da cidade. As lembranças dessas perdas estão fixadas nos exemplares de maior significação para os moradores, como a importância atribuída aos chafarizes, que, durante muito tempo, solucionaram o problema do abastecimento d'água. A dinâmica resultante de seu uso, do ir e vir dos transportadores de água era o que animava o monótono cotidiano da antiga Vila do Príncipe. Além disso, havia os ranchos das tropas, também denominados de mercados dos tropeiros, ou simplesmente mercados, que também ocupam lugar de destaque na memória dos moradores, sobretudo dos mais idosos.

Sobre os ranchos e chafarizes, encontramos maior número de referências nas entrevistas do Projeto Memória Cultural e nos livros dos

memorialistas<sup>58</sup>, os quais descrevem as instalações dos dois ranchos serranos mais importantes: o da Praça João Pinheiro, antiga Praça da Cavalhada, e o da Praça Ângelo Miranda.

Em um trecho do livro **Aconteceu no Serro**, Maria Eremita de Souza traça um passeio imaginário contabilizando as perdas, as mutilações e as substituições das edificações originais do conjunto arquitetônico por outras de períodos posteriores. “Para que pudéssemos observar a destruição que o tempo e o próprio homem têm ocasionado ao Serro, à antiga paisagem, saímos em pensamento num passeio pelas ruas da cidade.” (SOUZA, 1999, p. 217-218). De acordo com os números apresentados pela autora (Tabela 5), 51,7% das ocorrências se relacionam às substituições; 26,7%, aos lotes vagos, decorrentes de demolições; e 21,7% representam as edificações mutiladas e aquelas em ruínas,<sup>59</sup>.

Tabela 5

Contabilização das perdas de Edificações

Tipo de ocorrência	Quant.
Edificações demolidas/lotes vagos	16
Edificações originais mutiladas	6
Edificações demolidas ou que ruíram substituídas por outras edificações	31
Edificações em ruínas	7
Total	60

Fonte: Souza (1999, p.218-226).

Boa parte das substituições e alterações na tipologia original ocorreu no final do século XIX e início do século XX:

[sic] Aqui a gente tem o centro histórico que a gente lá, ele não é do século XVIII, ele é do século XIX, o centro histórico que a gente tem hoje é praticamente do século XIX. O século XVIII é daqui pra cá, mas essa casa não é do século XVIII, essa é do século XIX. Você tem aquele casarão ali que eles estão reformando, que é do século XVIII, você tem

<sup>58</sup> Os memorialistas citados são Dario A. F. Silva, Joaquim de Salles, Geraldo A. Freire, Aluizio Ribeiro de Miranda e Maria Eremita de Souza.

<sup>59</sup> Percentuais aproximados

aquelas casas mais daqui pra baixo é do século XVIII. Essa rua aqui que tinha casas belíssimas, a Rua de Baixo, em 80, final de 80, não, 90, a gente perdeu um casarão aqui que era uma coisa de louco... (Entrevistado 16)

Há também o Colégio Nossa Senhora da Conceição, entre outros, que merecem itens à parte, como os abordados a seguir.

#### 4.2.1 O Colégio Nossa Senhora da Conceição

O Colégio Nossa Senhora da Conceição desempenha um importante papel na memória coletiva do Serro. Aluizio Ribeiro de Miranda afirma que sua criação preencheu um hiato existente na cidade até o início do século passado.

Ressentia-se o Sêrro da falta de um estabelecimento de ensino de grau médio, que não existia nos primeiros anos do século atual.

Estiolava-se a inteligência de promissores vergôntes serranas, à míngua de um educandário feminino. Foi então que se fundou o Colégio Nossa Senhora da Conceição, por iniciativa de Mons. João Moreira, funcionando a título precário alguns anos, sendo equiparado em 1913, com instalação oficial em primeiro de dezembro do mesmo ano. (Decreto 4.040, de 30 de outubro de 1913) (MIRANDA, 1972, p. 49-50).

Por ter sido criado no início do século XX, para atender exclusivamente ao sexo feminino, as lembranças mais recorrentes do educandário foram fornecidas pelas entrevistadas mais idosas. Ele funcionava como externato, internato e orfanato e, em parte, supria a lacuna de um estabelecimento do segundo grau, inexistente naquela época no Serro. A Irmã Carvalho, responsável pela criação do Colégio, é a figura mais presente na memória desses moradores, como relata o Entrevistado 4:

[sic] Nosso colégio parece que tem 102 ou 103 anos. Então vinha moça pra estudar aqui do Rio, de São Paulo, de Belo Horizonte, Valadares, Teófilo Otoni, vinha de longe, porque tinha um colégio interno, sabe, era, as irmãs elas, essas irmãs acolhiam essas moças, que seria no dia de hoje o Conselho Tutelar. Mas ela acolhia mais, é, orientava também os meninos, mas as moças que não tinham pai nem mãe ficava, assim, quem cuidasse delas, essa Irmã Carvalho, que foi uma grande, essa era Irmã de Caridade mesmo, não desfazendo das outras, mas essa muito humilde, levava essas moças pro colégio, dava alimentação, roupa, cuidava delas e muitas vezes levava pro Rio de Janeiro onde que tinha colégio delas, ou então pra outra

cidade que tinha colégio das Irmãs. Elas estudavam, de lá muitas vezes casavam e dava tudo que precisava, chamava órfão, sabe? E eu fico até muito triste, porque hoje, lá é o jardim da infância e não vai chamar “Jardim Infantil Irmã Carvalho” e dizem que vai mudar o nome. Eu não sei ainda, mas dizem que vai mudar. Eu fiquei muito triste com isso, mas não sei, porque, na minha opinião, não poderia mudar porque lá que foi o primeiro colégio e foi dessa, da irmã, e hoje nós temos um hospital que atende à região. (Entrevistado 5)

Este colégio funcionou inicialmente no edifício atualmente ocupado pelo Ginásio Ministro Edmundo Lins (Figuras 79 e 80).

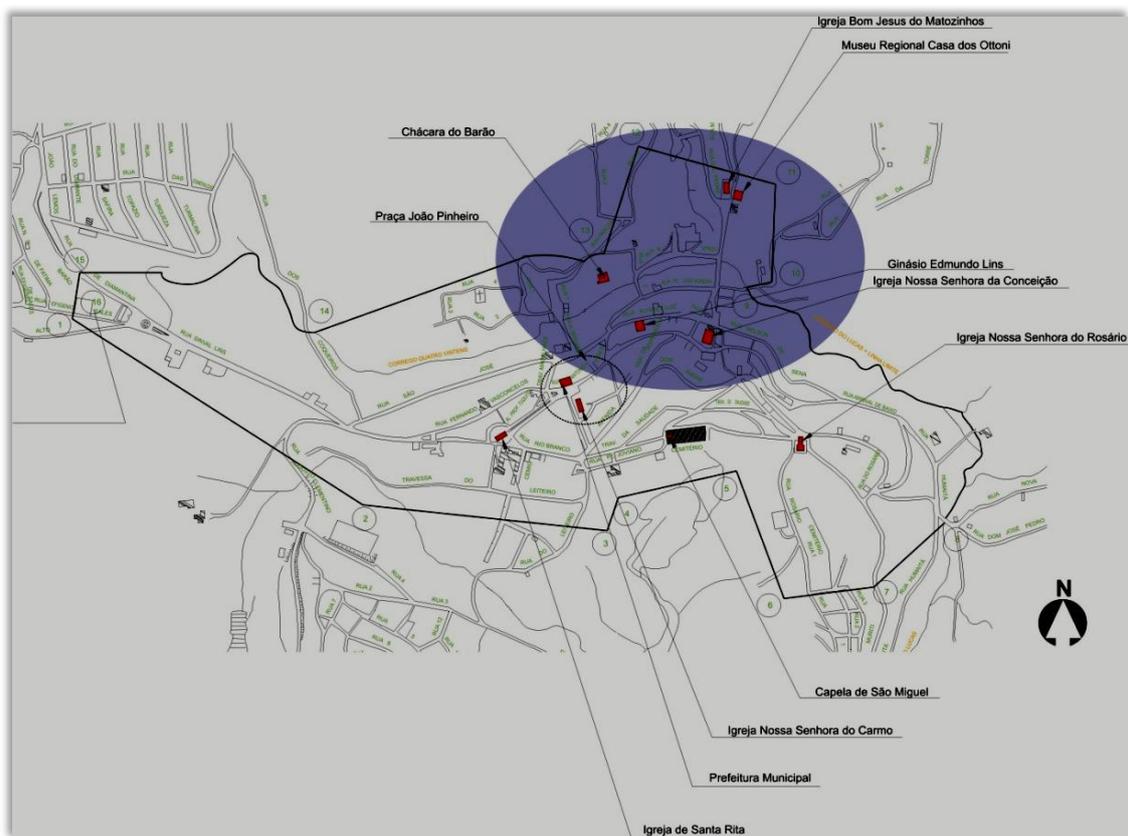


Figura 79. Mapa do centro histórico. Adaptado do Mapa de Arruamento da cidade do Serro. Plano Diretor Participativo do Município do Serro.  
Fonte: Prefeitura Municipal do Serro, julho de 2006.

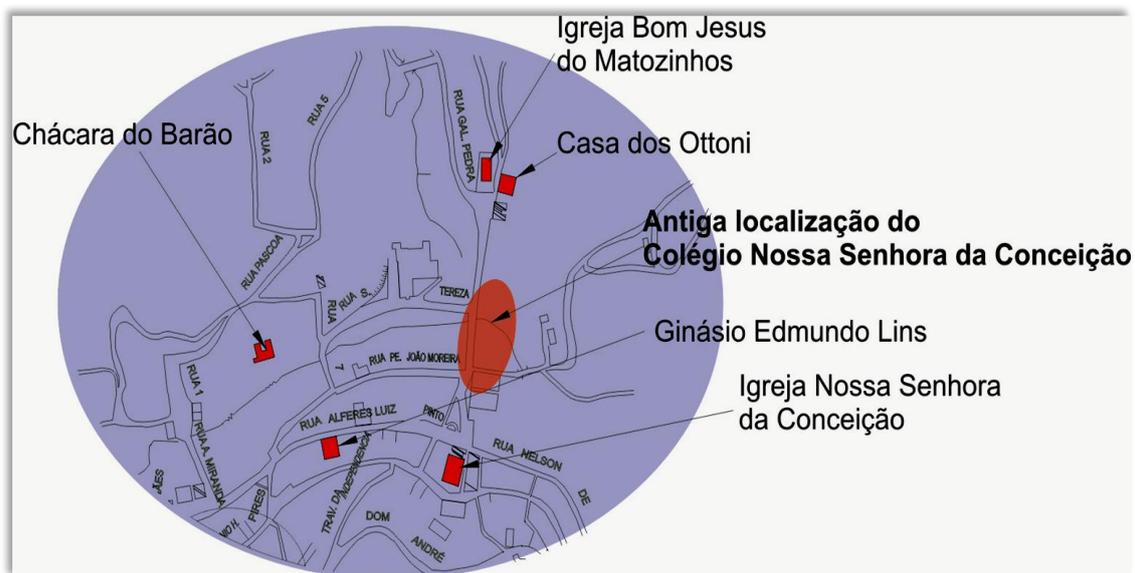


Figura 80. Mapa do centro histórico com detalhe da antiga localização do Colégio Nossa Senhora da Conceição. Adaptado do Mapa de Arruamento da cidade do Serro. Plano Diretor Participativo do Município do Serro.

Fonte: Prefeitura Municipal do Serro, julho de 2006.

Posteriormente, funcionou no bairro da Praia em edificação doada por sua antiga moradora, Dona Cristina Queiroga, na Rua do Pelourinho (antiga Ladeira da Matriz), entre as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e a do Bom Jesus de Matozinhos. O Colégio possuía, além do corpo principal, uma capela, localizada no lado oposto da rua. A comunicação entre os dois edifícios era feita por um passadiço, semelhante ao existente na cidade de Diamantina (Figuras 81 e 83). Atualmente, no local do colégio, encontram-se o conjunto de edificações da Praça de esportes e um asilo (Figura 82).



Figura 81. Ladeira da Matriz. O Colégio com o passadiço e a capela, à esquerda, s/d.  
 Fonte: Acervo da Casa General Carneiro Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG – Serro do IPHAN.



Figura 82. Vista a partir da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. No lugar do Colégio, foram construídos parte da Praça de Esportes da cidade e o asilo. Data: julho de 2010.  
 Fonte: Acervo do autor.

A lembrança do passadiço, Figura 83, é recorrente aos entrevistados, que ressaltam sua grande importância e beleza, quando ligava o colégio à

capela, para que as internas circulassem entre os dois edifícios sem se expor aos olhares da rua, como relata o Entrevistado 6.

[sic] porque naquela época as internas tinham que ficar internas mesmo, né, então tinha o passadiço, pra que ninguém as visse, né, elas ouviam missa na parte alta da capela e o pessoal, o povo em geral, na parte de baixo. (Entrevistado 6)



Figura 83. Detalhe do passadiço do Colégio Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, década de 1940.

Este elemento, além de muito rememorado, é quase sempre comparado ao passadiço da Glória, em Diamantina, que desempenhava função semelhante ao do colégio. Essas comparações remetiam às perdas dos elementos da arquitetura local, muito similares aos preservados em Diamantina.

[sic] Não, é o asilo, lá era o colégio, começava lá em cima na ladeira e ia até lá embaixo. Eu fiz o meu primário, falava primário, foi lá, sabe? Então ali tinha duas passarelas e uma que vinha pra capela. Agora, quede os vitrais da capela? Os padres daqui, o bispo de Diamantina vinha, levava, ninguém, naquele tempo a cidade era só católica, né, levava e ninguém falava nada, e o povo lá ia, não sei, ia pra Mariana, Diamantina, ia pra outros lugares. Tudo de bonito

de igreja daqui eles levavam pra Diamantina. Agora, Diamantina foi inteligente, porque tudo de bom do Serro, Diamantina acolheu e tem coisas nossas lá, mas os governantes não busca, eu que vou buscar? (Entrevistado 4)

[sic] E tinha um passadiço, que a gente podia do colégio, passar pra capela. A capela era uma capela bonita, linda, linda, linda. Os vitrais dela era lindo, as vidraças, aqueles vitrais, coloridos, tudo colorido, com aquelas paisagens, aqueles desenhos, aqueles santos, não sei pra onde que foi esses vitrais. Acabou tudo. Era lindo, lindo, lindo, lindo. Então tinha o colégio, tinha a capela e uma casa que tinha assim ao lado, que ficava o padre, que era o capelão das irmãs. (Entrevistado 13)

Apesar da inexistência de registros fotográficos, alguns entrevistados mencionam a existência de um segundo passadiço ligando o colégio ao orfanato, edifício localizado próximo ao do colégio, conforme citado no livro do memorialista Geraldo Freire:

O Asilo das Meninas Pobres – como se dizia na cidade – tinha o seu abrigo num velho e desajeitado casarão de um só andar situado ao lado do prédio do Colégio, na Ladeira da Matriz, do lado de cima. Separando os imóveis, ficava – como até hoje – o beco do Vigário, ou do Chaveco, sobre o qual mandou o Monsenhor Moreira construir um passadiço que dava uma nota interessante ao conjunto (FREIRE, 1997, P. 115).

Alguns serranos se ressentem de não ser a sua cidade exemplo para Diamantina, mas o contrário. Quer dizer, para alguns dos entrevistados, foi Diamantina que usurpou do Serro os valores, a fama e até mesmo os personagens históricos, como é o caso de Chica da Silva. Para alguns, esta personagem nasceu em um distrito do Serro e foi vendida como escrava no adro da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Assim como Chica da Silva, o estadista Juscelino Kubitschek também seria de origem serrana.

A demolição do prédio do colégio, ocorrida na década de 1950, tem motivos controversos. Para alguns dos entrevistados, o estado em que se encontrava era ruim e faltaram recursos para a cara manutenção das edificações.

Porque estava muito estragado e era um verdadeiro labirinto. Não era, nossa, tinha muita escada, muita, muita, não era bem dividida, então a Irmã Ferreira, foi em 56 que ela terminou a construção, ela com a antiga Irmã da época, né, e junto com a comunidade ajudando, né, ela construiu

esse prédio novo aqui em cima e ficou muito melhor, né, muito mais funcional, hoje é, a PUC hoje é uma parte é o Instituto Educacional. (Entrevistado 3)

Ou ainda, como assinala o depoimento de outro entrevistado:

[sic] E temos ainda o prédio aí do colégio, que aonde o de lá, era de madeira, foi caindo, não sei como, quem desmanchou, se foi algum prefeito, ou se foram a, a, ou se foi a própria congregação, isso eu não sei, que eu até deveria saber, sinto até constrangida de falar isso, mas eu não sei se foi a própria congregação ou algum prefeito, sabe? (Entrevistado 5)

Em uma das entrevistas para o Projeto Memória Cultural, em 1986<sup>60</sup>, foi relatado que o edifício do Colégio começou a desabar ainda em funcionamento. Por volta de 1955, 1956, a diretora do Colégio foi procurar o entrevistado para reclamar que um telhado havia afundado e que as alunas (mais de 100 meninas) haviam sido enviadas para suas casas.

Após a transferência das alunas para outro local, compraram um terreno e iniciaram a construção de um novo edifício para o colégio. O antigo foi, então, desativado e, segundo o entrevistado, as reformas prometidas pelo IPHAN não ocorreram. O prédio deteriorou-se completamente, como mostram as Figuras 84 e 85, e o IPHAN foi muito criticado por permitir que um edifício localizado no bairro da Praia fosse, em uma cidade já tombada, demolido.

[sic] “... este prédio era um dos mais bonitos da era colonial do Serro e o Patrimônio, bem na vigência dele no Serro, deixou que o prédio se desmoronasse e acabasse e hoje é um terreno vago.”<sup>61</sup>

A rememoração dos objetos arquitetônicos inexistentes, conforme o acima exposto, foi uma constante nas memórias dos entrevistados. Relembrar as perdas parecia ser uma forma de recuperar parte da identidade local, como também em relação aos espaços existentes.

---

<sup>60</sup> Entrevista de Geraldo A. Freire, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).

<sup>61</sup> Entrevista de Geraldo A. Freire, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).



Figura 84. O prédio do Colégio Nossa Senhora da Conceição em ruínas. Sem data.  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG.



Figura 85. O prédio do Colégio Nossa Senhora da Conceição em ruínas. O passadiço já havia sido demolido. Sem data.  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG.

#### 4.2.2 Os Chafarizes.

São poucas as referências aos chafarizes que existiram no Serro. As fotografias encontradas retratam apenas o chafariz da antiga Praça da Cavalhada, hoje Praça João Pinheiro. E dos que existiram na cidade, apenas o que está localizado na praça próxima do Fórum (antiga Cadeia) resistiu ao tempo.

Entretanto, alguns dos entrevistados se referiram a esses equipamentos pela importância que tinham para o abastecimento de água da cidade. Pois, em face da topografia íngreme que caracteriza o sítio onde a cidade foi assentada, o acesso dos moradores das partes mais altas às regiões mais baixas, onde se encontravam as fontes de água, constituía um problema.

[sic] Até o fim do século 1799 nenhum chafariz havia ou fonte na parte alta da Vila; eram em baixo todas como a do Vigário, a do Quatro Vinténs, a da Rua da Cadeia, a do Quintal de Luiz Antônio e outras menores. Nestas é que a população serrana pelos escravos ou escravas mandava conduzir barris cheios, fazendo depósito em pipas de cozinha. (SILVA, 1928/2008, p.42)

Esta dificuldade é relatada por Dario A. F. Silva no livro que publicou em 1928, explicando que até aquela época o abastecimento de água na cidade era um grande problema, como ele explica:

A água potável desde os princípios até hoje tem sido o pesadelo do Serro. A população, a república, como se dizia então, se supria de água conduzida em barril e na cabeça de pretos. De duas principais fontes se carregavam os barris: a do Vigário e dos Quatro Vinténs, fora várias outras em vários pontos, pequenas. (SILVA, 1928/2008, p. 99)

Apesar da premente necessidade, a construção do primeiro chafariz ocorreria apenas na segunda metade do século XVIII, conforme narra o autor supracitado.

Em 1764, vereação de 09 de dezembro de novo o procurador lembrou ao Senado o citado capítulo de correição; mas, apenas desta vez se conseguiu o chafariz da Praia, ainda existe, abaixo do morro. (SILVA, 1928/2008, p. 99)

Apenas no século seguinte, os outros chafarizes seriam construídos. O primeiro foi edificado próximo à igreja Matriz, por volta de 1809. Posteriormente, foram construídos o da Igreja da Purificação e o da Praça da Cavalhada, Figura 86. Esse último chafariz era equipado com quatro bicas, como descreve Silva:

[sic] ... na sessão de 24 de setembro de 1828, mandou a Câmara Municipal colocar outro chafariz o qual devia ser “uma coluna organizada de três peças vindas do pedestal; no meio quatro carrancas vomitando água por quatro canos e sobre tudo isso uma pirâmide, tudo de pedra, tendo em baixo um tanque oitavado com quatro assentos para descanso dos recipientes chapeados com gatos de ferro

ligados com chumbo, forrado o centro com pedras lavradas, de modo a não minar água. (SILVA, [1928], 2008, p. 100)



Figura 86. O chafariz Praça João Pinheiro (antiga Praça da Cavahada), em primeiro plano, no centro da imagem.

Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, década de 1930.

Joaquim de Salles também relata que os chafarizes foram inicialmente construídos na parte baixa da cidade, no seu núcleo inicial, o Bairro da Praia. Posteriormente, foram erigidos outros três, na parte alta, o que facilitou o acesso à água aos moradores dos arredores. Segundo o autor, além de sua função original, os chafarizes desempenhavam outra, não funcional, mas social, como suporte para a exposição da vida íntima dos senhores dos escravos que transportavam a água.

Também os chafarizes eram uma escola de palavras pornográficas, porque a cidade, pela sua extensão, precisava de um maior número, quando só possuía quatro: o do Largo a Matriz, o da Purificação, o do Largo da Cavahada e do Jogo da Bola. Destes, apenas o do Largo da Cavahada dispunha de quatro bicas. Os outros só tinham uma; e como a clientela era assaz numerosa, para matar o tempo, punha na rua os podres das casas dos patrões. (SALLES, 1993, p. 110).

Este autor também acrescenta que a circulação dos carregadores de água provia às ruas serranas uma movimentação normalmente inexistente, numa referência ao Serro no final do século XIX, pós-Ciclo da Mineração, em sua decadência, conforme ele explica:

O que se apurava de melhor naquele pessoal, além do abastecimento d'água nas casas, ainda era o movimento que proporcionava às ruas desertas e tristes em certas horas do dia. Aquelas mulheres e aqueles rapazes de latas e rodilhas à cabeça eram o único sinal de vida na velha Vila do Príncipe, cansada e adormecida. (SALLES, 1993, p. 110)

Esse cotidiano era o que povoava as lembranças dos entrevistados, remetendo-os à perda desses objetos dos quais subsiste apenas o localizado na pequena praça, próxima ao Fórum, Figuras 87 e 88, conforme um dos depoimentos:

[sic] Olha, o Serro é, na minha infância, na minha infância eu tenho assim reminiscência do passado e eu lembro dos chafarizes que o Serro tinha. Cada chafariz, a coisa mais linda.

Aqui em cima tinha um, acabaram com os chafarizes. Lá no alto tinha, ali perto de D. Stela, tinha outro. Aqui em frente ao fórum ainda tem um. Você passou numa pracinha que tem um chafariz ali. Só o esqueleto. Na Rua São José aqui tinha um, então tinha cada chafariz, com assim, ó, com aquelas cabeças assim, de bicho, a água saindo, sabe, tinha muito chafariz bonito. (Entrevistado 13)

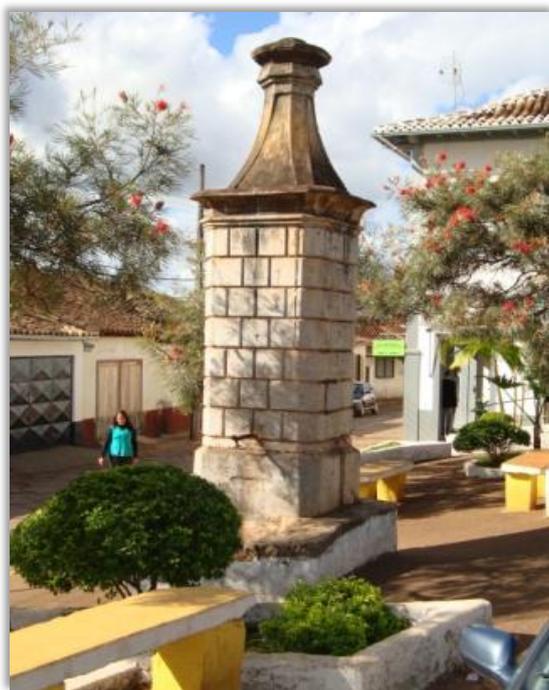


Figura 87. Chafariz próximo ao Fórum, antiga Cadeia.  
Fonte: acervo do autor. Agosto de 2010.



Figura 88. Chafariz. À direita da foto o Fórum, antiga Cadeia.  
Fonte: acervo do autor. Agosto de 2010.

Muitas vezes, essas lembranças eram transmitidas com o preâmbulo: “eu sei de ouvir dizer” e, por integrarem a memória coletiva, permaneceram. Entretanto, se houvesse algum registro documental, visual, seria mais tangível e auxiliaria na recuperação da memória de edifícios como a Igreja da Purificação, tratada em outra parte deste capítulo. Desses edifícios, restam apenas os relatos e, se não forem documentados, sua memória desvanecerá.

[sic] Que houve uma perda de uma igreja. Então, perdeu um chafariz, as pessoas... demoliam, cortavam, acho, cortaram um pé de abacate, que tinha no... porque tudo tem uma história, tem um porque, né? (Entrevistado 8)

[sic] A gente sabe que alguns chafarizes existiram, aqui mesmo em frente à Casa dos Ottoni tinha chafariz. Não é da minha época, a gente sabe que existiu, ... vai descobrindo que tinha, então, ... saber que tinha, ali na matriz também tinha um chafariz... (Entrevistado 8)

[sic] Então, os chafarizes secam. Então se o chafariz não tem utilidade mais, então vamos descartar isso, aquele monumento não interessa. Essa visão, o interesse pela parte do que é histórico, do que fez memória, é que as pessoas não sentiram, né, e a gente sente muito pouco isso. Então, se a gente conversa com um, conversa com outro, os amigos, as pessoas que falavam, contavam pra gente que aqui tinha isso, porque é assim, fala assim imagina, né, quando acabar, né, o que aconteceu que não tem mais, né, que não tem mais? Mas ninguém sabia explicar, essa pergunta que você tá me fazendo ninguém me explicou. (Entrevistado 8)

São apenas as lembranças daqueles que vivenciaram o que se perdeu e que, ao lamentá-las, ressaltam a noção de valor histórico do Serro.

[sic] É, tem muita coisa, eu também acho, que pelo menos conservasse e aliás, que pudesse ter um jeito de poder reconstruir aquilo, de tornar a voltar para o lugar, por exemplo, aqueles chafarizes antigos que tinha aqui, nas ruas, hoje tem água da Copasa, mas aqueles chafarizes antigos, eu acho que aquilo não devia ter destruído não, devia conservar, tem um ainda, só, ali na Praça João Pinheiro mesmo eu lembro de um, tinha torneira de um lado e de outro também, então a pessoa chegava e apanhava água de um lado e apanhava do outro, e levava para as casas. (Entrevistado 12)

#### 4.2.3 Os Ranchos de Tropas

No Serro, existiram dois importantes ranchos de tropas. Um na Praça da Cavalhada e outro na Praça Ângelo Miranda. Ambos povoam as lembranças dos serranos, sobretudo dos que os conheceram, como explicam as obras dos memorialistas serranos Joaquim de Salles e Geraldo Azevedo Freire<sup>62</sup>.

Essas duas obras biográficas descrevem os locais nos quais os tropeiros negociavam suas mercadorias transportadas nos lombos dos burros e os seus costumes – de homens de vida rude - que se refletiam em seus hábitos diários; além dos elogios ao solo pátrio, e em particular à culinária do Serro, como descreve Salles ao falar do rancho de tropeiros (Figura 89), de propriedade de sua avó, localizado na atual Praça João Pinheiro:

Na cidade, ao lado da residência de minha avó, havia um rancho para tropeiros. Ficava em face, num terreno baldio, de propriedade igualmente da mãe de meu pai e era crivado de estacas para amarrar os burros. (SALLES, 1993, p. 50-51)

---

<sup>62</sup> Joaquim de Salles nasceu no final do século XIX, e Geraldo Azevedo Freire no primeiro quartel do século XX.

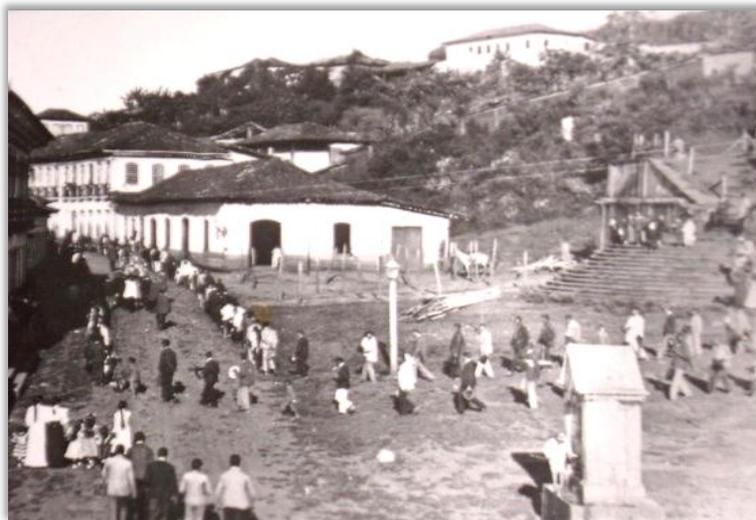


Figura 89. Praça João Pinheiro (antiga Praça da Cavalhada). Ao fundo o Rancho de Tropas ou Mercado Municipal com as estacas para amarrar os animais à frente.  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, década de 1910.

Prosseguindo, Salles descreve a utilização do rancho com a distribuição das funções em um espaço desprovido de divisões internas:

Uma tropa se compõe de lotes e estes variam entre sete e dez burros de carga. Quanto maior era o número de lotes, mais divertido me parecia o espetáculo de descarga. Os tropeiros varriam a parte do rancho onde iam se instalar. Dispunham com arte rara as cangalhas e os couros que as cobriam na viagem. Formavam vários pequenos cômodos onde pernoitavam. Todos esses “quartinhos” davam para um pequeno saguão, onde instalavam o fogo para a cozinha, servindo, ao mesmo tempo, na época do frio, para aquecer as barraquinhas e tornando-lhes o sono, após as longas caminhadas a pé durante o dia, também mais reparador e delicioso. (SALLES, 1993, p. 51)

Muito mais que um depósito de mercadorias e um pouso, o rancho era um espaço de sociabilidade no qual se faziam e se desfrutavam as comidas típicas dos tropeiros e suas experiências vividas. Esses eram elementos de uma cultura que o autor absorve com avidez idêntica à de sua gula pelo feijão de tropeiro, tão bem descrito que desperta o apetite, mesmo de quem já esteja saciado.

Ninguém imaginará o que é um punhado de farinha espalhada ao fundo de um prato de folha de flandres, com feijão em grão atirado por cima, salpicado por sal grosso, com dois ovos estrelados, quinze centímetros de lingüiça em torno, enfeitado de pedaços de lombo fresco de porco. (SALLES, 1993, p. 53)

E o amor pela cidade é exacerbado, quando o autor fala dos quitutes da cozinheira que era sua avó:

Por esse e por outros paparicos é que a casa da vovó passava por ser aquela onde se comia melhor no Serro, e o Serro era onde se comia melhor em Minas (SALLES, 1993, p. 54)

Já o memorialista Geraldo Freire descreve o mesmo rancho como o “Mercado Municipal”. Considerado o principal ponto de abastecimento de gêneros alimentícios da cidade, atraía um grande número de pessoas, como relata o autor:

O Mercado Municipal era, sem dúvida, o ponto de maior movimento da cidade, das cinco horas da manhã até lá pelas seis horas da tarde. Durante o dia, era intenso o movimento na Cavalhada e por toda rua, segundo creio, hoje denominada Antônio Honório Pires. Grande parte da praça, bem em frente ao Carmo, era o Carregador do Mercado, com inúmeras estacas onde se amarravam os animais. (FREIRE, 1997, p. 56-57)

À semelhança de Joaquim de Salles, a descrição de Geraldo Freire apresenta o mercado como um grande pavilhão onde os grupos se acomodavam e formavam pilhas com as mercadorias e as cangalhas que, colocadas lado a lado, definiam espaços para cozinhar, conforme o autor:

À frente daqueles compartimentos, batiam-se as trempes de cozinha: pequenas armações de ferro – de uns cinquenta centímetros de comprimento por uns quarenta de altura – em forma de barra retangular, onde se colocavam pequenos ganchos nos quais dependuravam os caldeirões em que cozinavam os alimentos. (FREIRE, 1997, p. 58)

Mas os entrevistados mais jovens quase sempre se lembram de outro rancho, identificado também como Mercado Municipal, situado na Praça Ângelo Miranda, Figura 90, e de sua importância para a cidade como um rancho de tropas e lugar para a comercialização de mercadorias:

Aqui tinha um mercado muito bom, onde, lá embaixo, perto da rodoviária, ali tudo era um mercado grande, tinha a chegada das tropas, né, vindas das fazendas, com, com as coisas pra vender, era muito chique... (Entrevistado 2)



Figura 90. Mercado Municipal na Praça Ângelo Miranda. Foto de Nhô Costa.  
 Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, data provável: década de 1930.

Do ato de rememorar o mercado, emergia a comparação com Diamantina, que manteve o seu mercado de tropas como um atrativo turístico e que, para os mais velhos, essa inexistência suscita muita nostalgia, como explicita um dos entrevistados: “Agora, pena ter acabado, tinha o mercado, acho que não devia... porque Diamantina tem, né?” (Entrevistado 2)

#### 4.2.4 A igreja da Purificação

O memorialista Joaquim de Salles afirma que a Igreja da Purificação era a mais antiga do Serro e que a missa dominical das oito horas era concorrida pela aristocracia local. Aliás, este mesmo autor é incisivo quanto à postura aristocrática da sociedade serrana na segunda metade do XIX, quando há muito havia terminado o Ciclo do Ouro, conforme ele descreve:

Aos domingos, na missa das oito horas, na Igreja da Purificação, era onde se ajuntava maior número de cartolas, entre os quais se destacavam a o Dr. Andrade e a do Coronel Sebastião Rabelo. O celebrante, ou melhor, o capelão dessa igreja, a mais antiga do Serro, era o Padre Teófilo, irmão do Dr. Andrade. Nessa igreja foram batizados Teófilo Ottoni e todos os seus irmãos. (SALLES, 1993, p. 208-209)

Essa igreja ficava no local da atual Praça Dom Epaminondas, próxima à Praça João Pinheiro, e um dos poucos registros fotográficos que a identificam exhibe apenas um pequeno trecho da sua fachada lateral (Figura 91).



Figura 91. Praça Dom Epaminondas, à esquerda parte da lateral da Igreja da Purificação.  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, Data provável, década de 1910.

Apesar disso, um dos entrevistados apresentou a foto da visita de Dom José André Coimbra, um serrano que na década de 1920 era o Bispo de Barra do Pirahy (Figura 92). A foto registra a presença da autoridade eclesiástica junto a um padre e um grupo de crianças em frente à fachada do templo que se acredita ser justamente a da Igreja da Purificação, por não ter existido no Serro nenhuma igreja cuja fachada apresentasse tais características.



Figura 92. Visita de D. André Coimbra, Bispo de Barra do Pirahy, no início do século XX. Acredita-se que a fachada atrás do grupo seja a da Igreja da Purificação. Fonte: Acervo de Nilce de Miranda.

A rememoração da Igreja da Purificação remete-se quase sempre ao evento a ela ligado: a Procissão de Cinzas, que foi registrado nas memórias orais até o presente, transmitido de geração em geração, como declara um dos entrevistados: “[sic] ...porque sabemos que a procissão de cinzas saía, né, costume, tradição, saía da igreja da Purificação, a procissão de cinzas, que acontecia com os andores, com as imagens de roca.” (Entrevistado 9).

#### **4.3 A permanência da memória na preservação da arquitetura do Serro**

O Núcleo Histórico do Serro com a localização dos principais monumentos históricos preservados, além do local no qual estava edificado o antigo Colégio Nossa Senhora da Conceição, é mostrado na Figura 93. Esses monumentos integram o conjunto de edificações da arquitetura civil e religiosa serrana.

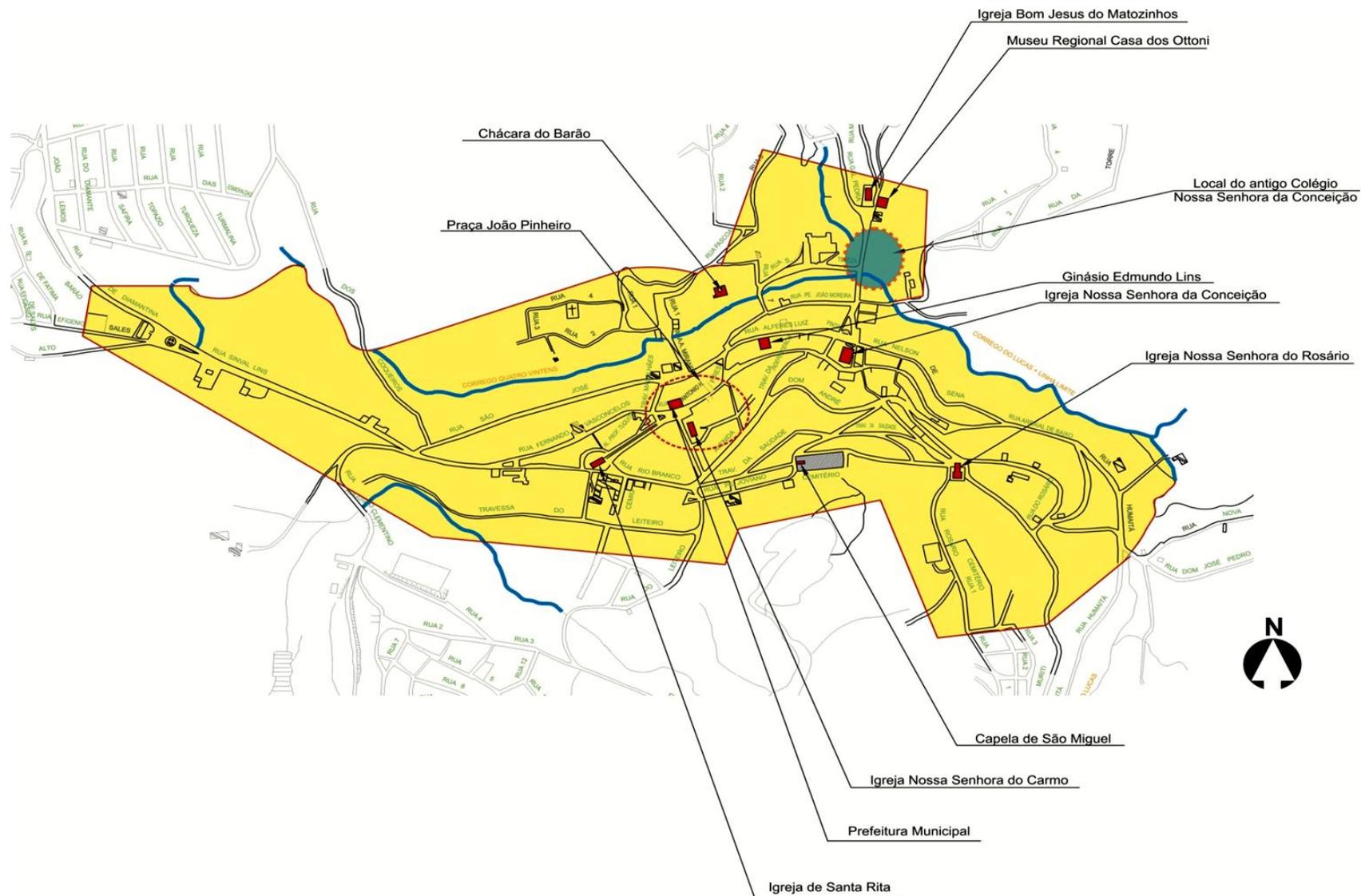


Figura 93. Mapa com o perímetro aproximado do Núcleo Histórico do Serro onde constam os principais monumentos de arquitetura civil e religiosa  
 Fonte: Prefeitura Municipal do Serro. Redesenhado pelo autor.

Dentre esses exemplares, serão descritos a seguir aqueles mais recorrentes e significativos nas lembranças apresentadas nas entrevistas realizadas para o Projeto Memória Cultural de 1986, e nas de março de 2011.

#### **4.3.1 A Chácara do Barão do Serro**

Outro importante objeto de memória dos moradores do Serro foi a Chácara do Barão do Serro, que representa papel de destaque para a identidade local. Essa construção, juntamente com os outros monumentos, é um dos cartões postais da cidade. O edifício sede da chácara foi construído na segunda metade do século XIX e pertenceu a Joaquim Ferreira Rabelo, agraciado com o título de Barão do Serro por Dom Pedro II, em 1879.

A sede da chácara é descrita no Relatório do Museu do Serro como “uma edificação de Estilo Romântico, um pavimento em “U” com pátio central e grande área verde no entorno do monumento”<sup>63</sup>, conforme mostram as Figuras 72 e 78, do Capítulo 3, e Figura 94, deste capítulo.

---

<sup>63</sup> Relatório Museu Serro, 22 fev 1991, (CDI – 13ª SR Pasta Serro – Pró-Memória).



Figura 94. Detalhe do pátio central da Chácara do Barão, conformado pela implantação em “U”.  
Fonte: acervo do autor, março de 2011.

Entretanto, na publicação da Fundação João Pinheiro, a descrição da sede da chácara ultrapassa a visão estética do Relatório do Museu do Serro, apresentando em detalhes o sistema construtivo, conforme citação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha e as Figuras 95, 96 e 97:

Construída em madeira e taipa de sebe, possui estilo curioso e requintado, destacando-se pela sua singularidade no conjunto da cidade. Sua fachada principal, marcada por quatro palmeiras imperiais seculares, é composta de quatro portas, com vedação envidraçada e almofadada em vergas, com ângulo e folhas em guilhotina. Anexo ao prédio principal, há, de cada lado, um “puxado”, acompanhando o estilo geral da fachada, com portões independentes, provavelmente destinados a estrebaria e depósito. (MINAS GERAIS, 2004, p. 15)



Figura 95. Vista da área externa da Chácara do Barão com as quatro palmeiras imperiais marcando sua entrada principal e a área verde circundante.  
Fonte: acervo do autor, março de 2011.



Figura 96. Detalhe das vergas com ângulo e folhas em guilhotina.  
Fonte: acervo do autor, março de 2011.

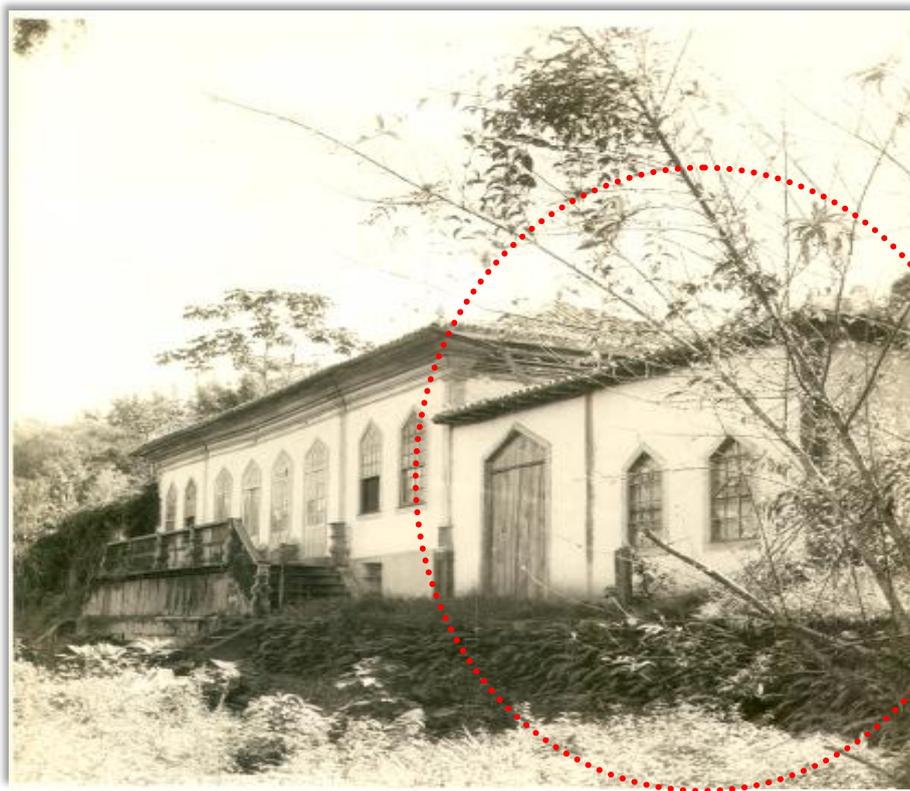


Figura 97. Chácara do Barão do Serro, com anexo, à direita da edificação.

Fonte: Centro de Documentação e Informação/ Escritório Técnico do Serro/IPHAN-MG, junho de 1954.

Mas a descrição da Chácara do Barão é retomada nas memórias de Joaquim de Salles com a visão romântica indicada no Relatório do Museu do Serro:

[sic] ... um velho solar, pintado de azul e branco. Em frente, um vasto pátio muito bem calçado. Ao lado, as antigas senzalas. No centro, a casa dos pombos, cujos arrulhos e cujas entradas e saídas pelas janelinhas do pombal constituíam para mim um espetáculo delicioso. Nos fundos, um espaçoso jardim ao qual se seguia um imenso pomar com todas deliciosas frutas brasileiras, sem falar no Jaboticabal, o maior conhecido no Serro, dando as jaboticabas mais disputadas pelo povo local. (SALLES, 1993, p, 48)

Após deixar de ser utilizada como residência no século XX, a Chácara do Barão integrou o rol das edificações utilizadas para fins culturais e passou por restaurações. A primeira, realizada no final da década de 1970, a segunda, em 1980, no momento em que a casa recebeu todo o acervo do Museu do Serro, antes depositado na Casa dos Ottoni. Esse acervo permaneceu na

Chácara até o início da década de 1990, quando retornou para as instalações do museu.

[sic] ... em 84, a Chácara do Barão, ela recebeu todo o acervo do Museu, porque na década de 80, o Museu Casa dos Ottoni passou por uma reforma, por uma restauração, na qual as imagens voltaram em 90 e o Museu Casa dos Ottoni teve sua abertura em 91. (Entrevistado18)

O uso da edificação como local de exposições é também reforçado por outro entrevistado:

[sic] A Chácara do Barão funcionava naquela época como um escritório do IPHAN, porque era tudo junto, aliás, não era IPHAN, era Pró-Memória na época. E isso era lotado lá o escritório e lá tinha uma parte de exposição de arte sacra, tinha um arquivo lá e uma casa muito pomposa, como é a Chácara do Barão, muito visitada, então funcionava lá... (Entrevistado 21)

E esse entrevistado ainda assinala a utilização do edifício como sede do escritório do IPHAN por aproximadamente dez anos, entre 1980 e 1991.

[sic] E a gente na época trabalhava na Chácara do Barão, trabalhávamos na Pró-Memória, depois passou a ser SPHAN, depois foi IBPC, foi uma época IBPC, até chegar ao IPHAN novamente... (Entrevistado 21)

Após a finalização da restauração em 2010, a Chácara passou a pertencer ao IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, e atualmente está cedida ao Município do Serro sob forma de comodato.

Nas entrevistas, a Chácara é uma das referências de um período no qual a cidade era o lar de figuras da aristocracia imperial, como o Barão do Serro e o Barão de Diamantina. E essas imagens foram as que marcaram a memória dos moradores, mesmo que os fatos referentes à preservação tenham ocorrido posteriormente ao período de grandeza do local.

[sic] É, eu tenho uma lembrança muito forte da Chácara do Barão, porque meu pai morava numa fazenda e eu ficava mais os meus irmãos aqui estudando com uma tia. Lá tinha, nessa chacarazinha dela tinha duas vacas. E ela, como toda vida foi muito amiga da família Barbosa, dos..., Antonio ..., que era dono da Chácara, a gente fazia essa entrega do leite lá, pela manhã. E a gente era muito bem recebido, e tal, então a gente achava muito importante, a gente é, do meio rural e tal, pessoas tão importantes, né, é, às vezes ter tempo com a gente, como era o Dr. ..., era um advogado, né, eu achava aquilo muito importante e cada vez que a

gente entrava, a gente ficava, né, deslumbrado com aquela, com os contos que ela tinha ali da escravidão, e tudo ali era tudo muito bonito, né? (Entrevistado 14)

Além das referências à aristocracia, a Chácara possui forte significado cultural, como relatou um entrevistado que, na infância e na adolescência, morou nas imediações da edificação e a vê como um local onde teve acesso à leitura, que representava uma fonte de conhecimento.

[sic] ...foi onde eu cresci, brincando naquela região, onde que tinha uma biblioteca, onde que a gente buscava livro, inclusive até, de vez em quando a gente pegava até alguns livros lá escondido, e levava prá casa, uma das edificações que mais me marcaram... (Entrevistado 1)

O conhecimento das histórias e dos fatos inerentes à edificação expressa o caráter identitário da Chácara do Barão para os entrevistados.

[sic] Lá é muito bonito. Então duas poltronas de pedra esculpida. E no fundo tem uma área que aquelas pedras feitas por escravo, aquelas pedras redondas e elas formam estrelas, aliás, umas flores. E tem a banheira de pedra, lá no fundo, então você não conhece, vai lá, que vale a pena. E tem um túnel que vai, que atravessa o morro e ia no Bota-Vira, que é onde os escravos passavam pra ir pegar água... (Entrevistado 4)

#### **4.3.2 O Ginásio Ministro Edmundo Lins (Casa do Barão de Diamantina)**

O edifício no qual atualmente funciona o Ginásio Ministro Edmundo Lins foi construído como residência de Francisco José de Vasconcelos Lessa, o Barão de Diamantina. Posteriormente, por doação da família, o local abrigou várias instituições: o Asilo Nossa Senhora da Conceição, o Colégio Nossa Senhora da Conceição, e parte do Patronato Agrícola, “corpo central, administração, salas de aula, residência dos alunos além de enfermaria, sala de música, cozinha e refeitório” (FREIRE, 1997, p. 36) e por último, o Ginásio Ministro Edmundo Lins.

Situado na Rua Alferes Luiz Pinto, o edifício destaca-se por sua beleza e seu estado de conservação. Suas características estão descritas no Plano de

## Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha:

A estrutura é em madeira e taipa de sebe. Possui dois pavimentos na frente e três pelo lado dos fundos, implantados no formato de “L”, possibilitando o surgimento de um pátio nos fundos. A fachada principal é composta por uma porta almofadada e seis janelas em guilhotina, no térreo, e sete sacadas isoladas em ferro batido, com portas e janelas envidraçadas, almofadadas e de bandeiras, no andar superior. [Figura 98] (MINAS GERAIS, 2004, p. 18)



Figura 98. A fachada principal do prédio do Ginásio Ministro Edmundo Lins, com o conjunto de janelas no térreo e as sacadas no pavimento superior.  
Fonte: acervo do autor. Novembro de 2008.

Sua implantação em um lote com declive acentuado a partir da testada conferiu ao sobrado, em sua porção posterior, três pavimentos (Figura 99).



Figura 99. Ginásio Ministro Edmundo Lins. Fachada lateral e posterior com o aumento de um pavimento em função do declive do terreno.  
Fonte: acervo do autor. Março de 2011.

O sobrado onde funciona o Ginásio era de propriedade do Estado de Minas Gerais. Com a ajuda do interventor de Minas, Jair Lins, a edificação foi cedida para abrigar o Ginásio, que fundado em 1943, iniciou as suas atividades no ano seguinte, conforme explica um dos entrevistados do Projeto Memória Cultural.

Então ele cedeu a casa, em caráter precário, até que conseguisse um outro prédio, não se conseguiria nunca para funcionar o Ginásio. Então foi ativado, ou reativado, pintura e tal, conserto, tudo muito mal feito, um dos grandes casos de tristeza para a gente que mexe na vida pública são as verbas, ou o lado material, eles têm que abrir uma verba de “x”, mais “x” e mais “x” e dão só meio “x”, e não sai dinheiro coisa nenhuma, bom, mas de qualquer modo, eles fizeram a instalação, com internato, e em 44 começou a funcionar.<sup>64</sup>

O mesmo entrevistado ainda relata que no edifício do Ginásio funcionou o setor de artes e ofícios do Patronato Agrícola dos Ottoni até ser fechado na década de 1930:

<sup>64</sup> Entrevista de Geraldo A. Freire, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).

[sic] o Brasil deve ao Serro até hoje a reabertura deste Patronato, de amparo a menores, o Patronato foi criado por iniciativa da família Otoni, havia antes o Liceu dos Otoni para amparo a rapazes desamparados e posteriormente o Governo Federal criou o Patronato Agrícola Casa dos Otoni e depois da Revolução de 30 fechou, o Senhor Getúlio Vargas, com o compromisso...”<sup>65</sup>

O Ginásio foi restaurado na década de 1980, e o arquiteto responsável pela elaboração do projeto relatou que foi elaborado um laudo técnico, sendo constatado que o edifício se encontrava bastante deteriorado. Diante desse quadro, foi sugerido que se fizesse um novo prédio para a escola, conforme o texto da entrevista, reproduzido a seguir.

[sic] Pela primeira vez, em 1980, a Carpe pediu para fazer um laudo técnico definitivo mostrando a situação do imóvel. O estabelecimento, bastante destruído, estava numa situação de calamidade praticamente. A nossa sugestão foi executar um projeto novo, numa encosta, com aproveitamento deste prédio só para a área administrativa. A princípio, pensava-se que nesta área não fosse possível estabelecer um conjunto da unidade escolar completa. No interior dela, seria reaproveitada a área de porão, e a área que não tem uso se tornou depois da execução do projeto um conjunto e não precisou ser executado o projeto previsto primeiramente, o da encosta.

Em 1984, foi organizado um levantamento que foi feito através de convenio firmado entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura. Foi um levantamento muito minucioso e muito demorado, exigiu um tempo muito grande para a execução, todas as medições foram feitas com muito critério e o desenvolvimento desse levantamento implicou o tempo de quase um ano. A partir daí, foi feita a adaptação do prédio para escola. O projeto completo em mais de um ano foi executado, com a parte elétrica, a parte hidráulica, a parte toda revivida em suas áreas que não estavam sendo utilizadas anteriormente, e é o que agora a gente pode até mostrar, já quase no final com a pintura sendo executada e o acabamento nos últimos pontos.

Na sua parte superior, estão localizadas as salas de aula, foi feito um novo remanejamento nas paredes e nós estamos procurando mostrar o que veio a ser definido.

Quando a Carpe executou essa restauração, veio de encontro a um anseio da sociedade do Serro, que não um outro de recuperar esse prédio, de forma a converter uma situação que hoje em dia, aqui, é precária. Não se tem opções novas de construções, e a restauração possível aqui é de grande importância para manter a tradição de estudos e de passado e projetar para o futuro da cidade uma nova visão de

---

<sup>65</sup> Entrevista de Geraldo A. Freire, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).

conservação e da importância da manutenção dessa beleza que se vê por toda parte.<sup>66</sup>

Em um dos depoimentos do Projeto Memória Cultural foi levantada a questão sobre o porquê da restauração desse edifício, em especial, considerando-se a existência de tantos outros que também estavam caindo. O argumento que naquele momento justificava sua restauração baseava-se, conforme parte do depoimento acima, na sua importância como um dos elementos da identidade serrana.

[sic] então, por exemplo, a gente vê assim a restauração do ginásio, porque se restaurar um ginásio, porque é um prédio útil à comunidade, não?<sup>67</sup>

O Ginásio Edmundo Lins continua desempenhando esse papel para os moradores da cidade do Serro, construindo e reconstruindo memórias. Era uma residência que foi requalificada para o funcionamento de uma escola e que se transformou em um monumento histórico, conforme definido por Françoise Choay.

O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração [grifo nosso]. (CHOAY, 2001, p. 26)

### 4.3.3 A Casa dos Ottoni

A construção Casa dos Ottoni (Figura 100) é do século XVIII, conforme a descrição do relatório elaborado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), após a restauração do edifício realizada 1980:

Em sua construção, foi utilizado o sistema da estrutura autônoma de madeira com vedações em adobe e pau a pique, de pedra. É uma casa assobradada com aprazível varanda lateral guarnecida por balaustrada de réguas simples ao modo de inúmeras residências rurais construídas em Minas.

A cobertura em quatro águas e telhas de barro em capa e canal é arrematada pelo largo beiral de cachorrada, solução típica deste tipo de edificação [Figura 101].

<sup>66</sup> Depoimento do arquiteto da CARPE e autor do projeto de restauração da Escola Ministro Edmundo Lins, do Serro, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).

<sup>67</sup> Entrevista de Maria Eremita de Souza, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).

Nota-se o caráter simplificado predominante no tratamento arquitetônico geral, compondo-se as fachadas somente com o fundo branco dos painéis interrompido e delimitado pelo colorido das esquadrias, esteios e madres. As envasaduras com suas vergas retas são guarnecidas e vedadas em madeira, com acabamento simples em calha nas folhas cegas das portas e janelas e guilhotina de vidro nessas últimas. Internamente observa-se a obediência à tipologia construtiva, com pisos em tabuado largo, os forros, em parte de esteira, parte em saia-e-camisa e as alvenarias rebocadas e caiadas de branco.<sup>68</sup>



Figura 100. Casa dos Ottoni, à direita da Igreja Bom Jesus do Matozinhos, fevereiro de 2011.  
Fonte: acervo de Kelly Diniz de Souza.

<sup>68</sup> Relatório dos trabalhos de restauração. Casa dos Ottoni, Serro. Informe histórico e arquitetônico. IEPHA, junho de 1980 (ACI, Série Obras Cx 1318/P311)



Figura 101. Casa dos Ottoni. Detalhe para o telhado da edificação.  
 Fonte: Centro de Documentação e Informação/Escritório Técnico do Serro/IPHAN-MG, s/d.

A edificação está atualmente bem preservada, com manutenção constante, e conta com um quadro permanente de funcionários para a condução das atividades a ela inerentes.

A escritura da casa que abrigara a Família Ottoni esteve, desde 1911, em nome da Casa de Caridade Santa Tereza da cidade do Serro (hospital). Em 22 de novembro de 1918, sua posse foi transferida para o Patronato Agrícola da Casa dos Ottoni, que em 1931 foi fechado pelo Presidente Getúlio Vargas. São poucos os registros históricos sobre o edifício após o fechamento do Patronato, mas sabe-se que em 1938 ele foi arrendado a um particular, por meio de contrato por prazo indeterminado, como se pode depreender pelo telegrama do funcionário do SPHAN no Serro, zelador da Casa dos Ottoni, enviado ao SPHAN em 17 de junho de 1944.

[sic] Casa dos Otonis esta entregue José Cruz Matos por forca contrato firmado Delegacia Fiscal em agosto 938 pt exige ele para entrega imovel um ordem diretoria dominio uniao alegando contrato fixa para isto praso 30 dias pt coletor federal telegrafar nesse sentido delegado fiscal em 10 corrente não tendo resposta pt peco instrucoes saudacoes = cirilo fernandes<sup>69</sup>

<sup>69</sup> Telegrama de Cirilo Fernandes ao IPHAN, 17 de junho de 1944 (ACI, Série Obras P311/Cx 1318)

Em março de 1940, particulares manifestaram interesse na compra da Casa dos Ottoni, e a Diretoria de Domínio da União solicitou então a Rodrigo Melo Franco de Andrade que se manifestasse a respeito. O diretor do SPHAN manifestou-se contrário à venda do imóvel, pois em sua opinião:

[...] será sempre desejável para a Nação conservar no seu patrimônio os bens que, como a Casa dos Ottoni, se distinguem pela significação histórica.<sup>70</sup>

E dois meses depois, o diretor do IPHAN enviou um ofício ao Chefe da Diretoria Regional do Serviço de Patrimônio da União, comunicando que o IPHAN procedia a estudos para a instalação de um museu no imóvel Casa dos Ottoni.

Entretanto, o presidente Getúlio Vargas, em 3 de abril de 1944, expediu ordem ao Ministério da Fazenda para providenciar a venda, através de concorrência pública, da Casa dos Ottoni [...] “visto não produzirem eles rendimentos e não mais serem necessários aos serviços públicos”. Diário Oficial da União (1944), intenção consolidada com o Decreto-Lei 6.418, publicado em 13 de abril de 1944.

Mas Rodrigo M. F. de Andrade enviou ao Ministro Gustavo Capanema uma correspondência em 5 de maio de 1944 solicitando que ele pleiteasse o Presidente da República a desconsiderar o despacho em que ordenava a venda da Casa dos Ottoni. O Ministro atendeu à solicitação de Rodrigo, e o presidente Getúlio Vargas sustou o processo de venda do imóvel. Assim, a Casa dos Ottoni passaria aos cuidados do IPHAN, garantindo a sua salvaguarda e a posterior instalação do Museu.

A edificação foi então entregue ao IPHAN em 1944 e restaurada. Nessa restauração, as varandas da fachada frontal, que haviam sido fechadas, foram recompostas, conforme mostra também a Figura 100, após criterioso e detalhado estudo histórico dos documentos existentes sobre o edifício pela equipe da Divisão de Conservação e Restauração.

A informação redigida pelo arquiteto José de Souza Reis, Chefe da Seção de Projetos/DCR, foi favorável à reconstrução da antiga varanda,

---

<sup>70</sup> Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Chefe do Serviço Regional de Domínio da União em Minas Gerais, em 18 de março de 1940. (ACI, Série Obras P311/Cx 1318)

argumentando sobre sua importância para a edificação, cuja existência foi comprovada pela antiga fotografia da casa e pelo quadro de 1870, do artista Albert Schimer, (reprodução mostrada na Figura 102).

De fato, como se pode verificar, tanto na fotografia antiga da casa em apreço como na reprodução de um quadro de Albert Schimer, que representa a casa dos Otoni e a Igreja do Matozinhos em 1870, a varanda era um elemento capital da casa.

No quadro, aliás, à varanda do andar superior corresponde outra no andar térreo, o que faz supôr que, na época em que foi tirada a fotografia remetida Sr. Cirilo, a varanda já teria sido reformada, ficando transformada em compartimento fechado, no andar térreo. Também a disposição dos esteios da varanda, tal como aparece na mesma fotografia, deve ter sido a original. No quadro vêem-se 5 esteios, livres, de cima a baixo, formando 4 vãos iguais.<sup>71</sup>

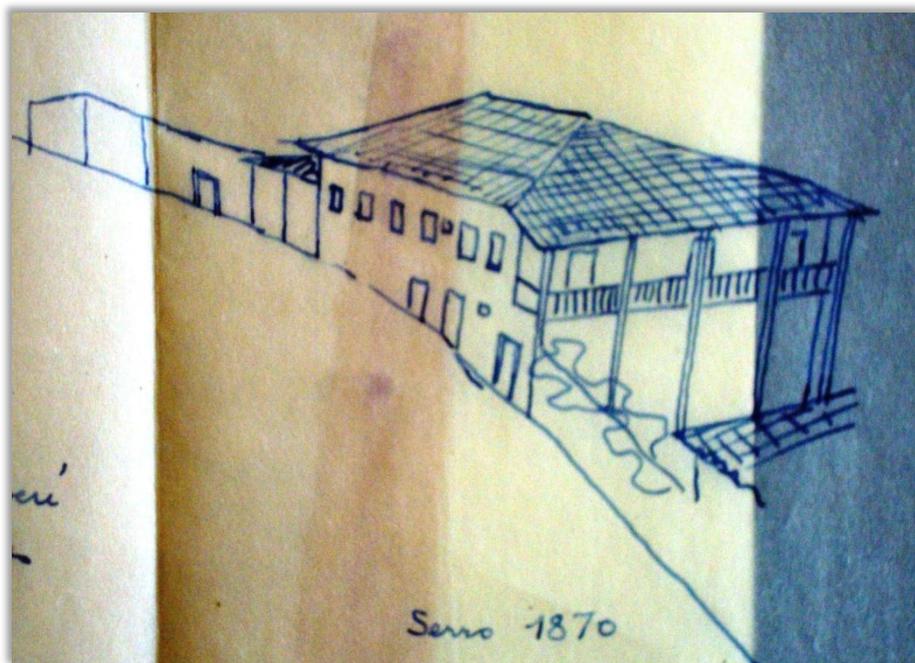


Figura 102. Reprodução de parte do quadro de Albert Schimer onde são mostradas as varandas no pavimento superior e térreo da Casa dos Otoni.  
Fonte: ACI, Série Obras P311/Cx 1318.

O arquiteto ainda chamava atenção para a necessidade da reconstrução dos muros que integravam a edificação.

Outro ponto importante é o restabelecimento dos muros entre o terreno e a rua. Para melhor estudo desse restabelecimento

<sup>71</sup> Informação de José de Souza Reis, sem data. (ACI, Série Obras P311/Cx 1318)

precisamos obter alguma documentação fotográfica do estado atual da casa.<sup>72</sup>

Concluindo, ele indagava se o “puxado” existente na parte posterior era parte da edificação original ou obra posterior: “Indagamos do Sr. Cyrilo Fernandes se o puxado existente no andar de cima apresenta indícios de obra posterior.”<sup>73</sup>

Com base na informação prestada por José de Souza Reis, Rodrigo Melo Franco de Andrade enviou carta ao Sr. Cyrilo Fernandes, representante do IPHAN no Serro. Em resposta, ele afirmava que o “puxado” existente na parte posterior da edificação “[sic] ... não é antigo, é serviço feito depois não tem nada moderno, é no estilo antigo.”<sup>74</sup>

Iniciada em 1944 e concluída no ano seguinte, a obra de restauração da Casa dos Ottoni restabeleceu os elementos considerados originais, porém manteve o puxado na parte posterior da edificação, conforme pode ser observado à direita da Figura 104, ali permanecendo até o tempo presente.

Apesar de a criação do Museu do Serro ter ocorrido no final da década de 1940, desde o início de suas atividades o IPHAN propunha estabelecer pequenos museus em cidades históricas mineiras, utilizando imóveis tombados pelo Serviço. Esse procedimento se justificava por duas razões. A primeira resultava do comércio de obras de arte, que provocava um grande prejuízo ao acervo das cidades históricas. E esse comércio era facilitado pelo desconhecimento das comunidades sobre o valor dos exemplares de arte sacra, bem como dos mobiliários vendidos em mercados das grandes cidades dentro e fora do Brasil. A segunda razão se relacionava ao próprio interesse do IPHAN em preservar as edificações de valor histórico e estético, no que se enquadrava a Casa dos Ottoni por representar o patrimônio de uma família cujos integrantes se tornaram grandes expoentes da política mineira e nacional, mormente na luta pela proclamação da república no Segundo Império, conforme Rodrigo Melo Franco de Andrade:

---

<sup>72</sup> Id. Ibid.

<sup>73</sup> Id. Ibid.

<sup>74</sup> Carta de Cyrilo Fernandes a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 10 de outubro de 1944. (ACI, Série Obras P311/Cx 1318)

Fora do Rio de Janeiro, entretanto, havia razões que induziam o poder público federal a empreender a organização de museus. A primeira se originava de incremento e da extensão crescentes que o comércio de antiguidades assumia no país, despojando progressivamente de seu patrimônio as áreas mais ricas de obras de arte antiga e de artesanato tradicional. Isso tornava de conveniência manifesta um esforço para serem retidos, nas áreas prejudicadas, os espécimes mais expressivos que restassem do acervo regional, por meio de sua compra para o patrimônio da União, uma vez que os estados e municípios afetados não podiam ou não se interessavam em competir com os mercadores em defesa daqueles bens culturais. Coincidia com tal conveniência uma outra, de importância quase equivalente: a de se utilizarem obras de arquitetura antiga, restauradas às expensas do poder público federal e incorporadas ao domínio da União, para fins compatíveis com o interesse histórico ou plástico de semelhantes edificações. (ANDRADE, 1987, p. 159-160)

O tombamento da Casa dos Ottoni ocorreu em 28 de abril de 1950, quando o edifício foi inscrito no Livro de Tombo Histórico do IPHAN, sob o número 270, à folha 46. Apesar dessa decisão, da data de sua criação até o início da década de 1990, quando foi oficialmente aberto ao público, não havia sido registrada nenhuma visita segundo informação verbal de um funcionário do museu, em 13 de agosto de 2010.

Face ao seu péssimo estado de conservação, no início de 1980 a residência foi incluída no Programa de Obras Urgentes, no convênio entre FNPM/SEPLAN e o MS/FRM/IEPHA-MG. A edificação passou por uma intervenção e as obras foram executadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, entre 19 de abril e 10 de junho de 1980.

Essa restauração, de acordo com o relatório do IEPHA, atendeu justamente aos problemas apontados no laudo técnico, que incluíam intervenções: na cobertura, nos forros em esteira, em parte do esqueleto estrutural, nos revestimentos e acabamentos internos e externos e na instalação elétrica. Além disso, foi feito o tratamento das peças de madeira para prevenção do ataque de insetos xilófagos.

O atual acervo do museu é composto por peças que remontam os séculos XVIII e XIX. Ele inclui o mobiliário e objetos de uso cotidiano relacionados à família Ottoni, bem como peças de arte sacra, antigas imagens

de roca e fragmentos da antiga Igreja da Purificação, demolida na década de 1920, conforme mostram as plantas do museu (Figura 103). Além dos móveis, peças e objetos, há uma extensa área verde no entorno do museu. (Figura 104).

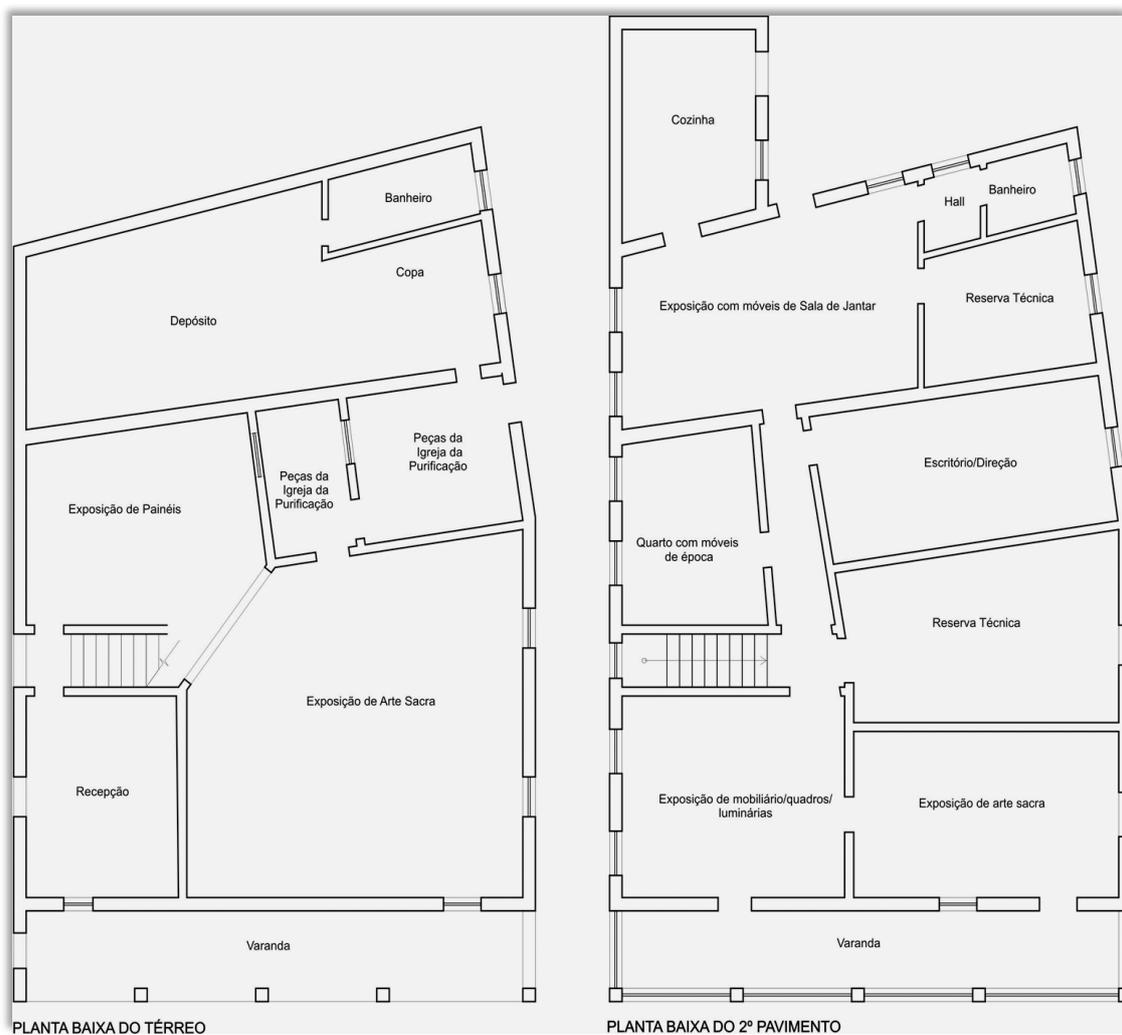


Figura 103. Plantas Museu Regional Casa dos Ottoni com a distribuição do acervo.  
 Fonte: arquivo do Núcleo de Arquitetura e Espaços Museais do IBRAM – RJ, redesenhadas por Luiz Fernando Reis.



Figura 104. Área verde externa ao Museu Regional Casa dos Ottoni.  
Fonte: acervo do autor, julho de 2010.

As funções do museu, hoje, ultrapassam as de um espaço expositivo. Ali, são realizadas aulas de história, que facultam a vivência de um período histórico estudado aos alunos das escolas locais, conforme explica o Entrevistado 1:

[sic] Mas a gente tem um trabalho principalmente com os professores de escolas da rede local de ensino, de eles estarem ministrando suas aulas de história aqui dentro do museu. A intenção é que ao mesmo tempo que eles contem a história do Brasil é acoplar a história do Serro dentro do museu, junto com a história do Brasil, para que os alunos tenham uma bagagem maior de ensino do que é a nossa história, do que é as nossas origens para projetar o nosso futuro. (Entrevistado 1)

São essas atividades desenvolvidas no museu que estimulam e consolidam a memória de fatos e valores indissociáveis da cultura serrana e que mantêm viva a história de uma família que um de seus representantes lutou pela extinção da monarquia e pela implantação do sistema republicano no Brasil. Por meio da residência da Família Ottoni, preserva-se também um modo de vida que se perdeu a partir do final do Ciclo da Mineração. É um repositório de elementos do cotidiano familiar do período colonial e local para os moradores atuais da cidade vivenciarem um pouco de sua própria história.

#### 4.3.4 O casarão da Prefeitura

O sobrado da Prefeitura e da Câmara Municipal do Serro, construído na primeira metade do século XIX, é uma importante edificação do conjunto arquitetônico da Praça João Pinheiro, antiga Praça da Cavahada, na qual se reúnem os poderes político e religioso (Figura 105). O primeiro é representado pelo sobrado (Figura 106), sede da prefeitura, das secretarias municipais e da Câmara Municipal; o segundo, pela Igreja Nossa Senhora do Carmo (Figura 107).



Figura 105. Vista da Praça João Pinheiro com o Casarão da Prefeitura e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Fonte: acervo do autor, julho de 2010.



Figura 106. O sobrado onde funcionam a Prefeitura e a Câmara Municipal.  
Fonte: acervo do autor, novembro de 2008



Figura 107. A igreja de Nossa Senhora do Carmo.  
Fonte: acervo do autor, julho de 2010

Na composição da fachada do edifício da prefeitura, observam-se 68 janelas, dez sacadas, 14 portas e internamente possui 40 cômodos. Como outras edificações do Serro, seu sistema construtivo é o da estrutura autônoma

em madeira e vedação em taipa de sebe<sup>75</sup>. De volumetria imponente, o casarão mantém uma relação harmoniosa com as outras edificações do local, pois seu sistema construtivo, assim como os detalhes das esquadrias e beirais, segue o das outras edificações, o que facilita essa relação, conforme explica Roberto Lacerda no livro “A casa da Praça” de Doia Freire:

Poucas são as construções residenciais em Minas que chegam próximos dos mil metros quadrados.

Juntamente com poucos exemplos: Casa dos Contos em Ouro Preto e o Sobradão em Minas Novas, o sobrado ultrapassa a área de mil metros quadrados.

Sua construção, segundo pesquisas históricas, é do primeiro quartel do século XIX, mas, tipologicamente, a edificação se enquadra no século XVIII.

Todo o sistema construtivo usado, o de estrutura independente de madeira e paredes de barro, como também detalhes de esquadrias, beirais, etc., enfim, toda a edificação é igual às anteriores. Daí a sua tranqüila convivência com as casas do conjunto do largo do Carmo. O sobrado foi construído para residência no piso superior e negócio no piso térreo e o porão se destinou, certamente, pra depósito da casa de negócio, como também cômodo de arreios e cangalhas e, possivelmente, para senzala. De uso original de residência, passou posteriormente para grupo escolar, e, mais tarde, passou a acolher a prefeitura com suas secretarias e Câmara de Vereadores. (FREIRE, 1999, p. 28-29)

No final da década de 1980, uma grande restauração foi realizada, face ao estado precário do edifício, que necessitava de reforço estrutural por ameaçar desabar, como explica Lacerda no livro de Doia Freire:

Pela distância da capital do Estado e pelo processo de decadência por que passou até recentemente, a cidade do Serro ficou no esquecimento e no abandono. Muitas casas se perderam e ruíram, pois seus proprietários se ausentaram à procura de locais mais prósperos e também os poderes públicos não deram assistência à cidade. O prédio da prefeitura também sofreu com essa falta de

assistência e foi lentamente se degradando até chegar a uma situação assustadora, visto que os desaprumos das paredes e esteios, bem como o desnivelamento dos tetos e dos pisos, chegaram a um limite extremo que já desafia as leis de equilíbrio e da gravidade. (FREIRE, 1999, p. 29)

<sup>75</sup> No livro *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*, publicado em 1979, p. 33 e 45, Sylvio Vasconcellos define que “As estruturas de madeira consistem na armação de quadros compostos de esteios, de seção quadrada, fincados no chão em profundidade variável ou apoiados em alicerces de alvenaria. A taipa de sebe, ou parede de pau-a-pique é um “Tipo de vedação de parede que consiste em paus colocados perpendicularmente entre os baldrame e os frechais, neles fixados por meio de furos ou pregos”. Devem ser dispostos de modo a formar uma trama onde é aplicado o barro que preenche os vazios da armação, jogado e apertado com as mãos.”

“Os desaprumos das paredes e esteios”, parafraseando Freire, foram “popularmente” imaginados por seus moradores como uma compensação ao desnível do terreno no qual fora edificado. Desaprumo real ou imaginado, o problema foi que, na ocasião, ele havia alcançado níveis de alto risco; a diferença de prumo do beiral ao piso era de um metro e cinquenta centímetros, de acordo com as informações verbais do engenheiro que participou dos trabalhos de restauração.

Na época da restauração do edifício, o engenheiro responsável pela execução da obra, realizou levantamento com alguns moradores no intuito de verificar se deveria ou não ser mantido o desaprumo da fachada. A quase totalidade dos entrevistados optou pela manutenção da inclinação, alegando terem sempre convivido com a fachada daquela maneira, por isso consideravam importante sua manutenção. Argumentaram também que “ouviram dizer” que vários edifícios tinham sido construídos daquela maneira para compensar os fortes declives existentes nos terrenos da cidade. Outra alegação para a manutenção do desaprumo era a manutenção de suas características arquitetônicas. O único depoimento a favor de aprumar a fachada do sobrado via na solução a valorização da restauração.

Entretanto, após a reunião realizada em 1º de junho de 1988, no Serro, entre representantes do IPHAN, prefeitura e da firma responsável pela restauração, concluiu-se que a fachada deveria ser aprumada, pois

[sic] ...não há fundamentação técnica nem histórica do prédio ter sido construído assim; condição de instabilidade, que comprometeria a vida da obra (intervenção que garanta a durabilidade da obra -> custo da obra) instituição federal; necessidade de criar-se artifícios técnicos para manter a inclinação; questão técnica decisiva na solução - voltar à posição vertical; esclarecimento da população das questões técnicas que determinaram a discussão e outros aspectos<sup>76</sup>.

Portanto, a restauração no final dos anos de 1980 foi decisiva para a sobrevivência do sobrado da Prefeitura, que até hoje mantém sua imponência na Praça João Pinheiro. Muito mais do que um símbolo do poder político, ele é um símbolo de um período de opulência que representa o passado da cidade.

---

<sup>76</sup> Relatório sobre obras no prédio da Prefeitura Municipal do Serro, 1 de junho de 1988 (CDI – 13ª SR Pasta do Pró-Memória)

A restauração na década de 1980 foi destacada pelos entrevistados em março de 2011, pois aquela década foi um período significativo na história da cidade. A situação de abandono das edificações foi motivo para a discussão sobre os problemas relativos ao tombamento e manutenção da proteção institucional no Serro.

#### **4.3.5 Os espaços de fé: as igrejas do Serro.**

Este item que conclui o subcapítulo “A permanência da memória na preservação da arquitetura do Serro” refere-se a duas importantes igrejas do Serro: as igrejas de Bom Jesus de Matozinhos e de Nossa Senhora do Rosário. Ambas se relacionam a dois eventos locais fundamentais na construção e na manutenção da memória coletiva, que são a Festa do Divino e a Festa de Nossa Senhora do Rosário. As igrejas constituem espaços de comemoração e rememoração e são responsáveis, em grande parte, pela identidade local.

A abordagem sobre as memórias dos dois exemplares da arquitetura religiosa do Serro relaciona-as, obrigatoriamente, ao significado das festas acima citadas, o que foi determinante para a divisão do subcapítulo.

##### **4.3.5.1 Igreja de Bom Jesus de Matozinhos e a Festa do Divino**

Originária de Portugal, a festa do Divino foi instituída pela rainha D. Isabel no século XIV para louvar o Divino Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade. As festas em louvor ao Divino Espírito Santo tiveram seu marco inicial na cidade de Alenquer, onde foi construído um templo em honra ao Espírito Santo.

O surgimento e implantação das festividades em honra ao Divino Espírito Santo no Brasil são provenientes de Portugal, já que sua realização foi oficializada, na Corte Portuguesa pela rainha D. Isabel, chamada rainha Santa no início do século XIV, aproximadamente em 1328, portanto há mais de 6 séculos atrás. Foi a Rainha Santa quem instituiu as festas simbólicas

da coroação do imperador e dos votos ao Espírito Santo no dia em que a Igreja celebra a Terceira Páscoa da Santíssima Trindade.

O local do início das festas ao Espírito Santo teria sido em Alenquer, onde D. Isabel fez edificar um templo dedicado ao Espírito Santo, que serviu de local para a primeira coroação simbólica do Imperador. Na ocasião a esposa de D. Diniz, sexto rei de Portugal, fez um apelo à Corte pedindo que a festa fosse realizada todos os anos, como efetivamente sucedeu.<sup>77</sup>

Com a vinda dos portugueses para o Brasil, a festa aqui foi também institucionalizada. No Serro, essas comemorações se iniciaram no período colonial e se tornaram um importante evento para a cidade, conforme matéria do jornal Estado de Minas: “No Serro, cujo município foi criado em 1714, há 273 anos portanto, supõe-se que a festa já era realizada desde 1740.”<sup>78</sup>

Há mais de dois séculos, a festa do Divino no Serro é realizada e integra seu calendário de tradições religiosas e folclóricas.

A Festa do Divino está hoje incorporada ao conjunto de tradições religiosas, culturais e folclóricas de Minas, sendo que as solenidades que se realizam no Serro congregam toda a população do município e de cidades vizinhas. Ela serve não só para a manutenção da memória religiosa e histórica da região, como também para um reencontro das pessoas que nasceram no Serro e que se mudaram para outras plagas.<sup>79</sup>

As cerimônias do festa do Divino no Serro são realizadas na Igreja de Bom Jesus de Matozinhos e seus arredores. Mesmo que as memórias acerca da festa se manifestem atualmente com menor intensidade, sua relação com o espaço da igreja é marcante para a sua manutenção. A Festa do Divino relacionava-se às classes mais abastadas, como pode ser observado nas entrevistas realizadas em março de 2011. A própria origem da festa, instituída por uma rainha portuguesa, indica a sua relação com a aristocracia, e a igreja, com seu rico interior, representa a grandeza dessa festa.

[sic] Se você ver a igreja do Matozinhos, ela é linda, nó!

[...]

Você precisa de entrar lá prá você ver, a igreja do Matozinhos, a pintura da igreja do Matozinhos, mil, oitocentos e... tem a data lá em cima dela, ó, você olha lá em cima você vê a data. Que ela é linda. (Entrevistado 14)

<sup>77</sup> Estado de Minas, 15 maio 1987, Caderno Turismo Editor Wilson Frade (CDI – 13ª SR Pasta Serro, artigos de jornal)

<sup>78</sup> Id. Ibid.

<sup>79</sup> Id. Ibid.

É a expressão do poder do passado da aristocracia local, exibido pela rica indumentária que era utilizada por seus participantes. Segundo alguns depoentes, com a decadência econômica do Serro, a festa perdeu seu brilho, já que as fantasias que os participantes vestiam tinham um alto custo. Com isso a festa integrou participantes de menor poder aquisitivo, apesar dos relatos sobre a festa descrevê-la como um evento luxuoso.

[sic] Ah, essa daí já foi tradicional, muito bonita, um império muito grande. Hoje caiu demais. Eu já fiz parte, já fui estrela, meu tio foi imperador, sabe, e a gente ficou ali na casa de vovó, ali na praça, onde é casa de José Monteiro. Mas a Festa do Divino era chiquérrima, assim, bonita mesmo. O senhor sabe, tinha tudo, era um império imenso, grande, muito bonito. Agora resumiu, né, não sei se a situação financeira hoje mudou também, né. Não faltava festa. Tem a novena, tem a participação muito boa, muito grande, mas o império, não é aquele império mais, que já foi. (Entrevistado 2)

E as representações construídas sobre a igreja fazem alusão ao lado estético da celebração com palavras que indicam a beleza, a riqueza, relacionadas justamente ao período de grandeza do Serro. A decadência da festividade que é também a da própria cidade emerge do relato nostálgico dos serranos.

Porém, em outro depoimento, as memórias sobre a festa remetem ao passado dos entrevistados, à sua relação com a infância e a adolescência. O espaço da festa era o espaço da convivência, da participação social, dos primeiros namoros, apesar de a igreja de Bom Jesus de Matozinhos se localizar na Praia, bairro próximo aos córregos Lucas e Quatro Vinténs, e um dos locais mais frios do Serro.

Aqui na Praia. Então eu acho que isso é uma das coisas que marcam muito a festa do Divino, é o frio, o local frio, onde acontece a festa do Divino, então uma das coisas que ... mas que ela tem que acontecer na Praia.

Prá compensar. Ah, tá ali, quando é adolescente, pega a namoradinha, abraça, tá quentinho, então tudo isso é muito bacana. Agora, é, a razão dela acontecer na Praia mesmo, se tem alguma raiz, alguma ..., é uma boa pergunta. (Entrevistado 9)

#### 4.3.5.2 A Igreja e a Festa de Nossa Senhora do Rosário

Os congados, irmandades de negros, assim como as suas festas dedicadas aos santos e santas protetores - nas quais se inclui a Festa do Rosário - enquanto serviram como elemento de conversão dos escravos foram incentivados pela igreja. A partir da abolição da escravatura, esses eventos foram proibidos.

Em Serro, no início desse século [século XX], as manifestações folclóricas do Congado, junto aos festejos religiosos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, foram suprimidas pelo bispo de Diamantina. (ROBERTO, 1999, p. 61)

A partir da segunda metade do século XX, a festa seria incorporada ao calendário local, segundo Roberto (1999, p. 69), de modo a “fazer com que o Serro se destacasse novamente no cenário estadual, não com o seu tradicional queijo (essa tentativa já havia sido usada e falhado), mas por sua história.”

Diferentemente da data oficial do calendário da Igreja Católica, que comemora o dia da santa no mês de outubro, as comemorações iniciam-se na penúltima semana de junho e têm seu ponto culminante no primeiro final de semana de julho, como explica o Entrevistado 2.

[sic] Do Rosário é assim: o Rosário tinha a Festa do Rosário, a novena começa, parece, dia 26 de junho, ela é comemorada dia 28, 29, por causa de São Pedro e São Paulo, sabe, e a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Depois mudou, prá fazer no primeiro domingo de julho, prá conseguir de ter folga de quem mora fora e vir participar, né, que às vezes cai em dia de semana, né, então que mudou para o primeiro domingo de julho, mas a festa tradicional era dia 29 de junho, dia de São Pedro e de São Paulo e aí comemorava a Festa de Nossa Senhora do Rosário. (Entrevistado 2)

A festa rememora uma lenda em que Nossa Senhora do Rosário fez uma aparição sobre o mar, e caboclos, marujos e catopês (negros) rezaram, cantaram, dançaram, cada um dos grupos na tentativa de trazer a santa até eles. Mas Nossa Senhora do Rosário atendeu somente ao chamado dos catopês e assim se tornou a santa protetora dos negros.

Porque reza a lenda que o céu teria surgido no mar, aí chegaram os índios, né, que cantaram, dançaram, rezaram, louvando a santa, mas só que ela não quis acompanhá-los, depois vieram os marinheiros, que são a esquadra, que são os

portugueses e também cantaram, rezaram e louvaram Nossa Senhora, mas só que ela também não quis ir com eles. Já os negros, que quando chegaram um pouco, ressabiados, acho que essa é a palavra que caberia, é, que viram que ela não quis ir com os índios, não quis ir com os marinheiros, porque iria com eles? Mas eles foram, rezaram e cantaram e foi exatamente a humildade deles que a cativou e fez com que ela saísse do mar e fosse ao encontro deles. Na nossa festa ... os índios são os caboclos, os marinheiros são os marujos, a esquadra portuguesa, e os negros, os catopês. (Entrevistado 10)

As danças executadas durante a Festa do Rosário representam uma comemoração/rememoração, mas se constituem também em um evento que extrapola esses limites. Representa o momento para rever familiares, ex-moradores e amigos que acorrem anualmente à cidade sob a égide da festa e tornam o evento palco de interações familiares e sociais.

Realizada anualmente no início do mês de julho, a festa – que até o século passado era um ritual importante principalmente para os negros escravos – hoje adquiriu significado vital para a cidade como um todo. Agora é também para grande parte dos serranos significante de tempo de chegada dos amigos e parentes; tempo de diversão, da alegria. É também momento do reencontro dos serranos com a cidade de outrora, através da recordação provocada pelo ritual, da infância e juventude[...] (BORGES, 1988, p. 96)

Se em sua origem o evento era realizado pelos/para negros e pela população mais pobre, nos anos de 1980, novos sentidos se incorporam à festa, que é compartilhada por um número maior de grupos sociais, como descreve Célia Borges:

Passou a deter novos sentidos para determinados grupos sociais: a) para a população pobre, serrana ou não; b) para as elites; c) para os ex-moradores; d) para a população da zona rural e dos distritos; e) grupos dançantes, entre outros. (BORGES, 1988, p. 97)

Para cada um desses grupos, a festa teria/tem diferentes representações. Para seus herdeiros, os pobres, a festa representa a saída, pelo menos temporariamente, da condição de dominados, subjugados.

Ali são personagens principais do acontecimento quer seja por serem donos da festa e se sentirem enquanto tais, quer por identificarem-se com o antigo negro escravo que na história mítica suspende a sua condição de marginalização, na esfera do sagrado. (BORGES, 1988, p. 97)

Para a classe econômica dominante, a festa representa mais ganhos. Nesse sentido, os grupos interessados investem na sua divulgação como forma de atrair um número maior de turistas, o que significa mais lucro. A festa então passou a representar um meio para reforçar e aumentar o poder político, segundo explicações de Borges:

Se até tempos atrás o irmão do Rosário era via de regra preto e pobre, hoje compõem o quadro da Congregação também sujeitos pertencentes a elite serrana, condição para participar das tomadas de decisões relativas à festa. (BORGES, 1988, p. 99)

Apesar disso, para os ex-moradores a festa representa o seu reencontro com a cidade, amigos, familiares, enfim, suas raízes.

Ela [a festa] ocupa papel importante na vida dos sujeitos porque interrompe o tempo presente e transporta para outras épocas vividas. Através da Festa do Rosário é possível unir os fios de sua história, reatar e reforçar a memória daquele grupo. É o laço umbilical que o faz anualmente ali retornar. Por isso encontramos um maior número de indivíduos desse grupo preocupados com a preservação no sentido de garantir a integridade e fidelidade dos acontecimentos na sua forma tradicional. (BORGES, 1988, p. 100)

Os moradores da zona rural e dos distritos próximos ao Serro consideram a festa como um momento de alterar o seu cotidiano “[...] usufruindo dos diversos acontecimentos (desjejum, almoço e jantar)” (BORGES, 1988, p. 100)

Finalmente, há o grupo para o qual a festa possui mais importância, constituído daqueles que participam das danças e dos envolvidos nas diversas atividades de organização para a realização da festa.

Estes [dançantes e demais participantes] envolvem-se na sua preparação através de inúmeras tarefas: confecção de indumentária, ornamentação da cidade, da Igreja. Por outro lado, vizinhos, amigos e parentes dos festeiros ( a maioria mulheres) ajudam na feitura da comida, em grandes tachos, garantindo a quantidade e qualidade das refeições – essencial para o bom desenvolvimento do evento. Nos dias anteriores, integrantes dos grupos dançantes (caboclos, catopês, marujos) reúnem-se em casas, praças, ruas, não só do Serro mas até de BH (caboclos), ensaiam passos e músicas, investem nos últimos preparativos. Nestas inúmeras e pequenas atividades se envolvem não só irmãos da Irmandade mas também seus

parentes, amigos e populares em geral [...] A cidade como um todo também se movimenta: casas são minuciosamente arrumadas à espera das visitas; hotel, pensões – comércio em geral – preparam-se para receber turistas. (BORGES, 1988, p. 101)

A festa, com todas as suas atividades, altera o cotidiano da cidade, conferindo novos e diferentes sentidos aos espaços por ela ocupados, quer pelas diferentes cores, sons e pessoas.

Além das significações, particulares a cada um dos grupos então reunidos, a festa reveste-se para todos de um sentido comum: interrompe o fluxo contínuo e monótono do cotidiano, a cidade adquire movimento, um outro ritmo; interrompem-se as ações diárias, a rotina; o tempo cíclico pontuado pelas atividades do dia-a-dia transmuda-se para uma nova situação. (BORGES, 1988, p. 106)

E essas alterações se materializam no espaço conformado pela arquitetura da igreja e adjacências em que os participantes dançantes e o público se movimentam na organização da festa.

[sic] No largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e adjacências, o parque de diversões com roda gigante, carrossel, jogos de argola encantava as crianças e adultos e um comércio ambulante de roupas, utensílios domésticos, comidas e bebidas prolongava a festa madrugada adentro. Chamaram nossa atenção os estúdios fotográficos, montados em barracas de lona e com paisagens pintadas como cenário, além de roupas de “vaqueiro” (chapéus, jalecos) e “cavalos” (de pau, jegues e motocicletas), numa eloqüente metáfora do rural-urbano. Na conversa com os proprietários das barracas, inclusive com os fotógrafos, obtivemos a informação que os barraqueiros fazem o circuito de festas do interior de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, orientados pelos calendários fornecidos pelos órgãos de turismo. Esses “novos ciganos” estabelecem com as festas populares – religiosas ou não – relações de sobrevivência, viajando em muitos casos com toda a família.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Projeto Memória Cultural do Serro. Segunda Fase, Relatório de Viagem, 30 de junho a 7 de julho de 1988, agosto de 1988, p. 10. (CDI – 13ª SR Pasta Memória Cultural).

#### **4.4 As representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro.**

A análise das representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade do Serro foi realizada em três abordagens. A primeira, relativa ao que representa o conjunto urbano do Serro, os elementos que o compõe, o concreto. A segunda refere-se às representações da memória dos elementos do conjunto que se perderam ao longo do tempo. E a terceira analisa as representações das práticas do IPHAN, que tem concretizado a preservação do conjunto urbano do Serro. A apreensão dessas representações atrela-se aos discursos dos moradores, conforme explicação na introdução deste trabalho, em três momentos: as entrevistas realizadas pelo autor em 2010 e 2011, as entrevistas do Projeto Memória Cultural e as obras dos memorialistas serranos.

A análise e a comparação dos depoimentos nas diferentes fontes e épocas mostram que as representações – dos espaços (existentes e/ou inexistentes) e do processo de preservação (práticas do IPHAN) - mantiveram-se praticamente inalterados. Com os financiamentos do Monumenta utilizados para a recuperação de alguns monumentos e de várias edificações privadas houve uma aproximação entre a instituição e os moradores. Entretanto, as exigências inerentes à manutenção das características morfológicas do conjunto continuam representando, em alguns casos, pontos de conflitos de interesse entre as duas partes.

A preservação dos monumentos pode ser entendida como uma representação do ideal de preservação do caráter histórico do Serro. A relação dos moradores com o tombamento do conjunto, conforme foi demonstrado, tem sido em parte conflituosa. Eles, ao mesmo tempo em que demonstram saber da necessidade da preservação do Serro, muitas vezes expõem o desejo de que essa preservação esteja limitada aos monumentos e não a todo o conjunto. Célia Aparecida Borges aponta esse conflito em seu trabalho:

A preservação, pois, é um valor para os moradores. Em parte, eles compartilham do ideário criado pelo imaginário “nacional” a respeito da importância da preservação. As entrevistas porém, revelam que esse valor é vivido de forma conflituosa. Querem a preservação sim, mas não necessariamente a preservação total da cidade. Alguns limitam esta preservação a

partes definidas da cidade; outros a alguns elementos específicos (igrejas, monumentos, prédios públicos); outros, enfim, querem preservar a cidade como um todo. (BORGES, 1988, p. 55)

A ideia dos que limitam a preservação aos monumentos e não ao conjunto arquitetônico não era unânime, como ainda hoje, apesar de presente na memória coletiva. Entretanto, a visão do processo é em parte negativa, por incidir no direito da propriedade privada como bem aprouver ao proprietário.

Por outro lado, a preservação é vivida muitas vezes como aquilo que impede a chegada do progresso, do emprego, da diversão. Isto explica as limitações que a maioria gostaria de impor-lhe, em contraposição com a situação de tombamento generalizado. Nota-se, através dos depoimentos, uma associação entre a preservação e estagnação. Os dois termos são muitas vezes utilizados enquanto sinônimos, e esta equivalência constitui a referência mais geral das pessoas da cidade. Elas associam a falta de emprego, de lazer e, enfim, de progresso à condição de Cidade Histórica. Nesse sentido, muito embora apegadas à esta qualificação, querem limitar o seu alcance, para que a cidade possa também usufruir os benefícios da modernidade, que significa para eles, por exemplo, a possibilidade de ter uma casa funcional, com o seu espaço redividido, instalações sanitárias renovadas e garagem na porta. (BORGES, 1988, p. 55)

A primeira abordagem apreende as representações concretizadas por vários edifícios preservados na cidade. A partir das fontes descritas - as entrevistas do Projeto Memória Cultural e aquelas realizadas em março de 2011 – foram destacadas duas edificações nas quais essas representações têm sido construídas.

O edifício de maior destaque foi o do Ginásio Ministro Edmundo Lins, por sua monumentalidade e por ser referência ao acesso à educação, tanto no passado como no presente. Segundo uma dos entrevistados, ele funciona em três turnos com cerca de 300 alunos em cada um, o que representa um contingente significativo. Essa representação do Ginásio como espaço educacional já constava do Projeto Memória Cultural, apesar de também ter sido residência do Barão de Diamantina. O Ginásio é também um espaço de interação e trocas sociais, conforme realça um dos entrevistados:

[sic] Olha, é, prá mim foi aonde, foi meu berço, foi as duas escolas, né, toda a educação que eu aprendi fora de casa, eu ficava praticamente 50%, 60% do tempo, passei lá, tudo o que eu aprendi eu agradeço a essa escola e a história em si

também, de toda edificação, desde as reformas e todas as lendas que são contadas...

[...]

Do Edmundo Lins, isso faz eu ficar, sentir, ter um sentimento maior por essa edificação. (Entrevistado 1)

A história da edificação revela seus múltiplos usos: residência unifamiliar, Asilo Nossa Senhora da Conceição, parte do Patronato e finalmente o educandário facultando a construção de representações aos diversos grupos sociais que a ele se relacionaram, como uma referência, como descreve Célia A. Borges:

Nesse sentido, pensar a relação que moradores mantêm com a cidade implica perceber também suas construções imaginárias bem como suas memórias. As atribuições de sentido realizadas pelos grupos e pessoas acabam por fornecer a matéria de uma certa identidade, no caso, do “ser serrano”. Isto propicia-lhes o reconhecimento de serem coletivamente sujeitos diferentes de outros agrupamentos humanos. Há dessa forma representações diversas orientadas por jeitos específicos de viver no local ou seja, pelas lembranças, pelo imaginário, pelo afeto e também pela racionalidade que embasam o cotidiano dos moradores. No entanto, tais criações simbólicas sobre o cidadão não são resultado genuíno da simples relação entre os sujeitos e o lugar. Há uma interação entre valores de diferentes grupos, sociais e políticos. Nesse sentido, as representações diferenciais tecidas sobre a cidade por grupos de moradores muitas vezes entrecruzam-se com outras representações – surgindo outros eixos explicativos sobre fatos, épocas, cidade – e encontram neste entrecruzamento os caminhos do seu próprio desenvolvimento. (BORGES, 1988, p. 26)

Outra edificação destacada foi a Chácara do Barão do Serro que, a exemplo do Ginásio Ministro Edmundo Lins, também evoca várias representações. A Chácara do Barão compartilha do grupo de residências que pertenceram a cidadãos ilustres como os barões e políticos serranos famosos: Teófilo Ottoni, João Pinheiro, Pedro Lessa, General Carneiro. A Chácara remete à aristocracia que conferia importância para a cidade no período colonial até o esgotamento da exploração do ouro e das pedras preciosas e a decadência econômica do lugar. Mas desde a década de 1980, é utilizada como museu no qual se promoviam exposições e onde funcionava também uma biblioteca. Atualmente, com a restauração feita por meio do Programa Monumenta, espera-se que se transforme definitivamente em um centro cultural, e essas representações sejam sedimentadas.

A beleza e a monumentalidade do edifício da Chácara do Barão são também sempre realçadas e, junto com os outros monumentos, representam um ideal de identidade com o período de grandeza da cidade, uma época passada que não mais existe.

No grupo conformado pelos elementos que se perderam ao longo da história, destaca-se o Colégio Nossa Senhora da Conceição. Esse edifício, ou melhor, o conjunto formado pelo edifício do colégio, a capela e os passadiços, representa um momento em que a cidade readquirira importância, por ter um educandário de primeiro e segundo graus, que atraía alunos de outras cidades e conferia ao Serro o status de polo educacional. Sua condição de monumento se ligava à importância histórica do edifício, não à qualidade de sua arquitetura, mesmo tendo a edificação dimensões materiais para ser considerada monumental.

O colégio, apesar de demolido no final da primeira metade do século XX, se manteve bastante enraizado na memória dos serranos, inclusive daqueles que nele não estudaram. Percebe-se que, nas entrevistas realizadas em março de 2011, a identidade dos moradores era remetida a locais de rememoração, inexistentes mas capazes de evocar períodos de vida importantes para essas pessoas. Mesmo não existindo mais, são nesses espaços que, muitas vezes, ainda se realizam as representações das memórias individuais e coletivas.

Em um trecho de uma das entrevistas, fala-se do edifício do Colégio Nossa Senhora da Conceição e de seus elementos, em especial os passadiços. Neste aspecto, o colégio representa também a identificação com o tempo passado. As referências ao edifício e as suas instalações são significativas. É um período vivido cuja referência física é justamente o Colégio, o que foi uma constante em várias entrevistas, conforme o relato do Entrevistado 2:

[sic] O Colégio Nossa Senhora da Conceição. Tirou a beleza, ali era uma maravilha, tanto que Diamantina tem, não é?

[...]

E nós temos, tínhamos dois passadiços.

É, você precisava ver que beleza que era e tem a passagem prá lá com aqueles vidros coloridos, bonitos. Era lindo aquilo ali, você precisa de ver. (Entrevistado 2).

As representações da preservação do conjunto urbano do Serro, construídas pelos moradores, têm sido determinadas pelas práticas adotadas e estão ligadas, como já mencionado, à relação, na década de 1980, entre os moradores e o Estado, representado pelos órgãos de preservação, questões sobre as quais Célia A. Borges chama atenção:

Se concessões são feitas a órgãos do Estado para que interfiram no ambiente físico, o morador se sente com o direito de interferir no traçado de sua cidade. Ao mesmo tempo que contemplam os símbolos de um passado, impregnados de nostalgia, estes tornam-se por inúmeros motivos um espaço de projeção de descontentamentos.

A preservação no caso é ainda mais dificultada pois, além de todas as condições adversas (falta de recursos financeiros, escassez de madeira na região, entre outras), cria-se uma certa resistência ao ato de conservar elementos do passado, em função da atuação incoerente do Estado.

E assim que vão sendo construídas diversas representações sobre a cidade, muitas vezes conflituosas. Antigos, novos e ex-moradores, velhos, jovens, técnicos do Estado, turistas, estabelecem relações várias com o Serro, cidade ao mesmo tempo lócus do viver e significante de história. (BORGES, 1988, p. 93)

Atualmente, as representações variam entre o apoio ao trabalho do IPHAN, reconhecendo nele um caminho para a manutenção da identidade local, e sua desaprovação em função das exigências impostas pela instituição, o que demonstra uma permanência das mesmas representações da década de 1980.

No primeiro caso, a preservação do conjunto representa a manutenção das lembranças de um passado grandioso, de um modo de vida. Essas lembranças se materializam nos edifícios e nos elementos urbanísticos e nesse sentido consideram o trabalho do IPHAN importante e positivo, como comenta um dos entrevistados:

[sic] Ah, pelo menos prá conservar, prá ter aquela lembrança sadia, boa, dos tempos de antigamente, porque é muito importante.

[...]

É sim, porque eles deram aquela conservação, né, já pensou se destruísse a escadinha de Santa Rita, a Igreja do Carmo,

tirar essa beleza daquela escadaria que tem ali, da Santa Rita e da Igreja do Carmo, aquilo é uma beleza, não é? (Entrevistado 2)

A respeito da relação entre os moradores e o IPHAN, especificamente sobre as exigências da instituição em preservar as edificações, esse entrevistado é favorável à postura adotada. Ele aponta a necessidade de se conservar a fachada das edificações como forma de preservar a beleza do conjunto arquitetônico; preservar essas fachadas significa preservar a beleza do conjunto, representa a manutenção do espaço, salvaguardando a memória dos serranos.

[sic] Olha, eles querem que a gente faça um serviço .... aqui na casa, não mudar, por exemplo a fachada da casa, né, eu acho certo, prá conservar, senão tira a beleza da cidade.

[...]

Às vezes ... eles fala que o Patrimônio não deixa fazer isso, não deixa fazer aquilo, mas não tem necessidade de fazer não. Tem uma casa grande, bonita, aqui na esquina, você já viu ela? Acho que está reconstruindo...

[...]

É, ali, por exemplo, se tirar aquela fachada, mudar qualquer coisa ela vai ficar feia, vai tirar a beleza do Centro da Cidade.

É, tá fora, né? Tá fora de cogitação.

[...]

Eu acho que deve conservar e quem puder, a cidade é histórica, é muito badalado, então não tem, tem que conservar, né? (Entrevistado 2)

A imagem negativa dada ao processo relacionou-se à postura fiscalizadora e proibitiva da instituição, que interfere no direito de propriedade. Dessa forma, o IPHAN representa a impossibilidade de se alterar a edificação conforme o desejo do proprietário, o que pode ser observado quando ele fala sobre a obrigatoriedade do uso de cores padronizadas para a pintura das edificações na área tombada.

[sic] Não, o dinheiro é meu, eu tou comprando, tou pagando, então eu vou pintar minha, não vou exagerar em nada, você vê que é uma pintura simples, né, só prá ficar limpinha.

Mas sem exagero de nada. Mas azul e branco, não! (Entrevistado 7)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia que conduziu o desenvolvimento desta pesquisa foi justamente a análise dos resultados entre o **Feito** pelo IPHAN, na salvaguarda do conjunto urbano do Serro, e suas memórias e representações, para os moradores da cidade, o **Efeito**. Ambos os procedimentos consolidaram o próprio título da tese.

Conforme abordado no Capítulo 4, a memória coletiva do processo de preservação do conjunto urbano do Serro tem sua referência nos elementos que ainda constituem o núcleo histórico da cidade, além daqueles que foram perdidos ao longo da sua história recente. A existência desses elementos tem sido fundamental para a manutenção e a recomposição dessas memórias e, evidentemente, as práticas que conformaram os discursos do IPHAN, ao longo das últimas sete décadas, foram fundamentais para a permanência do conjunto urbano, o que responde positivamente à hipótese desta tese.

Entretanto, esses mesmos discursos e suas práticas, determinantes para a preservação desse conjunto, repercutiram negativamente na construção da memória e das representações dos moradores serranos. Isso ocorreu porque quando o instituto do tombamento foi estendido ao conjunto urbano do Serro, em 1938, criou nos moradores a expectativa da adoção de medidas que impedissem a total deterioração do conjunto e que também viessem recuperá-lo, mantendo-o preservado. O IPHAN promovia reparos em edificações que necessitavam de mais cuidados, originando uma prática que se estendeu pelos anos seguintes. Apesar dessas obras, após vários anos várias edificações se apresentavam em condições precárias, além da perda de outras tantas, como já relatado em capítulos anteriores. Como o registrado, por exemplo, no pedido de revisão do tombamento de 1967, abordado no Capítulo 3, que aponta mais de 200 edificações muito deterioradas. Essa situação é recorrente tanto nos depoimentos para o Projeto Memória Cultural, quanto naqueles realizados em março de 2011.

O discurso de aproximação do IPHAN com as comunidades, que caracterizou a atuação do IPHAN na década de 1980, além de significar um avanço para a proteção do patrimônio cultural no Brasil, revelou que, no Serro,

os moradores não estavam inteiramente de acordo com as ações da Instituição, conforme comprovam dois fatos relatados no Capítulo 3 e citados a seguir.

Um deles foi a consulta realizada para a implantação do Museu Integrado do Serro, ilustrativo entre essa aproximação que permeava o discurso do IPHAN e a discordância dos moradores. A negativa da cessão da Igreja Bom Jesus de Matozinhos para ser utilizada como um dos seus módulos evidenciava, além do posicionamento dos moradores frente à proposta, a participação da comunidade em decisões de aspectos relativos à gestão do patrimônio local. Essas decisões, até aquele momento, eram reservadas principalmente ao IPHAN, ou quando muito, decididas por outras instâncias, sem a participação dos moradores.

O outro fato se relaciona ao Projeto Memória Cultural, que teve a primeira parte realizada em meados da década de 1980. Conforme já visto, este projeto foi desenvolvido no Serro com o objetivo de resgatar a memória da cidade e desenvolver na comunidade mecanismos de reflexão sobre o processo de preservação. Os depoimentos obtidos das entrevistas realizadas para o Projeto mostraram não somente a relação dos entrevistados com a cidade e seus edifícios seculares, mas também a relação com a gestão da preservação desse conjunto urbano.

Outros problemas que também têm permeado a relação entre os moradores e a instituição são os procedimentos impostos aos proprietários quanto à forma de se realizar as intervenções nos edifícios. Essas imposições, que interferem no direito de propriedade, têm sido marcantes na construção das memórias e das representações desse processo.

O artigo 17 do Decreto-Lei 25 estabelece que qualquer intervenção em um bem tombado depende da prévia avaliação e autorização do IPHAN. Dessa forma, em tese, na cidade do Serro, todo o núcleo histórico e seu entorno, por estarem sob proteção legal, subordinam-se às exigências determinadas pelo órgão competente.

Essa subordinação trouxe, ao longo do processo de proteção, alguns problemas. Primeiramente, vários proprietários alegavam não ter condições de

fazer as intervenções em suas casas dentro dos critérios exigidos, que previam a manutenção do sistema construtivo, a pintura das paredes externas em cor branca, a pintura das esquadrias em cor azul, além da manutenção de características originais das fachadas das edificações. Como visto, nas entrevistas realizadas em 1986, os moradores reclamavam, afirmando que a obediência a esses critérios inviabilizava as obras, pois o custo da madeira para estrutura do telhado e para as esquadrias e a mão de obra especializada para a execução dos serviços eram muito altos.

Em algumas edificações, a substituição por materiais que barateiam o custo da manutenção de edifícios pode ser observada. A taipa de sebe, utilizada no fechamento dos vãos das paredes, foi substituída pela alvenaria de tijolos cerâmicos, em obras já realizadas e em outras que estão em execução (Figuras 108, 109 e 110).



Figura 108. Obras em edificação no centro histórico.  
Fonte: Acervo do autor, novembro de 2008.



Figura 109. Obras em edificação no centro histórico.  
Fonte: Acervo do autor, novembro de 2008.

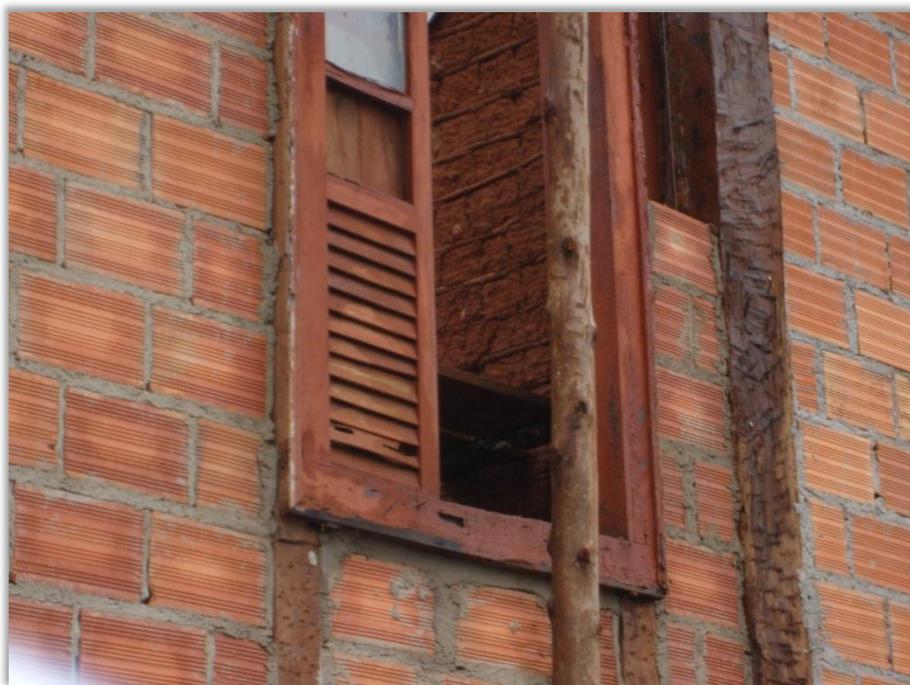


Figura 110. Obras em edificação no centro histórico.  
Fonte: Acervo do autor, novembro de 2008.

Havia também moradores que pela falta de condições financeiras para recuperar suas casas continuavam ocupando-as, mesmo com o iminente risco de desabamento. Um desses casos foi o pedido de restauração da casa de

uma moradora no centro histórico, na década de 1980, conforme mostram as Figuras 111 e 112. Nelas é exibido o estado precário dessa edificação ainda em meados da década de 1970. Em 1981, a situação de precariedade se mantinha e a proprietária enviou correspondência ao Governador de Minas Gerais solicitando ajuda para recuperar o edifício. Acreditando em seu breve desabamento, explicava que desde 1975 havia solicitado ajuda ao IPHAN, sem resultado, por isso enviava a solicitação ao Governador. Os documentos disponíveis sobre o caso revelaram o encaminhamento dessa correspondência à Diretoria do IPHAN que, por meio da Coordenação do PCH, solicitou informações à Diretoria Regional de Minas Gerais. Em correspondência dirigida ao Coordenador do PCH/SPHAN/FNPM, em 8 de junho de 1981, o Diretor da 6ª DR SPHAN/FNPM expunha o problema e perguntava ao Coordenador sobre a possibilidade de atender ao pedido da moradora.

[sic] A respeito da casa de propriedade da Sra. Teresinha Ursine, na cidade do Serro, temos a esclarecer, a fim de que V. Exa. possa dar as devidas informações ao dr. Aloísio Magalhães, para esclarecimentos ao Exmo Sr. Governador de Minas, as seguintes informações:

De fato, a proprietária vem pedindo, constantemente, o nosso auxílio para salvar o prédio de sua residência.

Frequentemente somos procurados por um parente da interessada, sempre esperançoso de conseguir uma resposta positiva sobre a restauração da casa, coisa que não podemos ainda atender, conforme entendimentos mantidos com o dr. Silva Telles e V. Exa., que estão também preocupados e sem uma definição de como poderemos atender casas particulares de pessoas carentes de recursos.

As casas particulares das cidades históricas de Minas e principalmente do Serro, estão em péssimo estado de conservação, sendo que seus proprietários são, na maioria, pessoas sem recursos.

A recuperação desses prédios é muito onerosa, pois na sua maioria são casas onde será necessário usar muita madeira.

Em vista do exposto, vimos perguntar, mais uma vez, ao PCH ou a qualquer outra área da FNPM, quais as reais possibilidades de atender, no todo ou em parte, a uma infinidade de pedidos que já temos juntos em nossa sede, aguardando solução, visto que nossa vontade seria atender sempre.

Atenciosamente, Roberto Lacerda,

Roberto Lacerda, Diretor Regional.



Figura 111. Residência à Avenida Dom José Andre, 76  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, 1975.



Figura 112. Residência à Avenida Dom José Andre, 76  
Fonte: Escritório Técnico do Serro. IPHAN-MG, 1975.

Embora tenha havido o pedido, em entrevista ao Projeto Memória Cultural, em 1986, a moradora chamava atenção para as precárias condições em que ainda se encontrava a casa e a sua incapacidade financeira para realizar as reformas necessárias:

[sic] A minha casa está nesta situação porque eu não tenho recursos para consertar, aquela casa é imensa e o conserto depende de muito dinheiro, não é? E eu não tenho dinheiro. Acontece que estou assim, apelando para o Patrimônio há anos, vai completar doze anos agora em agosto.<sup>81</sup>

<sup>81</sup> Entrevista de Terezinha Ursini, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).

Ao longo da entrevista, a proprietária mostrava sua insatisfação diante das tentativas frustradas e afirmava que iria demolir a edificação e construir um barraco para morar.

[sic] Eu vou esperar mais um pouco, como já disse, estou no prazo de tolerância. E se eu não conseguir, eu vou desmanchar a casa, já falei e sustento, e faço aí o que eu quiser, faço um barracão, o que eu quiser. E também já pedi que “eles” não venham me amolar não. É o meu ultimato, não tenho mais satisfação a dar...<sup>82</sup>



Figura 113. Residência à Avenida Dom José Andre, 76. À esquerda, parte da edificação foi demolida e reconstruída.  
Fonte: Acervo do autor, março de 2011.

Apesar de não ter sido totalmente demolida, a edificação foi mutilada, como mostra a Figura 113.

Interessante notar que o Decreto-Lei 25 impõe o tombamento, com ou sem a anuência do proprietário, e determina que ele deva manter a edificação tombada em condições satisfatórias. No entanto, essa lei também permite que, no caso de incapacidade financeira desse proprietário, ele recorra ao órgão responsável pelo tombamento para a realização das obras necessárias à recuperação do imóvel, cabendo à Instituição o ônus dos serviços executados, o que não se aplicou ao caso acima descrito.

<sup>82</sup> Entrevista de Terezinha Ursini, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).

Art. 19. O proprietário da coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.<sup>83</sup>

Outro problema decorrente do tombamento era a preservação da tipologia arquitetônica colonial, caracterizada principalmente pelos elementos das fachadas. O tombamento, por representar o interesse coletivo, sobrepõe-se aos interesses individuais e pode ser feito compulsoriamente. Mas a vontade dos proprietários em alterar as fachadas de suas casas, “modernizando-as”, e as constantes negativas por parte do IPHAN representavam outro ponto de insatisfação nas décadas de 1970 e 1980, perceptível ainda na atualidade, conforme o trecho de uma das entrevistas realizada em 2011, quando o entrevistado opina sobre a questão relativa às cores das fachadas das edificações:

[...] a gente não quer uma casa pintada da mesma cor, uma perto da outra, parece que havia aquela rivalidade, que ninguém gostava de pintar a casa do mesmo jeito, mas eu acho que deve ser mais à vontade, cada um pintar a sua casa da maneira que ele achar melhor.<sup>84</sup>

[sic] O que eu sinto no Serro é o IPHAN ter fixado nessa coisa do azul. O Serro não era azul.

Não, e não é. O branco eu concordo com a parede, eu sempre discuti com eles, falar que as casas azuis, não eram porque a casa aqui era muito amarelo, era muito verde e essa coisa do cinza e a imitação do mármore, [Figuras 114 e 115], era muito comum aqui. E aí eles vieram com esse negócio de azul, porque tinham algumas coisas azuis, mas não é. (Entrevistado 16)

<sup>83</sup> Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

<sup>84</sup> Entrevista de João Antero dos Reis, 1986 (CDI – 13ª SR Pasta Serro/Projeto Memória Cultural/Relatório Final/Transcrição de fitas).



Figura 114. Sobrado no núcleo histórico com estrutura autônoma de madeira e esquadrias em pintura imitando mármore.  
Fonte: Acervo do autor. Março de 2011.



Figura 115. Detalhe do Sobrado.  
Fonte: Acervo do autor. Março de 2011.

Atualmente, o trabalho do Escritório Técnico do IPHAN no Serro está voltado para a análise de propostas de intervenção, orientação dos proprietários das edificações, acompanhamento e fiscalização das obras (vistorias) realizadas no Núcleo Histórico. Segundo a arquiteta responsável pelo escritório da instituição, esse trabalho é focado na manutenção das características originais do núcleo histórico. Além dessas atividades, os

técnicos proferem palestras sobre a preservação do patrimônio cultural em escolas e eventos.

Os moradores reconhecem que os profissionais responsáveis pelo Escritório do IPHAN desempenham um importante papel na cidade no que se refere à orientação das intervenções nas edificações. Apesar disso, apresentam críticas, sobretudo, pelas imposições da manutenção da tipologia das fachadas, em especial, as cores das paredes e das esquadrias de portas e janelas das casas.

Outros problemas se avizinham diante da possibilidade de se concretizar o desenvolvimento do turismo no Serro. A carência de infraestrutura de serviços constituirá uma excelente oportunidade de investimentos para os empresários locais e para aqueles de outras cidades ou regiões. A necessidade do aumento do número de leitos oferecidos, do número de bares e restaurantes, associado à melhoria da qualidade desses serviços, adequando-os ao recebimento do turista na cidade, direcionará a construção de unidades para hospedagem, bem como os estabelecimentos de alimentação em lotes vagos no Núcleo Histórico. Isto ocasionará uma forte pressão sobre as restrições existentes para novas edificações e manutenção dos índices urbanísticos adotados atualmente, tais como a taxa de ocupação limitada a 40% da área do lote. E já se tem notícias de interessados na compra de lotes/imóveis para a construção/adequação para o uso como pousada/hotel. Uma das pessoas entrevistadas mostra preocupação com esta possibilidade, quando comenta da vontade de alguns paroquianos serranos em adquirir a edificação que foi casa de um antigo padre do Serro, para preservar sua memória e que corre o risco de ser vendida para a construção de um hotel.

[sic] ...ela esteve aí outro dia e nós tivemos reunião com ela e tudo. E eu falei, ó Margarete, mas vocês estão pedindo 500 mil, mas é muito dinheiro, ué, ainda mais que vocês também como família dele, deveriam ser os primeiros interessados em preservar a memória dele, né? Ela disse que apareceu um senhor do Rio de Janeiro, que tem uns hotéis nessas cidades históricas, interessado em comprar lá também para fazer um hotel lá, sabe, mas que ela falou não, eu não vou vender porque o pároco e o padre Zé Gabriel, que é serrano, já pediram a preferência para a paróquia do Serro, então nós vamos ver se negociamos. (Entrevistado 3)

Esta é uma pressão que já acarretou danos irreparáveis ao caráter identitário dos centros históricos de outras cidades coloniais. Paraty é um exemplo, pois a especulação imobiliária, incentivada pela demanda de espaços no núcleo histórico, determinou a saída de moradores originais, cujas residências foram transformadas em estabelecimentos comerciais e de serviços.

Todas as considerações que estruturaram e deram forma a este trabalho e que no futuro poderão contribuir para estudos sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro foram fruto de pesquisa nas fontes documentais do IPHAN no Arquivo Central, no Rio de Janeiro e nas Superintendências Regionais e, no caso específico desta Tese, no Centro de Documentação e Informação da 13ª SR, em Belo Horizonte. Ressalta-se a importância da utilização dos documentos como elementos norteadores do estudo da atuação do IPHAN na cidade do Serro, reveladores dos detalhes sobre o histórico do processo, quer através das correspondências, dos pareceres, dos projetos das fotografias, ou das decisões que constituíram as ações da instituição na cidade estudada.

Sublinha-se a importância do conteúdo dos Boletins SPHAN/FNPM que são um importante registro da atuação no período da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio do qual foi possível conhecer muitas das ações que, direta ou indiretamente, tiveram influência na preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade do Serro.

Espera-se que a metodologia da utilização dessas fontes possa constituir um subsídio para o conhecimento não só da história do Serro, mas que estimule também o estudo de outras cidades históricas em Minas Gerais e em outros Estados. E espera-se que esse conhecimento se reverta em ações que propiciem uma preservação que atenda às necessidades dos conjuntos urbanos e dos moradores que os habitam e/ou os utilizam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª ed. coord. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras** – Geografia, Porto, I serie, v. 14, p. 79-97, 1998.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Disponível em: <[HTTP://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf](http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf)>. Acesso em: 1º fev 2011. p. 30.

AMORIM, José Roberto de. **Viagem às antigas igrejas de Minas Gerais**. Lagoa Santa, MG: Quintal dos Poetas Oficina Literária, 2009.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN –1898-1969**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. (Coletânea de textos sobre o Patrimônio Cultural/Rodrigo Melo Franco de Andrade).

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

AUDEFROY, Joel (Coord.). **Vivir em los centros históricos. experiencias e luchas de los habitantes para permanecer em los centros historicos**. México DF: Coalición Internacional para el Hábitat, 1999.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, Ana Aparecida. **Uma fresta na neblina**: estudo da possibilidade do restauro urbano do Serro. 2007. 289 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia da Universidade de São Carlos, São Carlos, SP, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1980.

BASTOS, Rodrigo de Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII. **Revista do IEB**, n. 44, p. 27-54, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.revistausp.sibi.usp.br/pdf/rieb/n44/a03n44.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

BATISTA, Mauricio Nogueira. **Parati Arquitetura**, Rio de Janeiro, Instituto dos Arquitetos do Brasil/Departamento da Guanabara, n. 46, abr. 1966.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Célia Aparecida. **Amor e conflito**: a relação das pessoas com uma cidade histórica. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 1988.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%7ao34.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1937**. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%7ao37.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%7ao46.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.**  
Disponível em:  
<[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%7Ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%7Ao67.htm)>. Acesso  
em: 14 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**  
Disponível em:  
<[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso  
em: 14 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Escritório Técnico II/Serro. **Documento técnico para subsidiar a delimitação do perímetro urbano do sítio tombado de Serro e entorno.** Partes 1, 2, 3, e 4. Serro: ET. II/IPHAN/SERRO-MG, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Monumenta.** <http://www.monumenta.gov.br>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília: MEC/FNPM, 1980.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O governo está recuperando a memória nacional do Nordeste. **Revista P&D Planejamento e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 26-45, ago. 1975.

\_\_\_\_\_. **Revista P&D Planejamento e Desenvolvimento**, Suplemento Especial Patrimônio Histórico, Programa de Cidades Históricas, Rio de Janeiro, 1979.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 23, p. 96-115, 1984.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais.** São Paulo: Companhia Editora Nacional; USP, 1968.

CARSALADE, Flávio Lemos. Patrimônio histórico. Sustentabilidade e sustentação. **Arquitextos**, n. 13, texto especial 080, junho 2001. Disponível em: <[HTTP://www.vitruvius.com.br/livros/index.asp](http://www.vitruvius.com.br/livros/index.asp)>. Acesso em: 5 dez. 2010.

CARTA DE ATENAS. Disponível em: <[HTTP://portal://.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233](http://portal://.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233)>. Acesso em: 3 dez. 2009.

CARTA DE VENEZA. **II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos**. Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964.

CARVALHO, Elizabeth Sales de. Peculiaridade e problemas da arquitetura urbana da região serrana (município do Serro) em Minas Gerais. In: **II Encontro Brasil Alemanha**. Conceitos e Problemas de Conservação de Monumentos Históricos. Belo Horizonte: IEPHA - Acordo de Cooperação Técnico Científica entre Brasil e Alemanha, maio 1993.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barsi. **Patrimônio cultural**. Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: AnnaBlume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, José Flávio Moraes et al. Visualização cartográfica dos mapas de Minas Gerais dos setecentos e oitocentos: em destaque as bases urbanas. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA, 7., 2006, Belo Horizonte.. **Anais...** Belo Horizonte, 2006.

CASTRO, Sônia Rabelo de. Mesa-redonda: tombamento. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 22, p. 69-79, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos históricos**, 11(5), 1991, p. 173-191.

\_\_\_\_\_, Roger. **A história cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_, Françoise. **Le patrimoine en questions**. Anthologie pour le combat. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COLETÂNEA de Leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

COMPROMISSO de Salvador. Disponível em:  [<HTTP://portal://.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241>](http://portal://.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241). Acesso em: 2 dez. 2009.

COSTA Rodrigo Vieira. Cultura e patrimônio cultural na Constituição da República de 1988 – a autonomia dos direitos culturais. **Revista CPC**, São Paulo, n. 6, p. 21-46, maio/out. 2008.

COSTA, Antonio Gilberto et al. **Cartografia das Minas Gerais**: da capitania à província. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 83 p. + atlas.

COSTA, M. Museu do Serro tem três módulos. In: **Estado de Minas**, 20/01/1987. p. 6.

COUTO, José Vieira. **Memória sobre a capitania das Minas Gerais**: seu território, clima e produções metálicas, estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil colonial**. Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: ALVA CIORD, 1997.

Descobrimto de diamantes na comarca do Serro do Frio (governo de D. Lourenço de Almeida). In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo

Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 06, f. 1, p. 141-142, jan./mar. 1901.

Documentos diversos. repartição das Comarcas de Sabará e Serro Frio. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 02, f. 1, p. 8-10, jan./mar. 1897.

DPHAN. **A lição de Rodrigo**. Recife: Amigos da DPHAN, 1969.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out. 2010.

ESTEVE, Gabriel Alomar. El patrimonio cultural y su salvaguardia como objetivo social. El inventario, instrumento de protección. In: IV Y V CURSOS DE CONSERVACION E RESTAURACION DE MONUMENTOS Y AMBIENTES – de re restauratoria. **Resumen...** Barcelona: Universidad Politecnica de Barcelona, 1974. p. 23-31.

FABRIS, Annateresa. **Fragmentos urbanos**: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FERNANDES, António Teixeira. **Espaço social e suas representações**. Disponível em: <[HTTP://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6661.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6661.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2010.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coords.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FONSECA, Cláudia Damasceno. As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de Minas Gerais In: ——. **Actas do Colóquio Internacional**: Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa: CNCDP, 2001. p. 769-785.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 153-163, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FREIRE, Doia. **A casa da praça**. Serro, MG, 1999.

FREIRE, Geraldo Azevedo. **Caminhos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 1997.

FRIEDRICH, Veroni; ZANIRATO, Silvia H. As Representações do patrimônio cultural em Maringá. **Anais I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local e XVII Semana de Geografia. Maringá, ago 2008**. Disponível em <[http://www.dge.uem.br/semana/eixo8/trabalho\\_73.pdf](http://www.dge.uem.br/semana/eixo8/trabalho_73.pdf)> . Acesso em 23 jan 2012.

GAZZANEO, Luiz Manoel (Org.). **Da baixa Pombalina a Brasília: iluminismo e contemporaneidade em países e espaços de língua portuguesa**. Patrimônio e historicidade. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2010.

GIOVANNONI, Gustavo. **Velha cidade edílicia nova**. Tradução livre por Elizabete Rodrigues de Campos Martins. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina – Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967**. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Ministério da Cultura, 2002.

GUARESCHI Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUIMARAENS, Maria da Conceição Alves de. A hora e o papel dos museus da Fundação Nacional Pró-Memória. **Fórum do Patrimônio – Patrimônio Cultural, Identidade e Turismo**, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <[HTTP://www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=155&modo=1](http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=155&modo=1)>. Acesso em: 10 jul. 2010.

GUIMARAENS, Cêça. **Paradoxos entrelaçados**. As torres para o futuro e a tradição nacional. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GUTIÉRREZ, Ramon. **Arquitetura latinoamericana**. Textos para a reflexão e polêmica. São Paulo: Nobel, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JULIÃO, L. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161, jan.-jun. 2009.

LATIF, Miran de Barros. **As Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991.

LE GOFF, Jacques. **Memória, Enciclopédia Einaudi** – Vol. 1: Memória, história. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p.11-50.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEFÈVRE, Renée; VASCONCELLOS, Sylvio de. **Minas: cidades barrocas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Orgs.). **Cultura, patrimônio e habitação**. Possibilidades e modelos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAIA, Tom; LINS, Miguel MAIA, Tereza Regina de Camargo. **Serro do frio, Vila do Príncipe**. Rio de Janeiro: EMBRATUR, 1979.

MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MEC/FNPM. A transferência do conhecimento. **Boletim SPHAN/FNPM**, Brasília, n. 3, p. 4, nov./dez. 1979.

MEC/FNPM. A presença da SPHAN em Minas: uma avaliação. **Boletim SPHAN/FNPM**, Brasília, n. 19, p. 12-13, jul./ago. 1982.

MEC/FNPM. Diamantina, Tiradentes e Serro. **Boletim SPHAN/FNPM**, Brasília, n. 29, p. 41, mar./abr. 1984.

MEC/FNPM. Programa Nacional de Museus: experiência pioneira em Goiás. **Boletim SPHAN/FNPM**, Brasília, n. 30, p. 15-19, maio/jun. 1984.

MEC/FNPM. Restauração em cidades históricas. **Boletim SPHAN/FNPM**, Brasília, n. 32, p. 13-17, set./out. 1984.

MEC/FNPM. Projeto pioneiro cria museu integrado no Serro. **Boletim SPHAN/FNPM**, Brasília, n. 33, p. 38, nov./dez. 1984.

MEC/FNPM. Serro: memória cultural. **Boletim SPHAN/FNPM**, Brasília, n. 40, p. 1-4, mar./abr. 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, Suzy. **Barroco mineiro**. Brasília: Brasiliense, 1985.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e cultural material**: documentos pessoais no espaço público. Disponível em: <[HTTP://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2067/12066](http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2067/12066)>. Acesso em: 15 maio 2010.

MINAS GERAIS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Dossiê de caracterização da região do Serro como produtora de queijo minas artesanal**. Disponível em: <[http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/QUEIJO\\_HISTORICO](http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/QUEIJO_HISTORICO/dossi%C3%AA%20do%20serro%20def2.pdf) /dossi%C3%AA%20do%20serro%20def2.pdf.>. Acesso em: 10 dez 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; Fundação João Pinheiro. **Plano de financiamento a cidades históricas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978.

\_\_\_\_\_. Fundação João Pinheiro. Centro de Desenvolvimento Urbano. **Plano do Serro**: proposta técnica e financeira. Belo Horizonte, 1980.

\_\_\_\_\_. Fundação João Pinheiro. Centro de Desenvolvimento Urbano. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1980a, v. 1, 2, 3. (Circuito do Diamante II - Serro).

\_\_\_\_\_. Fundação João Pinheiro. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Econômicos e Sociais, 2004. v. 4.

\_\_\_\_\_. Fundação João Pinheiro; Assessoria Técnica da Presidência. **Circuito do diamante**: diretrizes para o desenvolvimento urbano do Serro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980. v. 1, 2, 3.

MIRANDA, Aluizio Ribeiro de. **Serro**. Três séculos de história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de critérios. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 22, p. 108-122, 1987.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **As igrejas setecentistas de Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, 1981.

NORMAS DE QUITO. Disponível em:  [<HTTP://portal://iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>](http://portal://iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238). Acesso em: 1º dez. 2009.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 21, n. 29, p. 19-38, dez. 2008. Disponível em: <[HTTP://apps.unochapeco.edu.br/revistas/indes.php/rcc/article/view](http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/indes.php/rcc/article/view)>. Acesso em: 1º dez 2010.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Brasília: EBRASA, 1971.

OSWALDO, Ângelo. Serro. Na encruzilhada do tempo. In: **Estado de Minas**, Caderno de Turismo, 27/1/1987.

Queiroz, Maria da Graça Soto. **Serro - MG** / Maria da Graça Soto Queiroz. – Brasília, DF: Iphan /Programa Monumenta, 2010.

PARAIZO, Rodrigo Cury. **A representação do patrimônio urbano em hiperdocumentos**: um estudo sobre o Palácio Monroe. Dissertação (Programa de pós-graduação em Urbanismo) FAU/PROURB/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento**: de instrumento a processo nas narrativas da nação. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009.

PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América portuguesa. **Oceanos**, Lisboa, CNCDP, n. 41, p. 70-81, jan./mar. 2000.

PÊSSOA, José (Coord.). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro, 1951.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil 1500-1720**. São Paulo: Pini, 2000.

REIS, Luiz Fernando. A coerência entre o discurso e a ação. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o pedido de revisão do tombamento do conjunto urbano da cidade do Serro-MG. In: CONGRESSO INTERNACIONAL NA RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EDIFÍCIOS, 3., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. A persistência da memória: a trajetória do Museu Regional Casa dos Ottoni em Serro, Minas Gerais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS IDENTIDADES E COMUNICAÇÃO, 2., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Turismo e centros históricos**: a apropriação do centro histórico de Paraty, RJ, pelos agentes sociais que promovem o turismo local. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

REIS, Luiz Fernando; MARTINS, Elizabete Rodrigues de Campos. Artífices e Artíficos: O IPHAN e a preservação do conjunto arquitetônico do Serro, MG. In: GAZZANEO Luiz Manoel (Org.). **Da baixa Pombalina à Brasília**. Iluminismo e contemporaneidade em países da língua portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2010. v. 1, p. 256-275.

REIS, Luiz Fernando; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro; COSTA, Igor S. A preservação do patrimônio arquitetônico sob a ótica dos instrumentos urbanísticos. **Revista Eletrônica Vivercidades**, Rio de Janeiro, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **História de Minas Gerais**. as minas setecentistas. v. 1 e 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese/Aloï Riegl. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

ROBERTO, Andréa de Paula. **A festa de Nossa Senhora do Rosário no Serro, Minas Gerais**: reinvenção de uma tradição. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1999.

ROCHA, José Joaquim da. Memória histórica da Capitania de Minas Geraes. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 02, f. 3, p. 425-517, jul./set. 1897.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1991. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991.

\_\_\_\_\_. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 97-105, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. por Vivaldi Moreira. São Paulo: Itatiaia, 1975.

SALLES, Joaquim de. **Se não me falha a memória**. São Paulo: Instituto Moreira Salles: Ed. Giordano, 1993.

SANT'ANNA, Márcia. **A preservação de sítios históricos no Brasil (1937-1990)**. Disponível em: <<http://www.archi.fr/SICHAL/seminar/SirchalQ/marcia.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

SANTIAGO, Luís. **Serro e serra**. O vale dos boqueirões. História do Vale do Jequitinhonha. Almenara, MG: Edições da Vigia, 2004.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias do patrimônio**: museus, acervos e coleções. Disponível em: <[HTTP://cpdoc.fgv.br/jornadadiscente/artigos/0160A.pdf](http://cpdoc.fgv.br/jornadadiscente/artigos/0160A.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2010.

SERRO. **Plano Diretor Participativo**. Leitura Técnica e Comunitária. Serro, 2006.

SILVA, Dario A. F. [1928]. **Memórias sobre o Serro antigo**. Red. pesq. ensaio crítico de Danilo A. Briskievicz. Serro, 2008. Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/805942> Acesso em 17 mai 2012.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Preservação na gestão das cidades. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 24, p. 165-174, 1984.

SILVA, Mônica Cristina de Souza. **Turismo cultural em sítios históricos tombados**. 2005. Monografia (Especialização em Turismo: cultura e lazer) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo os seus princípios artísticos**. Trad. por Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, André Henrique Macieira de. **Evolução urbana do Serro**. 2006. Monografia (Especialização em Urbanismo) – Unicentro Metodista Isabela Hendrix, Belo Horizonte, 2006.

SOUZA, Maria Eremita de. **Aconteceu no Serro**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

SPHAN/MINISTÉRIO DA CULTURA. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 106-107, 1987.

TADDEI NETO, Pedro. Policies of historic and cultural heritage in Brazil. In: MARTIN-BROWN, Joan; SERAGELDIN, Ismail; SHLUGER, Ephim (Orgs.). **Historic cities and sacred sites: cultural roots for urban futures**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2001, p. 41-45.

TEIXEIRA, Manuel. C. **Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira**. Comunicação apresentada no Colóquio "A construção do Brasil urbano". Lisboa: Convento da Arrábida, 2000. Disponível em: <[HTTP://REVISTAS.CEURBAN.COM/REVISTA/ARTIGOS/ARTIGOS.HTM](http://REVISTAS.CEURBAN.COM/REVISTA/ARTIGOS/ARTIGOS.HTM)>.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura dois estudos**. Goiânia: MEC/SESU/PIMEG–ARQ/UCG, 1983.

\_\_\_\_\_. **Arquitetura no Brasil**: sistemas construtivos. Belo Horizonte: EAUFMG, 1978-79.

\_\_\_\_\_. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais. **Topos – Revista de Arquitetura e Engenharia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 148-163, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. **Mineiridade**. ensaios de caracterização. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

\_\_\_\_\_. **Vila Rica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VASCONCELOS, Diogo. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v. 1-2.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo: espaço paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

## **FONTES**

### **Arquivos consultados**

Arquivo Central do IPHAN/Seção – Rio de Janeiro (ACI/RJ)

IPHAN/CDI – 13ª SR/Belo Horizonte (IPHAN/CDI-13ª SR)

IPHAN/Escritório Técnico II-SERRO-MG

### **Fontes consultadas**

#### **Documentação consultada no Arquivo Central do IPHAN/Seção – Rio de Janeiro**

##### **1. Documentação Textual**

1.1. Série Ativ. Técnica

1.2. Série Legislação

1.3. Série Obras

1.4. Processo 065 – T – 38 DPHAN/DET (Processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade do Serro)

#### **Documentação consultada no IPHAN/CDI 13ª SR/Belo Horizonte-MG**

##### **1 Documentação Textual**

Pasta Conjunto Urbano do Serro

Pasta Pró-Memória

Pastas Projeto Memória Cultural. Relatório Final e Transcrições de Fitas

## **Documentação consultada no IPHAN/Escritório Técnico II-Serro-MG**

### **1. Acervo fotográfico**

Fotos antigas [Caixa de arquivo]

#### **Acervo Particular (Maria do Rosário Reis Simões)**

**Plano** de Preservação de São Gonçalo do Rio das Pedras. Realização Pró-Memória Vídeo. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1986, Videocassete (11m55s) VHS, NTSC, son. color., port.).

# ANEXOS

## Anexo 1

### Tabelas de aplicação dos critérios de conservação nas edificações selecionadas.

#### Edificação religiosa

1. Sobrado da Rua Fernando de Vasconcelos, n. 13		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Pu	2
c	S	3
d	AA	3
e	MI	3
f	PT	2
<b>Total</b>		<b>17</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

#### Edificações residenciais

1. Sobrado da Rua Fernando de Vasconcelos, n. 13		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Su	3
c	R2	2
d	AA	3
e	MI	3
f	PP	2
<b>Total</b>		<b>17</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

2. Casa dos Ottoni		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Pu	2
c	S	3
d	AA	3
e	MI	3
f	PT	2
<b>Total</b>		<b>17</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

3. Casa do General Carneiro		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ER	2
b	U	1
c	R2	2
d	AA	3
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

4. Casa da Rua Arraial de Baixo n. 348/358		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	2
b	Pu	2
c	R2	2
d	Pa	2
e	I	2
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>11</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

5. Casa da Rua Arraial de Baixo n. 320		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Pu	2
c	R1	1
d	Pa	2
e	I	2
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

6. Casa da Rua Arraial de Baixo n. 284		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Pu	2
c	R1	1
d	Pa	2
e	I	2
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

7. Casa da Rua Nelson de Sena n. 57		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Pu	2
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>14</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

8. Casa da Rua Nelson de Sena n. 35		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	U	1
c	R1	1
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

9. Casa da Rua Nelson de Sena n. 26/7		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	U	1
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>13</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

10. Casa da Rua João Moreira n. 151		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Pu	2
c	R1	1
d	AA	3
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>14</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

11. Casa da Rua João Moreira n. 123		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Pu	2
c	R2	2
d	AA	3
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>15</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

12. Casa da Rua João Moreira n. 69		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	Pu	2
c	R1	1
d	AA	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>13</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

13. Casa Pr. Dr. Andrade s/n eq. Rua João Moreira com Rua Nelson de Sena s/n		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

14. Casa Rua Alferes Luiz Pinto n. 12		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

15. Casa Praça Dr. Andrade n. 122/102		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

16. Casa Rua Nelson de Sena n. 108		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

17. Casa Rua Luiz Advíncula Reis n. 150		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	5
b	Su	3
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>16</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

18. Casa Rua Dr. Antonio Tolentino n. 19		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R1	1
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>11</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

19. Casa Rua Dr. Antonio Tolentino n. 17		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R1	1
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>11</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

20. Casa Praça D. Epaminondas n. 6		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

21. Casa Praça João Pinheiro n. 188/184		
Critérios	Simbologia	Peso
a	R	5
b	Ru	3
c	S1	1
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>15</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

22. Casa Rua D. José André n. 96		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R2	2
d	AA	3
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>13</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

23. Casa Rua D. José André n. 76		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R1	1
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>11</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

24. Casa Rua D. José André n. 348		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

25. Casa Rua Rio Branco n. 183		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERn	5
b	Su	3
c	R1	1
d	AA	3
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>16</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

26. Casa Rua Fernando de Vasconcelos n. 180-192-210		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R1	1
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>11</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

27. Casa Rua Sinval Lins n. 214		
Critérios	Simbologia	Peso
a	EP	4
b	U	1
c	S	3
d	AA	3
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>15</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

28. Casa Rua Sinval Lins n. 153		
Critérios	Simbologia	Peso
a	ERu	3
b	U	1
c	R2	2
d	Pa	2
e	MI	3
f	PP	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 1980, p. 95-102

**Anexo 2****Carta do Prefeito Municipal do Serro ao Presidente da República, (ACI Processo 65T-38).**

Serro, 23 de outubro de 1967

Senhor Presidente

O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem sido, contrariamente aos nossos desejos, motivo de grande entrave ao desenvolvimento da Cidade.

Isto decorre da má ou nenhuma compreensão dos encarregados locais e ainda da absoluta carência de recursos financeiros por parte do órgão.

Em que pese nosso interesse pela conservação desse patrimônio, a cidade não pode continuar a mercê de pessoas inteiramente destituídas de conhecimento e menor senso artístico, capazes de discernir quais os prédios que deverão ser preservados.

Contam-se na Cidade mais de duzentas casas em completa ruína e cujos proprietários não têm condições de repará-las nos moldes primitivos, as quais não apresentam nenhum estilo definido, digno de ser conservado.

Estamos desejosos de que esse resguardo possa abranger apenas os templos religiosos e algumas residências particulares que de fato ostentam ainda em suas fachadas aquele requinte senhorial dos velhos tempos coloniais.

Pedimos, pois, uma reformulação nos critérios que nos têm sido impostos, sem comprometimento do aspecto urbanístico duramente afetado pelas atuais normas.

Respeitosamente, Prefeito Municipal

### Anexo 3

#### Informação de Augusto da Silva Telles, (ACI Processo 65T-38).

Senhor Diretor:

1 - O Sr. Paulo Tolentino, Prefeito Municipal do Sêro, pelo ofício 4/67, solicita ao Senhor Presidente da República revisão do tombamento da cidade do Sêro, que diz representar “grande entrave ao desenvolvimento da cidade.” Solicita que, apenas as edificações religiosas e “algumas residências particulares que de fato ostentam ainda em suas faixadas aquele requinte senhorial dos velhos tempos coloniais” permaneçam inscritos, e não a totalidade das edificações que, segundo ele “não apresentam nenhum estilo definido digno de ser conservado”. 2 – O Sr. Chefe do 3º Distrito, Arquiteto Sylvio de Vasconcellos, consultado a êsse respeito, informou que um certo número de casas se encontram em mau estado de conservação e que, dada a inexistência de interesse turístico na região, e na cidade em causa, que valorize o acervo antigo, os proprietários desprovidos de maiores recursos culpam a DPHAN pelo mau estado de suas casas e os comerciantes com recursos ficam contrariados com a impossibilidade de modernizar suas edificações. 3 – A cidade do Sêro é a antiga Vila do Príncipe do Sêro do Frio que, em 1714, foi elevada à categoria de comarca, uma das quatro primeiras que existiam em Minas Gerais. Assente em uma encosta de serra, seu arruamento guarda ainda, plenamente, os traçados e o casario originais, dispondo-se à maneira de outros núcleos oriundos de arraiais mineiros – traçado espontâneo, a partir de uma via principal de circulação, espraiando-se irregularmente nas íngremes encostas até o fundo do vale. 4 – O que se pretende conservar, principalmente, quando, tanto as edificações religiosas e as casas residenciais de maior porte, mas, sim, o casario desprezioso, edificações térreas e assobradadas que se encostam, umas às outras, ao longo de ruas e ladeiras, envoltas na vegetação de jardins e pomares. 5 – O Arquiteto Lúcio Costa, em seu artigo Documentação Necessária, publicado em 1937, depois de dizer que a “arquitetura popular apresenta em Portugal, interêsse maior que a erudita” mostra que “é nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de make-up, uma saúde plástica perfeita.” Continua o mesmo arquiteto informando que “tais características transferidas – na pessoa dos antigos mestres, e pedreiros incultos – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na colônia, “esse ar desprezioso, e puro que ela soube manter.” 6 –

Além deste interesse primordial que apresentam, justamente, esses conjuntos de edificações despreziosas que compõe fundamentalmente à cidade do Sêro como de resto os demais núcleos urbanos que conservam o caráter das antigas cidades brasileiras, há que se atentar ao imenso valor que pode ela alcançar com o incentivo turístico que urge ser planejado e dinamizado no Brasil. Para este planejamento, o que se deve planejar, o que mais interessa, em núcleo com caráter antigo, como o Sêro é, justamente, o que o nosso falecido Amigo Conselheiro Miran de Barros Latif, chamava de atmosfera, a ambientação, exatamente, o conjunto urbano autêntico com arruamento, calçamento, edificações e tudo mais que o compõe. 7 – Da mesma forma, segundo os conceitos internacionais, os mais atuais, consubstanciados na Carta de Veneza do Congresso Internacional promovida, nesta cidade pela UNESCO, em 1964, e nas Recomendações formuladas no Encontro Pan-Americano promovido pela OEA em Quito, em 1967, o que importa preservar é o ambiente, muito mais que o monumento, em si mesmo. Diz a Carta de Veneza: “A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inscrita.” O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado. 8- Por estas razões acima expostas não é recomendável ou legítima, para o interesse nacional ou, mesmo local, qualquer redução ou levantamento do tombamento do núcleo urbano da Cidade do Sêro, tal como se acha, atualmente. O que se deverá fazer, e isto é urgente, para o desenvolvimento local, bem assim, para a própria preservação das edificações da cidade, é a proposição aos organismos de planejamento turístico, à EMBRATUR, para a inclusão dos núcleos tombados mineiros, em especial, o Sêro e Diamantina nos planos prioritários de turismo. Esse planejamento deverá ser precedido das providências que terão de ser tomadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e pelos órgãos de planejamento urbano, no sentido de serem construídas estradas de primeira classe para atingir estes núcleos e de serem feitos planos diretores que regulem o desenvolvimento urbano e turístico, capaz de permitir e valorizar esse desenvolvimento sem que se perca os aspectos, o caráter que Sêro ainda conserva, o de uma vida oriunda de arraial de mineração. Rio, 29.3.68 – A. Silva Telles.

## **Anexo 4**

### **Parecer de Lúcio Costa (ACI Processo 65T-38).**

Sêrro

De acordo com a manutenção do tombamento.

Todavia, como o Prefeito assinala a existência na cidade de “mais de duzentas casas em completa ruína e cujos proprietários não têm condições (ou seja vontade) em repará-las nos moldes primitivos”, entendo que o modo prático de desfazer o equívoco seria a DPHAN adquirir um desses prédios e tomar a si a sua restauração e readaptação na base do programa usual proposto pelos proprietários (inclusive a parte sanitária e de serviço) a fim de mostrar ao vivo como a utilização moderna não é incompatível com a preservação das características originais; obra a ser levada a cabo, naturalmente, por um arquiteto capaz.

A sugestão importará em gastos, mas há de haver um meio: seja reunindo verbas daqui e dali, a título dos saldos “injetados”, para agir prontamente; será prevendo para o próximo exercício verba específica para esse fim.

Lucio Costa – Diretor do DET

## Anexo 5

### Relato e parecer de Paulo Ferreira Santos, (ACI Processo 65T-38).

O Processo envolve questão de maior gravidade. As conclusões e recomendações do arquiteto Augusto da Silva Telles no item 8 de sua Informação deverão ser levadas na mais alta conta. Reproduzimo-las ainda uma vez aqui:- 8- Por estas razões acima expostas, não é recomendável ou legítima, para o interesse nacional ou, mesmo local, qualquer redução ou levantamento do tombamento do núcleo urbano da Cidade do Sêro, tal como se acha, atualmente. O que se deverá fazer, e isto é urgente, para o desenvolvimento local, bem assim, para a própria preservação das edificações da cidade, é a proposição aos organismos de planejamento turístico, à EMBRATUR, para a inclusão dos núcleos tombados mineiros, em especial, o Sêro e Diamantina nos planos prioritários de turismo. Atenda-se imediatamente a essa sugestão, enviando-se à EMBRATUR, para que compreenda a gravidade da situação, cópia do presente parecer que historia a questão etapa por etapa. Mas a providência não pode limitar-se a isso. Nem ao que sugere o arquiteto Lúcio Costa, de a DPHAN adquirir uma dessas casas e reformá-la, para mostrar aos demais proprietários de que modo reformar suas casas e provar ao vivo como “a atualidade moderna não é incompatível com a preservação das características originais”. Está certo, é uma boa medida, que pode com proveito ser adotada, mas que ainda assim não atingirá o principal que é proporcionar aos proprietários os recursos para que reformem suas casas. A maioria talvez não disponha mesmo dêles.. Outros haverá que os tenham, mas evitam empregá-los para aquele fim no malicioso propósito de deixá-las arruinar-se, para apresentarem o fato consumado da necessidade de reconstrução. O problema é o mesmo por todo o Brasil e já mais de uma vez o temos abordado neste Conselho. Urge encontrar os meios de financiamento a logo prazo a todos que tenham suas casas em mau estado de conservação – pertençam a um ou outro destes grupos -, para que sem demora as mandem reformar, em cumprimento da lei que regula o tombamento. Sugerimos em certa ocasião a criação de legislação especial, que favorecesse o financiamento para as reformas, por intermédio da Caixa Econômica ou Banco do Brasil. Mas possuímos agora aparelho mais adequado: o Banco Nacional de

Habitação. Não estamos divagando por cima das nuvens. Na nossa vida particular, somos homens de empresa. Possuímos, na nossa organização, um Departamento habituado a contatos freqüentes, principalmente com a COPEG, mas também com o Banco Nacional de Habitação e acreditamos que não seria impossível obter a cooperação do Banco para um fim tão relevante quanto o da preservação do patrimônio histórico e artístico da Nação. A dificuldade maior estará em instruir o Processo, apresentando para cada casa individualmente:- a) as plantas. b) as especificações das reformas a serem feitas. Orçamento de construtor idôneo. Tudo isso mediante requerimento do proprietário. Sugerimos que seja levada ao Snr. Prefeito do Sêro a presente sugestão, com indicação de que o Relator do presente Processo e a organização a que pertence estariam à sua disposição para lhe prestar ajuda no encaminhamento do respectivo Processo, fazendo até, nos próprios uma consulta prévia ao Banco Nacional de Habitação, caso S. S. se disponha a enredar por esse caminho. A DPHAN com toda eficiência técnica e boa vontade de sempre, assessoraria os trabalhos de especificações, orçamentos e reforma das casas, para que fôssem executadas dentro das normas estabelecidas. A experiência poderia ser feita para ruas inteiras, ou para quarteirões. Como as casas são de pequeno porte: de um ou dois pavimentos, as importâncias dos financiamentos seriam relativamente modestas se comparadas com as que são habitualmente dispendidas com os financiamentos de grandes conjuntos de apartamentos. E o Banco teria talvez a compreensão de vantagem que lhe traria uma obra tão meritória. Se a experiência desse certo, ter-se-ia aberto caminho para a criação de um aparelho especial subordinado à DPHAN, destinado a promover o financiamento, mediante projetos e especificações prévias, quiçá com a atribuição também de elaborar os planos diretores para as Cidades, os quais terão inevitavelmente de preservar as partes existentes e orientar o crescimento urbano rumo a zonas marginais, para as quais se faça paulatinamente, mediante facilidade de toda sorte: de gabaritos, de impostos, etc., transferência do centro comercial da Cidade que crescerá em moldes modernos e terá na velha cidade um centro turístico de interesse para o seu próprio desenvolvimento. Cremos seria proveitoso mandar cópia deste Parecer – que é aqui feito em duas vias – ao Sr. Prefeito da Cidade, do Sêro, afim de que S. S. avalie devidamente a importância que o Conselho e o DPHAN estão

dando ao caso. Importa que S. S. compreenda que o valor histórico artístico principal do Sêro reside exatamente na autenticidade do seu casario humilde. É a preservação desse casario que dará interesse turístico, intensificação do comércio e prosperidade à Cidade. Destruir o seu casario sob o pretexto de melhora e progresso é atirar pela janela o valor maior de que ela dispõe; um atentado contra a Cidade; um desserviço à cultura tradicional da Nação e ao seu Patrimônio histórico. Aceite S.S. a nossa sugestão. Na DPHAN apesar dos excassíssimos meios de que dispõe a Repartição, encontrará um Diretor e técnicos com interesse em ajudá-lo no preparo do Dossier para ser enviado ao Banco Nacional de Habitação. Neste Conselho igualmente terá quem o ajude nesse trabalho. Dê também S.S. a demonstração prática de que assimilou essas idéias e se identificou com elas, a bem do mandato que recebeu de seus concidadãos. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1968 – Paulo Ferreira Santos

**Anexo 6****Ata da 51ª Reunião do Conselho Consultivo, 5 set. 1968 (ACI Processo 65T-38).**

Processo nº 65-T. Monumento: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Sêro, M.G. Relator: Paulo Santos. Resolução: de acordo com as conclusões do voto do Relator, o Conselho considerou, por unanimidade de votos, infundada a solicitação do Prefeito no sentido de ser cancelado o tombamento da área edificada da cidade e deliberou sugerir ao Chefe do Executivo Municipal pleitear, com apóio do mesmo Conselho, no Banco Nacional de Habitação, créditos para permitir aos proprietários, desprovidos de recursos adequados, a execução dos reparos de que necessitam as respectivas casas atualmente em mau estado.

# APÊNDICES

## Apêndice 1

### Roteiro das Entrevistas

1. Identificação do entrevistado.
2. Idade/faixa etária
3. Naturalidade
4. Morador do centro histórico?
5. Estimular o entrevistado a falar um pouco de si, da sua vida e da relação com a cidade.
6. Questionar o entrevistado sobre as lembranças que tem da cidade.
7. Estabelecer o elo entre essas lembranças e o conjunto arquitetônico da cidade, estimulando-o a falar das edificações que se perderam e das que foram preservadas. Quais as edificações que mais lhe chamam a atenção no Serro, seja pela forma, seja pela relação dessas edificações com fatos importantes da cidade, ou mesmo pelo caráter identitário a elas inerentes, como por exemplo, o Ginásio Ministro Edmundo Lins, a Igreja do Rosário, a Igreja Bom Jesus do Matozinhos etc. Ou edificações residenciais, que possuam algo de especial. O que pode ser destacado pelo entrevistado.
8. Estimular o entrevistado a falar sobre o processo de preservação da cidade, de forma que ele emita juízo crítico sobre o mesmo.
9. Permitir que o entrevistado fale sobre temas que extrapolem o roteiro estabelecido, mas que tenha alguma relação com a temática da entrevista.

## Apêndice 2

Catalogação dos documentos				
Assunto	Slide	Data	Descrição	Localização/pasta
Solicitação do Promotor de Justiça da Comarca do Serro à Procuradoria da República para intervir junto ao DPHAN sobre suposta situação de precariedade do conjunto arquitetônico do Serro.	2	20/01/1967	Ofício do Procurador da República ao Chefe do 3o Distrito do DPHAN encaminhando o ofício do slide 3	Processo de tombamento 065-T38
	3	25/09/1966	Ofício do Promotor de Justiça da Comarca do Serro relatando conversa com o representante do SPHAN no Serro, comprovando a situação de precariedade do conjunto arquitetônico e solicitando visita de inspeção e providências para o problema.	
	4	10//2/1967	Ofício do Diretor do DPHAN ao Chefe do 3o Distrito do DPHAN, encaminhando informação do diretor do DCR (slide 5)	
	5	08/02/1967	Informação do Diretor do DCR colocando-se contrariamente ao informado pelo promotor de justiça e estando de acordo com a visita de inspeção ao Serro.	
	6	10/03/1967	Ofício do Chefe do 3o Distrito do DPHAN manifestando estranheza e justificando a atuação do DPHAN no Serro, onde explica as funções da referida diretoria e a existência de técnico do órgão para a prestação dos serviços necessários/possíveis à manutenção do conjunto arquitetônico da referida cidade.	

Fonte: Processo 065-T38/ACI/IPHAN

### Apêndice 3

Categorização dos entrevistados Julho de 2010 e março de 2011			
Nº	Ano da entrevista	Faixa etária (anos)	Profissão
1	2011	20/30	Administrador de empresas
2	2011	80/90	Comerciante
3	2011	70/80	Aposentada
4	2011	80/90	Aposentada
5	2011	90/100	Aposentada
6	2011	70/80	Aposentado
7	2011	30/40	Profissional liberal
8	2011	40/50	Funcionário público
9	2011	20/30	Funcionária pública
10	2011	90/100	Aposentado
11	2011	40/50	Profissional liberal
12	2011	50/60	Funcionária pública
13	2011	60/70	Professora aposentada
14	2011	50/60	Funcionário público
15	2011	70/80	Aposentado
16	2011	50/60	Professora
17	2011	20/30	Profissional liberal
18	2010	20/30	Profissional liberal
19	2010	40/50	Funcionário público
20	2010	40/50	Funcionário público
21	2010	40/50	Administrador de empresas